

Organização e Apresentação de

# Abdias do Nascimento O Negro Revoltado



  
EDITORA  
NOVA  
FRONTEIRA



## *O negro revoltado*

Há cerca de três anos ajudei a entrevistar Abdias num canal de televisão. Ele defendia a prevalência, *em geral*, da contradição racial sobre a de classe, tese que, fazendo os advogados do diabo, os entrevistadores tentávamos desmoralizar. Senti-lhe a certa altura um olhar de impaciência: só os santos não os têm. De lá para cá, aprendemos bastante para ver que a luta de classes não passa de uma boa e velha lei — confortável e grosseira. Corresponde a uma verdade, sem dúvida, como a lei da gravitação universal; mas só com ela nada compreenderíamos, hoje, da sociedade brasileira, como nada compreenderíamos — por analogia — do universo, sem as formas de interação magnética e nuclear, que nossos bisavós ignoravam. Abdias tinha, vejo agora, mais razão que nós.

Para os fenômenos mais próximos vigoram outras interações que não as de classe. Abdias insiste nisso desde quando éramos crianças e seu nome era repetido com simpatia; e, confessemos, medo. Para nós, pretos, batistas, em moderada ascensão social — meu pai passaria de calafate naval a pastor —, ele vinha cobrar que fôssemos negros. Fez, certa ocasião, campanha eleitoral com o *slogan*: “Não vote em branco”. Seu beijo debochado ressaltava dos cartazes, numa cara atrevida. Aquela altura, cerca de 1950, não podíamos, a maioria de nós, ultrapassar os limites de pretos: não votamos em Abdias. A negritude, conceito que se esfarrapou em muitas partes, mas resiste no essencial, era outro dos seus atrevimentos — e está hoje, para só dar um exemplo, impresso nas camisetas dos afoxés baianos.

Devemos, assim, em que pese o lugar-comum, classificar Abdias do Nascimento como o nosso profeta da negritude. Profeta e apóstolo: em 1944, enquanto a guerra atingia o clímax e o Estado Novo agonizava, fundou o Teatro Experimental do Negro; em 1945 e 46, a I e a II Convenção Nacional do Negro; em 1949, a Conferência Nacional do Negro; em 1950, o Primeiro Congresso do Negro Brasileiro. Nesse meio-tempo, ditou

conferências, publicou livros, presidiu mesas-redondas, simpósios, seminários, semanas de estudos, a tal ponto que ninguém, até hoje, pode apresentar — nessa frente que convencionamos chamar *movimentos negros* — fé-de-ofício mais extensa e substancial que a dele.

Cuidado, porém: Abdias não é um intelectual. Os negros, suspeitamos desta palavra. Na verdade, suspeitamos de muitas palavras. Foi-nos dado viver num país de ciência branca, literatura branca, saber branco, estética branca: mundo imaginário de brancos, enquanto não podemos ser senão criaturas reais negras, pele e alma escuras. Vemos os intelectuais como os servos do Senhor viam os sepulcros caiados. Abdias só é um intelectual — na falta de outra, vá a palavra — no sentido em que fala por um grupo ponderável de pessoas: milhares, talvez milhões de pretos que, consciente ou inconscientemente, desejam tornar-se negros. Porque *preto*, achamos, é a banda podre do branco; *negro* é um ser inteiro.

Qual a importância da republicação de *O negro revoltado*? (A primeira edição é de 1968.) Para começar, há hoje um grande interesse por tudo que se refira ao negro. Estamos ainda longe de nos considerarmos um país basicamente negro (salvo para efeito de intercâmbio com a África), mas ultrapassamos, sem dúvida, a fase do *negro formador exótico da nossa etnia*. O avanço se deu precisamente após a primeira edição de *O negro revoltado*: o livro será recebido agora de outra maneira. Fará, sem dúvida, mais sentido.

Para aqueles que se acham empenhados na democratização da nossa sociedade — sem casuísmos — terá, também, sua validade. Talvez o mais importante desta reedição seja mostrar que a nossa problemática é a problemática da nação brasileira atual: o negro revoltado é o brasileiro revoltado. A busca da nossa identidade de negros é um esforço de descolonização. E se parece, às vezes, dramática e radical, só pode ser por uma razão: é a única que vale a pena.

Joel Rufino dos Santos  
Rio, 1 de fevereiro de 1982





*Abdias do Nascimento, de quem a Nova Fronteira já publicou em 1981 Sitiado em Lagos, é o mais completo pensador dos problemas da negritude no Brasil. Sua obra e sua atuação prática ao longo dos últimos quarenta anos (entre outras coisas, fundou o Teatro Experimental do Negro em 1944, e em 1945 e 46 promoveu a I e II Convenção Nacional do Negro) são hoje essenciais à compreensão e à própria constituição da identidade específica do negro na cultura brasileira.*

## O negro revoltado

*é, nesse sentido, um texto de leitura indispensável: trata-se de livro, antes de tudo, conforme diz Joel Rufino dos Santos, cuja validade é clara para todos aqueles que se acham empenhados na democratização da nossa sociedade. Pois a problemática do negro não é exclusiva dele, é também a problemática do Brasil atual: "o negro revoltado é o brasileiro revoltado".*



EDITORA  
NOVA  
FRONTEIRA

SEMPRE  
UM BOM  
LIVRO



# O NEGRO REVOLTADO

Organização e Apresentação  
de Abdias do Nascimento

Revisão  
LUIZ AUGUSTO MACHADO  
LUIZ CARLOS MACHADO  
Nelson Pereira

FICHA CATALOGRÁFICA  
CIP-Brazil. Catalogação na fonte  
Biblioteca Nacional dos Editores de Livro, RJ.

W332 O Negro revoltado / organização e apresentação de Abdias do Nascimento. — 1. ed. — Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1967.

Texto do I Congresso do Negro no Brasil

1. Negro no Brasil. 2. Negro no Brasil — História. 3. Negro no Brasil — Congresso. I. Título.

CDD — 301.4319003  
CDD — 323.119 (81=96)

  
EDITORA  
NOVA  
FRONTEIRA

83-0736



© 1982 by Abdias do Nascimento

Direitos adquiridos para a língua portuguesa pela  
EDITORA NOVA FRONTEIRA S/A  
Rua Maria Angélica, 168 — Lagoa — CEP: 22.461 — Tel.: 286-7822  
Endereço Telegráfico: NEOFRONT  
Rio de Janeiro — RJ

Capa  
VICTOR BURTON

O símbolo apresentado no desenho da capa representa a luta afro-brasileira, através da integração de Exu (tridente), princípio da dialética e da contradição, com Ogum, princípio da justiça vingadora e da guerra contra o mal.

Revisão  
LUIZ AUGUSTO MESQUITA  
UMBERTO FIGUEIREDO PINTO  
NILDON FERREIRA

FICHA CATALOGRÁFICA  
CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

---

N325 O Negro revoltado / organização e apresentação de Abdias do Nascimento. — 2. ed. — Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1982.

Texto do I Congresso do Negro no Brasil

1. Negros no Brasil
2. Negros no Brasil — História
3. Negros no Brasil — Segregação I. Título

82-0236

CDD — 301.45196081  
CDU — 323.118 (81=96)



# Somário

## À memória de EFRAIN TOMÁS BÓ consciência e ciência dos valores negros

Apêndice 1: Uma nota	34
Apêndice 2: Memórias	36
Apêndice 3: Racismo	40
Apresentação da 1.ª edição (Abdias do Nascimento)	77
Declaração de Princípios da Organização	80
de Raça (TEB, 1955)	80
Documento 1: Carta Aberta ao Chile	100
Rio de Janeiro (1949)	100
Documento 2: Manifesto de apoio à Nação Brasileira	111
(TEB, 1947)	111
Documento 3: Carta Aberta ao Brasil	114
Brasília	114
Jorge Paulo Teixeira	121
1.º CONGRESSO DO NEGRO	121
Inauguração (Abdias do Nascimento)	121
Moção de Honra	123
Regimento Interno	123
Relação Geral dos Trabalhos e Resultados	123
Capítulo 1: O negro — O preconceito — Meios de sua extinção	137
(Jorge Paulo Teixeira e Rubens da Silva Grudiz)	137
Capítulo 2: A posse da terra entre os negros	153
(Devilinus Ramon)	153
Capítulo 3: O negro da Ilha Grande de Marajó	165
(Raimundo Pereira)	165
Capítulo 4: Fórmula para a população da Cidade de Salvador	223
(Theles de Azevedo)	223
Capítulo 5: A Unesco e as relações de raça	233
(Guillermo Raimon)	233



Este livro é dedicado à memória dos participantes já falecidos do I Congresso do Negro Brasileiro:

*Arinda Serafim*  
*Aguinaldo de Oliveira Camargo*  
*Alberto Guerreiro Ramos*  
*Alvarino Castro*  
*Anibal Souza*  
*Artur Ramos*  
*Duvitiliano Ramos*  
*Edison Carneiro*  
*Edgar T. Santana*  
*Jorge Prado Teixeira*  
*José Bernardô da Silva*  
*Joviano Severino de Mello*  
*Paranhos Antunes*  
*Roger Bastide*



## Prefácio à 2.<sup>a</sup> edição

Decidi republicar *O Negro Revoltado* depois de constatar objetivamente a sua utilidade, como mais um instrumento operativo, nesta etapa da luta de libertação do povo afro-brasileiro. É especialmente para meus irmãos negro-africanos do Brasil e do exterior que escrevo. Este volume é mais um testemunho da imobilidade estrutural de nossas relações de raças, no particular da interação entre negros e brancos na sociedade brasileira. Observe-mos o seguinte: o que se publica neste livro são os documentos relativos ao I Congresso do Negro Brasileiro (teses, comunicações, discussões taquigrafadas, etc.). Lembremos que o Congresso teve lugar no Rio de Janeiro, em 1950, promovido pelo Teatro Experimental do Negro; portanto, são decorridos mais de 30 anos. O tempo passou; sem embargo, os problemas apresentados, as questões levantadas, as propostas emitidas, continuam até hoje sem resposta e sem solução.

Considero que a contribuição de *O Negro Revoltado* não se esgota como uma mera documentação de natureza histórica. Muito pelo contrário, os debates focalizando a situação dos descendentes africanos na sociedade brasileira, os estudos, análises e demais contribuições à compreensão do negro e suas aspirações a um futuro de liberdade e justiça, são simultaneamente ilustrativos para os brancos e operativos para aqueles que continuam lutando. Devo, contudo, alguns reparos a fim de situar minha posição diante de certos fatos passados. Exemplifico: à época do I Congresso do Negro Brasileiro, os ativistas da causa negra, entre os quais me incluo, mantiveram um comportamento demasiadamente conciliador para com a posição dos brancos liberais. Tal espírito apaziguador decorria da consciência democrática de



se permitir e respeitar a livre manifestação de todas as idéias; entretanto, acho que as concessões ultrapassaram os limites do tolerável. Foram longe demais as concessões, e logo na primeira sessão do Congresso se votou uma "Moção de Homenagem" na qual se celebrava, impertinentemente, o nome de Nina Rodrigues. Ora, os negros conscientes jamais poderão exaltar um "cientista" que considerava o negro como fator de inferioridade do povo brasileiro.

A tal ponto chegou essa equivocada linha de conduta que no meu próprio discurso inaugural do Congresso cometi exageros conciliatórios citando positivamente os I e II Congressos Afro-Brasileiros, do Recife e da Bahia, e elogiando os "nossos costumes, que nunca permitiram ou endossaram a supremacia de um grupo étnico sobre os representantes de outras raças". Sabemos ser o contrário a verdade histórica, e só posso neste momento me penitenciar por aqueles meus excessos de condescendência para com os racistas deste país.

Aquele espírito conciliador, aliás, se provou estéril e fraco. Tanto assim que permitiu a um grupo de "cientistas" exercitar a tentativa de controle ideológico do Congresso. Isto aconteceu quando, na sessão de encerramento, se votou uma "Declaração Final do Congresso" (pág. 401) cujo teor, débil e anódino, contém expressões francamente capitulacionistas, como "*reminiscências* africanas no País" ou "sadia tradição nacional de igualdade entre os grupos que constituem a nossa população", ou ainda "restos de discriminação de cor ainda existentes", etc. Em face do que se discutiu e se provou no decorrer dos trabalhos do próprio Congresso, relativo ao racismo imperante, aquelas expressões não se justificavam exceto pelos hábitos de auto-humilhação impostos ao povo negro como resultado do paternalismo eurocentrista tradicional à sociedade. Tais concessões se tornam quase um reflexo condicionado do negro habituado a sobreviver dentro dessa sociedade. A tônica da cordialidade, entretanto, impôs uma conciliação estéril. Porque de nada adiantou a clara e explícita condenação da "Declaração Final" ao "messianismo racial e à proclamação da raça como critério de ação ou como fator de superioridade ou inferioridade física, intelectual ou moral entre os homens". Apesar de todas as ressalvas, um grupo constituído de "amigos" ou "estudiosos" profissionais do negro e de sua luta



libertária — a maioria de brancos acompanhada por alguns mulatos psicológica e/ou etnicamente abranalhados — se julgou ameaçado pelo racismo negro da assembléia. A jornalista Yvonne Jean registrou a preocupação do grupo nas colunas do *Correio da Manhã* (“Alguns aspectos do Primeiro Congresso do Negro Brasileiro”, 10 de setembro de 1950): “...não é possível negar a vaga tendência racista de parte da Assembléia”. Creio inútil identificar na mencionada tendência “racista” a tradicional cerebração racista daqueles que não admitem perder o controle sobre o negro, sua cultura e sua mente. Um negro orgulhoso de sua identidade étnica é para eles uma afronta intolerável, e o negro desejar resgatar sua história e seus valores culturais, é puro racismo às avessas.

O fato é que aquele grupo, auto definindo-se como de “homens de ciência”, redigiu uma outra “Declaração”, impugnada pela assembléia do Congresso, na qual externa todo o seu pavor “científico” de uma aliança prática e concreta com o povo afro-brasileiro. Eram apenas acadêmicos liberais transviados num congresso cujo escopo tinha em vista propugnar por uma melhor qualidade de vida para a comunidade negra, pois a chamada objetividade científica lhes vetava qualquer engajamento nesse sentido.

Essa “Declaração” dos “cientistas”, por não haver sido aprovada pelos congressistas, não figurou no texto da edição de 1968 de *O Negro Revoltado*. Resolvi, sem embargo, incluí-la neste volume para tornar inteligível ao leitor a discussão travada na sessão de encerramento do Congresso (págs. 389-398), que registra o debate e a rejeição do documento. O espírito de conciliação, afortunadamente, não chegara a ser tão radical a ponto de cegar a visão do negro de 1950.

Verdadeiramente, esta edição deveria ser considerada como a primeira deste livro, se levarmos em conta que da edição de 1968 apenas uns poucos volumes chegaram às livrarias, em virtude de problemas do editor.

Infelizmente o manuscrito contendo os originais do segundo volume do material do Congresso, prometido sob o título de *Negritude Polêmica*, devido aos azares do meu exílio, parece haver-se perdido definitivamente. Esperamos reatar o fio dessa tarefa, a um tempo de ação e reflexão, iniciada no I Congresso



do Negro Brasileiro, no próximo III Congresso de Cultura Negra das Américas, programado para São Paulo, de 21 a 27 de agosto deste ano, sob a responsabilidade do Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (IPEAFRO) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e do Teatro Experimental do Negro (TEN) do Rio de Janeiro.

\* \* \*

Desde 1950, tudo continuaria no mesmo? Creio que não. Algo se vem modificando durante os anos que nos separam do Congresso. Pelo menos no que respeita à experiência histórica negra. Ela vem se enriquecendo continuamente, através de fatos ocorridos tanto no âmbito interno, nacional, quanto no amplo cenário internacional. Notemos, como ocorrência fundamental, o processo de descolonização da África, e o surgimento de dezenas de países negro-africanos, não somente na África como também no Caribe. Inegavelmente, uma virada na história e na situação existencial dos povos do continente africano e dos seus descendentes espalhados na diáspora das Américas.

Não sendo esta a oportunidade para a descrição exaustiva desses acontecimentos, quero registrar, ainda que superficial e rapidamente, alguns aspectos que testemunhei, ou experiências minhas a eles relacionadas. A primeira edição deste livro é de 1968, e foi nesse ano que sofri meu exílio "voluntário", isto é, condicionado pela situação emergente da "revolução" de 1964 e pelos IPMs arbitrários a que fui submetido. Ironicamente, pode-se afirmar ter sido a "revolução", contrariando seus próprios desígnios, que dinamizou a participação do negro brasileiro nos foros internacionais do mundo africano. Isto aconteceu devido ao acolhimento que recebi nos Estados Unidos. A Fairfield Foundation me fez um convite para conhecer as organizações culturais afro-norte-americanas. Em Nova York, após mostrar minha pintura ao público, pela primeira vez, na Harlem Art Gallery e na Crypt Gallery da Columbia University, passei algumas semanas como *visiting lecturer* da Yale School of Drama, em New Haven, dividindo com estudantes e professores minha experiência do Teatro Experimental do Negro, e expondo minha pintura na galeria da School of Art and Architecture da Yale Uni-



versity. Em seguida estive um ano como *visiting fellow* na Wesleyan University, em Middletown, Connecticut, participando de um seminário que reuniu destacadas personalidades mundiais — entre elas Buckminster Fuller, Norman Mailer, Norman O. Brown, John Cage, Leslie Fiedler — sobre o tema “Humanidade em Revolta”.

Naquela época — 1968/69 — os Estados Unidos ainda fumegavam em decorrência dos violentos protestos dos negros contra o racismo e a discriminação racial de que eram vítimas, mesmo após a luta da década anterior de direitos civis e as conquistas conseguidas por ela. Talvez o conhecimento de uma outra experiência de convivência racial fosse oportuna para mim e para os norte-americanos. Talvez... Talvez por isso acabei contratado como Professor Associado do Centro de Pesquisas e Estudos Porto-riquenhos da Universidade do Estado de Nova York em Buffalo (SUNYAB).

Foi já na qualidade de *Full Professor* (professor titular) da SUNYAB que compareci à Conferência Preparatória do VI Congresso Pan-Africano, em 1973, na Jamaica. O impacto que recebi ao pisar pela primeira vez o chão de um país negro independente é coisa difícil de descrever. Aquele impacto prosseguiu ao visitar a África, onde, convidado pelos organizadores e pelo Ministro do Exterior da Tanzânia, John Malecela, como delegado do Brasil, participei daquele VI Congresso Pan-Africano em Dar-es-Salaam, em 1974. Expus à assembléia de mais de 500 delegados africanos, do continente e da diáspora, as condições de opressão, destituição e racismo das irmãs e irmãos negros do Brasil. Pela primeira vez se ouvia, no âmbito internacional, tal denúncia de racismo e discriminação, da boca de um negro oriundo deste País tido como a própria fonte da democracia racial. O texto do discurso que então proferi, acha-se publicado no meu livro *O Quilombismo* (Ed. Vozes, 1980). Outro aspecto bastante significativo da minha viagem à Tanzânia foi meu encontro particular com o Presidente Julius Nyerere, por quase uma hora. Falamos largamente sobre o mal do racismo que devia ser combatido onde quer que se manifestasse, inclusive nos países socialistas. Porém a tônica do encontro foi a necessidade de reatamento dos laços entre os irmãos do continente e da diáspora,



rompidos desde os tempos da escravidão, a fim de reforçar a luta contra os opressores de qualquer cor e de todos os continentes.

Marcando a presença do negro brasileiro, participei também no Seminário sobre Alternativas Africanas, coordenado pelo escritor nigeriano Wole Soyinka, presidente da União de Escritores dos Povos Africanos (UWAP), e tendo lugar em Dakar, em 1976, patrocinado pelo Governo do Presidente de Senegal, Leopoldo S. Senghor, co-fundador, com Aimé Césaire e León Damas, do movimento poético da *Négritude*. A minha participação nesse primeiro congresso plenário da União de Escritores dos Povos Africanos, que reuniu mais de 400 delegados de todas as partes do mundo africano, significou a primeira oportunidade de um negro brasileiro estar presente, como membro, de uma organização internacional de intelectuais africanos. Vários delegados vieram me manifestar haver sido aquela a primeira vez que eles ouviram a voz de um afro-brasileiro retratando um Brasil diferente daquele país de mulatas, pelés e carnaval das versões oficiais espalhadas pelo mundo — até mesmo pelo mundo africano — como atração turística.

Ainda nesse mesmo ano de 1976, compareci e proferi conferência, em Washington D.C., no simpósio e na marcha comemorativa do Dia de Libertação da África, a convite de Stokely Carmichael, presidente do Partido Revolucionário de Todos os Povos Africanos, entidade organizadora do evento. Haver falado para uma audiência de mais de 5.000 pessoas, a maioria negros vindos de todas as partes, numa praça da capital de um país racista como os Estados Unidos, constituiu uma experiência que não se esquece jamais. Tampouco esquecerei do encontro, no meio daquelas multidões, com um negro brasileiro carregando uma faixa enorme, que se solidarizou comigo durante a marcha e cujo nome infelizmente não pude guardar.

Entre os encontros internacionais importantes nos quais apresentei meu testemunho da realidade afro-brasileira, tal como é vivida pelo afro-brasileiro, menciono ainda o II Festival Mundial de Arte e Cultura Negro-Africanas (Festac) (Lagos, Nigéria, 1977). Devido às pressões e manipulações da embaixada brasileira em Lagos, documentadas no meu livro *Sitiado em Lagos* (Nova Fronteira, 1981), foi rejeitado o texto que escrevi, especialmente solicitado pelo diretor do Colóquio do Festac, o professor



ugandense Pio Zirimu. Esse trabalho foi publicado, porém, tanto na Nigéria, sob o título *Racial Democracy in Brasil: Myth or Reality?* (primeira edição pelo Departamento de Línguas e Literaturas da Universidade de Ifé e segunda edição pela Sketch Publishing de Ibadan), como também no Brasil, sob o título *O Genocídio do Negro Brasileiro* (Paz e Terra, Rio, 1978).

A delegação oficial brasileira ao Colóquio, como testemunharam aqueles ensaios, foi inteiramente branquicefálica, agindo segundo os padrões oficiais do eurocentrismo nacional. Porém, vale dizer que a contribuição cultural realmente afro-brasileira no Festac 77 constou de presenças que desenvolviam uma saudável exposição dos fundamentos culturais africanos, entre eles Caetano Veloso, Gilberto Gil e Paulo Moura. Havia ainda a contribuição de Rubem Confete, traduzindo a mensagem de uma crescente mobilização de consciência negra no Brasil, consciência essa que, um ano e meio depois, explodiria num movimento amplo do qual participei, o qual mencionarei em detalhes mais adiante. Ainda me chegavam, na Nigéria, notícias de um grupo negro da Bahia, o Núcleo Cultural Afro-Brasileiro, que, junto com tantos outros, exemplificavam esse momento embriônico de ainda outra fase da luta secular do negro brasileiro.

Aquele ano de 1976-77, como professor-visitante da Universidade de Ifé, na Nigéria, a convite do professor Wande Abimbola, diretor do Departamento de Línguas e Literaturas Africanas, além de me propiciar a oportunidade de registrar minha participação no Festac 77, também me permitiu analisar detalhadamente, nos seminários para docentes que ministrei naquela universidade, a experiência negra em nosso país e na diáspora. E ainda me ensejou a ocasião de contemplar diretamente os famosos bronzes expostos no museu instalado junto à residência do Oní de Ilé-Ifé. Foi um momento de grande emoção e significado ter podido conviver com as fontes da cultura yoruba que os africanos escravizados trouxeram para o Brasil: o templo de Oxum, na cidade de Oxogbô; a pedra de Ogum, em Ilé-Ifé, cidade onde, segundo o mito nagô da criação, Obatalá desceu do Orum para criar a terra. Conheci templos e sacerdotes na cidade de Xangô, Oyó; e na de Yemanjá, Abeocutá, cruzei várias vezes o Rio Ogum, e vi suas colinas povoadas das rochas que evocam a dignidade da Mãe d'Água. E ainda Ijexá, local do templo de



Obatalá, onde testemunhei a volta do paxorô à sua terra natal após um exílio de quatro séculos na diáspora brasileira...

Nos Estados Unidos, o interesse pelo assunto afro-brasileiro se expandiu rapidamente naquela década de 70, ainda agitada por resíduos dos conflitos raciais. Percorri vários estados daquele país, convidado para simpósios, palestras, conferências, exposições, debates, painéis e congressos, promovidos tanto por associações, galerias e teatros (a exemplo do Negro Ensemble e New Lafayette Theatre, ambos no Harlem), como por universidades: a Howard (universidade negra de Washington, D.C.), Harvard (Cambridge, Mass.), Princeton (New Jersey), Universidade de Califórnia em Los Angeles (UCLA), Tulane (New Orleans), Universidade de Califórnia em Santa Bárbara, e na Universidade do Estado de Nova York em New Paltz e Columbia University em Nova York.

O Inner City Cultural Center de Los Angeles encenou minha peça afro-brasileira *Sortilégio (mistério negro)*. Esse Centro Cultural está situado no *ghetto*, ou *inner city*, de Los Angeles, e serve à população negra e pobre da cidade. Simultaneamente à encenação da peça houve a mostra da minha pintura, e à frente da organização desse evento destacou-se Eliana Guerreiro Ramos, afro-brasileira filha do sociólogo Guerreiro Ramos. Meus quadros também foram mostrados em dezenas de galerias, incluindo o Studio Museum in Harlem, o Museu dos Artistas Afro-Americanos (Dorchester, Mass.), a Malcolm X House (Wesleyan University, Conn.), o Museu de Arte de Syracuse (N.Y.), a galeria da Howard University, o Museu Ilé-Ifé (Philadelphia, Pa.), o Langston Hughes Center e o Museu de Arte e Antiguidades Africanas e Afro-Americanas (Buffalo, N.Y.), a Rainbow Signs Gallery (Berkeley, Califórnia), e o Taller Boricua (em Spanish Harlem, N.Y.). Os orixás, vestidos nas cores quentes e comunicativas da afetividade afro-brasileira, tocavam fundo os irmãos e irmãs afro-norte-americanos. Parados frente aos quadros, mais de uma vez vi que alguns tinham os olhos úmidos, outros choravam. Talvez por causa da dor inconsciente pela perda dos deuses que lhes foram arrancados pela violência do escravagismo norte-americano.

Importante a ser mencionado nesse começo de intercâmbio direto de experiências entre o negro brasileiro e o norte-americano,



foram os encontros com líderes tais como Bobby Seale, a quem visitei em Oakland, Califórnia, na sede nacional dos Panteras Negras; Leroy Jones (atual Imamu Amiri Baraka) então dirigente da *Spirit House* de Newark, New Jersey, onde também encontrei com o poeta sul-africano exilado, Keorapetse Kgetsisile; o Dr. Maulana Ron Karenga, líder da organização *US* de Los Angeles; o dramaturgo Ed Bullins; o muralista Jeff Donaldson; Barbara Ann Teer, fundadora do Teatro Nacional do Negro, de Nova York; e Val Ward, dirigente do Teatro Kuumba, de Chicago. Seria impossível, num relatório breve como este, incluir todas as ocorrências nas quais estive envolvido nesse período que me separa de 1968, data da primeira publicação de *O Negro Revoltado*, e o tempo presente. Mas não quero deixar de mencionar entre os encontros mais frutíferos, aqueles com a poetisa Sônia Sanchez; bem como com a escritora e coreógrafa Kariamuwelsh e o Dr. Molefi K. Asante, criadores do Museu de Artes e Antiguidades Africanas e Afro-Americanas de Buffalo, Nova York. Esta instituição exhibe em seu acervo quadros do pintor negro de Dorcas de Guanhanes, Sebastião Januário, e esculturas de José Heitor (Além Paraíba, RJ) e de Assis, do grupo Embu de São Paulo, como também alguns dos meus orixás. Nessa transa cultural da diáspora africana também sobressai o trabalho que vem desenvolvendo Marta Moreno Vega, dirigente do Centro de Recursos e Pesquisas das Artes Visuais Relacionadas com o Caribe (VARRCRC) de Nova York. Essa organização trabalha no sentido de reunir a experiência cultural africana, e sua influência positiva está chegando à África, ao Brasil e ao Caribe, inclusive a Cuba — aliás, em toda parte onde o africano exista.

\* \* \*

Muitos já disseram, e dirão, que esses contatos meus com os negros militantes dos Estados Unidos tenham contribuído para modificar o meu pensamento sobre a situação racial brasileira e sobre o racismo em geral. Equívoco, má fé ou deslavada mentira. Com efeito, tal acusação até antecedeu minha estada no estrangeiro: antes mesmo que eu tivesse saído do Brasil, já era lugar-comum atribuir ao negro que lutava pelos seus direitos de ser



humano e de cidadão, o desejo de "importar" para o Brasil problemas norte-americanos, como se aqui jamais houvesse existido o racismo. Acredito no entanto que tal posicionamento já esteja, atualmente, tão desacreditado que nem mereça que se gaste tempo e argumento em desmenti-lo.

No sentido mais autêntico e profundo, posso dizer que realmente a experiência do exterior, tanto no âmbito internacional como especificamente nos Estados Unidos, não me trouxe nada de substancialmente novo. Pelo contrário, o exterior apenas reforçou, reconfirmou e ampliou a consciência que já havia se desenvolvido no Brasil. Por exemplo, o lema do "Black is Beautiful", tão agitado como bandeira inédita na década de 60 nos Estados Unidos, já tinha sido levantado pelo Teatro Experimental do Negro desde a década de 40 no Brasil (ver Elisa Larkin Nascimento, *Pan-africanismo na América do Sul*, Vozes, 1981). Igualmente, não foi o movimento "Black Power" dos negros norte-americanos que me abriu a consciência à necessidade de participação do povo negro nas estruturas decisórias nacionais, representando as reivindicações e problemas específicos de sua comunidade. Mais de uma década antes do "Black Power" norte-americano, já advogava esse conceito. Minhas candidaturas políticas sempre foram tentativas de levar adiante esse princípio endereçado à consciência afro-brasileira. Sabia de sobra que as disponíveis possibilidades eleitorais não sustentariam uma suposta ambição pessoal, mesmo se a tivesse. Sabia também, e a atuação dos partidos políticos reconfirmara sempre esta certeza, que a candidatura de um negro consciente não seria apoiada pelas estruturas políticas convencionais do país, dominadas por interesses e figuras do mundo eurocêntrico tradicional brasileiro. Os partidos estavam dispostos a "apoiar", teoricamente, o conceito do anti-racismo, mas na hora de praticar objetivamente o compromisso saíam pela tangente, bem à moda do racismo brasileiro. O exemplo mais destacado se encontra nas páginas da minha "Apresentação" à primeira edição deste livro, e se refere ao Partido Comunista Brasileiro e à Assembléia Constituinte de 1946.

Consciente de todos esses obstáculos, minha intenção, ao engajar-me nessas campanhas políticas, era a de colocar o assunto da participação política do negro no meio político brasileiro. Neste momento político, estou conseguindo espaço para colocar



o assunto, tanto na teoria como na prática, no Partido Democrático Trabalhista (PDT), liderado por Leonel Brizola.

Outro conceito, advogado pela "revolução" negra dos Estados Unidos nas décadas de 60 e 70, foi o de que a meta final da integração do negro à sociedade branca dominante significava o fracasso teórico e prático da luta pelos direitos civis da época de Martin Luther King, e do tempo de Selma e Birmingham (a década de 50). A integração representava a renúncia da especificidade cultural e política da comunidade negra, cuja identidade própria seria absorvida pela sociedade dominante à qual se integraria. Seria esse um conceito alheio à experiência brasileira, o qual só poderia ser colhido no exterior? Pelo contrário. Através de minha experiência de luta afro-brasileira, desde a década de 1930 até 1968, quando saí do país, já havia chegado a essa conclusão. Pois a chamada "integração" racial brasileira significava, e significa, na prática, apenas a subordinação e a dependência do negro ao paternalismo do branco, que detém todos os recursos e os concede, apenas, ao negro que se mantém subalterno, humilde e conciliador. Em verdade, e na rudeza dos fatos, é dessa situação de paternalismo e dependência que nasceu o tom conciliatório da *Declaração Final* do I Congresso. A vida do negro é tão condicionada por essa realidade, que ele mesmo às vezes não consegue visualizá-la com clareza. Aquele paternalismo se torna um dado implícito, uma espécie de axioma que nunca precisa ser explicitado.

Dessa forma, a experiência prática de tentar travar uma luta a favor da identidade específica do negro e da sua valorização dentro da sociedade brasileira já havia me levado, muito antes de chegar aos Estados Unidos, à conclusão de que a chamada integração racial não seria nunca a solução do racismo no Brasil: a integração do negro aos padrões exógenos da cultura dominante eurocentrista significa sua autonegação. Entretanto, observando a realidade norte-americana, que confirmava essa convicção, vi que destacava-se ainda uma outra dimensão. Os negros nos Estados Unidos se encontravam na busca angustiada de uma cultura própria de origem africana, que lhes fornecesse uma alternativa à proposta integracionista. Maulana Ron Karenga articulou, por exemplo, a teoria prática da Kwaiaida, baseada em sete princípios expressos em Swahili, e a celebração da



Kwanzaa, festa de fim de ano que os homenageia. Observando as vicissitudes dessas tentativas, às vezes fracassadas, de restituir uma base autônoma de identidade comunitária para resistir à sua absorção pelos padrões europeus majoritários nos Estados Unidos, melhor pude compreender o vasto tesouro, não só cultural, como também político, que constitui nossa herança religiosa afro-brasileira. Embora todo o trabalho cultural/político do TEN testemunhe essa consciência, já existente desde a década de 40, ela se agudizou diante desse patético quadro de destituição cultural do afro-norte-americano.

Considerando todos esses aspectos da minha orientação política, posso concluir, sem hesitação, que a minha vivência no exterior nada substancial acrescentou a ela. Forneceu, sim, uma oportunidade para melhor aprofundar e refinar as conclusões a que havia chegado durante quatro décadas de atividade no Brasil, oferecendo-me ocasião de compartilhá-las com os companheiros do restante do mundo africano.

Já mencionei o crescente movimento de consciência afro-brasileira de cujo desenvolvimento eu tinha notícias desde Buffalo e Nigéria, entre 1975 e 1977. A partir dos fins de 1977, já não compareci sozinho aos encontros negros internacionais. Cerca de quatro afro-brasileiros participaram também do I Congresso de Cultura Negra das Américas, presidido pelo antropólogo Manuel Zapata Olivella, em Cali (Colômbia), em agosto de 1977. Sebastião Rodrigues Alves, Marina de Avelar Sena, e o falecido sociólogo Eduardo de Oliveira e Oliveira estiveram presentes; também a jornalista Mirna Grzych, que eu já havia encontrado ativa em Lagos durante o Festac 77.

No II Congresso de Cultura Negra das Américas, no Panamá, em março de 1980, presidido pelo professor Geraldo Maloney, o número de afro-brasileiros aumentou consideravelmente. Lá estiveram o poeta Eduardo de Oliveira, o historiador Clóvis Moura, os professores Marigilda dos Santos e Henrique Cunha Jr., o dançarino Lincoln Santos, o vereador Paulo Rui e a historiadora Marina de Avelar Sena. A jornalista Mirna Grzych mais uma vez demonstrou seu interesse em testemunhar o processo da luta negra, fazendo a cobertura dos eventos do Panamá. Também compareceu a estudiosa francesa de assuntos afro-brasileiros, Barbara Lavergne. Na reunião do Panamá a assembléia



por unanimidade escolheu o Brasil como a sede do III Congresso e me elegeu vice-presidente para a América do Sul, responsável pela organização do terceiro encontro.

Na sequência desses acontecimentos, cito ainda o convite dos deputados e senadores afro-norte-americanos do Bloco de Parlamentares Negros dos Estados Unidos, e do sindicato Aliança Nacional de Trabalhadores dos Correios e Empregados Federais (o sindicato negro mais velho do país), para um almoço em minha homenagem. Para uma sala repleta de políticos, representantes de organizações sociais, religiosas e sindicais, e após a apresentação feita por Ramsey Clark, ex-Ministro da Justiça dos Estados Unidos, enderecei minha *Mensagem do Quilombismo*, publicada em Apêndice 1 deste prefácio. O discurso, em linguagem didática, representa o esforço de transmitir a complexidade de nossa experiência histórica a uma platéia de negros norte-americanos não familiarizados com os assuntos afro-brasileiros.

O processo de internacionalização da luta afro-brasileira ampliava-se, fortalecido desde 1979 pela atuação de Lélia Gonzalez em várias conferências nos Estados Unidos e na Europa, sobretudo levando a palavra da mulher negra brasileira aos foros estrangeiros e internacionais. Nos Estados Unidos, o afro-baiano José Santos, estudante universitário negro na universidade negra de Howard, em Washington D.C., organizava encontros com a comunidade negra local, no esforço de divulgar a situação do negro brasileiro e a tradição libertária de Zumbi. Dentro das fronteiras do Brasil, a consciência negra continuava se fortalecendo e expandindo. Exemplo maior dessa maturidade foi a histórica concentração de 2.000 homens e mulheres negros nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, a 7 de julho de 1978, num veemente ato de protesto contra a discriminação racial e a violência gratuita da polícia contra a população negra. Naquele momento, como um imperativo da luta, nascia o Movimento Negro Unificado (MNU). Talvez um dos indícios mais destacados da maturidade política corporificada no MNU seja a sua definição do preso negro brasileiro como preso político. Na medida em que ser negro é um fato político neste país, um fato decisivo na distribuição do poder, da justiça e das oportunidades;



e uma vez que o negro e a comunidade negra são agredidos e reprimidos por serem negros, a definição da prisão arbitrária do negro também se impõe como prisão política. A tortura e outras atrocidades que passaram despercebidas durante tantos séculos por serem cometidas, via de regra, contra os negros, somente se tornaram bandeira de luta quando dirigidas contra os filhos de membros da classe média branca convencionalmente identificados como presos políticos. O MNU, ao assinalar e combater essas e outras realidades, levou adiante as posições políticas do movimento negro histórico de que era herdeiro e continuação.

Assinalemos que, a outros níveis de atuação, prestavam seu concurso à luta, entre outras instituições, o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN, do Rio); a Sociedade de Estudos da Cultura Negra do Estado da Bahia (SECNEB), o grupo da revista *Tição*, de Porto Alegre; o *Jornegro*, de São Paulo; o Instituto de Estudos Africanistas, de São Paulo; o Ilê-Aiyê e o movimento dos afoxés da Bahia; o Centro Cultural Afro-Brasileiro do Maranhão; o Movimento da Alma Negra (MOAN), do Amazonas; o Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN), de São Paulo; o Centro de Estudos Afro-Brasileiros (RJ); o Grupo de Estudos André Rebouças (RJ), a Associação Cultural Zumbi de Alagoas. (Para uma análise mais profunda do MNU e de seus antecedentes imediatos, bem como sobre iniciativas contemporâneas e seu surgimento, ver Lélia Gonzalez, "O Movimento Negro na Última Década", em Gonzalez e Carlos Hasenbalg, *Lugar de Negro*, Editora Marco Zero, Rio, 1982.)

Merece destaque o nascimento do Memorial Zumbi, em 1980, movimento dedicado a resgatar, para e pela comunidade negra, a Serra da Barriga, local da República de Palmares e da luta secular do herói afro-brasileiro Zumbi (ver Apêndice 2).

Voz e vitória do movimento negro tem sido a atividade poética militante dos poetas negros que vêm surgindo nesses últimos anos. Como exemplos, que não chegam a esgotar a extensa lista desses escritores, quero citar Oswaldo Camargo, Cuti, Adão Ventura, Oliveira Silveira, entre muitos outros. E para encerrar este ensaio-prestação de contas, acho de plena relevância a transcrição de um trecho representativo dessa nova poesia negra



engajada: do poema "Decisão", em *Sobrevivências*, de Oubi Inaê Kibuko:

Chega de tudo pela metade!  
Basta de tudo pelo meio!  
Desta vez ou vai ou racha!  
Queremos tudo! E inteiro!!

A paciência, a conciliação e a humildade, heranças do racismo paternalista brasileiro que sempre afligiram a comunidade negra, não mais a impedirão na luta pelos seus direitos. Com a firmeza justiceira e pacífica de Oxalá, a bravura e a coragem flamejantes de Xangô, o temerário agadá transformador de Ogum, e o amor-próprio coletivo de Oxum, marchamos para a frente. Axé!

Rio de Janeiro, 1 de março de 1982

A. N.





1. Durante a Convenção Nacional do Partido Democrático Trabalhista (PDT), realizada no Senado Federal, em Brasília, a 11 de julho de 1981, Abdias Nascimento apresenta o documento sobre o III Congresso de Cultura Negra das Américas (Apêndice nº 1).





2. Os exilados brasileiros se reuniram em Estocolmo, Suécia, em dezembro de 1978, em um seminário coordenado por Maurício Dias David, sob o título *O Brasil no limiar da década de 80*. Lá compareceu Abdias Nascimento e apresentou o racismo brasileiro como um problema nacional cuja solução se impõe como pré-requisito ao estabelecimento de uma democracia autêntica no Brasil.





3. Durante o seminário em Maceió, Alagoas, convocado em agosto de 1980, para fundação do Memorial Zumbi, houve uma visita à Serra da Barriga, local onde no século XVI existiu a República dos Palmares. Participante dos trabalhos do Memorial, Abdias Nascimento subiu à Serra da Barriga e se informa, com um dos seus atuais moradores, a respeito das condições de vida lá existentes.





4. Em Barbados (agosto de 1981), reuniram-se os presidentes dos II e I Congressos de Cultura Negra das Américas: professor Geraldo Maloney, do Panamá, e Dr. Manuel Zapata Olivella, da Colômbia (à esquerda e à direita, respectivamente, de Abdias Nascimento, coordenador geral do III Congresso de Cultural das Américas a se realizar no Brasil).





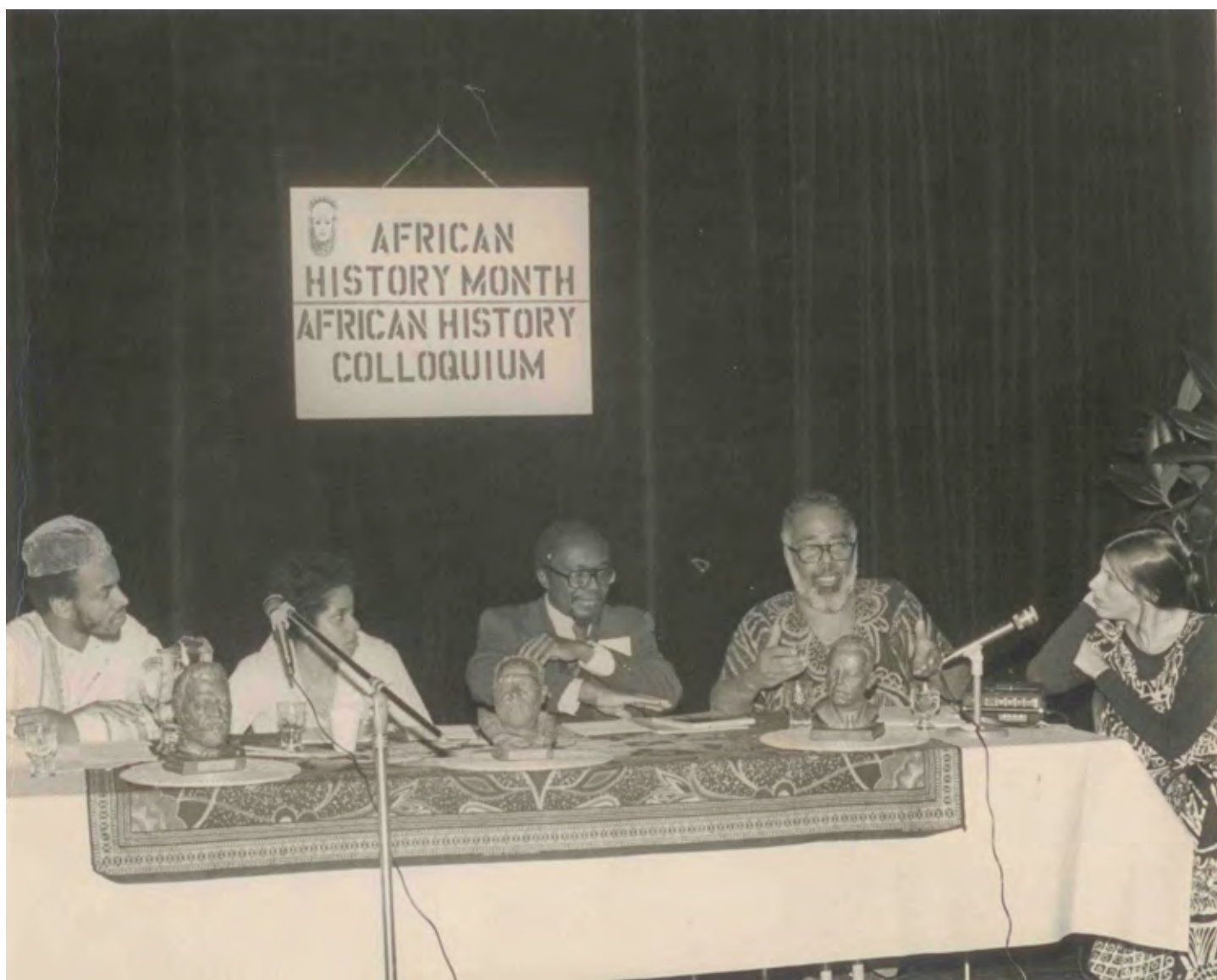
5. O sociólogo Guerreiro Ramos, no Rio de Janeiro, em 1950, lança a candidatura de Abdias Nascimento à Câmara de Vereadores do então Distrito Federal, pelo Partido Social Democrata. À última hora arbitrariamente transferido pelo partido para a chapa de deputados federais, Abdias Nascimento desistiu de concorrer àquelas eleições.





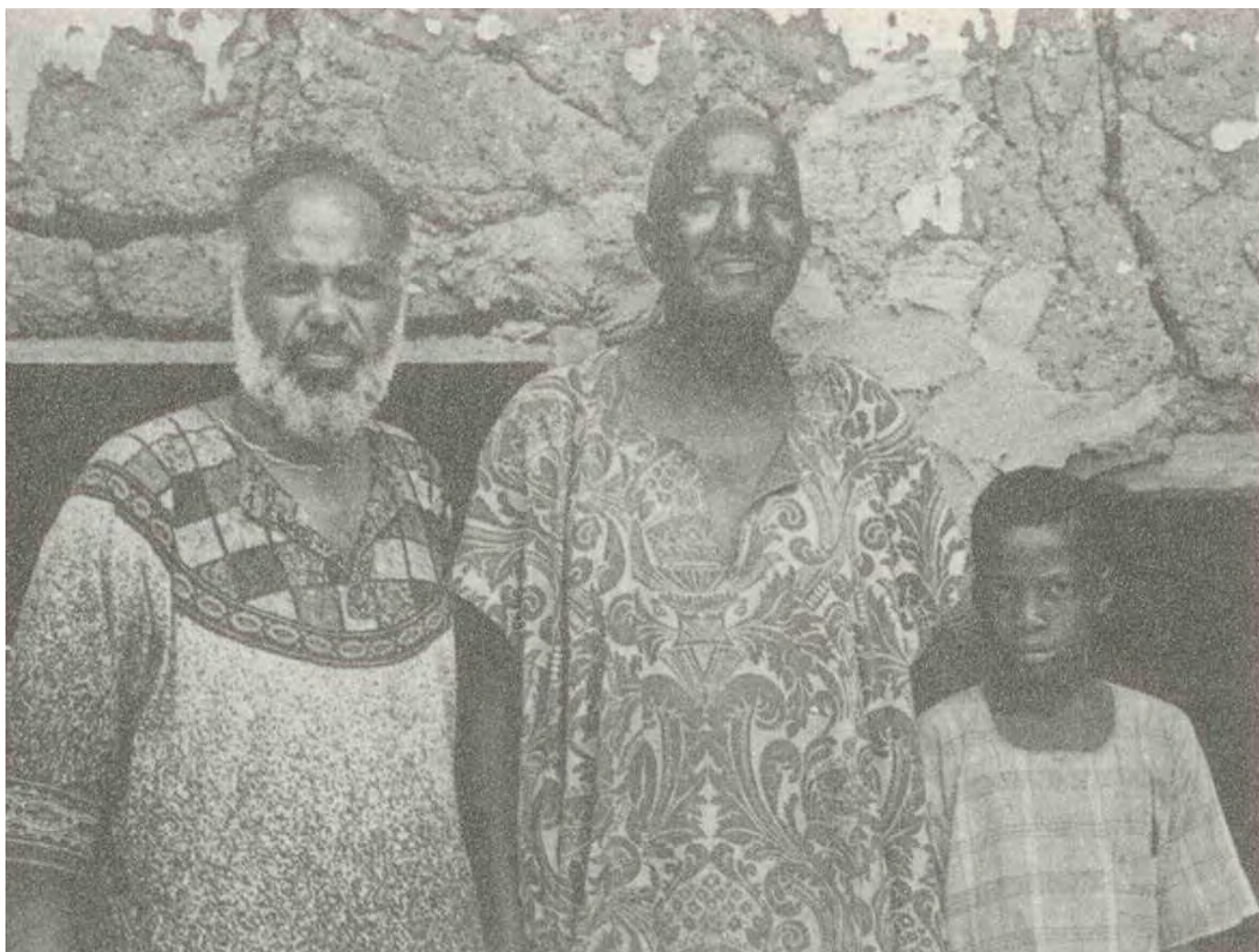
6. A Dra. Guiomar Ferreira de Matos discursa em adesão À frustrada candidatura de Abdias Nascimento pelo PSD à Câmara de Vereadores, em 1950.





7. Abdias Nascimento insere a história do negro brasileiro no contexto dos trabalhos do Mês de História Africana, em colóquio realizado em Buffalo, EUA, em 1979, pelo Centro Afro-Brasileiro daquela cidade.





8. Em Oyó, Nigéria, em 1977, Abdias Nascimento visita um sacerdote de Xangó. Segundo a tradição, Xangó foi rei dessa cidade, considerada uma espécie de capital política do povo iorubá.





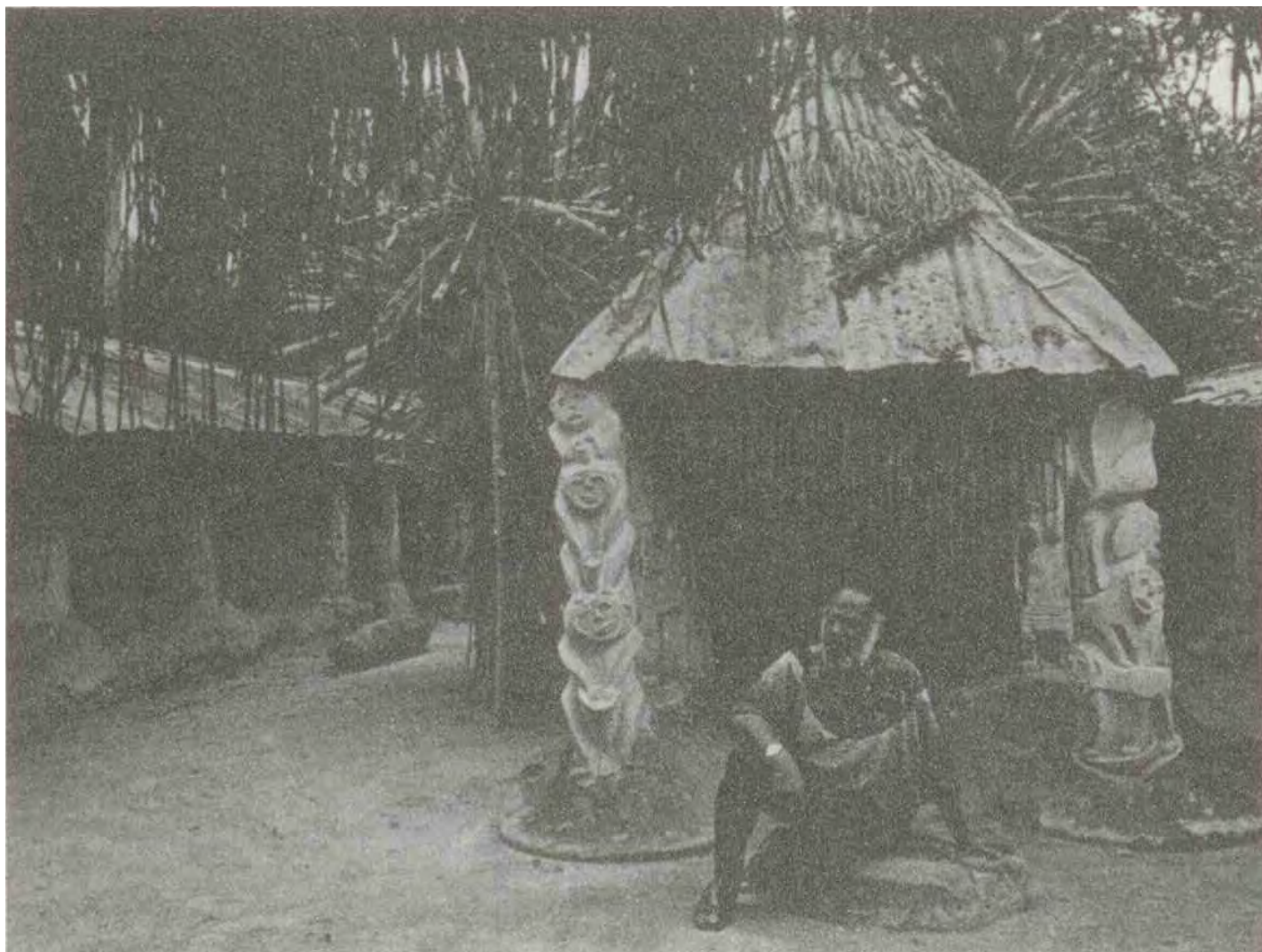
9. No *campus* da Universidade de Ilé-Ifé, onde Abdias Nascimento permaneceu um ano acadêmico (1976/77) como professor-visitante no Departamento de Línguas e Literaturas Africanas, ele é fotografado ao lado do professor Akin Isola e do Babalaó (sacerdote de Ifá) filiado ao Departamento.





10. Ola Balogun, diretor cinematográfico nigeriano (*Deusa Negra*, 1978), troca ideias com Abdias Nascimento durante o colóquio do II Festival Mundial de Arte e Cultura Africanas, FESTAC, Lagos, 1977.





11. No interior do templo de Oxum, em Oshogbo, Nigéria, Abdias Nascimento reencontra as raízes da cultura original dos afro-brasileiros.





12. Na qualidade de professor-visitante da Universidade de Ilé-Ifé, Abdias Nascimento propôs ao Departamento de Línguas e Literaturas Africanas, dirigido pelo professor Wande Abimbola, a construção de um templo dedicado ao culto dos Orixás, no *campus* universitário. Proposta aprovada, um terreno foi cedido pelo *chancellor* da universidade, e a foto fixa o instante em que sacerdotes do Oxalá realizavam a primeira cerimônia no local, entre as árvores do belo *campus*, em 1977.





13. Em busca da memória africana no Brasil, Abdias Nascimento aqui se encontra na entrada da famosa mina da Encardideira, pertencente a Chico-Rei, no século XVIII, em Ouro Preto, Minas Gerais, cujo tombamento está proposto no documento do Apêndice nº 3.





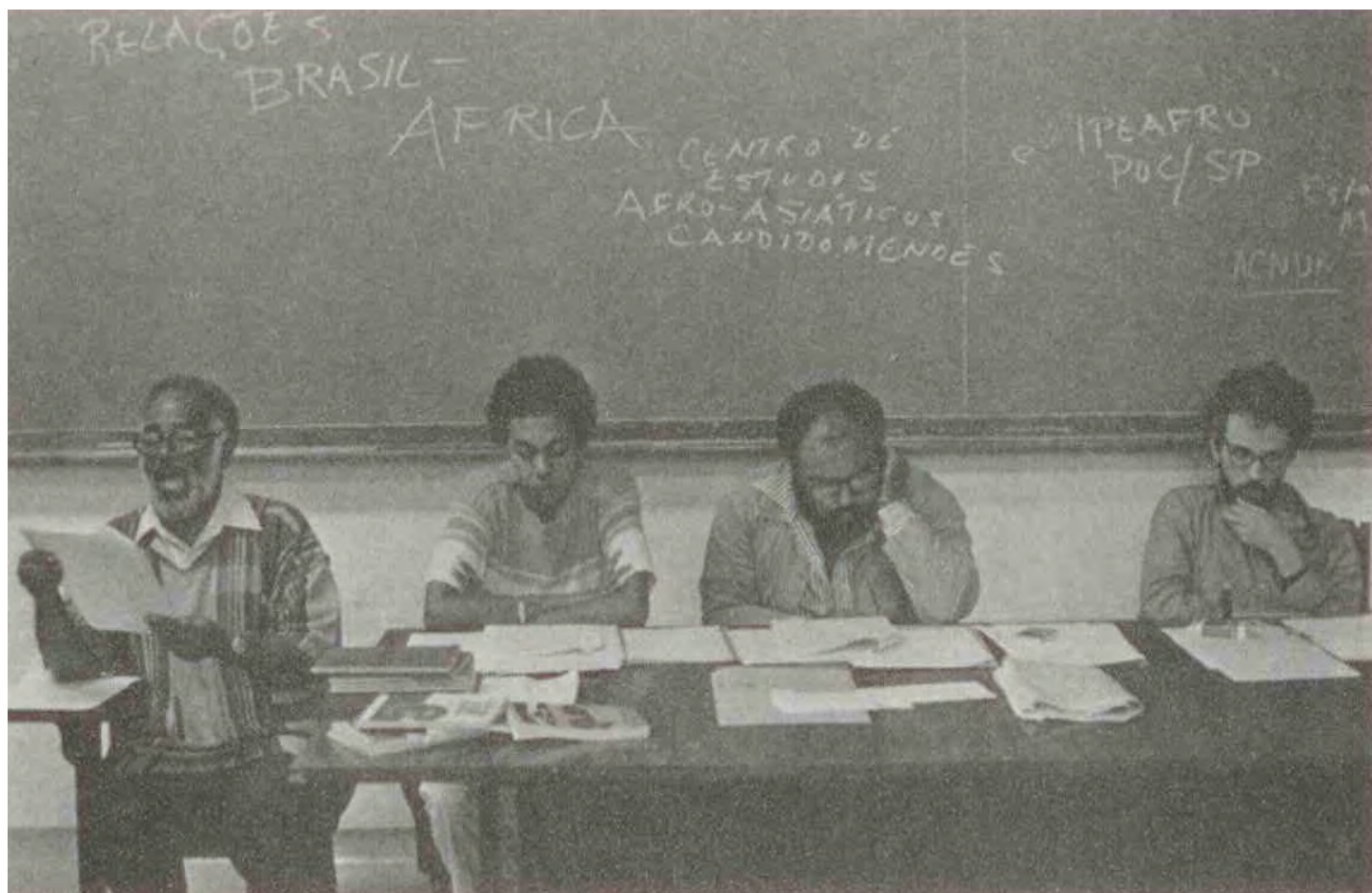
14. D. José Maria Pires concelebra com D. Pedro Casaldáliga, respectivamente, arcebispo da Paraíba e bispo de Uruguaia, a Missa dos Quilombos, na Serra da Barriga, a 20 de novembro de 1981, Dia da Consciência Negra (morte de Zumbi).





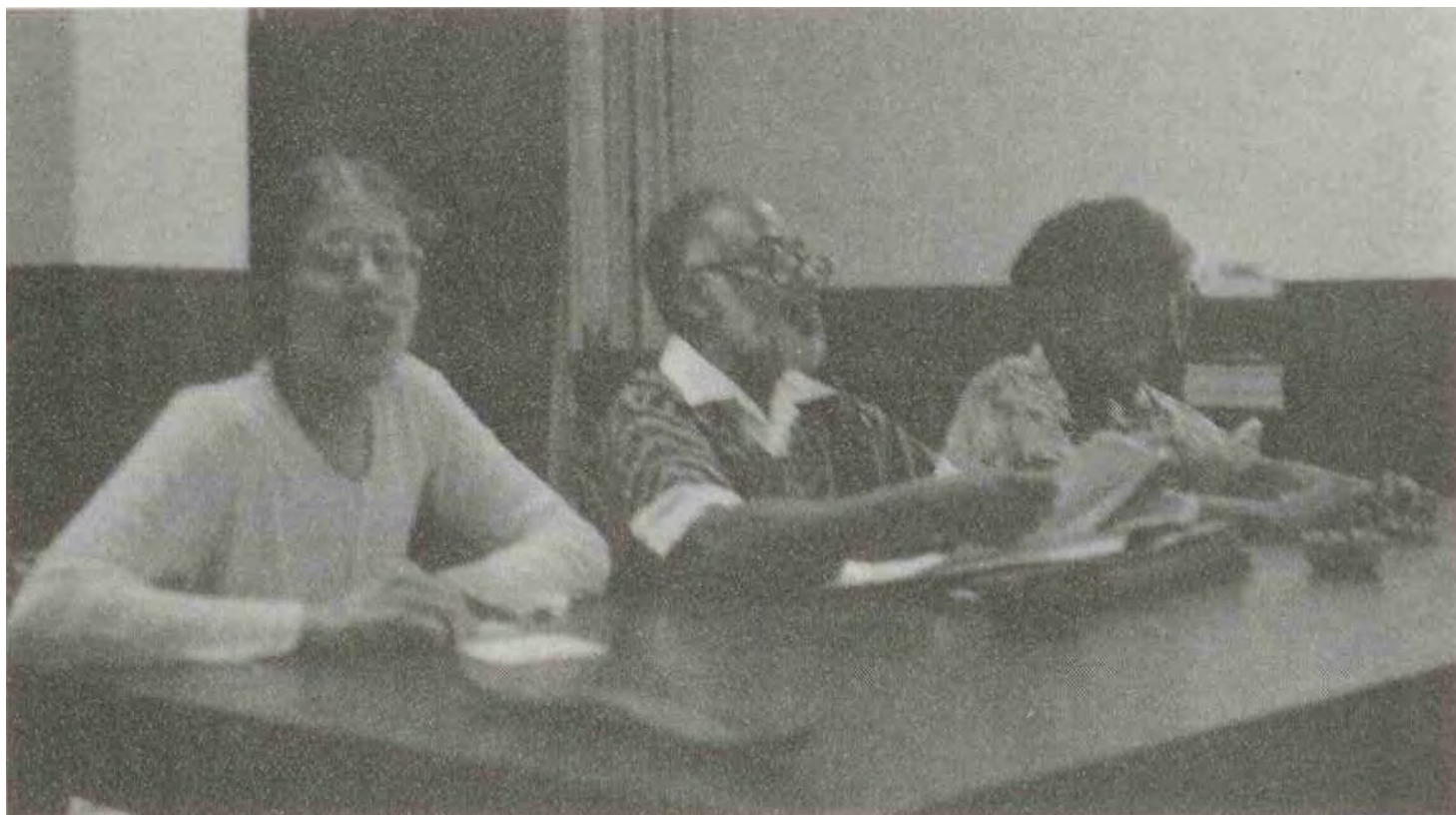
15. Exílio em Nova York: Abdias Nascimento se encontra com Leonel de Moura Brizola na residência de Kathryn Taverna e Clóvis Brigagão. Abdias expõe a Brizola a necessidade de o negro participar da política brasileira defendendo seus interesses específicos, face ao tipo de racismo imperante na vida brasileira.





16. Em julho de 1981, durante a 33ª Reunião Nacional da SBPC, Salvador, Bahia, por delegação do Conselho Deliberativo do Memorial Zumbi, Abdias Nascimento apresentou um informe sobre o Memorial (Apêndice nº 3). Na mesa organizada pelo Centro de Estudos Afro-Asiáticos, do Conjunto Universitário Cândido Mendes, vemos Abdias Nascimento, lendo informe ao lado de Paulo Roberto dos Santos e Dr. Michael Turner.





17. A 27 de agosto de 1981, a Associação Brasileira de Imprensa, Rio de Janeiro, Elisa Larkin Nascimento, ao lançar seu livro *Pan-Africanismo na América do Sul: emergência de uma rebelião negra* (Vozes), fez uma exposição das implicações da revolta do negro brasileiro com o mundo africano. A seu lado vemos Abdias Nascimento e a atriz e militante negra Lea Garcia.





18. Durante a inauguração de um marco celebrando Zumbi, na Serra da Barriga, a 20 de novembro de 1981, dado erigir pelo Memorial Zumbi, Abdias Nascimento falou em nome logo após a Missa dos Quilombos. A seu lado a Yalorixá D. Hilda, do Ilé Axe Ogum, da Bahia, e Lélia Gonzales, membro do Conselho Deliberativo do Memorial Zumbi.





19. Sebastião Rodrigues Alves (à direita), veterano militante negro e sacerdote umbandista de Xangô, visitou os Estados Unidos e falou em várias universidades sobre a cultura religiosa afro-brasileira. Na foto, tomada durante o Colóquio de História Africana, do Centro Cultural Afro-Americano, de Buffalo, 1979, ao lado Elisa Larkin Nascimento e de Abdias Nascimento.





20. Patrocinada pela União dos Estudantes Negros da Universidade do Estado de Nova York (SUNY), uma conferência dos Drs. Maulana Ron Karenga, Molefo Kete Asante e Abdias Nascimento. Na foto, o Dr. Molefi, Abdias Nascimento, Elisa Larkin Nascimento (agachada), a coreógrafa Kariamua Welsh e o poeta Celes Tisdale. Setembro de 1978, Norton Hall, SUNY em Buffalo.





21. Irene Diggs, cientístanegra norte-american, em 1947 foi barrada no Hotel Serrador. Este negou a prática da discriminação racial e foi reptado por R. Magalhães Jr. A hospedar negros. Abdias Nascimento aceitou o teste, hospedou-se no Hotel Serrador e reuniu um grupo de amigos para desagrar Irene Diggs. Na foto,entre outros: Aguinaldo Camargo, Abigail Moura, Maria do Carmo, Maria de Lourdes Valle Nascimento, Sérgio Cardoso, Aureo Nonato, Pascoal Carlos Magno, José Pompílio da Hora, os então vereadores Tito Lívio Santana e Carlos Lacerda.



## Apêndice 1

### Uma mensagem do Quilombismo \*

Primeiramente, quero agradecer a todas as pessoas e instituições que possibilitaram esta reunião histórica: especialmente ao deputado Walter A. Fauntroy, do Bloco de Parlamentares Negros; a Wesley Young, vice-presidente desse admirável sindicato independente negro, o maior e mais velho dos Estados Unidos, a Aliança Nacional de Trabalhadores dos Correios e Empregados Federais; e ao Dr. Ramsey Clark, incansável advogado dos oprimidos e discriminados, presidente da nova e ativa organização progressista, o Fundo para Novas Prioridades. Adicionalmente, agradeço a Brady Tyson, que coordenou esse evento, demonstrando sua dedicação ao alargamento da compreensão e cooperação entre os povos brasileiros e norte-americanos.

Meus irmãos e irmãs: eu não vim a esta reunião para somar, às lágrimas e lamentações dos negros norte-americanos, aquelas dos negros brasileiros; e nem para chorar junto a vocês o destino infeliz da nossa raça. Nem tampouco vim aqui apenas para denunciar a situação de extrema destituição e opressão que pesa sobre meus irmãos afro-brasileiros e, diante desta assembléia, registrar a minha inconformidade e o meu protesto. Não, não vim aqui para isso. O que me inspira, e que me move à ação, se encontra muito além dessas fronteiras de negação e de opróbrio. Meus motivos residem, antes, no horizonte e no contexto da festividade. Sim, este deve ser o instante da celebração simbólica da reunião dos membros da família africana, separada

---

\* Conferência proferida em inglês por Abdias do Nascimento em 11 de fevereiro de 1980 no Rayburn House Office Building da Câmara dos Deputados dos Estados Unidos, Washington D.C.



pelas forças anti-históricas do mal, e atirados para os vários cantos do chamado Novo Mundo.

Uma celebração festiva requer as presenças vitais. Invoco, então, neste minuto, o axé, a força espiritual dos nossos ancestrais e dos nossos Orixás: Saravá, Exu!

Nós estamos aqui reunidos como descendentes de africanos. Desde o âmago do nosso ser coletivo emergem, ao eco de incalculável dor e sofrimento, os mais altos e perenes valores daquilo que nossos ancestrais nos legaram, assim como o legado que nós deixaremos para as futuras gerações. Recebemos, dos nossos ancestrais, a herança dos quilombos africanos, e deixaremos para os nossos descendentes a criação positiva do Quilombismo. É esta a nossa celebração.

Nossos ancestrais nos legaram outra herança: a construção de um país chamado Brasil, erigido por africanos e somente por africanos. Um país com um território enorme, a metade da América do Sul; um país maior do que o território continental dos Estados Unidos. A tarefa de construir a estrutura econômica e material desse país significou o holocausto de milhões de vidas africanas. Desde a fundação da colônia do Brasil em 1500, até hoje, os africanos e seus descendentes têm sido a maioria da nossa população — hoje constituímos 80 milhões dentro de uma população total de 120 milhões. Constituímos a maior comunidade negra fora da África; o maior país negro do mundo, com a única exceção da Nigéria.

E assim foi se desenvolvendo o Brasil, o escravo africano criando, produzindo, alimentando toda a riqueza dessa terra enormemente abundante, riqueza que o senhor português e seus descendentes se apropriaram com exclusividade. A única ocupação do colonizador branco foi a de massacrar os povos indígenas brasileiros e de estuprar e torturar mulheres e homens africanos e indígenas. Dessa forma, o Brasil se cristalizou numa sociedade onde uma minoria de europeus tem mantido, através de séculos, o monopólio do poder, do bem-estar material, da educação e do prestígio social. Uma estrutura e uma estratégia de dominação racial tão bem estabelecida, tão eficaz e poderosa, que tem permanecido inalterada através de todas as transformações sócio-políticas e econômicas do país. Houve o período da Colônia, de 1500 a 1822; em 1822 se estabeleceu o Império inde-



pendente do Brasil, que durou até 1889, quando as forças militares proclamaram a República. Para o escravo, porém, estas mudanças nada significaram; de nenhuma forma alteraram a sua situação.

Existe outra condição da vida africana que nunca se modificou durante a história do meu povo: nossa resistência contra a opressão e nossa vitalidade e força criativas. Trouxemos conosco, desde a África, a força do nosso espírito, das nossas instituições sócio-econômicas e políticas, de nossa religião, arte e cultura. É essa a essência do nosso conceito de quilombo. Historiadores convencionais do Brasil (brancos) e os dicionários, informarão que quilombo significa reduto de escravos fugidos. Nossa tradição afrocêntrica nos diz outra verdade. Quilombo, derivado da língua Kimbundu da África austral, significa comunidade, no mais elevado sentido: comunidade em solidariedade, em convivência e comunhão existencial. Esta é a nossa festividade. Celebramos a tradição africana de luta, expressa nos milhares de quilombos militantes espalhados através do território e da história brasileiras. Celebramos Jabaquara (São Paulo), Campo Grande (Minas Gerais), Turiaçu (Maranhão) e todos os demais quilombos irmãos disseminados pela terra e pelo tempo brasileiros. Estas comunidades percorriam o espectro que abrangia desde a minúscula vila isolada às populações de milhares. Campo Grande, por exemplo, tinha 20.000 membros habitantes, um número enorme para a época. Elas organizavam sua produção agrícola, seus sistemas políticos e sua vida social na base das disciplinas avançadas que trouxeram da mãe África. Organizavam uma poderosa resistência militar contra as guerras de agressão lançadas pelos europeus. O exemplo mais formidável dessa realidade histórica é o da República dos Palmares, um estado africano que resistiu de 1595 a 1696: um século inteiro de luta armada contra as campanhas portuguesas, holandesas e brasileiras de extermínio. Era uma força unida de muitos quilombos, somando mais de 30.000 africanos, vivendo as tradições e a dignidade dos nossos avós. Seu líder principal foi Zumbi, que tombou em plena batalha no dia 20 de novembro de 1695, data que hoje se comemora como o Dia Nacional da Consciência Negra.

Estes africanos, fora da existência convencional da sociedade colonial, praticavam a verdadeira abolição da escravatura, junto



com seus irmãos e irmãs que se uniram em todas as maneiras concebíveis de resistência, revolta e luta. Mas a abolição formal e jurídica da escravidão foi meramente um jogo de interesses econômicos com a Grã-Bretanha. A lei do 13 de maio de 1888, a última em todas as Américas a abolir a escravidão legalizada, somente assegurou a continuação da escravidão de fato. Esta escravatura de fato tomava diversas formas, mas basicamente se incorporava na expulsão do ex-escravo, a grande maioria do povo brasileiro, do mercado de trabalho chamado "livre". Àqueles que haviam construído o país, e aos seus filhos, foram vedados os mais básicos elementos de subsistência. Milhões de negros foram criminosamente jogados, nas ruas ou nos campos, à fome, à degradação e à morte coletiva. Seus lugares no mercado de trabalho foram ocupados pelos imigrantes brancos europeus.

A história e a teoria econômica brasileiras, convencionais, escritas por brancos, dirão que estes imigrantes europeus vieram para o Brasil a fim de satisfazer uma necessidade econômica de mão-de-obra. A análise científica afrocentrista, porém, e os irrefutáveis documentos históricos da época mostram que o verdadeiro motivo do subsídio oficial a essa onda de imigrantes brancos era o de embranquecer a população. Já que o ex-escravo se tornara cidadão, o Brasil se tornava inegavelmente um país negro; circunstância que a elite dominante branca não podia tolerar. As teorias científicas da época diziam que o negro "permaneceria para sempre como motivo básico da nossa inferioridade como povo".<sup>1</sup> Era necessário acabar com ele. A literatura política daquele tempo é muito explícita neste sentido.<sup>2</sup> E assim começa o genocídio, nesse século, do povo negro do Brasil, de duas maneiras: através da liquidação física, inanição, doença não atendida, e brutalidade policial; mais sutil é a operação da miscigenação compulsória. Esta política demográfica, pregada como ideal social pelas camadas dominantes, dita que o cidadão brasileiro atinge os direitos civis e humanos, a ascensão na escala sócio-econômica, enfim, a sobrevivência física e econômica, somente na medida em que ele atinja as características do branco, na cor da pele, nos traços somáticos e no comportamento social, não importando sua competência profissional, seu caráter ou inteligência. Se um negro pretende que seu filho conquiste oportunidades na sociedade brasileira, ele o intercasará com uma branca



(ou ela com um branco), para “melhorar a raça” — tornando-a mais clara.

Até hoje, a lei que regula a política brasileira de imigração dita a preservação das “mais desejáveis características da nossa ascendência européia”.<sup>3</sup> E nas publicações oficiais do Ministério das Relações Exteriores, o contingente africano é sistematicamente diluído, quando não completamente obliterado, conforme constatamos no volume *Brazil 1966*, editado em inglês pelo Ministério das Relações Exteriores, o qual, sob o item “Características da População”, afirma:

Cor: A maioria da população brasileira é composta de brancos, a porcentagem de pessoas de sangue misto sendo diminuta.<sup>4</sup>

No mesmo volume, na página anterior, sob o tópico “Mortes”, encontramos a seguinte informação:

Como consequência dos mais baixos padrões de vida e de higiene dos grupos negro e mulato, sua taxa de mortalidade é mais alta que a dos brancos.

Aqui temos, nas palavras do próprio criminoso, a consignação da tentativa do crime perfeito. À massiva entrada de imigrantes europeus se aliou uma política sistemática de impor uma compulsão social para miscigenar, embranquecer a população; ao mesmo tempo, as massas negras foram abandonadas nas mais pobres e impossíveis condições de vida, do que resultou sua altíssima taxa de mortalidade. Resultado: uma população progressivamente mais branca, sobretudo nas áreas urbanas ao sul do país. Contudo, a imensa maioria da população brasileira, confinada nas áreas rurais e nas favelas, cortiços, alagados, mocambos e conjuntos residenciais urbanos, continua negra; uma persistente, irritante maioria que insiste em sobreviver apesar do explícito desejo contrário das classes dirigentes.

O supremacismo branco no Brasil criou instrumentos de dominação racial muito sutis e sofisticados para mascarar esse processo genocida. O mais efetivo deles se constitui no mito da “democracia racial”. Aqui temos talvez a mais importante diferença entre os sistemas de dominação anglo-americana e luso (ou hispano)-americano. O mito da “democracia racial” mantém



uma fachada despistadora que oculta e disfarça a realidade de um racismo tão violento e tão destrutivo quanto aquele dos Estados Unidos ou da África do Sul. A “democracia racial” funciona num nível teórico e prático, fornecendo as justificações da contínua e sistemática opressão e miséria das massas negras. Nessa perspectiva, os cientistas sociais brasileiros convencionais (brancos) dirão que no Brasil o senhor branco sempre foi benevolente e humano para com os seus escravos. Dirão que os colonos brancos portugueses tinham uma “inclinação natural” ao “intercasamento” com as mulheres negras. Dirão que os brasileiros brancos não têm preconceito contra o negro: vão até para a cama com as mulheres negras!

Esses mesmos brasileiros afirmarão ainda que nossa grande população de mulatos prova por si mesma que não há racismo no Brasil. Dirão que, nos Estados Unidos, existem “25 milhões de negros, quase puros, quase sem mescla”,<sup>5</sup> e que isto prova a existência do racismo nos Estados Unidos e sua inexistência no Brasil. Continuarão destacando que a contínua visibilidade da religião africana no Brasil comprova ainda mais a liberdade racial em uma sociedade multicultural. Todos esses ingredientes constituem, junto com outros, a “democracia racial” pregada pela classe dominante, brancóide, do meu país.

Para os afro-brasileiros, porém, nossa tradição científica afrocêntrica, assim como a realidade dos fatos da vida brasileira, nos informam diferentemente. Na verdade, o senhor branco colonial do Brasil sempre foi mais descuidado com seus escravos até mesmo pela simples razão de que podia comprá-los a um preço mais barato, podendo ainda substituí-los facilmente, em virtude da pouca distância separando as costas brasileiras e africanas. As condições de vida e trabalho do escravo no Brasil resultaram tão opressivas que a média de vida útil de um escravo, não importava com que idade chegasse ao Brasil, estava limitada entre cinco a dez anos.

O senhor colonial português não se casava com a mulher africana, conforme implica o *slogan* convencional do “intercasamento”: estuprava-a. Os filhos resultantes dessa relação continuavam legalmente na condição de escravos. Este ato de violência cometido contra a mulher negra constitui a origem histórica da permanente agressão sexual contra a mulher negra que se verifi-



ca no Brasil, disso resultando o fenômeno cruel de sua prostituição forçada em nossa sociedade. Semelhante à violência policial que se pratica normalmente contra a comunidade negra, a violência sexual é também outro elemento do estado de terror sistematicamente imposto sobre nós, para reforçar em nós o sentimento de nossa própria impotência e inferioridade. Quando os brancos brasileiros dizem que não há racismo no Brasil, porque o branco brasileiro "casa" com a negra, ou a leva à sua cama, lembrem-se deste famoso ditado popular, que revela a verdade:

Branca p'ra casar  
Negra p'ra trabalhar  
Mulata p'ra fornicar.

Este é o significado da "democracia racial" para a maioria negra oprimida do meu país.

Nossa análise afrocêntrica também revelará que, se a religião africana permaneceu viva e forte no Brasil, tal fato não pode ser creditado à tolerância, à suposta falta de racismo do segmento branco dominante. As religiões africanas sempre viveram, e ainda vivem, perseguidas, ridicularizadas, roubadas de seu conteúdo filosófico e epistemológico e reduzidas a matéria folclórica, à condição de simples mercadoria da indústria turística, ao nível de "magia negra" e de superstição. Elas só evitaram a obliteração total através do seu próprio gênio no sentido de iludir a repressão: escondendo-se sob os mantos dos santos católicos e dos altares cristãos para não ser destruídas e, assim disfarçadas, poderem continuar existindo e enriquecendo seu legado espiritual. A despeito das constantes agressões da polícia, a despeito de banido e anatematizado pela igreja católica, nosso espírito africano resistiu e sobreviveu ao racismo brasileiro. Hoje, esse racismo quer nos seduzir com o seu sorriso hipócrita, esperando que sejamos gratos pela "tolerância" concedida à nossa religião. Aqui se expõe mais um exemplo da democracia racial vivida pela maioria negra no Brasil.

A "democracia racial", contudo, não conseguiu até agora esconder as favelas, cortiços, mocambos, alagados: as várias manifestações dos *ghettoes* afro-brasileiros. Tampouco consegue esconder a efetiva discriminação racial existente no mercado de trabalho e emprego, e nem o fato da constante e racista violência



policial sofrida pela comunidade negra. Essa democracia racial não pode negar que a grande maioria de presos "comuns" são negros, presos por razões políticas: por crimes de subsistência resultantes das péssimas condições de vida impostas pelo racismo e o capitalismo monopolista, ou simplesmente pelo crime de ser negro.

Em 1964, com o ativo apoio dos Estados Unidos, um golpe militar derrubou o governo constitucional do presidente João Goulart, e instituiu uma ditadura militar brutal cujos sangrentos métodos de tortura e de repressão se tornaram mundialmente conhecidos. A situação do negro brasileiro pouco se modificou com essa ocorrência. Nós temos suportado o peso do autoritarismo e do terror da dominação minoritária branca através de quase 500 anos. Para nós, o único elemento novo que emergiu da ditadura foi a proibição, consignada na Lei de Segurança Nacional, da discussão de problemas raciais de qualquer gênero. A democracia racial se tornou dogma intocável, banido do debate público e científico. A ditadura articulou também uma política econômica de industrialização forçada dentro do sistema capitalista-monopolista mundial, entregando a economia do país ao capital estrangeiro multinacional e transformando o Brasil num poder subimperialista, que se expande em busca dos mercados das economias mais fracas da África e do resto da América Latina. Tal política econômica resultou, inclusive, numa escandalosa concentração racial da renda nas mãos de uma minúscula elite minoritária, constituída de somente 5% da população do país. Esses 5% absorveram 27,7% do ingresso nacional em 1960; até 1976, essa proporção havia aumentado para quase 40%. No outro extremo, a metade mais pobre do nosso povo, sendo a imensa maioria de descendentes africanos, obteve 17,7% em 1960; em 1976, sua parcela havia diminuído para quase 11,8%.

Frente a um quadro tão espantoso de empobrecimento progressivo, os afro-brasileiros terão alguma razão para regozijar ou festejar? Eu digo que nós possuímos um futuro a ser celebrado. Um futuro que nós construiremos, sobre as fundações de nossa própria experiência histórica. Não temos mais necessidade de imitar nosso opressor, ou de pedir emprestadas as suas filosofias, teorias ou idéias. Chegou a hora em que os africanos podem substituir os sistemas de pensamento eurocêntricos pelos seus



próprios. Qualquer povo soberano, qualquer cultura genuína, tem instalado dentro de si mesmo seu centro de gravidade. Nós, como descendentes africanos desalienados do supremacismo branco, assumimos a África como o nosso ancestral centro vital. Esta perspectiva, esta visão do mundo, elaborada desde um ponto focal africano e afro-brasileiro, não só constitui uma resposta à violência cultural, econômica e física cometida contra nós pela expansão colonial-imperialista do eurocentrismo, como também constitui um sistema de valores, autóctones, gerados e desenvolvidos independentemente de qualquer outra matriz cultural. A história dos povos negros registra a falsidade do chamado "universalismo" e da "objetividade" das ciências que nos rotularam como inferiores e nos fizeram "escravos por natureza". A idéia de uma ciência pura e universal já é algo obsoleto, mesmo no conceito da ciência européia (vide a ciência da física moderna). O povo negro requer um conhecimento científico que o permita formular, teoricamente, de maneira consistente e sistemática, sua experiência de quase cinco séculos de opressão e de resistência. Através desses séculos temos carregado o peso dos crimes e erros do eurocentrismo científico. Agora devolvemos à sociedade branca brasileira suas mentiras, sua ideologia do supremacismo branco, a lavagem cerebral com que tentou destruir nossa humanidade, nossa identidade, dignidade e liberdade. Proclamando a falência da dominação mental eurocentrista, celebramos o advento do Quilombismo.

O Quilombismo compreende não ser suficiente obter pequenas concessões de caráter empregatício ou de direitos civis, no contexto da sociedade branca dominante no país. O nosso se configura como um problema de direitos humanos, direitos de soberania, de autodeterminação e de protagonismo histórico. O Quilombismo nos ensina que nós, negros, precisamos construir nossas próprias instituições independentes e progressistas, consolidar nossa coesão e força política, reconstruindo e fortalecendo a nossa comunidade para podermos sobreviver numa sociedade racista. Além disso, a longo termo, necessitamos criar nossa alternativa à sociedade racista, na forma de uma comunidade saudável, na qual nossos filhos possam crescer saudáveis de corpo e espírito, sem as distorções inerentes à dominação de origem européia. No Brasil, como maioria da população, vamos além: temos o



direito e a obrigação de assumir o poder em nosso país, e de construir a sociedade nacional quilombista. Baseado em nossa rica e dinâmica herança sócio-econômica e política africana e afro-brasileira, a filosofia e a ciência política afro-brasileira do quilombismo propõem determinados princípios básicos de organização social. Entre estes se inclui o princípio do Ujamaa, economia coletiva e cooperativa, prescrevendo que a terra, as instalações industriais e os recursos naturais são de propriedade nacional, destinados ao uso coletivo da sociedade. Camponeses e trabalhadores rurais, que trabalham a terra, são os dirigentes e os administradores da produção agrícola. Os operários, como produtores dos bens industriais, são também os gerentes e os responsáveis de suas unidades de produção. O trabalho, para o Quilombismo, assim como era nas sociedades africanas e quilombos, é um direito e uma obrigação social.

A primeira prioridade do Quilombismo é a criança negra, que nessa conjuntura histórica se encontra abandonada e completamente destituída na sociedade brasileira. Segundo *Time Magazine*, 16 milhões de crianças brasileiras estão abandonadas à fome e à miséria; o que *Time* não se preocupou em assinalar é o fato de que essas são as nossas crianças, os filhos de afro-brasileiros — os mais oprimidos dos oprimidos. O Quilombismo põe sua primeira ênfase na criança: desde a assistência pré-natal às mulheres grávidas, até à creche, à distribuição de alimentos e serviços de saúde, moradia decente, e o ensino em todos os níveis — do pré-escolar ao superior.

O Quilombismo também compreende a importância da mulher negra, e a futilidade das promessas paternalistas de conceder-lhe um “lugar” na sociedade masculina. Portanto, reservamos, por mandato constitucional, a metade de todos os postos de responsabilidade e serviço público, nos vários ramos governamentais (legislativo, judiciário e executivo), à mulher.

Outra urgente prioridade do Quilombismo é a recuperação do nosso auto-respeito e da nossa história. Todos os níveis da educação devem ser gratuitos e abertos, sem distinção, a todos os membros da sociedade quilombista. A história africana, a verdadeira imagem de nossas civilizações, devem ter um lugar eminente nos currículos escolares, e as crianças devem ser alertadas para o fato de que essa educação constitui uma resposta às



distorções racistas inventadas pela "ciência" européia para assegurar sua dominação.

A sociedade quilombista não é uma sociedade exclusivista de negros; ela é de todos os brasileiros, brancos, negros, índios e orientais; uma sociedade igualitária em todos os sentidos, consciente de que, para poder ser igualitária no sentido racial, uma sociedade necessita previamente rejeitar os fundamentos inerentemente racistas da chamada civilização ocidental-cristã.

Esta é, pois, meus amigos, a celebração que eu trago aqui para compartilhar com vocês. Nossa tradição comum, nossa herança comum, pode florescer e florescerá na positiva e criativa construção de novas formas sociais, novas contribuições à história humana e à civilização que nós, como negros, dignos e orgulhosos de nossa ascendência africana, ofereceremos ao mundo. Não temos mais necessidade de continuar lamentando o nosso destino; precisamos voltar nosso cuidado e esforço à construção, à mudança e à transformação do destino que nossos opressores têm tentado em vão impor sobre nós.

O Quilombismo e seus vários equivalentes em todas as Américas — Cimarronismo (Cuba e México), Palenquismo (Colômbia), Cumbismo (Venezuela), Maroonismo (Jamaica e Estados Unidos), significam hoje uma alternativa internacional para a organização das massas afro-americanas de todo esse Novo Mundo. Sendo o nosso caminho de combater o racismo, a pobreza e a repressão, ele é também o nosso caminho positivo de criação e reconstrução do nosso futuro, e constitui nossa proposta afro-brasileira de organização sócio-política oferecida a toda a sociedade brasileira.

Minhas saudações, irmãos e irmãs, a todos vocês. Aos orixás, saravá!

#### REFERÊNCIAS

1. Nina Rodrigues, *Os Africanos no Brasil*, 5.<sup>a</sup> ed. (São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1977), p. 7.
2. Thomas E. Skidmore, *Black Into White: Race and Nationality in Brazilian Thought* (New York: Oxford U. Press, 1974) e Abdias do Nascimento, "Racial Democracy" in *Brazil: Myth or Reality?*, tradução de Elisa Larkin Nascimento (Ibadan: Sketch Publishers, 1977), p. 71.
3. Decreto-Lei 7.967, de 18/9/1945, em Abdias do Nascimento, *O Genocídio do negro brasileiro* (Rio: Paz e Terra, 1977), p. 71.



4. *Brazil 1966* (Brasília, Ministério das Relações Exteriores, 1966), pp. 124, 125.
5. Guilherme Figueiredo, "Apartheid, discriminação racial e colonialismo", relatório do delegado oficial do governo militar brasileiro ao Seminário Internacional sobre o Racismo, Apartheid e Colonialismo na África Austral, Kitwe, Zâmbia, 24 de julho a 4 de agosto de 1967, em *Tempo Brasileiro*, n.º 38/39 (Rio, julho a dezembro de 1974), pp. 38, 57.



## Apêndice 2

### Memorial Zumbi: Um informe à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) \*

Resultaria supérfluo reiterar mais uma vez a importância fundamental, para a nossa história nacional, da epopéia libertária dos africanos e afro-brasileiros reunidos nos vários quilombos que compunham a República dos Palmares (1597-1697), localizada na Serra da Barriga, em Alagoas. Uma literatura extensiva já existe a respeito da inacreditável resistência militar da Tróia Negra contra as armas superiores dos exércitos da Holanda e de Portugal coloniais, que sitiaram o Estado Africano em mais de quarenta guerras.<sup>1</sup> Sabemos da organização sócio-econômica e política dos palmarinos, seguindo modelos africanos, e da sua enorme população para a época (mais de 30.000 antes do momento da sua derrota). Sabemos também que os seus líderes políticos e militares eleitos traziam o título de Zumbi, que significa rei ou espírito poderoso — orixá — em língua bantu, e provaram uma capacidade brilhante no conduzir a vida pacífica e bélica de seu povo. O último Zumbi, morto em plena luta, decapitado, e cuja cabeça foi espetada num chulo e exposta à vista do público do Recife até que descompusesse, já é reconhecido herói, símbolo de todos os movimentos e entidades negros do País.

Entretanto, a história cultural oficial brasileira pouco se importou, até muito recentemente, com este tema essencial à nossa formação como um povo e uma nação. Ela tem obedecido às normas da visão greco-romana do mundo, que define a cultura exclusivamente a partir da experiência européia, assim omitindo

---

\* Trabalho apresentado pelo Conselheiro Abdias do Nascimento, em nome do Conselho Deliberativo do Memorial Zumbi, à 33.<sup>a</sup> Reunião da SBPC realizada em Salvador, Bahia, a 8 e 9 de julho de 1981.



mais de dois terços do globo. Em decorrência desse fato, os dirigentes do País têm dividido a herança cultural brasileira em duas: uma "civilizada", a preservar, e outra, "bárbara", a esquecer. A política cultural dominante no Brasil, com relação aos bens da cultura africana e indígena no País, tem reproduzido beatamente o comportamento dos poderes coloniais europeus no continente da África. Desrespeitando seu valor epistemológico, espiritual, teológico e filosófico, os dirigentes dessa política tradicional relegam esses bens, geralmente furtados de maneira violenta, a instituições como o Museu da Polícia do Rio de Janeiro, onde muitos objetos religiosos afro-brasileiros, colhidos em batidas policiais nos terreiros, estão exibidos para "comprovar cientificamente" a criminalidade inata do povo de descendência africana, ou para fundamentar sua "tendência natural à violência". Encontravam-se obras de arte sagrada das religiões africanas, em instituições tipo Instituto Médico-Legal Nina Rodrigues, na Bahia, documentando a condição "histórica" ou "patológica" do mundo espiritual afro-brasileiro. Tais entidades representam a versão brasileira dos museus de Londres, Lisboa, Paris, Berlim, Bruxelas e outras capitais européias, onde se exhibe o patrimônio histórico e cultural roubado da África durante o assalto colonialista. A redução dos bens culturais africanos e dos povos indígenas à condição de objetos curiosos ou pitorescos, de interesse etnológico, folclórico ou turístico-comercial, erige-se como fator básico da visão eurocentrista reinante, e resulta em outro assalto: a exploração econômica pela extração de uma mais-valia cultural das comunidades produtoras desses bens.

Dessa forma, no conceito eurocêntrico dominante não só se esquece os bens do patrimônio cultural e histórico afro-brasileiro como, simultaneamente, nem se os credenciam como merecedores da qualificação de obra cultural. Assim constatamos que os valiosíssimos acervos da religião afro-brasileira, como os terreiros de Candomblé da Bahia, a Casa das Minas do Maranhão ou as casas e templos de macumba, umbanda ou batuques no sul do país, nunca mereceram o respeito que lhes são devidos como valores de uma civilização. No processo do tombamento da cidade histórica de Ouro Preto, ignorou-se o lugar histórico da mina do Chico Rei, a "Encardideira". As igrejas negras católicas do Rio de Janeiro ou de São Paulo, cuja origem encontra-se



nas fraternidades religiosas africanas do tempo colonial — as de Nossa Senhora do Rosário ou de São Benedito, por exemplo — nunca mereceram interesse como patrimônio histórico-cultural.

A fundação do Memorial Zumbi representa o começo de uma tentativa, por parte dos responsáveis de certos órgãos oficiais, de modificar essa perspectiva deformada. Vale esclarecer, entretanto, que tal esforço não configura um ato de gratuita generosidade ou de esclarecimento espontâneo. Pelo contrário, esse início de reconhecimento constitui tão-somente o resultado, injustificadamente tardio, de uma luta travada pela comunidade negra através de décadas: ver, por exemplo, os anais da Conferência Nacional do Negro (1949) e do I Congresso do Negro Brasileiro (1950), em *O Negro Revoltado* (GRD, 1968) de Abdias do Nascimento, ou os manifestos do Movimento Negro Unificado (MNU), em Elisa Larkin Nascimento, *Pan-africanismo na América do Sul* (Vozes, 1981). O Teatro Experimental do Negro, por exemplo, denunciava desde 1944, segundo Guerreiro Ramos,

...a alienação da antropologia e da sociologia nacional, focalizando os povos de cor à luz do pitoresco, ou do histórico puramente, como se se tratasse de elemento estático ou mumificado. (*Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*, Ed. Andes, 1957, pág. 138.)

Só quatro decênios depois, porém, é que o representante de uma instituição oficial como a Fundação Nacional Pró-Memória (SPHAN) se vê capaz de admitir uma “reflexão crítica sobre o conceito de patrimônio histórico e artístico,” para “escapar à visão greco-romana do planeta,” reconhecendo que “o bem cultural não é privilégio de uma só etnia: a branca européia; há que se incorporar com decisão os legados de outras etnias: a negra e a indígena”. (Joaquim Arruda Falcão, conferência proferida em Recife, abril de 1981, por ocasião da visita do Diretor-Geral da Unesco, o Dr. Amadou Mahtar M'Bow, pág. 2.)

Mais importante: essa reflexão crítica e corretiva se fundamentaria “na participação crítica, democrática e responsável de todos os grupos, classes sociais ou etnias” da sociedade civil brasileira. (*Ibid.*, 5-6.)



Aqui se encontra um conceito verdadeiramente inusitado na conceituação do patrimônio histórico nacional, sempre definido exclusivamente por órgãos do poder oficial, sem consulta às populações às quais pertence esse patrimônio. Neste contexto, o Memorial Zumbi figura como uma primeira iniciativa de efetivar na práxis esse conceito. Aqui se define o segundo aspecto da sua inovadora relevância histórica.

O processo da criação do Memorial Zumbi apresenta uma nítida ilustração da necessidade da mencionada participação crítica dos grupos interessados, a fim de orientar a definição do patrimônio cultural no sentido de escapar à imposição etnocêntrica restritiva e imobilizadora, que tradicionalmente opera nessas circunstâncias. Podemos observar os perigos traiçoeiros dessa perspectiva excludente examinando, por exemplo, a conceituação provisória do Parque Histórico Nacional do Zumbi, elaborada no "Termo de Referência" emitido pelo Ministério da Educação e Cultura (Coordenação do Aperfeiçoamento de Nível Superior, Assessoria Especial de Projetos) em junho de 1980.

Merece destaque positivo o fato de tal documento definir os quilombos como "sérias tentativas de implantação em território brasileiro de uma organização política autônoma pelos elementos africanos e seus descendentes" (pág. 2); das trincheiras quilombolas de Palmares como "monumento ao primeiro grito de liberdade contra o regime colonial português" (pág. 4). Reconhecendo a sua "importância na formação do espírito de liberdade e nacionalidade do povo brasileiro", o documento frisa que nunca Palmares foi valorizado e que "existe um genérico desconhecimento do movimento negro e da personalidade marcante de Zumbi" (pág. 4). Essas observações legítimas distinguem-se radicalmente das posições convencionais tradicionalmente inscritas nos documentos oficiais.

Novamente, impõe-se a necessidade de esclarecer que colocações desse tipo representam tão-somente verdades históricas geralmente escamoteadas nos meios governamentais. Seu reconhecimento pelo MEC no documento citado resulta, não de um auto-esclarecimento endógeno da atitude ou do conhecimento oficial, mas de um processo lento, de conscientização e divulgação, manifesto nas constantes lutas da comunidade afro-brasileira para



corrigir os conceitos tendenciosos da história elaborada ao sabor dos interesses das elites dominantes do Brasil.

Entretanto, na sua proposta objetiva, o documento do MEC retorna às linhas clássicas do eurocentrismo paternalista, comercializador e folclorizador da cultura e da história afro-brasileiras, ao concluir que a criação de seu PARQUE NACIONAL

“...indicará também um caminho que possibilite promover a valorização dessa história, ao tempo em que proporcionará o aproveitamento dos recursos turístico-culturais, em potencial...” (pág. 4)

Completando o cenário da exploração turística do local dos Palmares, o documento propõe a “identificação do mercado turístico emissor” e a “promoção e divulgação da oferta turística da área”, definindo o “potencial turístico da região” como “fator motivacional maior” do Parque. Visa a criação no local de “serviços e equipamentos turísticos”, tais como “lanchonete, restaurante, loja de artesanato, motel, serviços públicos..., área para *camping*,... atividades artesanais e folclóricas” (págs. 7-8).

Mais uma vez, a garra oculta do eurocentrismo paternalista brasileiro, mascarado de compreensivo e benevolente para com a história cultural afro-brasileira, procurou disfarçar sua agressão à comunidade negra. O mesmo objetivo, de transformar a cultura histórica negra num artesanato folclórico ou mumificado, objeto de transação comercial e fonte de lucros para um empresariado quase exclusivamente branco, e exclusivamente eurocentrista, seja ele nacional ou estrangeiro, pode-se verificar no que se refere às escolas de samba e aos desfiles carnavalescos do Rio de Janeiro, e até mesmo em relação aos próprios Orixás, na Bahia (ver Abdias do Nascimento, *O Genocídio do Negro Brasileiro*, Paz e Terra, 1978, págs. 114-122).

Entretanto, a definição do Parque Histórico Nacional Zumbi não se congelou nesses termos negativos, exatamente porque os executores do projeto assumiram o novo critério de consulta e participação crítica por parte da comunidade afro-brasileira. Para isso convocaram, à primeira reunião definidora da proposta, um Seminário para a Criação do Parque Histórico Nacional de Zumbi, realizado em Maceió e União dos Palmares (Serra da Barriga), de 22 a 24 de agosto de 1980, representantes do mais amplo



e representativo espectro de entidades e organizações negras, entre elas o Movimento Negro Unificado (MNU) (Bahia, Ceará e São Paulo), o Movimento Alma Negra (MOAN) do Amazonas, a Associação Nacional de Apoio ao Índio (Bahia), o Centro de Estudos Afro-Brasileiros (CEAB) de Brasília, o Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (IPEAFRO), a Frente Negra de Ação Política de Oposição (FRENAPO), o Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas (IBEA) de São Paulo, o Centro de Cultura Negra do Maranhão, o Movimento Negro do Pará, o Centro de Cultura e Emancipação da Raça Negra (CECERNE) do Recife e de João Pessoa, e o Grupo de Trabalho André Rebouças do Rio de Janeiro.

O plenário do seminário compunha-se em grande maioria dos representantes da comunidade negra, e contava com a presença de 14 delegados das instituições oficiais responsáveis (UFAL, CAPES/MEC, SPHAN, o Governo de Alagoas e a Prefeitura da União dos Palmares), num total de 70 participantes. Essa assembléia elaborou, democraticamente, uma "Declaração de Objetivos" e uma "Metodologia de Trabalho" que substituíram a conceituação provisória do MEC, acima criticada.

Unanimemente, o plenário rejeitou, de início, a natureza comercial-folclórica-turística dos objetivos manifestados na proposta do MEC. O conceito de "Memorial Zumbi" imediatamente substituiu o do "Monumento", já que este, em geral, é um indicativo da natureza estática e imobilizada, de pura ostentação da arrogância das classes dominantes. O "Memorial" significava a opção por uma conceituação dinâmica, de participação ativa da comunidade interessada.

O Memorial Zumbi assim concebido tem como sua primeira meta:

"Estabelecer-se como pólo de uma cultura de libertação do negro. Esta cultura de libertação objetiva:

- 1.1 — Promover humana e socialmente as massas de origem africana e de todos os segmentos oprimidos do país;



- 1.2 — Exigir a devolução à comunidade afro-brasileira da riqueza que ela criou e que lhe foi usurpada;
- 1.3 — Resgatar a memória de Palmares e da comunidade afro-brasileira como base de luta."

Entre os objetivos assinalados dentro desse esquema figuram os seguintes:

"Exigir do Sistema Oficial de Ensino a correção dos currículos escolares, omissos e injustos com a comunidade afro-brasileira; Constituir um tribunal anti-racista para julgamento dos casos de discriminação e racismo; Fazer respeitar as religiões afro-brasileiras; Resguardar juridicamente os direitos humanos da comunidade afro-brasileira tais como posse da terra, integridade física e oportunidade de emprego." (Resoluções aprovadas, mimeo, ed. FNPM, 1980.)

O conceito de cultura de libertação, longe de ser retórico ou abstrato, deriva-se imediatamente da própria experiência histórica dos africanos escravizados e seus descendentes. Tanto a República dos Palmares como os incontáveis quilombos outros espalhados pelo espaço físico e histórico-temporal do Brasil, representam uma experiência não só de recaptura da liberdade, mas de ordenação existencial através de uma organização sócio-econômica igualitária e democrática de inspiração africana. A cultura de resistência vital de Palmares provou ser efetiva tanto na diversificação agrícola de trabalho livre, quanto na luta armada. E eficaz também na convivência entre negros, índios, brancos e mestiços. Palmares configurou o refúgio e abrigo de todos os homens e mulheres ameaçados, oprimidos, destituídos de justiça pela escravidão e pelo regime colonial. Por tudo isto ele representa a mais válida concretização da cultura de libertação, como também o mesmo representam todos os movimentos negros, brasileiros ou estrangeiros. A luta específica do povo africano em todo o mundo espalhado, no sentido de sua libertação sócio-econômica e política do jugo do imperialismo eco-



nômico do mundo ocidental, mas também de sua libertação cultural e espiritual, de nenhuma forma nega ou contradiz a sua unidade e solidariedade aos demais povos oprimidos. A luta específica é parte fundamentalmente necessária da luta "global", já que esta se constitui pelo conjunto daquelas.

A assembléia do Seminário fez questão de assegurar, no Conselho Deliberativo por ela eleito, no II Encontro Nacional (Maceió, 20-22 de novembro de 1980, marcando o Dia Nacional da Consciência Negra), a maioria de dois terços composta de representantes da comunidade negra e de "pessoas que tenham trabalho conseqüente em relação à situação do negro no Brasil" (id.). Este Conselho Deliberativo constitui o braço executivo do Memorial, cujas atividades visam imediata e prioritariamente conseguir o tombamento do sítio histórico da Serra da Barriga.

Que se saiba, não há neste país monumento histórico que se iguale a este local. A consciência histórica e cultural dos descendentes africanos e dos brasileiros não-eurocentrizados de qualquer etnia reconhecem a Serra como espaço físico onde se desenrolou o maior e mais alto heroísmo dos africanos escravizados, no esforço de resgatar a liberdade, identidade cultural e dignidade de sua raça, e portanto de seu país. O tombamento da Serra da Barriga se impõe como requisito prévio, base indispensável para a concretização do Memorial.

Os negros têm sido os únicos — solitários e incansáveis — artífices da sua própria luta de libertação. Ao mesmo tempo, têm sido as vítimas da história elaborada pelas elites deste país: elites latifundiárias, ou agrárias, do comércio e da indústria, elites do capital, elites da "cultura", elites militares e religiosas. Elites várias e unidas no usufruto do lucro racista da destituição do afro-brasileiro dos seus direitos humanos codificados em sua história e sua cultura de origem, em sua identidade específica e a dignidade do seu orgulho étnico. Neste projeto do Memorial Zumbi os negros brasileiros afirmam a consciência de sua origem nacional africana, enquanto trabalham ombro a ombro com representantes dos nossos poderes públicos, enfrentando o grande desafio de preencher o vácuo histórico cavado pela negação sistemática do seu patrimônio de história, identidade e bens de cultura.



Pela primeira vez, em quatro séculos, a comunidade de origem africana, normalmente ignorada e/ou silenciada em decisões que diretamente lhe dizem respeito, deu sua opinião e teve seus pontos de vista respeitados, frente à opinião minoritária do oficialismo institucional.

Muito haverá ainda por fazer a nível de pesquisa, análise, reflexão, julgamento, proteção, preservação e conceituação do bem cultural afro-brasileiro. Existem, por exemplo, muitos outros locais de quilombos e lutas negras igualmente significativos como focos da história nacional. Citemos, por exemplo, os quilombos de Jabaquara em São Paulo; Garimpeiros, em Minas Gerais, onde lutou e padeceu (em 1809) Isidoro, o Mártir; Campo Grande (Minas Gerais, 1726-1759), comunidade de 20.000 africanos alevantados; Fazenda Freguesia (Rio de Janeiro, ca. 1839). Todavia temos em Ouro Preto a Encardideira de Chico-Rei; os vasos de guerra, palco da heróica Revolta da Chibata, nas águas da baía de Guanabara, liderada por João Cândido; em Fortaleza, Ceará, o local da resistência do escravo Constantino (1839) e no Maranhão o território das guerras de Manuel Balaio e Preto Cosme. Existem os sítios e monumentos históricos e religiosos na Bahia, já alvos de um projeto de mapeamento proposto à Fundação Pró-Memória pelo GCAC/PMS (Salvador, 1981). Já nos referimos às igrejas católicas tradicionalmente negras, e aos sítios e templos religiosos afro-brasileiros. Também há um enorme acervo de história oral negra que, se não registrarmos urgentemente, corre o risco de se perder a sua memória. Ainda resta a exigência, dos afro-brasileiros, da restituição à sua comunidade dos bens culturais confiscados arbitrariamente pelas classes dominantes.

Esta é, portanto, uma abordagem que está apenas no começo. Daí que este Memorial Zumbi representa uma antecipação pioneira do que busca e pretende o segmento afro-brasileiro da memória nacional.

Os africanos não vieram para o Brasil de livre opção. Nós, seus descendentes, avocamos o direito inalienável de reivindicar nossa herança nacional, conscientes do desafio que se levanta a todos os brasileiros dispostos à construção de um Brasil democraticamente coeso; isto é, um Brasil que respeite a liberdade,



identidade e dignidade nacional dos segmentos diversos que compõem nossa unidade plural de povo, cultura, religião, língua e filosofia. Um Brasil assim definido não comporta o genocídio dos índios; está incapacitado de continuar sob o monopólio de uma elite de mentalidade eurocentrista que procura manter todo o poder à custa de práticas racistas e anti-humanas, negadoras dos valores culturais e humanos dos índios e dos africanos. Por isso mesmo, o Memorial Zumbi constitui-se como verdadeira pedra fundamental na construção desse Brasil democrático e pluricultural, mas, principalmente, plurirracial.

Axé Zumbi, Orixá Afro-Brasileiro!



## Apêndice 3

### Racismo do Itamarati veta o III Congresso de Cultura Negra das Américas \*

Neste documento, a população afro-brasileira, mais uma vez, vem denunciar os critérios tendenciosos e racistas com os quais o Governo brasileiro dirige sua política educacional e cultural em relação aos eventos científicos-culturais internacionais, e em particular à atuação do negro brasileiro nos mesmos. Como tem acontecido sistematicamente, outra vez estrangula-se a voz do negro brasileiro não-domesticado num foro internacional. Ainda mais: desta vez pretende-se impedir, além da participação afro-brasileira, aquela de todo e qualquer povo negro. Pois o Governo brasileiro agora quer impedir a própria realização de um encontro internacional organizado por esses povos, reunião esta estabelecida e reconhecida, inclusive pela Organização dos Estados Americanos e pela Unesco, como continuação de um processo de importância fundamental para a educação, ciência e cultura do mundo africano. Trata-se do III Congresso das Culturas Negras das Américas.

Realizou-se o I Congresso das Culturas Negras das Américas em agosto de 1977, em Cali, Colômbia, com a participação de mais de 200 *scholars* afro-americanos e com o apoio financeiro e a representação de delegados da OEA e da Unesco, sob a condição de que tal apoio não minasse de nenhuma forma a independência do evento.<sup>1</sup> Desde esse primeiro passo o Brasil oficial vem esforçando-se para torpedear a participação do negro

---

\* Relatório apresentado por Abdias do Nascimento, pelo IPEAFRO da PUC-SP e pelo TEN do Rio de Janeiro na 33.<sup>a</sup> Reunião da SBPC (Salvador, 8 de julho de 1981) e na Convenção Nacional do Partido Democrático Trabalhista (PDT), realizada no Senado Federal, Brasília, a 11 e 12 de julho de 1981.

1. Convocatória do I Congresso de Cultura Negra das Américas, em Elisa Larkin Nascimento, *Pan-africanismo na América do Sul* (Vozes, Rio, 1981), pág. 268.



brasileiro nestes Congressos, através de maquinações burocráticas. Na época do I Congresso, havia o depósito compulsório de U.S. \$1.000,00 para o brasileiro que quisesse viajar ao exterior. A delegação de afro-brasileiros, chefiada pelo historiador Clóvis Moura, requisitou a devida isenção para poder viajar a Cali, fundamentada na qualificação de evento de cunho cultural e científico. A isenção foi negada, à véspera da abertura do Congresso, num evidente propósito do congelar burocrática e economicamente o processo da viagem, visto que a comunidade negra brasileira, a mais destituída do país, dificilmente poderia conseguir meios para efetuar tal depósito (ver *El Espectador*, Cali, 28 de agosto de 1977).

O II Congresso das Culturas Negras das Américas teve lugar no Panamá, em março de 1980, com o apoio da OEA e da Unesco já estabelecidos como norma. De relevância particular é o fato de que nem o governo da Colômbia, nem o do Panamá tiveram hesitação em encaminhar os pedidos de apoio financeiro a esses órgãos internacionais.

Neste II Congresso, o plenário de mais de trezentos cientistas, pesquisadores, escritores, artistas, educadores e professores de todas as Américas, do Caribe e da África continental, negros e brancos, escolheu unanimemente o Brasil como sede do III Congresso. Elegeu o Professor Abdias do Nascimento como Vice-Presidente para a América do Sul e, portanto, o coordenador-geral do III Congresso, a ser realizado em agosto de 1982. O Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (IPEAFRO), órgão da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, dirigido pelo Professor Abdias do Nascimento, e o Teatro Experimental do Negro (TEN) do Rio de Janeiro se encarregaram de convocar e organizar o III Congresso, ao qual a reitoria da PUC ofereceu suas instalações e seu apoio institucional.

Considerando-se os freqüentes protestos oficiais do Brasil enfatizando seu anti-racismo, pluriculturalismo e amizade com os povos e culturas africanas do seu território e do exterior, era de se esperar que o Governo se entusiasmasse e se orgulhasse com o voto de confiança nos seus ideais de "democracia racial" contido na escolha unânime do Brasil como sede do III Congresso. Essa decisão, tomada por uma assembléia tão represen-



tativa da inteligência mundial africana, ofereceu ao Brasil uma oportunidade singular de demonstrar, com gestos concretos, a verdadeira extensão do seu compromisso com tais ideais de igualdade cultural, racial e intelectual de todos os povos, e de respeito específico à cultura, inteligência e etnia africanas.

Entretanto, o Governo autoritário preferiu exhibir uma atitude de desrespeito e hostilidade ao Congresso e a centenas de intelectuais e artistas negros e africanos empenhados no conhecimento objetivo da situação do seu povo nas Américas. Resolveu provar, ao contrário daquilo que o plenário do II Congresso esperava, o seu profundo desprezo pelas atividades culturais, educativas e científicas do povo negro das Américas. Tal atitude foi revelada no seguinte procedimento oficial com relação ao III Congresso:

Na sua qualidade de coordenador geral do III Congresso e em nome das entidades organizadoras, o IPEAFRO do TEN, o Professor Nascimento dirigiu-se pessoalmente, a 7 de agosto de 1980, ao diretor do Departamento Cultural do Itamarati, embaixador Guy Brandão, para iniciar as gestões relativas ao encaminhamento à OEA do pedido de ajuda financeira ao III Congresso, via canais diplomáticos. O encontro com o embaixador Brandão e seu auxiliar, o diplomata Villa Lobos, realizou-se no dia 8 de agosto de 1980. O embaixador manifestou seu conhecimento do processo dos Congressos, dizendo ter em mãos, inclusive, um relatório sobre o II Congresso, do Panamá. Em relação ao modo de encaminhamento do pedido de apoio financeiro, o embaixador prometeu esclarecimento dentro de uma semana. Até hoje, um ano depois, e apesar dos insistentes pedidos telefônicos do peticionário, tal resposta jamais foi dada.

Essas providências junto ao Ministério foram iniciadas com dois anos de antecedência, exatamente porque, em consulta prévia à própria OEA, o Coordenador-Geral do Congresso havia constatado que os orçamentos dessa organização são votados com aquela antecedência. Este fato foi comunicado explicitamente ao embaixador Guy Brandão e ao Itamarati. Desta forma, em novembro de 1980, o Professor Nascimento tomou a iniciativa de entregar pessoalmente, no gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores, embaixador Ramiro E. Saraiva Guerreiro, carta expondo a natureza e os antecedentes do Congresso. Nela



também se enfatizava a urgência requerida, e solicitava-se o encaminhamento do pedido à OEA, em documento entregue anexo à carta. Até a presente data, sete meses depois, não se obteve nenhuma resposta ou informação.

A 15 de janeiro de 1981, o Professor Nascimento dirigiu-se de novo pessoalmente ao Itamarati, e tentou obter informações. Falou com o diplomata Sérgio Arruda, do Departamento de Divulgação e Informação, recebendo de novo a promessa, nunca cumprida, de uma resposta sem demora. O Itamarati manteve seu mudo desdém.

Em relação à Unesco, o Coordenador teve encontro com o representante dessa entidade no Brasil, o Dr. Gustavo Lopes, em 15 de janeiro de 1981. Após essa consulta, e de acordo com as devidas normas, encaminhou o pedido de ajuda financeira ao Diretor-Geral da Unesco, Dr. Amadou-Mahtar M'Bow, a 13 de fevereiro de 1981. A divisão de Estudos Culturais da Unesco, em resposta datada de 12 de março de 1981, estabeleceu a exigência de que o pedido fosse encaminhado através da Comissão Nacional Brasileira para a Unesco. Posteriormente, o Diretor-Geral, quando de sua recente visita ao Brasil, teve a oportunidade de manifestar ao Professor Nascimento o seu interesse e empenho na realização do III Congresso no Brasil.

Além de todos esses esforços infrutíferos por parte do Coordenador do Congresso, houve outras tentativas de conseguir uma informação do Ministério de Relações Exteriores. O deputado Paes de Andrade (PMDB-CE) chegou mesmo a fazer um apelo da tribuna da Câmara ao Ministério, em junho de 1981, no sentido de que encaminhasse com a máxima urgência a solicitação do IPEAFRO. O procedimento do Ministério, como observou o deputado, se tornava

“... mais estranho quando tanto se fala em reforçar o relacionamento do Brasil com os povos africanos. Ainda ontem os jornais divulgaram mensagem do Presidente João Figueiredo à Conferência Internacional sobre Sanções contra a África do Sul expressando sua solidariedade aos povos africanos:

‘No dia em que celebramos a libertação da África, de-sejo expressar a solidariedade da Nação brasileira com



os povos africanos. Mais ainda do que a vizinhança geográfica com o continente africano, sentem os brasileiros a afinidade cultural, fruto da variada influência africana na formação de nosso país.'

"... Resta saber, porém, se tal verbalização funciona plenamente para efeitos internos e se não persiste velho ranço racista nas delongas do Ministério de Relações Exteriores, em encaminhar à Unesco e à OEA a documentação do Instituto de Pesquisa e Estudos Afro-Brasileiros para obtenção de financiamento, destinado à realização do III Congresso de Cultura Negra das Américas a ocorrer em São Paulo, de 21 a 27 de agosto de 1982."

Face à insensibilidade do Itamarati diante de tantos esforços, outras iniciativas foram levadas a efeito na tentativa de esclarecer o assunto: entre elas, as do Deputado Raimundo Diniz (PDS-SE) e do Senador Franco Montoro (PMDB-SP). Infelizmente, toda essa boa vontade de parlamentares democratas caiu no vazio. Somente no fim de junho de 1981, com a enérgica intervenção do Deputado Alceu Collares (RS), líder do PDT na Câmara, e do Deputado José Frejat (PDT-RJ), foi possível obter-se uma resposta verbal, negativa, qualificada pelo embaixador Guy Brandão como sendo não somente dele, mas do Ministério.

Dessa forma, sem ainda nenhuma resposta direta, escrita ou verbal, ao IPEAFRO da PUC-SP, o Ministério deixou claro a sua recusa de encaminhar os pedidos de apoio financeiro do Congresso aos órgãos internacionais em questão.

O argumento apresentado aos deputados Collares e Frejat para justificar a recusa de encaminhamento do pedido se baseava em que a prioridade do Governo, para o carreamento de fundos do exterior, visava atividades de educação, ciência e tecnologia. Em primeiro lugar, vale anotar que tal posição não explica nem justifica o desrespeito implícito no fato de o Itamarati jamais haver respondido a uma petição formal, apresentada pela entidade responsável, petição essa encaminhada conforme toda a regra burocrática. Aqui encontra-se caracterizado um aspecto do racismo itamaratiano: já que se trata de uma entidade diri-



gida por afro-brasileiros e voltada à investigação acadêmica dos assuntos relevantes à comunidade afro-brasileira, o Ministério age com o desprezo racista tradicionalmente reservado à comunidade negra pela elite eurocentrista reinante no Brasil. Em segundo lugar, no que diz respeito à argumentação proferida, ela se torna totalmente infundada, porquanto não existe atividade mais plenamente educativa e científica do que os Congressos de Cultura Negra das Américas. Seu alvo tem base fundamentalmente científica: o conhecimento objetivo da situação do negro e de sua cultura nas Américas, sob o ponto de vista das seguintes ciências e matérias educativas: história, sociologia, ciência política, lingüística, antropologia, etnologia, filosofia, teologia, epistemologia. A pauta educativa-científica dos I e II Congressos, que será seguida no III, define-se muito claramente nos temas das suas respectivas comissões de trabalho:

1. Filosofia
2. Estruturas sócio-econômicas
3. Tecnologia e Artes
4. Etnia e miscigenação
5. Raça e classe
6. O negro nos sistemas educativos das Américas
7. Pluralismo cultural e unidade nacional
8. Perspectivas do negro nas Américas

Os trabalhos apresentados sob esses temas se caracterizaram pelo seu alto valor científico e educativo, autorados por eminentes pensadores, cientistas, escritores e artistas (negros e brancos) de todas as Américas e da África. A participação dessas pessoas, e de outras de igual categoria acadêmica, assegurará a continuidade dessa norma qualitativa no III Congresso. Esta alta qualidade está consagrada, também, no apoio que os Congressos vêm recebendo da Unesco e do Departamento Cultural da OEA, que acompanharam todo o desenrolar dos trabalhos daqueles certames através de seus representantes. Adicionalmente, um projeto principal aprovado pelo II Congresso, e ao qual se dará prosseguimento no III, é o da História da Diáspora Africana no Novo Mundo, projeto concebido em termos complementares ao projeto da História Geral da África, já em execução pela Unesco. Está evidente o teor acadêmico-científico de tal projeto.



O temário projetado para o III Congresso também demonstra seu caráter inegavelmente científico e educacional. Seu primeiro item, "Avaliação Cultural das Afro-Américas", enfatizando o papel exercido pelas religiões africanas, tem sido o tema, inclusive, de várias publicações de ostensiva natureza acadêmico-científica do Ministério de Educação e Cultura e do próprio Itamarati, amplamente divulgadas no exterior como parte da política africana do Brasil (e.g., o volume especial editado pelo Itamarati por ocasião do I Festival Mundial das Artes Negras, Dakar, 1966, e a revista *Cultura*, outubro-dezembro de 1976, editada pelo MEC e distribuída no Festac 77 em Lagos). Quanto ao item "Movimentos sócio-políticos afro-americanos", este tema tem sido objeto de reconhecidos trabalhos acadêmicos nos campos da ciência política e da sociologia.<sup>2</sup>

Já o tópico da "Situação da mulher negra: passado, presente e futuro" implica as ciências de história, sociologia, ciência política, antropologia e etnologia, além de ter constituído um dos temas básicos do Congresso Mundial das Mulheres, patrocinado pela ONU e realizado em julho de 1980 em Copenhague. Finalmente, o item da "Relação dos Afro-americanos com os africanos do continente" se define prioritariamente nas ciências de comunicação e se insere também nos campos da ciência política, da história e da sociologia, para não mencionar o das relações internacionais econômicas, políticas, estratégicas e culturais. Este tema tem sido o assunto básico de vários encontros acadêmicos e científicos no âmbito universitário, a exemplo do I Seminário Internacional Brasil-África, organizado pelo Conjunto Universitário Cândido Mendes e seu Centro de Estudos Afro-Asiáticos (Rio, 4 a 7 de agosto de 1981).

De maior relevância no sentido racista dos critérios do Ministério é o fato de que as decisões sobre a participação brasileira nos congressos internacionais de cultura ou ciência africanas são de exclusiva responsabilidade de elementos governamentais eurocentristas e nunca de comissões democráticas ou de entidades representativas da comunidade científica e/ou artística

---

2. Ver *A integração do negro à sociedade de classes*, de Florestan Fernandes, editado pela Universidade de São Paulo, e *Introdução Crítica à sociologia brasileira*, de Guerreiro Ramos, Ed. Andes, 1957.



afro-brasileira. Foi esta a condição no caso da comissão encarregada da participação brasileira no I Festival de Artes Negras (Dakar, 1966). O critério de "integração nacional", definidor da representação brasileira, articulado em documento oficial do Itamarati, resultou na exclusão, da delegação brasileira, daquelas organizações e indivíduos afro-brasileiros que representavam a criação cultural e reflexão intelectual afro-brasileiras autônomas.<sup>3</sup>

O mesmo exclusivismo, recusador de qualquer contribuição da comunidade afro-brasileira, prevaleceu na organização da delegação brasileira ao II Festival de Artes e Culturas Negras e Africanas (Festac 77, Lagos 1977).<sup>4</sup>

Os Congressos de Cultura Negra das Américas, desde seu início em 1977, têm sido organizados, dirigidos e definidos de uma maneira independente, pelos próprios cientistas e educadores oriundos dos povos negros, embora ajudados financeiramente por organismos nacionais e internacionais — ajuda essa aceita unicamente sob a condição de não interferência na plena autonomia e soberania dos trabalhos da assembléia.

Entretanto, os países do Panamá e Colômbia, que não se apresentam freneticamente no exterior como modelos de democracia racial e amigos da África, como faz o Brasil, reconheceram o alto valor acadêmico, educativo e científico daqueles certames. Não cogitaram de impedir sua realização; muito pelo contrário, deram toda a ajuda possível. O Governo brasileiro, com esse comportamento hostil, prova mais uma vez a hipocrisia contida na sua política de "aproximação" cultural, econômica e política à África soberana, assim como em sua apregoada posição anti-racista e de respeitador dos povos negros das Américas e de suas culturas.

Os Congressos de Cultura Negra das Américas constituem uma organização representativa de cooperação internacional, educativa e científica, dos povos afro-americanos, reconhecida por organismos internacionais. Esta tentativa de esmagar a legítima manifestação e aspiração desses povos põe a nu a política

---

3. Ver "Carta aberta a Dakar", *Diário do Congresso Nacional*, suplemento, 30 de abril de 1966, *Tempo Brasileiro* IV, n.º 9/10, abril-junho de 1966, *Presence Africaine*, Vol. 30, n.º 58.

4. Ver Abdias Nascimento, *O genocídio do negro brasileiro*, Paz e Terra, 1978, e *Sitiados em Lagos*, Nova Fronteira, 1981.



racista de um governo que, com muita pompa e pretensiosidade, apresenta a contribuição do seu país aos foros internacionais africanos unicamente quando se vê capaz de controlar e ditar, rigidamente, o conteúdo, a composição e a extensão da participação afro-brasileira, definindo-a de acordo com padrões eurocêntricos menosprezadores da comunidade afro-brasileira. Anteriormente hipócrita num racismo encoberto, agora tira a máscara e assume sua verdadeira natureza de racismo ostensivo. Pois negar os meios financeiros para sua realização equivale a proibir e vetar o Congresso, numa afronta à população afro-brasileira e numa agressão aos povos africanos do Continente e da Diáspora.

Os benefícios e os dons da educação, ciência e tecnologia não são propriedades exclusivas das elites pseudo-arianas, nem como usuárias nem como produtoras desses bens. Entretanto o Itamarati se julga capaz de monopolizar sua definição, impondo à comunidade afro-brasileira um conceito arbitrário da ciência e da educação nos moldes tradicionais do eurocentrismo brasileiro. Tal posição significa tão-somente a reprodução do modelo cultural nazista. Nesta, a "raça eleita" era a única a usufruir o monopólio do saber científico, e da definição das normas educativas, a única em condições de impor seu *diktat* cultural aos outros povos, bárbaros e/ou selvagens, isto é, os não-arianos. Da mesma forma, o Itamarati faz reinar o seu conceito de educação e ciência, para impedir que a comunidade afro-brasileira e afro-americana articule uma alternativa conceitual adequada às suas necessidades e problemas.

O significado dessa atitude do Itamarati foi bem esclarecido na declaração do Deputado José Frejat, na Câmara dos Deputados, no dia 26 de junho de 1981:

"Esta deliberação do Itamarati desfaz a imagem que o Brasil está construindo junto aos países da África. É uma decisão declaradamente racista, que trai os dirigentes de nossa política externa. Com tal esdrúxula manifestação de recusa, o Itamarati impõe uma censura ideológica de brancura sobre as nossas origens africanas.

É a volta da política externa dos moços de punho de renda, que não permite o ingresso de negros na diplomacia



de um país de mestiços. Na África, só temos embaixadores brancos.

É uma política suicida. Queremos vender nossos produtos aos países africanos. Na hora da verdade, dos estudos e pesquisas sobre os negros, nossos irmãos, construtores do país, o Itamarati exhibe sua 'brancura' européia, renegando suas origens, deserdando seus filhos. (...)

Veja o Itamarati as conseqüências de seu ato. É um desatino. O Governo brasileiro não vai financiar o Congresso, mas apenas encaminhar à OEA a solicitação de financiamento feita pelo III Congresso de Cultura Negra das Américas.

Negar-se a isto é exhibir às claras manifestação de racismo ainda que, aparentemente, obscurecido pelos punhos de renda de uma falsa diplomacia de supostos moços brancos."

Mas o Brasil foi construído pelos africanos, no sentido físico, espiritual e cultural, e não será o racismo dos donos de nossa diplomacia que emitirá a última palavra sobre a realização do III Congresso de Cultura Negra das Américas. O povo negro falará por último, e falará por si e para si mesmo.

Rio de Janeiro, 30 de junho de 1981 \*

(as.) *Abdias do Nascimento*

Secretário Executivo, IPEAFRO, PUC-SP  
Coordenador Geral, III Congresso de  
Cultura Negra das Américas

---

\* Até a data da publicação deste livro (junho de 1982), a situação aqui exposta referente ao Congresso permanece a mesma.



Brasília, 12 de julho de 1981

Em face do que acabamos de expor, pedimos que a assembléia da Convenção Nacional do Partido Democrático Trabalhista (PDT) aqui presente aprove a seguinte *moção*:

1. O PDT considera que a falta de resposta formal e escrita do Itamarati ao Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (IPEAFRO) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) referente à sua solicitação de encaminhamento burocrático do pedido de ajuda financeira à Organização dos Estados Americanos (OEA) para a realização do III Congresso de Cultura Negra das Américas (São Paulo, 21 a 27 de agosto de 1982), constitui flagrante ato de discriminação racial praticado pelo Ministério das Relações Exteriores.

2. Em consequência, o PDT solicita ao Presidente João Batista de Oliveira Figueiredo que autorize o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Saraiva Guerreiro, a remeter urgentemente a petição do IPEAFRO à OEA, desta forma retificando tal aberração de caráter racista em nossa política de relações internacionais de interesse dos povos de origem africana.

3. O PDT igualmente solicita ao Presidente Figueiredo autorizar o Ministro Saraiva Guerreiro a encaminhar, através da Comissão Nacional Brasileira para a Unesco, a petição do IPEAFRO dirigida ao Diretor-Geral da Unesco, Dr. Amadou Mahtar M'Bow, referente ao apoio financeiro desta instituição ao III Congresso de Cultura Negra das Américas.

4. Na hipótese de uma resposta negativa, o PDT fará protestos a nível nacional, estadual e municipal, através de seus diretórios e parlamentares, denunciando esta forma de racismo institucional. O PDT considera esse racismo uma ofensa não só à população afro-brasileira, mas uma afronta que, atingindo diretamente os africanos, enxovalha também toda a sociedade brasileira, que aspira ser uma sociedade de efetivo pluralismo étnico-cultural.

Alceu Collares,  
líder do PDT na Câmara  
Abdias do Nascimento,  
Secretário Nacional do Movimento Negro

---

(Esta moção foi aprovada por aclamação pela assembléia da Convenção Nacional do PDT, a 12-7-81.)



# **D NEGRO REVOLTADO**

**ABDIAS DO NASCIMENTO**

**G R D**









## A PROPÓSITO DÊSTE LIVRO

O negro brasileiro está integrado na sociedade brasileira? Eis uma pergunta a que êste livro pode responder, de maneira definitiva, com um *não* ostensivo — que se impõe, sem alternativas.

E por que êste *não*? Instabilidade emocional do negro? Insensibilidade à sua reação, por ser considerado um estranho, ou como se fôsse um “homem invisível”? Incapacidade de se desenvolver economicamente? Impossibilidade de se organizar em quadros estruturados cultural, política e socialmente?

Tudo isto se soma e constitui um retrato de cores fortes, e que não admite contestação: o negro brasileiro é um homem que não encontra meios, na conjuntura política, econômica, psicológica, social e emocional — em que todos nos debatemos — de se integrar na sociedade brasileira. E as exceções apenas confirmam o enunciado geral.

“Monumento de impostura, de trágica mentira e cruel hipocrisia”, será este, realmente, o perfil mais bem traçado do que somos, como uma democracia racial?

A constatação é um fato. Mas, conforme a lição de Monnerot, “os fatos não são coisas”, e estão sujeitos ao impulso transformador do homem. E aí exatamente é onde nos colocamos, de há muito, e onde nos colocaremos, sempre.

Como editores, a publicação do presente volume traduz, mais uma vez, posição assumida de há muito, e posta em evidência desde os lançamentos de *O BRASIL E O MUNDO ASIÓ-ÁFRICANO*, de Adolpho Justo Bezerra de Menezes (que se deveria constituir numa bíblia para os dirigentes de nossa política internacional junto ao continente negro e ao mundo asiático), de *CONTOS NE-*

*GROS DA BAHIA* e *CONTOS DE NAGÔ*, de Deoscóredes M. dos Santos (Didi), de *AS TRÊS MULHERES DE XANGÔ*, teatro de Zora Seljan, dos testemunhos do *TEATRO EXPERIMENTAL DO NEGRO*, da análise dos negros que do Brasil retornaram à terra de origem, em *BRASILEIROS NA ÁFRICA*, de Antônio Olinto, sem falarmos nos trabalhos que, planejadamente, temos publicado para estudos comparativos, tais como *A LUTA DO NEGRO AMERICANO*, de Benjamin Muse, e *ÁFRICA, UM CONTINENTE A PROCURA DE SEU DESTINO*, de Victor C. Ferkiss, recomendáveis pela sua isenção na análise dos problemas do homem de cor nos Estados Unidos e no continente negro.

Agora, *O NEGRO REVOLTADO*, um longo ensaio de Abdias do Nascimento, seguido de trabalhos de caráter científico, apresentados no *I Congresso do Negro Brasileiro*, realizado há 17 anos passados, o que bem demonstra o nível da presente realização como mais um marco, forte e bem plantado, quando se quer continuar chamando a atenção para a situação do negro brasileiro.

*O NEGRO REVOLTADO* é mais um esforço, pois, para o equacionamento definitivo do problema, objetivando-se um ponto nevralgico de nosso futuro como nação plurirracial: a existência de um povo que poderá mostrar, ao resto do mundo, que é possível conviver-se numa democracia em que o homem seja irmão do homem — e que isto não seja utopia. Para isto, da parte dos negros, exige-se que eles tomem consciência de seu próprio ser — e se afirmem; exige-se que eles se organizem — para se impor. Uma só coisa deles não se pode reclamar: o amor à Pátria, pois que tudo têm dado por ela. É chegado o momento, isto sim, da Pátria chamá-los a si, e agradecer-lhes o que jamais foi regateado — mas que também jamais foi retribuído.

Gumercindo R. Dorea



# O NEGRO REVOLTADO

*Abdias Nascimento*  
*Rio, 8/8/78*



EDIÇÕES G.R.D.



**Outros volumes da  
BIBLIOTECA DO TEN**

- \* **Relações de Raça no Brasil**, (diversos), ed. TEN, 1949, esg.
- \* **Sortilégio**, peça de Abdias do Nascimento, ed. TEN, 1960, esg.
- \* **Dramas para Negros e prólogo para Brancos**, antologia de teatro negro-brasileiro organizada por Abdias do Nascimento, ed. TEN, 1961
- \* **Teatro Experimental do Negro**, testemunhos, diversos, ed. GRD, 1966

**A SAIR**

- \* **Negritude Polêmica**, organização e apresentação de Abdias do Nascimento

**CAPA: RUBENS GERCHMAN**



# O NEGRO REVOLTADO

Organização e Apresentação  
de Abdias do Nascimento

EDIÇÕES GRD

Rio de Janeiro

1968



**Coleção ENSAIOS BRASILEIROS**  
**— Homens e Fatos —**

**Volumes Publicados**

**I**

FEIJÓ, um paulista velho — de Novelli Jr.

**II**

O CONSELHO DE ESTADO — de João Camillo de Oliveira Tôrres

**III**

BRASIL DO BOI E DO COURO (I) — de José Alípio Goulart

**IV**

BRASIL DO BOI E DO COURO (II) — de José Alípio Goulart

**V**

MARINHA E SERTÃO — de Heitor Marçal

**VI**

O ADVOGADO RUI BARBOSA — de Rubem Nogueira

**VII**

O NEGRO REVOLTADO — de Abdias do Nascimento, com trabalhos de Roger Bastide, Nunes Pereira, Thales de Azevedo, Guerreiro Ramos e participação de Charles Wagley, Darci Ribeiro, Walfrido Moraes, Edison Carneiro, Rodrigues Alves e outros.

**PRÓXIMOS VOLUMES**

O PODER NACIONAL DOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS — de  
Heitor Marçal

EUCLIDES DA CUNHA E O PARAÍSO PERDIDO — de Leandro  
Tocantins





Alvin Karpis  
June 1936  
67



*Abdias e coração.*

*Ana Bella Geiger-67*



*para*  
**EFRAIN TOMÁS BÓ**  
*consciência e ciência*  
*dos valores negros*



Este livro é dedicado à memória dos participantes já falecidos do "I Congresso do Negro Brasileiro":

*Arinda Serafim*  
*Aguinaldo de Oliveira Camargo*  
*Alvarino Castro*  
*Anibal Souza*  
*Artur Ramos*  
*Dumitiliano Ramos*  
*Jorge Prado Teixeira*  
*José Bernardo da Silva*  
*Joviano Severino de Mello*  
*Paranhos Antunes*



# ÍNDICE

O Negro revoltado — (Apresentação de <i>Abdias do Nascimento</i> )	13
Inaugurando o I Congresso do Negro Brasileiro ( <i>Abdias do Nascimento</i> ) .....	67
Moção de homenagem (a <i>Silvio Romero, Manuel Querino, e</i> <i>outros</i> ) .....	68
Regimento Interno do I Congresso do Negro Brasileiro .....	69
Relação geral dos trabalhos apresentados ao I Congresso do Negro Brasileiro .....	71
Capítulo 1: O negro — o preconceito — meios de sua extinção (Tese de <i>Jorge Prado Teixeira e Rubens da Silva Gordo</i> )	73
Capítulo 2: A posse útil da terra entre os quilombolas (Tese de <i>Duvitiliano Ramos</i> ) .....	91
Capítulo 3: O negro na Ilha Grande de Marajó (Tese de <i>Nunes</i> <i>Pereira</i> ) .....	99
Capítulo 4: Fórmula étnica da população da Cidade do Salva- dor (Tese de <i>Thales de Azevedo</i> ) .....	147
Capítulo 5: A UNESCO e as relações de raça (Tese de <i>Guer-</i> <i>retro Ramos</i> ) .....	153
Capítulo 6: A criminalidade negra no Estado de São Paulo (Tese de <i>Roger Bastide</i> ) .....	161



DIVERSOS .....	183
O quilombo da Carlota (Parecer e discussão sôbre a tese de <i>Edison Carneiro</i> ) .....	185
Considerações a propósito do nível geral do prêto no Brasil e os meios para a sua elevação (Parecer e discussão sôbre a tese de <i>Edgard Theotônio Santana</i> ) .....	193
Escravidão e abolicionismo em São Paulo (Parecer e discussão sôbre a tese de <i>Oracy Nogueira</i> ) .....	199
Apreciação da raça negra pelo Positivismo (Discussão do parecer sôbre a tese de <i>Venâncio F. Veiga</i> ) .....	205
Há um problema do negro no Brasil? (Mesa-redonda) .....	215
Inutilidade dos Congressos (Parecer e discussão sôbre a tese de <i>José Bernardo da Silva</i> ) .....	237
A regulamentação da profissão de doméstica (Exposição de <i>Gulomar Ferreira de Mattos</i> e discussão pela assembléia) .....	247
Yemanjá e Mãe-d'água (Discussão sôbre a tese de <i>Edison Car-</i> <i>neiro</i> ) .....	263
Racismo no interior de São Paulo (Discussão sôbre a tese de <i>Albertino Rodrigues</i> e <i>Franklin Golden</i> ) .....	267
Os Palmares (Discussão sôbre a tese de <i>José da Silva Oliveira</i> ) .....	273
O negro brasileiro e a campanha de alfabetização (Indicação de <i>Roberto J. Taves</i> ) .....	277
Sessão de Encerramento do I Congresso do Negro Brasileiro ...	283
Declaração Final do I Congresso do Negro Brasileiro .....	293



# APRESENTAÇÃO

de Abdias do Nascimento

*O que é um homem revoltado? Um homem que diz não. Mas ao negar-se não renuncia: é também um homem que diz sim desde seu primeiro movimento.*

ALBERT CAMUS — "*L'Homme Révolté*"



# O NEGRO REVOLTADO

*Eu me revolto, logo nós somos*

ALBERT CAMUS: "L'Homme Révolté"

O presente volume reúne vários trabalhos apresentados ao *I Congresso do Negro Brasileiro*, promovido pelo Teatro Experimental do Negro, no Rio de Janeiro, entre 26 de agosto e 4 de setembro de 1950. Além das teses, indicações, depoimentos e contribuições diversas, o que marca a sua originalidade e a sua força, é a presença do próprio negro em ativa participação. O registro taquigráfico revelará que o negro brasileiro não aceita nem paternalismo nem intermediários para suas reivindicações. Dialogando com pessoas de quaisquer origens raciais e pertencentes a classes sociais as mais diversas, êle firmou seus princípios, sua tática e estratégia, recusou a tutela ideológica. O texto que se segue é a fixação ao vivo do que o negro pensa, sofre, aspira, reivindica e combate. Nesse conclave houve liberdade plena e total a todas as manifestações pertinentes aos temas em debate. Isso deu ensejo a que as várias orientações que, ao longo dos anos, vinham se configurando a respeito dos estudos e do comportamento do homem de cor, viessem à tona e mesmo se radicalizassem. Duas correntes mais significativas sobressaíram: a maioria, constituída do povo negro, pessoas destituídas de títulos acadêmicos ou honoríficos; e do outro lado, os que se auto-intitulavam "homens de ciência". A camada popular e o grupo dos "cientistas", ao final do Congresso, se chocaram violentamente. Foi quando êsses últimos tentaram, após a assembléia haver aprovado a *Declaração Final do Primeiro Congresso do Negro Brasileiro*, fazer apro-



~~ver~~ uma outra "Declaração", esta somente assinada pelos "cientistas". Ocorria que não se deixando manipular pelos que se julgavam autoridades no assunto, a camada popular impediu aos "cientistas", naquele ato de recusa à sua "Declaração", que os resultados do Congresso fôsem por êles domesticados e desvirtuados. O povo negro venceu a sutileza daquele tipo de *intelligentzia*, alienada de seus problemas.

Artur Ramos havia dito certa vez competir "a uma elite negra, com seus "leaders", traçarem normas, diretrizes, para o futuro de seu povo de côr". Foi ainda um ilustre professor da Sorbone, de Paris, o sociólogo Roger Bastide, quem numa das sessões mais vibrantes do Congresso proferiu:

"Acho que o Congresso do Negro Brasileiro não deve ser unicamente um Congresso de estudos afro-brasileiros, mas deve distinguir-se pelo seu trabalho de ação. É um Congresso onde se discutem idéias por um Brasil maior. Estou feliz, porque nesse congresso ninguém dorme. Todos discutem, dando bom exemplo de democracia social e política".

Infelizmente o comportamento dos "cientistas" impediu se concretizasse o "bom exemplo" preconizado por Roger Bastide e Arthur Ramos. E tal foi o abismo que se abriu entre as duas correntes que se viram irremediavelmente afetados os resultados do Congresso. Sobre tudo prejudicou a divulgação dos Anais na ocasião oportuna, assim como o cumprimento das recomendações da Assembléia. Várias teses, pareceres, discursos e atas, por exemplo, foram, em confiança, emprestados ao Sr. L. A. Costa Pinto que, na época, realizava um trabalho para a UNESCO sobre o negro no Rio de Janeiro. A maior parte do material emprestado jamais me voltou às mãos. O extravio desses documentos foi denunciado por Guerreiro Ramos em artigo no "O Jornal" (17-1-54) ao analisar a autoridade científica do Sr. L. A. Costa Pinto:

"confirma no livro que acaba de publicar — "O Negro no Rio de Janeiro" — a sua incompetência em matéria de sociologia e a sua falta de probidade, já reveladas em trabalhos anteriores. (...) "Lutas de Família" é, assim, uma ilustração do primarismo sociológico e da *desonestidade em todos os sentidos* (o grifo é meu) (...) vai ficar na história da sociologia no Brasil como o autor da maior chantagem ocorrida em tal domínio".

Aliás, Gilberto Freyre também se refere a "antropólogos e sociólogos, alguns talvez tendenciosos (o grifo é meu), encarregados pela



UNESCO de realizar no Brasil um inquérito sobre relações de raça" (Prefácio a "Religião e Relações Raciais", de René Ribeiro), o que naturalmente não se aplica nem a René Ribeiro (Pernambuco) nem a Roger Bastide e Florestan Fernandes (S. Paulo), cujos trabalhos em suas respectivas áreas mereceram o respeito de todos. No que se refere à parte carioca da pesquisa, além de Guerreiro Ramos, outras pessoas se manifestaram condenando a tendenciosidade "científica" do livro do Sr. L. A. Costa Pinto, entre eles o assistente social Sebastião Rodrigues Alves que, em conferência pronunciada na ABI, disse:

"Tudo leva a crer que esses aventureiros têm propósitos de achincalhar o negro e permanecerem na sua costumeira posição de "senhores". Essa industrialização dos estudos afro-brasileiros e relações de raças é uma atividade muito rendosa, não só no âmbito econômico-financeiro, como também na ascensão dos "estudiosos" que se tornam donos do problema do negro e se lançam numa aventura perniciosa, afirmando, erroneamente, que o negro tem tais complexos, tais e tais comportamentos, e reagem desta ou daquela forma. (...) Andou manuseando as atas e teses discutidas no Congresso, tirando ali algo para suas presunçosas e impostoras alegações. É tão capcioso esse pseudo-cientista que tem a desfaçatez de afirmar estar dando um aspecto novo aos estudos do negro no Rio de Janeiro. (...) É realmente uma forma usurpadora e medíocre de se aproveitar do trabalho alheio. (...) Os "cientistas" e "estudiosos" têm procurado transformar nosso trabalho em arapuca ideológica".

Ao que o Sr. L. A. Costa Pinto contesta se referindo genericamente aos negros que, tanto no Congresso ou fora dele, recusaram sua "ciência":

"Duvido que haja biólogo que depois de estudar, digamos, um micróbio, tenha visto esse micróbio tomar da pena e vir a público escrever sandices a respeito do estudo do qual ele participou como material de laboratório". ("O Jornal").

Recentemente procurei Edison Carneiro (co-organizador do Congresso comigo e Guerreiro Ramos) e indaguei se ele por acaso não teria em seu poder as atas e outros documentos emprestados ao Sr. L. A. Costa Pinto. A resposta foi negativa. Em consequência, este volume não tem a responsabilidade dos demais membros co-organizadores, mas sô-



mente a minha, de Secretário-Executivo do Congresso e de Diretor do *Teatro Experimental do Negro*, entidade promotora do certame.

## NA ROTA DO PRECONCEITO

Certa a colocação de Martin Luther King: "A compreensão superficial das pessoas de boa vontade é mais nociva do que a incompreensão absoluta das pessoas de má vontade". Nos dias que correm a situação racial no Brasil está obnubilada por tal crosta de esteriotipias, clichês, e condicionamentos estratificados, que somente através de um choque traumático — grito patético de *revolta* — talvez fôsse possível arrancar a consciência brasileira do hábito e do torpor. Lembrando Sócrates, o líder negro norte-americano da não-violência advoga, entretanto, a tensão de espírito como forma de supressão da escravidão a mitos e meias verdades. Possivelmente usando tal instrumento catártico a classe de brancos e brancóides — detentores dos privilégios econômicos e sociais — se sensibilizaria à marginalização do negro, à sua dor secular, ao seu inconformismo submetido, mas não aniquilado de todo.

Teriam, as classes dirigentes dêste País, uma irremediável incapacidade de sentir, com Joaquim Nabuco, pelo menos, "a dor maior — a do Brasil ultrajado e humilhado; os que têm a altivez de pensar — e a coragem de aceitar as conseqüências dêsse pensamento — que a pátria, como a mãe, quando não existe para os filhos mais infelizes, não existe para os mais dignos?"

Ou estaremos exagerando? Seremos os criadores de um problema artificial, inexistente neste País, conforme somos freqüentemente acusados?

Recordemos algumas incriminações dêsse tipo. Por ocasião do concurso de artes plásticas do *Cristo Negro*, uma cronista do "Jornal do Brasil", em 26-6-55, dizia:

"Pelo seu exemplo de abnegação, de renúncia, de bondade, a Mãe-Negra, que nos embalou o sono, que nos deu seu leite, foi a grande formadora do nosso coração. (...) Essa exposição que se anuncia deveria ser proibida como altamente subversiva. Tal acontecimento realizado às vésperas do Congresso Eucarístico, foi preparado adrede para servir de pedra de escândalo e motivo de repulsa. O nosso descontrôle moral, a nossa grande falta de respeito e de bom gosto, o nosso triste estado d'alma, não podem ser dados em espetáculos aos que nos visitam. Damos daqui nosso brado de alarma. As autoridades eclesiásticas



devem, quanto antes, tomar providências para impedir a realização desse atentado feito à Religião e às Artes. O próprio povo brasileiro se sentirá chocado pela afronta feita”.

Conforme se percebe facilmente, a articulista convoca o poder policial a fim de impedir uma manifestação de arte e cultura, na qual, aliás, participaram em grande maioria os artistas brancos. Esses compreenderam que uma arte brasileira, para ser autêntica, precisa incorporar a ela o *canon* negro que permeiou nossa formação desde os primeiros dias. Para desgosto da cronista, o Cardeal D. Jaime Câmara e o Bispo D. Hélder Câmara deram seu apoio e patrocinaram o *Cristo de Cór.*

A atitude cautelosa de certas pessoas é outra forma de manifestar incompreensão. Por exemplo, J. Etienne Filho, na “Tribuna da Imprensa”, de 14-1-1950:

“O problema não consiste em isolar o negro, mas em assimilá-lo. Uma revista, um teatro, um clube, exclusivamente para o elemento negro, não corre o perigo de hipertrofiar um sentimento de grupo? O problema não é de assimilação, antes que de segregação? (...) Por isso tememos que iniciativas louváveis como “Quilombo” ou o TEN possam ser contraproducentes, isto é, consigam o aplauso daqueles que o dariam, de qualquer modo, a qualquer medida anti-racista, mas, por outro lado, afastem aqueles que nisto podem ver um excelente pretexto para o desenvolvimento de suas teorias de sangue puro ou de supremacia de raças”.

Sempre o receio do racismo anti-branco! Não ocorre a J. Etienne Filho que a hipótese de atitudes anti-brancas partidas de negros é muito menos perigosa do que o efetivo, concreto, imediato procedimento anti-negro de parte de nossa sociedade? Quem está advogando segregação? Nós, os segregados? Ou nossos segregadores?

Interpretações desse gênero surgem freqüentemente em nossa imprensa. Evoco ainda o “Correio da Manhã”, de 9-7-1950, quando uma jornalista, assinando sua matéria, entrevista Katherine Dunham, em visita ao nosso País. Lá pelas tantas a redatora coloca na boca de Katherine estas palavras:

“No Brasil, onde o problema não deveria existir, tive uma impressão desagradável ao ver um jornal feito por negros e para negros, chamado “Quilombo”. Não é um título que me pareça



adaptado segundo li nos seus livros — disse para Gilberto Freyre — e parece-me que aqui, onde o problema não é igual ao dos Estados Unidos, os negros devem ler a imprensa de todos, não se segregarem voluntariamente, o que pode dar resultados nefastos. Quando discuti êsses problemas com o "leader" de um movimento "negro" disse-lhe: "Você me faz lembrar Marcus Garvey".

Há uma série de inverdades como essa da segregação voluntária do negro, de jornal "feito por negros e para negros". A eterna incompreensão mais próxima à intriga do que ao equívoco. A própria Katherine, de S. Paulo donde se encontrava, em carta àquela jornalista retificou:

"Como a senhora sabe, sou uma grande amiga de Abdias do Nascimento, no Rio de Janeiro, e seus associados, que fazem parte do teatro negro. Sou perfeita conhecedora dos seus problemas, assim como dos negros brasileiros, especialmente porque eu mesma fui vítima da discriminação racial aqui em São Paulo. (...) Falando ainda de um ponto de vista puramente científico, e acredito que isto tenha ficado claramente entendido entre nós, Gilberto Freyre e eu, a publicação do "Quilombo" é um reconhecimento da segregação do negro brasileiro, e Abdias do Nascimento, se quisesse seguir a tese apresentada em minha conferência, que foi o ponto de partida de toda esta discussão, teria toda justificativa em ser um "Messias" de um povo oprimido e deprimido. Eu não posso afirmar ser esta a intenção do Sr. Nascimento ou mesmo desejo, porque êle nunca o expressou para mim. Sei apenas ser êle uma pessoa profundamente preocupada e conhecedora das condições existentes e está disposto e animado a tentar melhorar estas condições. (...) ... o Sr. Nascimento que, certamente, conta com a minha completação cooperação".

Os nossos críticos, se fôsssem tão fiéis à verdade quanto são apresados nos julgamentos irresponsáveis, equivocados ou maliciosos, constatariam facilmente a ausência de quaisquer intenções ou propósitos auto-segregacionistas, de supremacia de raças, etc., etc. Se usamos as expressões *raça*, *racismo* é, evidentemente, conforme o entendimento informal, popular, acientífico. Como sinônimo de etnia e nunca como purismo biológico. Convém acentuar, entretanto, que o tabu, em que se erigiu a palavra *raça*, jamais impediu e jamais impedirá que exer-



çamos os atos ditados pelo nosso sentimento de responsabilidade para com o futuro do negro no Brasil. E nem o temor ao apêdo infamante de racista será bastante forte para abafar nossa rebeldia ante "essa triste perspectiva, o expediente de entregar à morte a solução de um problema", como dizia Joaquim Nabuco, que acrescentava:

"O processo natural pelo qual a escravidão fossilizou nos seus moldes a exuberante vitalidade do nosso povo durou todo o período do crescimento, e enquanto a Nação não tiver consciência de que lhe é indispensável adaptar à liberdade cada um dos aparelhos do seu organismo de que a escravidão se apropriou, a obra desta irá por diante, mesmo quando não haja mais escravos".

Entregar à morte foi, realmente, a solução adotada após o 13 de Maio de 1888. Cêrca de dois milhões de brasileiros simplesmente atirados à rua. Sem meios de se alimentar, vestir, morar. Alguém que possua dignidade e entendimento, diante dêste espantoso fato histórico, não pode chegar a outra conclusão: quiseram liquidar a raça negra no Brasil, como fizeram mais tarde os nazistas com os judeus. Talvez com um requinte maior de sadismo, desumanidade e covardia. Basta refletir: quase quatro séculos de sujeição e espoliação total. Destruída sua família, sua tradição. Embrutecido de mente, desnutrido. Assim foi. E eis chegada a liberdade da Lei Áurea: a liberdade de não comer, não morar, não vestir. A liberdade de não viver. A liberdade de sobreviver, de subviver e de morrer. Ninguém atentou para o que dizia Nabuco:

"A emancipação dos atuais escravos e seus filhos é apenas a tarefa imediata do Abolicionismo. Além dessa, há outra maior, a do futuro: a de apagar os efeitos de um regime que, há três séculos, é uma escola de desmoralização e inércia, de servilismo e irresponsabilidade para a casta dos senhores".

No próximo ano de 1968 completam-se oitenta anos de abolição jurídica da escravatura entre nós. Analisando nossa realidade de hoje quase se pode dizer que a Lei Áurea fôra assinada ontem. A situação do negro livre pouco se modificou nos oitenta anos de abolição: baixo *status* social, educacional, econômico, político, sanitário, é o elenco de frustrações transformado num forte potencial de justos ressentimentos da raça. Com as iniciativas e realizações do *Teatro Experimental do Negro*, tanto no campo artístico como no social, temos procurado canalizar a frustração subjacente, em atos e fatos positivos da coletividade



negra. Transferir ou canalizar o que poderia se tornar ressentimento negativo, em estado de *revolta* profundamente criador. Pois a *revolta* não se limita a expressar uma mágoa, nem se esgota no ressentimento. Com Sartre acreditamos que ela vai mais longe: "... a *revolta* é que é o âmago da liberdade, pelo que ela apenas se realiza com o engajamento na *revolta*".

Nossa *revolta* está plenamente consciente de que a opressão dos negros nos Estados Unidos, na África do Sul, em Angola e Moçambique, ou na Rodésia de Ian Smith, são formas particulares da mesma opressão que atinge indistintamente a todos os povos de cor, em qualquer país de predominância branca. Podem variar de grau, tais opressões, mas a sua essência é sempre a mesma. Daí essa constância singularizando o negro — espoliação e opressão — dentro dos quadros nacionais e culturais os mais diversos.

Sabemos as dificuldades já enfrentadas e por enfrentar nessa tarefa de purgar nossas relações entre pretos e brancos de fatores negativos. Florestan Fernandes afirma mesmo que "a única força de sentido realmente inovador e inconformista, que opera em consonância com os requisitos de integração e de desenvolvimento da ordem social competitiva, procede da ação coletiva dos "homens de cor". Mas temos sentido na carne o preço que nos custa. As agressões de todo o tipo, as intimidações, a violência. Por outro lado sabemos que só somos dignos da liberdade que formos capazes de conquistar. O *status* sócio-econômico de um povo é o fruto de sua determinação em consegui-lo. Não existe doação de bem-estar social. Tal expectativa é fruto da utopia paternalista. Contudo, toda vez que o negro "rompe esta barreira, não só não é ouvido, como suscita incompreensões irracionais", ainda segundo Florestan Fernandes.

Deixemos neste parágrafo que o repórter Luiz Villarinho ("Diário da Noite", Rio, 6-10-1961) nos forneça alguns dados. Ele fez levantamentos estatísticos e divulgou os seguintes resultados: no *futebol* o negro está presente com 52%, os pardos 32% e brancos 13%; *assaltos e furtos*: 80% de negros; *estelionatos ou apropriações indébitas*: 90% de brancos; *educação* (Instituto de Educação, Colégio Militar, Pedro II, Colégio Naval): 8% de negros; *universidades*: 6% de negros, 10% de pardos e 84% de brancos; *ginásio*: 9% de negros, 26% de pardos, 61% de brancos; *primário*: 18% de negros, 25% de pardos, 57% de brancos. "Se o negro reage e procura ascender aos ambientes mais elevados — diz a reportagem — chega à conclusão de que tem pela frente um inimigo invisível — a segregação, que, no Brasil, não tem nome, não é classificada, nem chega mesmo a ser admitida".



A idêntica conclusão chegou também Nelson Werneck Sodré:

“O Brasil não ficou imune à questão racial, e nem poderia ficar. (...) Existe, conhecemos os seus efeitos, e os sentimos por toda a parte. A diferença entre a situação tradicional — de que o negro trabalhava e o branco vivia do produto do trabalho do negro —, e a atual, não disfarça um traço social que não se pode apagar pelo engano ou pela simples negação. Não temos casas de espetáculos especiais, veículos especiais e lugares especiais para o negro, como acontece nos Estados Unidos. Mas temos, como lá, na estrutura social, um lugar especial para eles. E isso é o que importa”.

## DISCRIMINAÇÃO MILITANTE

*O espírito de revolta não é possível senão nos grupos em que uma igualdade teórica encobre grandes desigualdades de fato.* ALBERT CAMUS: “L’Homme Révolté”

Temos em mãos o dossiê da discriminação racial em nosso País. Esta não é a ocasião para divulgá-lo, o que certamente faremos um dia. Por ora, basta referir alguns casos ilustrativos ocorridos antes e depois da Lei Afonso Arinos, votada em 1951, para punir a discriminação racial e de côr. Entre os mais recentes, citemos o que aconteceu ao Deputado Estadual Carlos Santos, do Rio Grande do Sul. A imprensa do País registrou no mês de janeiro dêste ano o incidente em que se viu envolvido êsse parlamentar quando, ao candidatar-se à presidência da Assembléia Legislativa do seu estado, foi ameaçado de morte por um seu colega branco, deputado do mesmo partido, que não admitia ser presidido por um negro. Foi eleito o deputado Carlos Santos, o que muito recomenda a consciência democrática dos parlamentares gaúchos. Porém, a agressão sofrida por aquêle deputado, devido à sua coloração epidérmica, é agravo que transcende sua própria pessoa para ser o diagnóstico de um povo.

Durante uma cerimônia que se realizava nos salões de um clube na cidade de Santos (Estado de São Paulo) o deputado Esmeraldo Tarquínio, de Assembléia Legislativa daquele Estado, em resposta a um discurso que acabara de proferir, recebeu do coronel do Exército Fleury Varela, comandante da Fortaleza de Itaipu, violenta agressão verbal. “Se no Brasil houvesse discriminação racial, um negro cretino (o grifo é meu) e subversivo como você, Tarquínio, não estaria no parlamento.”



("Correio da Manhã" — Rio, 1-7-1965). Em certa ocasião, também aqui no Rio, o Deputado Souza Marques, indicado para ocupar uma Secretaria no Governo Estadual, teve sua nomeação vetada pelo fato de ser negro, conforme o próprio parlamentar denunciou em sessão pública realizada na Associação Brasileira de Imprensa (ABI).

Para encerrar essa referência ao poder legislativo, citemos o episódio mais recente e mais dramático de quantos tenham ocorrido. Refiro-me ao incidente envolvendo o Deputado Federal Nelson Carneiro. Agredido fisicamente e injuriado pelo seu colega Souto Maior, que o chamou pejorativamente de "negro", viu-se na contingência de, em pleno recinto da Câmara Federal, em Brasília, responder a afronta armada à bala. As declarações do Deputado Nelson Carneiro à comissão de inquérito estão registradas no "Jornal do Brasil", de 11-6-1967, pág. 20.

Há um evidente retrocesso na participação do negro na direção da vida do País. Raros, raríssimos, atualmente, os membros de cor de nosso Poder Legislativo. As honrosas exceções, como vimos, são vítimas de humilhações e ofensas. Houve época, entretanto, que a simples ausência de um mulato no Ministério era motivo para protestos na tribuna da Câmara. José Honório Rodrigues ("O Jornal" — Rio, 21-5-1961) lembra o Deputado Antônio Pereira Rebouças, em pleno 1843, negando autenticidade nacional ao Ministério que não tinha um representante mulato. À acusação de Rebouças respondeu o Deputado Ângelo Muniz da Silva Ferraz — depois Barão de Uruguaiana — como aquele, também representante da "Província Africanizada da Bahia". Sua defesa do Ministério terminou com a afirmação de que, quando houvesse no País mulatos com instrução e capacidade, eles não seriam desprezados. Prontamente retrucou Rebouças:

"— Mas aqui estou eu, que me julgo tão bom quanto os atuais, e ninguém me convidou".

Neste debate participou ainda outro homem de cor: o Deputado João Maurício Wanderley, futuro Barão de Cotegipe.

Não estamos reivindicando para todos os negros um diploma de deputado ou título de Barão. Espero que minhas palavras não sejam distorcidas e interpretadas com malícia. A discriminação atinge principalmente as ocupações humildes. Ainda no dia 28 de junho deste ano, o "Jornal do Brasil" inseria em sua página 6 (Suplemento Classificado) anúncio pedindo telefonista "com ótima aparência, branca". A candidata deveria telefonar para 52-2260, Sr. Alberto, e por "favor não se apresentar sem os requisitos acima".

Obviamente, uma lei só por si mesma não tem o poder e a força de modificar comportamentos estratificados através de séculos de hábito de tratar o negro desrespeitosamente e de forma depreciativa. Não



concordamos com a identificação, que ultimamente se vem fazendo, de nossa discriminação como mercadoria importada dos Estados Unidos. O preconceito de côr brasileiro é secular e autóctone. De pura cêpa lusitana.

Outro exemplo significativo temos na conferência do Sr. Antônio Arruda Câmara, segundo o "Jornal do Comércio" de 7-6-1948. A "Sociedade Nacional de Agricultura" procedeu, em 1925, a um inquérito em todo o País entre pessoas, instituições e autoridades estaduais e municipais. Revela o Sr. Arruda Câmara:

"Manifestaram-se contra qualquer imigração 3%. Entre os favoráveis à imigração, manifestaram-se contra a amarela 47% e a favor 46% — contra a negra 76% e a favor 18%. Não emitiram opinião 7% e 6%, respectivamente, dos interessados sobre a imigração amarela e negra. A raça branca, excetuados os votos contrários a qualquer imigração, não foi objeto de restrições, tendo reunido acentuada preferência italianos, alemães e portugueses. (...) Traduz êsse inquérito, ainda agora, quase vinte e cinco anos depois, em muitos dos seus aspectos, aspirações e anseios nacionais. Será, talvez, porque reflete êle o pensamento de estadistas, economistas e sociólogos conhecedores das necessidades brasileiras".

Nessa pesquisa foram distribuídas 6.000 circulares das quais responderam 4,16% associações rurais; 1,54% associações comerciais; 25,77% agricultores; 8,7% industriais; 8,24% comerciantes; 30,40% intelectuais; 12,37% autoridades diversas; 8,76% atividades não declaradas.

Outro inquérito, êsse feito por Guerreiro Ramos e seus alunos do curso do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), num grupo constituído em sua maioria por funcionários públicos ("A Manhã" — Rio, 4-7-1948), nenhum se declarou negro. Na pesquisa ficou registrado o irreduzível preconceito de côr: 77,35% dos pesquisados não admitiam casamento com negro, e 54,71% o mesmo com o mulato.

Somente os cegos e os surdos, os duros de entendimento e obsessivos da má fé, podem desconhecer e negar a gravidade que dia a dia assume nossa inter-relação étnica, com tendência a se intensificar rapidamente. Bailes e clubes barram o negro, negam-lhe certos empregos, a carreira diplomática, dificultam-lhe o oficialato das forças armadas, e praticam a segregação residencial. Quando a segregação não se manifesta à luz do dia, exerce sua ação envergonhada em avisos ou circulares reservadas. Mesmo depois da Lei Afonso Arinos a ação criminosa do



preconceito e da discriminação prossegue sua obra nefasta. É ilustrativo observar-se a curva sempre ascendente das dificuldades opostas à promoção do negro, através dos casos mais divulgados pela imprensa, como aconteceu — para citarmos alguns deles — com a cientista norte-americana Irene Diggs e a dançarina Katherine Dunham, também antropologista, ambas norte-americanas. A primeira foi vetada pelo Hotel Serrador (Rio de Janeiro) e a segunda pelo Hotel Esplanada (São Paulo).

“O que mais seduzia à distância, neste País, era a convivência fraterna dos brancos, negros, mulatos e índios, e isso, a meu ver, é o que há de básico e substancial numa democracia. (...) Foi com essa ilusão que cheguei ao Rio, rumando do aeroporto para o hotel Serrador, onde, com muita antecedência, a Embaixada Americana reservara aposentos para mim. Eu vinha em missão oficial do Departamento do Estado, estudando a situação social e histórica dos negros na bacia do Prata e do Brasil.”

São palavras de Irene Diggs, ao jornal “Diretrizes”, de 10-2-1947. Por que teria sido recusada?

“Porque sou negra. O hotel Serrador arranhou às pressas uma desculpa amarela que não me convenceu. Não sabiam, naquele hotel, que a Dra. Irene Diggs era negra, e daí a atrapalhação em que ficaram quando me apresentei na portaria. (...) Agora estou convencida de que no Brasil há mais preconceito do que em qualquer outro país da América, com exceção dos Estados Unidos. No meu país êsse preconceito tende a desaparecer, ao passo que aqui a tendência é para aumentar. E explico porque: os negros americanos são hoje o grupo negroide mais avançado do mundo. Alcançaram tal grau de cultura e bem-estar econômico, que já não podem ser tratados como párias. (...) Ainda não nos amam, mas já nos respeitam, nos Estados Unidos. (...) Revelarei então o que todo o mundo ignora em meu país, isto é, que êste grande país onde a raça negra já produziu gênios e heróis como Henrique Dias, Aleijadinho e outros, dissimula o seu preconceito de raça como a brasa debaixo da cinza. Há racismo no Brasil, e com tendência para aumentar. Digo mais: é o único país latino-americano onde mais se cultiva tão odioso preconceito. Estou desencantada.”



Pelas colunas do "Correio Paulistano", de 16-7-1950, declara Katherine Dunhan:

"Estou profundamente surpreendida. Havia feito reserva há cerca de dois meses, quando ainda estava no estrangeiro, por intermédio de meus agentes. Eles não ignoravam (o Hotel Esplanada) que o apartamento era para mim e meu marido. À última hora a decisão do hotel nos surpreendeu. (...) Naturalmente senti-me ferida. Minha vida tem sido uma luta: mostrar que o preconceito é um absurdo".

Nessa mesma ocasião o mesmo Hotel Esplanada mandou cancelar reserva de aposentos feita para Marian Anderson sob a justificativa de que o regulamento vedava a hospedagem a pessoas de cor. Katherine constituiu advogado e na sua petição à justiça declarava, depois de historiar os fatos e sua recusa exclusivamente por ser de cor — tanto assim que sua secretária, que é branca, inscreveu-se na recepção do hotel:

"Assim, é indiscutível que tal atitude configura o crime de injúria, pois foi a suplicante ofendida na sua dignidade e decôro (art. 140 do Código Penal)" ("Tribuna da Imprensa" — Rio, 21-7-1950).

Também o autor dêste sofreu várias experiências de discriminação. Em certa oportunidade viu-se compelido a dirigir ao chefe de Polícia do Rio de Janeiro um protesto pelo fato de ter barrada, por um comissário de polícia, sua entrada em um baile no Hotel Glória para o qual se achava convidado. (Documento número 1).

A estratégia da discriminação em nosso País, sob certo aspecto é mais sutil e mais cruel que a praticada nos Estados Unidos, porque não permite qualquer oportunidade de defesa à vítima. Criou slogans, fabricou leis, com isto domesticou o negro. Em sua grande maioria o negro brasileiro sofre a dopagem da pseudo democracia racial que lhe impingiram. Ele ainda se acha "drogado". Como dizia Walter Scott a respeito do escravo, e parecem dizer nossas leis, hábitos, costumes, enfim todo o comportamento do País: "— Não acordeis o negro que dorme, ele sonha talvez que é livre".

Certa vez escrevi um artigo, "A sociologia "desaculturada" ("O Jornal" — Rio, 31-10-1954), dizendo em certo trecho:

"Um aspecto que sempre me intrigou e me pareceu da maior significação na observação do fenômeno inter-racial no



Brasil, é aquele relacionado com a fuga do negro à sua própria côr. Não que eu desejasse ou achasse necessário, que a cada instante, ou mesmo de quando em vez, o homem de côr fizesse profissão de fé de sua negrura. Não. Ela já carrega em si mesma eloquência irredutível. Mas de outro lado, por que se envergonhar de sua herança cultural africana, só prezar a contribuição branca de nossa formação, erro em que incorreu até mesmo um negro ilustre como José do Patrocínio, quando bradava enfaticamente: “— Nós, os latinos...” Por que erigir a brancura como única medida de valor, como o verdadeiro ideal de vida e o supremo padrão de beleza? Por que aceitar passivamente as imposições de uma equívoca sociologia que prega a aculturação como forma natural da “solução” do problema negro no Brasil? Esse racismo disfarçado pela mistificação cientificista é a violência mais chocante e sutil que o negro terá que enfrentar para a sobrevivência de seus valores peculiares”.

## PRECONCEITO E DESEMPRÊGO

*A revolta nasce do espetáculo da sem-razão, ante uma condição injusta e incompreensível. Albert Camus: “L’Homme Révolté”*

O artificialismo de apresentar o Brasil no exterior como modelo de solução de convivência étnica não é moda recente. Já por volta de 1880 Joaquim Nabuco denunciava o embuste com estas palavras de sábio: “a idéia é que a mentira no exterior habilita o Governo a não fazer nada no país e deixar os escravos entregues à sua própria sorte”. Outra coisa não fazem e não fizeram nossos governos republicanos, em relação ao ex-escravo.

Sem que se saiba antecipadamente quando nem onde, o fato é que a verdade sempre se revela. Por mais que essas coisas devam ficar confinadas dentro das fronteiras do País, já se levantam no estrangeiro algumas pontas da triste mortalha com que no Brasil se encobriu a situação do negro. O “London Times” (“Jornal do Brasil” — Rio, 23-4-1960) revela: “... a discriminação racial existe, realmente, no Brasil, ainda que muitos brasileiros neguem esse fato.

(...) A discriminação é tão suave e tática, que se torna quase imperceptível, mas os negros, conduzidos ao Brasil pelos colonizadores portugueses, encontram-se segregados economicamente. (...) De um modo geral os negros não conseguem



promoções fáceis, não só nas atividades civis, mas dentro das forças armadas. Assegura-se que a razão disso está no seu nível de educação inferior. Mas um garção negro é coisa rara num hotel ou restaurante de qualidade, e as grandes lojas nunca os têm a seu serviço como balconista. (...) O que preocupa grande parte dos latino-americanos, principalmente os brasileiros, é que, com a industrialização e gradativo aumento de níveis das rendas e conseqüentes facilidades educacionais, breve chegará a ocasião em que os negros desejarão ultrapassar suas limitadas posições. Perguntam — qual será a atitude com que os brancos vão encarar êsses fatos?"

As dificuldades se sucedem numa cadeia infernal ao negro que deseja emprêgo, e, depois, ascensão no trabalho que a duras penas tiver conseguido. Já mencionamos que para modesto lugar de telefonista se exige a côr branca. Querem a môça negra explorada e humilhada como nos tempos da escravidão: seu lugar é na cozinha ou no tanque, em tarefas inferiores. Em cada 100 trabalhadores domésticos, cerca de 62 são negras e mulatas. Uma sobrevivência do regime colonial de prestação de serviços, já que à empregada doméstica não se deve qualquer obrigação em matéria de ordenado, garantia de emprêgo, férias, doença, etc. Trata-se de um trabalhador cuja garantia é o humor do patrão. Seu registro profissional, significativamente, é feito na polícia... O I Congresso do Negro Brasileiro houve por bem dedicar uma de suas sessões para ouvir e debater o trabalho que a respeito das domésticas apresentou uma talentosa advogada negra, a Dra. Guiomar Ferreira de Mattos.

Como maior fator de desemprego, o preconceito de côr foi mencionado em "O Jornal" de 14-6-1959. Após pesquisa feita no mercado de trabalho (Rio de Janeiro), o chefe da Seção de Colocações do Ministério do Trabalho, Sra. Vera Neves, afirma:

"Com efeito, candidato de côr, *mesmo com habilitação* (o grifo é meu), para o comércio, escritórios, cinemas, consultórios, portarias, bares, hospitais, firmas estrangeiras e outros estabelecimentos que exigem pessoas de "boa aparência", não consegue trabalho. (...) É o preconceito de côr que se encontra em primeiro lugar" como fator de desemprego, em seguida vem a idade e a nacionalidade.

Em Pôrto Alegre, segundo a mesma notícia de "O Jornal", também se procedeu a uma rápida pesquisa de campo no mesmo sentido da realizada no Rio. Eis as conclusões:



"1 — existe, também em Pôrto Alegre, o preconceito racial no aproveitamento do homem de côr, embora veladamente; 2 — ocorre uma segregação espontânea, por parte do prêto, que por não se achar preparado psicológicamente e adaptado às condições ambientais, foge da procura de emprêgo em certas funções; 3 — não se observam negros, a não ser em raríssimas exceções, em trabalhos de balconistas, escritórios, enfermagem, ou seja, em ocupações externas de maior contato com o público; 4 — em determinados ramos de atividade a presença do negro é observada em cargos primários da hierarquia; 5 — o maior número de prêtos é observado em trabalhos braçais, de estiva, em portos, armazens, lojas, etc.; 6 — a acolhida do negro em função especializada, na indústria, pode ser devido à defasagem entre o nosso desenvolvimento industrial e a mão-de-obra especializada, cada vez mais rara; 7 — observa-se um esforço íntimo para que o preconceito de côr não aflore, mantendo-o subjacente, veladamente, para que não venha a constituir-se em outra grave questão social, aqui no Brasil; 8 — o preconceito racial não aparece com maior evidência, entre nós, possivelmente em virtude do fraco poder econômico do negro".

## A DIFÍCIL LUTA ANTIGA

*A consciência nasce com a revolta*

ALBERT CAMUS: "L'Homme Révolté"

Perguntar-se-á: e o negro? Ficou quieto todo êsse tempo? Assistiu passivamente à liquidação de sua raça?

Venceram o negro. Submeteram-no. Passivo êle nunca foi. E nem pacífico. Os quilombos, as insurreições e levantes, provam, ao longo da História do Brasil, seu senso de dignidade humana, cuja meta é sempre a liberdade. Depois da Abolição de 1888 seus esforços duplicaram tendo em vista sobreviver no caos, no abismo em que se viu de repente atirado.

Por volta de 1920, mais ou menos, em São Paulo, os negros tentam organizar-se para dar forma coletiva a seus problemas. Funda-se o *Centro Cívico Palmares*, e seu trabalho foi denunciar a Guarda Civil de São Paulo que não admitia negros em seus quadros. Surge o jornal *Clarin da Alvorada*, fundado por Jaime de Aguiar e José Correia Leite, sendo um dos seus propósitos a realização do "Primeiro Congres-



so da Mocidade Negra". Combatida por intelectuais negros, a idéia não foi adiante. Chegou, porém, a contar com algumas expressivas adesões, como as do Professor Arlindo Veiga dos Santos, em São Paulo, e do advogado Dr. Evaristo de Moraes, aqui no Rio.

Em nome dessa democracia racial que Florestan Fernandes já qualificou de mito, mesmo depois que a UNESCO constatou de norte a sul a precariedade de nossas relações raciais, ainda agora, brancos e brancóides, intelectuais ou não, insistem em não querer ver o que acontece à sua frente, e negando razão e fundamento aos que trabalham para melhorar nosso tipo de convivência étnica.

A muralha de preconceito e discriminação que não se vê, mas que existe, é uma criação dos "amigos" do negro. Vedam-lhe na prática o direito teórico da igualdade. Na verdade ele — o negro — não passa de um cidadão de segunda classe. Seu padrão educacional é realmente baixo. Por isso ele não pode ocupar os postos mais elevados da hierarquia social. Culpa do negro? As crianças negras morrem em maior número: seria culpa de sua inferioridade biológica? Ou de seu baixíssimo padrão alimentar, de saúde, de higiene? O negro não possui especialização profissional para enfrentar o trabalhador de outras origens — terá ele poder de decisões privativas do poder público, para evitar, impedir sua própria degradação? Não pode estudar por falta de meios, e não tendo habilitação profissional não pode trabalhar e conseguir os meios de que necessita. É um hermético círculo vicioso da civilização capitalista — e dita cristã — que precisa ser rompido de qualquer forma antes que nós, os negros, pereçamos todos. Não exageramos. Não estamos longe da extinção total do negro no Brasil. Basta consultar os números.

Rio Branco assinala que às vésperas da Independência, 1822 (um Brasil independente mas escravizador da maioria de seus filhos), havia 3.800.000 habitantes, sendo: 1.930.000 negros, 1.043.000 brancos e 526.000 mulatos.

Segundo o IBGE temos: 1872 — brancos 3.787.289 — negros 1.954.542 e pardos 4.188.737. Em 1890 — brancos 6.308.198 — negros 2.097.426 e pardos 5.934.291. Em 1940 — brancos 26.171.778 — negros 6.035.869 e pardos 8.744.365. Em 1950 — brancos 32.027.661 — negros 5.692.657 e pardos 13.786.742.

Em percentuais, vemos o declínio do negro nas datas mencionadas: 19,68% — 14,63% — 14,64% — 10,96%. Da mesma forma é fácil constatar-se a branquificação da população brasileira através dos mesmos percentuais nas mesmas datas acusando para o branco e o pardo (eufemismo de mulato) respectivamente: 1872: 38,14% e 42,18%



— 1890: 43,97% e 41,40 — 1940: 63,47% e 21,20 — 1950: 61,66% e 26,54%.

Nunca é demais insistir: o slogan da democracia racial brasileira serve à discriminação disfarçada e ao lento, porém, inexorável, desaparecimento do negro. É a fórmula encontrada pelo Brasil para apagar a “mancha” da escravidão, conforme desejava Rui Barbosa ao mandar, como Ministro da Fazenda, que se queimassem os documentos referentes ao tráfico escravo e ao regime escravocrata. Falou vagamente numa indenização aos ex-escravos, mas de concreto só mesmo a queima de papéis. Satisfazia-se com essa providência romântica a má consciência das classes dirigentes.

Com a revolução de 1930 os negros de São Paulo tentam novo avanço. Organizam a *Frente Negra Brasileira*, movimento liderado pelos irmãos Arlindo e Isaltino Veiga dos Santos, José Correia Leite, Gervásio de Moraes e Alberto Orlando. A gente negra paulista respondia assim ao apêlo da época de transição que o País atravessava. A iniciativa alastrou-se rapidamente não só no interior do Estado de São Paulo, como nas grandes cidades de significativa população de côr. Sem dúvida representava uma nova posição do negro, cansado de bancar o jagunço, o capanga, o cabo eleitoral dos velhos caciques de calcanhar ainda prêso ao recente período escravocrata. Foi um teste relativamente bem sucedido, ficou provada a capacidade organizacional do negro numa sociedade que lhe negava participação e qualquer oportunidade de bem-estar social. O negro exprimia-se com desenvoltura nos planos social, cultural e político. O Estado Novo de 1937 fechou as portas dêsse belo esforço.

Não pretendo traçar a crônica dos movimentos dos negros de São Paulo. Tão-sòmente me anima algumas referências aos esforços do negro nos quais tomei parte ou tive informações diretas. Isto servirá para situar, no tempo e no espaço, a significação do *I Congresso do Negro Brasileiro*, finalidade básica dêste volume. O trabalho e os esforços daqueles negros tinham um sentido prático, o ambiente era de competição intensa com os demais elementos que formariam a sociedade multi-racial paulista — núcleo da civilização urbana e industrial do Brasil de nossos dias. Outro instrumento importante dessa época foi o *Clube Negro de Cultura Social*, fundado em 1932, e que em maio de 1938 teve suas realizações do cinquentenário da Abolição oficializadas por Mário de Andrade, então diretor do Departamento Estadual de Cultura.

Eu já participara de realizações tanto em São Paulo como em Campinas (interior do Estado) no *Centro Cívico Campineiro* (1933). Nessa mesma cidade onde a discriminação ostensiva ao negro durou até on-



tem, promovi com Geraldo Campos de Oliveira, Aguinaldo de Oliveira Camargo, Agúr Sampaio, Jerônimo e José Alberto Ferreira, o Congresso Afro-Campineiro. Teve lugar em maio de 1938 e contamos com a colaboração das alunas da cadeira de sociologia da Escola Normal ministrada pelo Professor Nélson Omega.

Em outra ocasião, o negro paulista teve que enfrentar um Chefe de Polícia, o Dr. Alfredo Issa, que atendendo pedido de comerciantes, proibiu o "footing" tradicional que os negros promoviam aos domingos na Rua Direita. Uma comissão foi enviada ao Rio: Fernando Goes, Rossini Camargo Guarnieri, Caldino e Abdias do Nascimento. Aqui, um dos que mais nos ajudaram a combater a portaria racista, foi o jornalista Osório Borba, do "Diário de Notícias".

O Rio apresenta uma teia de mistificações que dificulta ainda mais a compreensão dos problemas de relações de raça. A cidade despista com simpatia, belas cores e ritmo contagiante, a prática da discriminação racial. É onde a segregação residencial atinge seu ponto mais agudo. Basta percorrer os "ghetos" das favelas. O "Estado de São Paulo", suplemento especial de 13-4-1960 publica os seguintes dados de 1950: *população do Rio*: brancos — 1.660.834; negros e mulatos — 708.459. *População favelada*: brancos — 55.436; negros e mulatos — 113.218.

Isto quer dizer que para cada três habitantes do Rio, um é negro. Para cada um branco favelado, há dois negros morando no morro. Se atentarmos para o fato, segundo a presente estatística, de que o negro é um terço da população carioca e figura em cifra 100% maior na população favelada, veremos diante dos olhos a odiosa segregação de moradia imposta à população de cor.

É tão chocante a situação de fato que ninguém se rende à evidência e alguns procuram tangenciar: "— mas o negro não é o dono da cidade no Carnaval? Seus craques de futebol não são os mais aplaudidos? Não temos um "rei" Pelé? Mário Filho com seu estudo *O Negro no Futebol Brasileiro* já não esgotou e encerrou o assunto?" A resposta é simples: não. Mário Filho prestou um enorme serviço ao País com sua denúncia. Mas o problema mudou de feição porém não foi resolvido. Ainda em dezembro de 1951, pela "Última Hora", Gentil Cardoso, técnico de renome, fez acusações:

"Por causa da cor — dizia o repórter — Gentil tem perdido muita coisa, em dinheiro e em glória. Fala o discutido "coach":

"— Culpa exclusiva da pigmentação. Porque sou negro me perseguem e me tiram as grandes possibilidades. Negam-me



ainda, por causa da côr, todo o meu trabalho em favor do futebol brasileiro. (...) Uma vez o presidente do Flamengo, Dário de Melo Pinto, recebeu uma carta que me acusava de ter recebido "metade das luvas do Eliezer". Acontece, porém, que, para minha salvação, Eliezer não recebeu níquel de luvas".

O processo grosseiro e sempre repetido, é êsse denunciado por Gentil: quando não têm argumentos contra um negro, o mais fácil é chamá-lo de desonesto, de ladrão, de negro sujo. Vejamos agora o depoimento do grande Domingos da Guia ("Ultima Hora" — Rio, 8-6-1957):

"Aparentemente, o futebol brasileiro não faz discriminação racial. Olhem o panorama dos nossos jogos: o prêto e o branco atuam juntos. Há times quase sòmente de prêtos. Essa confraternização parece levar, fatalmente, à conclusão de que tanto faz, nos gramados do Brasil, ter uma côr ou outra. O problema, porém, é mais dramático do que parece. Não se deixem iludir pelas aparências. E um nome ocorre, irresistivelmente: refiro-me a Gentil. Ê, sem dúvida, o mais solitário, o mais desprezado dos técnicos. Há, no destino de Gentil, um outro detalhe misteriosíssimo. Ei-lo: o sucesso, a glória, é o seu trampolim para a rua da amargura".

A tensão racial afeta não só o futebol como outras áreas desportivas. Nelson Rodrigues fixa admiravelmente bem o encontro de luta livre entre Gracie versus Waldemar ("Ultima Hora" — Rio, 1959). Diz êle:

"Ignorar o fato racial é tirar da luta Gracie x Waldemar todo o seu patético. É preciso ver, antes de tudo e sôbre tudo, o drama da côr. O branco contra o prêto e vice-versa. Eu sei que os anjinhos vão estranhar: "— Mas como? No Brasil não existe o preconceito racial!" Tanto existe, que a simples sugestão do problema já irrita, já exaspera, e todos o evitam com impressionante pusilanimidade. Mas o que importa é o seguinte: o que houve, anteontem, na ACM, foi a forra ancestral do negro sôbre o branco. (...) O lutador prêto subiu ao ring. E, então, ocorreu, a meu lado, um fato transcendente, que foi o seguinte: um sujeito louro, barrigudo e sanguíneo, falou em "negro boçal". "Negro Boçal!" A partir dêste momento eu vi tudo. A luta perdeu para mim todo o sentido



técnico e esportivo, que a poderiam banalisar. Adquiriu uma dimensão nova. E se me perdoarem a enfática sublitteratura, direi que vi o retinto Waldemar, não como "um negro", mas como "o negro". (...) ... cada um de nós tem o seu racismo irredutível. Vão argumentar com a ferocidade dos brancos norte-americanos. E, com efeito, nós não linchamos, mas fazemos algo pior: nós humilhamos. Tôdas as relações entre brancos e negros, no Brasil, se fazem, justamente, na base desta humilhação. O negro mais nobre, mais ilustre, mais puro, passa a ser apenas um moleque, se experimentamos uma vaga e superficial irritação. Fingimos uma igualdade racial, que é o cínico disfarce de um desprezo militante, profundo. Pouco antes da batalha, Waldemar foi ainda uma vez humilhado e ofendido. Ele cresceu, então, irresistivelmente".

Carnaval, macumba, futebol e gafeira: eis o resumo da área consentida ao protagonismo do negro. A fome e a enfermidade do negro, seu analfabetismo e seu barraco, sua criminalidade ou seu desamparo, tudo isso é levado a débito na conta geral do povo brasileiro. Tudo passa a constituir um bloco dos que não têm, contra o bloco dos que têm. Raça aí não entra. Não passa pela cabeça dos argumentadores dêsse tipo que os pobres, os demais necessitados, o são por contingência da situação do país ou por incapacidade individual na competição e não pelo fato de ter a pele mais escura. Pelo fato de ter sido desumanamente explorado durante quatro séculos. E depois ter sido atirado no meio da rua, como bicho. Sem sequer ingressar na sociedade competitiva.

Existe uma patologia social do branco: preservação de certos privilégios baseados na herança da raça supostamente dominadora. Sob os efeitos da violenta compulsão social que o atingiu, também o negro sofreu abalos orgânicos e emocionais. Isso era inevitável. Esse estado de traumatismo ainda perdura. Por isso a maioria negra ainda se contenta com o desfrute dessa área lúdica e recreativa em que a confinaram. Nessas atividades o preto evade-se, sublima o penoso sentimento de frustração e emparedamento tão trágicamente expresso por Cruz e Souza. Mas há uma parcela significativa de negros esclarecidos tentando sempre retomar a militância no sentido de elevar o padrão de vida de seus irmãos de côr, afirmar e desenvolver a cultura ancestral trazida da África, não no sentido de um retrocesso histórico, porém valorizando a contribuição original da cultura negra no enriquecimento espiritual da nova Pátria. Enquanto assim nosso movimento atuava no centro-sul do País, um grupo de estudiosos realizava no Recife (1934) e na



Bahia (1937), respectivamente, os I e II Congresso Afro-Brasileiro. Foram Congressos acadêmicos. Descreveram o negro sob aspectos históricos, antropológicos, folclóricos, etnográficos, usaram o negro como matéria prima de pesquisas. Mas não se confundiram com as reivindicações práticas e objetivas da gente negra. O negro, como mais tarde diria um membro da corrente, entrou naqueles certames como o microbio sob o olho do microscópio. Tiveram assim prioridade o lado mais vistoso e ornamental da vida negra — os candomblés, a roda de samba, a capoeira — particularmente o enfoque do negro “coisificado”, estático, imóvel, e estranho à dinâmica da sociedade Brasileira.

Tem toda a razão Guerreiro Ramos na sua denúncia de sociólogo autêntico, isto é, não acadêmico e não “aculturado” pela ciência alienígena:

“Não hesito em dizer mesmo que, do ponto de vista do interesse nacional, a maioria de nossos estudos antropológicos e sociológicos sobre o negro contribuíram para travar o processo de evolução das massas de cor (“A Manhã” — 10-12-1950). Eis a causa porque o TEN nunca foi compreendido pelos prógonos da ciência oficial que, embora não o hostilizassem francamente, sempre se conduziram em face do empreendimento com desconfiança. No fundo, percebiam que o TEN representava uma mudança de 180 graus na orientação dos estudos sobre o negro. Todavia, nunca os dirigentes do TEN hostilizaram os “antropólogos” e “sociólogos” oficiais. Foram, na verdade, pacientes com eles. Atraíram-nos para as suas reuniões, certos de que, na medida em que fossem sinceros, poderiam ser recuperados. Vale a pena insistir neste ponto. O TEN foi, no Brasil, o primeiro a denunciar a alienação da antropologia e da sociologia nacional, localizando a gente de cor, à luz do pitoresco ou do histórico puramente, como se se tratasse de elemento estático ou mumificado. Esta denúncia é um *leit-motivo* de todas as demonstrações do TEN, entre as quais o seu jornal *Quilombo*, a *Convenção Nacional do Negro* (S. Paulo, 1945), a *Conferência Nacional do Negro* (1949) e o *Primeiro Congresso do Negro Brasileiro* (Rio-1950). Os dirigentes do TEN sabiam e sabem que, de modo geral, a camada letrada e os “antropólogos” e “sociólogos” oficiais não estavam, como ainda não estão, preparados mentalmente para alcançar o significado da iniciativa”. (*Cadernos do nosso tempo* — n.º 2).



## A CONVENÇÃO NACIONAL DO NEGRO BRASILEIRO

Fundando o *Teatro Experimental do Negro* (TEN) em 1944, pretendi organizar um tipo de ação que a um tempo tivesse significação cultural, valor artístico e função social. De início havia a necessidade urgente do resgate da cultura negra e seus valores, violentados, negados, oprimidos e desfigurados. Depois de liquidada legalmente a escravidão, a herança cultural é que ofereceria a contra-prova do racismo, negador da identidade espiritual da raça negra, de sua cultura de milênios. O próprio negro havia perdido a noção de seu passado. Reencontrando-se com suas forças potenciais, o negro, parcela do povo brasileiro, estaria apto a uma contribuição criadora inédita em nosso Teatro, tanto no que se refere a uma estética brasileira do espetáculo como no terreno de uma dramaturgia autêntica. Num país que, segundo Joaquim Nabuco, é um país de negros, não se concebia que o elemento de cor não participasse do teatro nem como ator nem como personagem, só aparecendo em cena em papéis ridículos e secundários. Muita importância também dedicou o TEN na criação de uma pedagogia para educar o branco de seus complexos, sentimentos disfarçados de superioridade. Mostrar ao branco — ao brasileiro de pele mais clara — a impossibilidade de o País progredir socialmente, enquanto êle insistir no monopólio de privilégios coloniais, mantiver comportamento retrógrado, mascarando-se de democrata e praticando à socapa a discriminação racial. E discriminando logo o negro que realmente sangrou, suou, morreu, chorou, para construir economicamente êste País. Ensinar ao branco que o negro não deseja a ajuda isolada e paternalista, como um favor especial. Êle deseja e reclama um *status* elevado na sociedade, na forma de oportunidade coletiva, para todos, a um povo com irrevogáveis direitos históricos.

Tendo em vista o sentido pragmático de sua ação, o TEN organizou e promoveu em São Paulo, em 1945, a *Convenção Nacional do Negro* que se reuniu sob a minha presidência. Ao finalizar seus trabalhos a assembléia votou um Manifesto à Nação Brasileira (Documento número 2).

### REPERCUSSÃO DO MANIFESTO DA CONVENÇÃO

O documento final da *Convenção* foi apresentado aos partidos políticos, líderes, e candidatos às eleições presidenciais daquele ano. Em carta que me dirigiu (27-12-1945) assim se manifestou o Brigadeiro Eduardo Gomes (candidato da União Democrática Nacional):



“A raça negra prestou avultada contribuição para a formação do nosso povo, dos nossos costumes, e para o progresso do nosso País. Suas reivindicações merecem ser olhadas com tôda simpatia”.

O General Eurico Gaspar Dutra, candidato do Partido Social Democrático, em telegrama datado de 2-10-1945 dizia:

“Desejo possam encaminhar-se pleno êxito seus trabalhos”.

O Secretário-Geral do Partido Comunista Brasileiro, Sr. Luís Carlos Prestes, em carta de 19-12-1945:

“O Manifesto foi lido cuidadosamente, merecendo inteiro apoio do nosso partido as reivindicações expostas”.

Estas respostas testemunham o interêsse puramente formal dos dirigentes políticos pela sorte do negro. Nenhum dêles fêz nada de prático e objetivo. Tudo não passou das solidariedades de protocolo, de pura cortesia.

Na Assembléia Nacional Constituinte, o Senador Hamilton Nogueira, em longo, fundamentado e lúcido discurso (“Diário Trabalhista” — Rio, 15-3-1946) enfrentou a questão corajosamente:

“Perguntarão, talvez: existe no Brasil uma questão racista? É possível que não exista nas leis, mas existe de fato, não sòmente em relação a nossos irmãos prêtos como em relação aos nossos irmãos israelitas. Há uma questão de fato: restrição à entrada de prêtos na Escola Militar, na Escola Naval, na Aeronáutica, e, principalmente, na carreira diplomática. (...) Assim, faço essa proposta à Assembléia Constituinte, no sentido de que fique estabelecida em lei a igualdade de tôdas as raças e considerando crime de lesa humanidade a contra-venção a essa lei”.

Històricamente o Senador Hamilton Nogueira foi quem, pela primeira vez apresentou, por sugestão do nosso *Manifesto*, ao Poder Legislativo, o problema da discriminação como contravenção penal. Seu projeto de lei foi recusado. Um grupo de parlamentares sublinhou seu apoio numa *declaração de voto* nos têrmos seguintes:

“Declaro que votei pela aprovação da emenda número 1.089 ao art. 159 do antigo projeto e ao art. 141 do projeto re-



visto, cujo destaque foi concedido — emenda esta defendida na tribuna pelo nobre Senador Hamilton Nogueira, de que sou o primeiro signatário, e está subscrita pelos nobres Constituintes, Srs. Senador Hamilton Nogueira, Deputados José Borba, Aureliano Leite, Plínio Barreto, Antenor Bogéa, Ataliba Nogueira, Gilberto Freyre, Otávio Mangabeira, Jaci Figueiredo, José Alkmin, Amando Fontes, Domingos Velasco, Nestor Duarte, Dolor Andrade, Paulo Sarasate e Hermes Lima — por estar convencido de que ela tem um fundo profundamente democrático. Tendo ela sido rejeitada com fundamento de que nos referidos artigos, isto é, no parágrafo primeiro dos mesmos, não existe distinção de qualquer espécie ou natureza, e sim existe a afirmação de que todos são iguais perante a lei, conforme acentuaram os nobres constituintes, Srs. Senador Nereu Ramos, líder da maioria, Deputado Costa Neto, relator geral, Prado Kelly, vice-líder da maioria e outros, certo está de que não poderá haver mais nenhuma restrição por motivo de raça e côr, para o ingresso de brasileiros nas carreiras: Diplomática, Militar (Escolas Naval, de Guerra e Aeronáutica) e Civil, nem poderá haver mais nenhuma restrição, seja em que sentido fôr, aos brasileiros de côr ou de raça israelita. Assim, reservo-me o direito de protestar por todos os meios e formas, no futuro, se houver qualquer restrição a algum brasileiro pelos motivos expostos. Sala das sessões, 26 de agosto de 1946. Benício Fontenele — Segadas Viana — Ezequiel Mendes — Romeu Fiori — Euzébio Rocha — Baeta Neves — Antônio Silva". ("Diário da Assembléia" — 28-8-1946 — pág. 4.404).

Naturalmente as discriminações contra brasileiros de côr continuaram e continuam. E foi preciso que uma negra de fama mundial, Katherine Dunhan, fôsse barrada no Hotel Esplanada, em São Paulo, para que tivéssemos uma lei anti-racista: a Lei Afonso Arinos, votada em 1951.

Convém mostrar a atitude de certos jornalistas em relação à população de côr. Leiamos Fernando Sabino, sobre meu jornal "Quilombo", no "Diário Carioca" (Rio, 16-7-1949):

"Não creio que, no nosso País, o negro tenha vida própria, problemas específicos e aspirações determinadas. Para começar, não sei bem quem é o negro brasileiro. Nos países onde as raças se segregam — e graças a Deus ainda não é, em termos positivos, o nosso caso — negro é todo aquele que tem sangue



africano nas veias. Se fôssemos aplicar tal critério de discriminação no Brasil, os brancos seriam minoria. E seria discriminação racial, arbitrária, como tôdas elas, o que é muito mal. É o que "Quilombo" está fazendo".

Afirma em seguida que a discriminação existente é de origem "mais econômica do que propriamente racial" sendo a luta

"em termos de riqueza versus miséria. (...) Sinto-me à vontade para tocar nesse assunto porque fui dos que sempre escreveram violentamente contra a humilhante condição dos negros americanos, sujeitos a tôda a sorte de injustiças e perseguições".

"Semente de Ódio" é como Fernando Sabino chama o nosso esforço em criar um instrumento de auto-defesa, defesa pessoal ou legítima defesa do negro, agredido e violentado de tantas maneiras. Eu pergunto: que nome, que qualificação merece do jornalista, essa *minoria branca*, que espolia e marginaliza a *maioria negra*? Não haveria aqui a repetição, em termos brasileiros, obviamente, do que está acontecendo em Angola, Moçambique, na Rodésia, ou África do Sul, onde uns poucos brancos mantêm na opressão os muitos africanos? Que nome teria essa semente?

Entretanto, há jornalistas e jornalistas. Dir-se-ia que por antecipação R. Magalhães Júnior contestou os argumentos de Fernando Sabino. Em "A Noite" de 7-1-1946, afirma R. Magalhães Júnior:

"... o negro, além da miséria em que vive, tem ainda a sobrecarga do preconceito de cor, que mais difícil lhe torna o acesso a camadas mais altas, a um melhor nível de vida. (...) Não se diga que os negros estão querendo criar por conta própria um "problema do negro" no Brasil. Não. Este problema já está criado. Só através de uma organização integrada pelos elementos da própria raça negra — e até mesmo com finalidade eleitoral — poderão os negros combater a série de restrições que pesam contra eles. Essa acusação de que os negros estão querendo criar o "problema do negro" é, ainda no fundo, uma demonstração de preconceito, por parte daqueles que tudo recusam ao negro e que desejam vê-lo reduzido à ignorância, à miséria e à servidão. (...) Esse movimento (Convenção), que se iniciou há dias em São Paulo — onde comerciantes estrangeiros chegaram a pedir à polícia que impedisse o trânsito de



negros por certas ruas gráficas — parece-me útil e digno de ser encorajado. Porque mostra que as massas brasileiras estão começando a se preocupar com o destino coletivo e que o nosso negro está querendo deixar de ser apenas o pária que só encontra felicidade na cachaça, na macumba e nos sambas de carnaval”.

## CONFERÊNCIA NACIONAL DO NEGRO

*A revolta é a recusa do homem a ser tratado como coisa e a ficar reduzido à simples história.*

ALBERT CAMUS: “L’Homme Révolté”

A 9 de maio de 1949, no salão de reuniões do conselho da ABI, instalou-se a *Conferência Nacional do Negro* que, sob o patrocínio do TEN, foi organizada por Guerreiro Ramos, Edison Carneiro e Abdias do Nascimento. Com representantes da *Sociedade Recreativa Floresta Aurora* (Porto Alegre — R. G. do Sul), *Turma Alvi Verde e Grêmio Cruz e Souza* (Juiz de Fora — MG), *União dos homens de cor dos Estados Unidos do Brasil* (Rio), respectivamente Srs. Heitor Nunes Fraga, Sebastião de Souza e José Pompílio da Hora; Srs. Oswaldo C. Oliveira (Ribeirão Preto — São Paulo), Cap. Antônio Carlos (MG). Milton Nunes da Silva (Cabo Frio — RJ), o jornalista George S. Schuyler, enviado especial do “The Pittsburgh Courier”, importante órgão da imprensa negra norte-americana, o representante da ONU no Brasil, Sr. Paul Vanorden Shaw, a *Conferência* foi aberta pelo Sr. Castro Barreto. Nesta sessão foi aclamada a seguinte *Saudação às Nações Unidas*:

“A Conferência Nacional do Negro saúda as Nações Unidas e manifesta a sua confiança em seus esforços pela confraternização Universal.

A Conferência Nacional do Negro espera que as Nações Unidas, como organismo promotor dos direitos do homem e da amizade e da cooperação entre todos os povos, sem considerações de cor, de religião, de língua, de organização política, continuem a representar dignamente o seu papel de mais alta tribuna da opinião mundial.”

Nos dias 10, 11 e 12 ocorreram as sessões ordinárias, com apresentações de vários trabalhos, entre os quais: 1) — Roger Bastide: “Ilhas Culturais, consciência de cor e enquistamento étnico”; 2) — Castro



Barreto: "Contribuição do Estoque Negro à Formação da População Brasileira"; 3) — Abdias do Nascimento: "Espírito e Fisionomia do Teatro Experimental do Negro"; 4) — Outras intervenções: Sebastião Rodrigues Alves sobre a "Questão negra face à assistência social"; Haroldo Costa sobre o preconceito nos colégios secundários; José Cláudio Nascimento, fundador da "Escola José do Patrocínio", tratou da alfabetização nos morros cariocas; Francisco de Assis Barbosa estudou as personalidades humanas e literárias de Machado de Assis e Lima Barreto; Ironides Rodrigues abordou o tema da alfabetização de Machado de Assis e Lima Barreto; Elza Soares Ribeiro, chefe da seção de emprego do SESI, investigou o preconceito de cor nos contratos de trabalho; Guimar Ferreira de Mattos tratou dos problemas da mulher negra; Nilza Conceição depôs a respeito da situação do secundarista de cor em relação aos demais alunos; Arinda Serafim referiu-se aos problemas de organização do trabalho doméstico; Waldemar Sizenando, presidente da Federação dos Morros, pregou a união dos pretos e brancos para a conquista da educação e progresso social; José da Silva falou do preconceito do negro contra o negro; José Pompílio da Hora, Isaltino Veiga dos Santos (antigo dirigente da Frente Negra Brasileira — São Paulo), Lígia Oliveira, Milton Nunes da Silva, Dante Laytano, Marieta Campos, Ruth de Souza, Maria Manhães, foram outros que apresentaram interessantes contribuições. Maria de Lourdes Vale estudou aspectos da educação da jovem negra em face da prostituição e, por fim, o deputado Segadas Viana contribuiu com a tese "O problema do trabalho para o Negro".

A 13 de maio de 1949 encerrou-se a *Conferência* em sessão presidida pelo representante da ONU, Sr. Paul Vanorden Shaw, que entre outras afirmações disse:

"Entre as homenagens prestadas à Organização das Nações Unidas, neste grande País, uma das mais simpáticas e relevantes é esta da *Conferência Nacional do Negro*. Revela que os delegados a esta reunião compreendem um ponto básico da Organização Mundial e indispensável esteio de uma paz permanente — a declaração de que todo ser humano tem direitos, sem distinção de cor, credo ou condição social. Ao lado desses estão os outros que constituem os alicerces sólidos sobre os quais repousará a paz que todos nós almejamos — pão, justiça e liberdade para todos em tôdas as partes do mundo. (...) Todos nós, de cor ou não, vimos de presenciar um fato de profunda significação. Primeiro, não hesitou a ONU por um instante — pondo, assim, em boa prática o que prega — de nomear como



mediador substituto do grande sueco, Conde Folke Bernadotte, o Dr. Ralph Bunche, distinto negro norte-americano. (...) No desempenho dessa função, Ralph Bunche conquistou a admiração e respeito de todo o mundo; teve sob suas ordens civis e militares brancos que lhe serviram dedicadamente, pois que lhe reconheciam os grandes dotes de homem e de estadista”.

Ainda nesta mesma sessão de encerramento, pronunciaria, talvez, uma de suas últimas palestras públicas, o Professor Artur Ramos, antes de seguir para assumir em Paris o cargo de Diretor do Departamento de Ciências da UNESCO, onde faleceu. Foi uma aula notável seu discurso de encerramento. Ao finalizar-se, a Conferência convocou o *Primeiro Congresso do Negro Brasileiro* e aprovou seu respectivo teorizado (Documento número 3).

### SÔBRE O PRIMEIRO CONGRESSO DO NEGRO BRASILEIRO

No número de janeiro de 1950, em artigo de “Quilombo”, eu assim definia as linhas do futuro congresso que se reuniria no Rio em maio daquele ano:

“O *Primeiro Congresso do Negro* pretende dar uma ênfase toda especial aos problemas práticos e atuais da vida da nossa gente de cor. Sempre que se estudou o negro foi com o propósito evidente ou a intenção mal disfarçada de considerá-lo um ser distante, quase morto, ou já mesmo empalhado como peça de museu. Por isso mesmo o Congresso dará uma importância secundária, por exemplo, às questões etnológicas, e menos palpitantes, interessando menos saber qual seja o índice cefálico do negro, ou se Zumbi suicidou-se realmente ou não, do que indagar quais os meios que poderemos lançar mão para organizar associações e instituições que possam oferecer oportunidades para a gente de cor se elevar na sociedade. Deseja o Congresso medidas eficientes para aumentar o poder aquisitivo do negro, tornando-o assim um membro efetivo e ativo da comunidade nacional.

Guerreiro Ramos vai mais longe afirmando que esta tomada de posição de elementos de nossa raça de cor nada mais é do que uma resposta do Brasil ao apelo do mundo, que reclama a participação das minorias no grande jogo democrático das culturas”.



Conforme já ficou dito, êste certame não teria ligações — senão muito remotas — com os Congressos Afro-Brasileiros do Recife (1934) e da Bahia (1937). Êsses foram Congressos acadêmicos, repetimos — mais ou menos distantes da cooperação e da participação popular. O congresso de 1950 reconhecia a existência de uma população de côr no País, consciente de sua importância como fator de progresso nacional, e tentaria modos e maneiras de promover o acesso ao bem-estar social dos milhões de negros e mulatos do Brasil. Assim o Congresso do Negro preencheu dois objetivos: um passivo e outro ativo, um acadêmico e outro popular, um técnico e outro prático. Essa dualidade de objetivos está, aliás, bem clara no Temário.

O que até mais ou menos 1940 era considerado uma espécie de escola afro-brasileira de estudos sôbre o negro, mais pròpriamente se poderia denominar de escola nordestina — predominantemente baiana — do que mesmo uma expressão nacional nesse ramo de estudo. A pròpria condição sócio-econômica do escravo, diferenciada conforme o contexto histórico das várias regiões do País, ofereceria reações múltiplas que dificilmente se sujeitariam a generalizações. Sem colocar em causa a boa vontade, a generosidade dos organizadores e participantes dos congressos nordestinos afro-brasileiros, podemos afirmar, sem cometer injustiça, que, de nossa perspectiva prática, êsses certames pouco adiantaram ao negro. Sua marca fundamental assentava-se na fruição estético-epicurista do estudo descritivo. Postura quietista e alienada — ainda que humanitária e plena de filantropismo. A repercussão nacional de tais estudos, já disse Guerreiro Ramos, responde, aliás, a um não formulado propósito de desviar a atenção do País e do pròprio negro dos problemas emergentes de sua nova condição de cidadão.

Ao nosso esforço pela sobrevivência, pela vida, pela elevação de *status* econômico, cultural, social, falecia significação certo tipo de disputa entre os organizadores dos congressos da Bahia e Recife. Por ocasião do Segundo Congresso Afro-Brasileiro da Bahia, Gilberto Freyre escreveu:

“Receio muito que vá ter todos os defeitos das coisas improvisadas... que só estejam preocupados com o lado mais pitoresco e mais artístico do assunto: as rodas de capoeira e de samba, os toques de candomblé, etc...”

Incriminado, responde Edison Carneiro:

“O Congresso do Recife, levando os babalorixás, com sua música, para o palco do Santa Isabel, pôs em xeque a pureza



dos ritos africanos. O Congresso da Bahia não caiu nesse erro. Tôdas as ocasiões em que os Congressistas tomaram contato com as coisas do negro, foi no seu próprio meio de origem, nos candomblés, nas rodas de samba e de capoeira”.

Sòmente muito mais tarde, em 1953, Édison Carneiro reconheceria que “estas duas atitudes — a de considerar o negro um estrangeiro e a preferência pelas suas religiões — desgraçaram os estudos do negro”. Ao que eu acrescento: muito mais que aos estudos do negro ajudaram a desgraçar o próprio negro. O TEN é um prolongamento, a continuidade de outra linha de orientação que Guerreiro Ramos chamou de pragmática. Um de seus primeiros serviços prestados ao negro e à cultura brasileira foi a denúncia daqueles estudos. À corrente pragmática repugnava o uso do negro como objeto, material etnográfico. Personagem relevante dessa corrente, Fernando Góes disse certa ocasião à “Fôlha de Noite” de São Paulo (6-6-1949):

“Penso que é tempo de todos olharem o negro como um ser humano, e não como simples curiosidade ou assunto para cruditas divagações científicas. Que se cuide da ciência, não é só louvável, como imprescindível. Mas que se assista ao desmoronamento e à degradação de uma raça, de braços cruzados, me parece um crime, e um crime tanto maior quando se sabe o que representou para a formação e desenvolvimento econômico do nosso País”.

A *revolta* não é o sentimento auto-intoxicador estudado por Max Scheler, definido por Camus como “a secreção nefasta em vaso fechado, de uma impotência prolongada”. Muito pelo contrário, ela é o fruto de uma consciência lúcida e bem informada que não transige nem transaciona com sua identidade e seus direitos. Por isso, ainda segundo Camus, “todo movimento de revolta invoca tácitamente um valor”.

Que valor invoca a *revolta* do negro? Seu valor de Homem, seu valor de Negro, seu valor de cidadão brasileiro. Quando a Abolição da escravatura em 1888 e a Constituição da República em 1889 asseguraram teòricamente que o ex-escravo é um cidadão brasileiro com todos os direitos, um cidadão igual ao cidadão branco; mas, na prática, fabrica um cidadão de segunda classe já que não forneceu ao negro os instrumentos e meios de usar as franquias legais — atingem profundamente sua condição de homem e plantam nêle o germe da *revolta*. As oligarquias republicanas, responsáveis por essa abolição de fachada,



atiraram os quase cinquenta por cento da população do País — os escravos e seus descendentes — à morte lenta da miséria, dos ghettos do mocambo, da favela, do analfabetismo, da doença, do crime, da prostituição. O crime perfeito do *linchamento branco*, isto é, incruento, sem sangue. O linchamento que não deixa rastro nem prova. Com Antonio Calado, podemos, sem eufemismo, chamar a Lei Aurea de "Lei de Magia Branca", pois nenhuma imposição jurídica ou legal, por si só, tem força para mudar trezentos anos da cultura de privilégios do branco e de espoliação e submissão do negro.

Diante dessa situação objetiva, compreende-se melhor frases como a de Joaquim Nabuco: "A escravidão moderna repousa sobre uma base diversa da antiga: a *côr preta*". Ou de Edison Carneiro: "... um brasileiro de pele preta, que por sinal vai rapidamente perdendo essa característica de *côr*".

Vemos na frase de Edison Carneiro o ideal da brancura inserido nos refolhos das aspirações brasileiras. Certa vez, em artigo no *Diário de Notícias* (10-12-1950), Tristão de Athayde afirmou que a substituição do índio pelo negro e depois a do negro e o mestiço pelo europeu "era, no fundo, a idéia racista que dominava, com a convicção de que a imigração exclusivamente européia chegasse à arianização do *stock racial mestiço*". Ataliba Viana ridiculariza nossa propalada miscigenação. Pois não passa de outro capítulo de uma espoliação que se eterniza pelos séculos afora, uma forma de preconceito, de racismo, que vai, segundo as circunstâncias, ressurgindo das cinzas — como a Fenix mitológica — travestido em outras formas e outros nomes.

Miscigenação nunca foi sinônimo de ausência de preconceito. Daniel Guérin, um francês que estudou a situação do negro norte-americano, anota que "quase todos os negros americanos — 80%, calcula-se — são, na realidade, mulatos". Está aí destruído o mito de que mistura de raças é a contra-prova do racismo. O imperativo fisiológico, as condições sócio-econômicas, levaram o português ao comércio sexual com a negra. Nada prova a favor de sua proclamada índole isenta de preconceitos. Os resultados desse processo biológico aí estão à face de quem quiser ver: um simulacro de democracia racial elevado à categoria de tabu, de fetiche. Certo e verdadeiro é: a condição de *escravo*, isto é, de *coisa* (o ser humano coisificado), facilitou a miscigenação, para a desgraça do negro. Em sua origem a miscigenação — é a violência, o abuso do poder — e não sentimentos humanos e preconceituosos dos colonizadores. Única e exclusivamente às custas da raça negra se erige esse monumento de impostura, de trágica mentira e cruel hipocrisia, denominado democracia racial brasileira. Diante



da miscigenação eu sou neutro: nem contra, nem a favor. Mas não posso morrer calado, como aquele personagem de Koestler (*O zero e o infinito*), tendo diante dos olhos uma teoria de miscigenação que mais é a teoria predatória da raiz negra, teoria de mistificação, mascaramento e auto-absolvição. Como refere José Honório Rodrigues ("O Jornal" — 11-5-1961):

"Se examinarmos a ação portuguesa na África veremos que a proclamada falta de preconceito não conduziu à miscigenação. Porque, como já acentuamos, faltou ali, quando realmente se iniciou a colonização, no fim do século passado, a *escravidão* (o grifo é meu) que permitia, com ou sem preconceito, usar e abusar dos escravos num plano meramente material e sexual".

Ainda contemporaneamente se identifica a não existência de agressões violentas contra o negro, tipo Estados Unidos, África do Sul, Angola e Moçambique, com ausência de discriminação racial. É como se se raciocinasse: enquanto negro não é caçado à paulada no meio da rua, não está sofrendo nenhuma injustiça ou agressão. Não percebem os que assim pensam, a sutil teoria sócio-psico-cultural, que vem se complexando ao longo de nossa história, atirando os que dela participam num labirinto surrealista. Isso tem retardado, mas não erradicado, a eclosão espetacular do preconceito e a conseqüente contra-partida, também espetacular, reação do negro. O desenvolvimento do País, a industrialização de amplas áreas de nosso território, o predomínio cada vez maior da civilização urbana, não só devido ao crescimento das cidades, como à velocidade dos meios de comunicação, levando informação e hábitos novos aos mais distantes rincões da pátria, estão despertando o negro para sua realidade imediata. O negro brasileiro está à espera. Está impaciente. Mas, "de espera em espera — diz Epicuro — consumimos nossa vida e morremos todos sobre o trabalho"...

Outro fundamento da *revolta* é algo que ultrapassa o desprezo da pele preta: trata-se do esmagamento da cultura trazida pelo africano, cujos valores foram sumariamente proscritos do nosso complexo espiritual-cultural. Numa conferência na ABI, patrocinada pelo TEN, Katherine Dunham teve oportunidade de afirmar judiciosamente que a mais sensível das formas de privação e de esbulho é essa que provoca a inanição espiritual resultante do seccionamento dos liames da origem e da tradição. Entretanto, para os "cientistas" das pesquisas afro-brasileiras, afirmar os valores da cultura negra no jôgo democrático das culturas de todos os povos e nacionalidades, é "saudosismo", ou solução

"norte-americana", segundo Êdison Carneiro, um dos autorizados porta-vozes dessa tendência. Tal grupo chega, na sua auto-estima e super-valorização, a nem perceber a distância que medeia os que *vivem* um problema, daqueles que, nos gabinetes, antolhados por critérios "científicos" mal digeridos, se julgam os maiores donos da certeza e da verdade.

Aliás, a ênfase científicista que Êdison Carneiro empresta a seus trabalhos, chega mesmo a limites pitorescos. Principalmente, revela seu supremo desdém pelo negro-povo, que não ostenta títulos científicos. Por isso sua linguagem vinca a *consistência científica*, a *ciência como forma superior de conhecimento da realidade*, contra as colocações de molde popular da questão, do que êle chama *sentimentos acientíficos e anticientíficos*. O que foi, em que constituiu a tal "ciência" afro-brasileira? O povo negro a conhece de sobra: uma literatura descritiva, ornamental, que em nada o ajudou a caminhar na senda da liberdade e do progresso. Exibidos e explorados como material pitoresco, sua cozinha, seus cultos, sua criminalidade, sua amatória; mas desprezaram, negligenciaram seu direito de ascensão social como negro. Sem a necessidade de transformar-se na pele e no espírito num ser étnica e culturalmente ambíguo, como se fôsse vergonha ou crime sua afirmação como negro. Em nome da "ciência" pregam uns o luso-tropicalismo, outros, a miscigenação, como formas tradicionais de solução do problema. Em verdade o que pleiteiam é a branquificação. Quando abandonam ponderações dêsse teor deslocam o fundamental da questão no sentido de encaminhá-la para a luta de classes. Outro equívoco, para não dizer uma nova impostura.

A luta do negro pode coincidir com a luta operária, mas de forma alguma com ela se identifica pura e simplesmente. Não está provado que o caminho da libertação racial seja o mesmo da libertação social. O que aprendemos com os exemplos históricos é que, na União Soviética, negros e judeus sofrem ou já sofreram discriminação. Nos Estados Unidos existem operários e sindicatos anti-negros, constituindo uma verdadeira aristocracia branca de trabalhadores em detrimento do negro. Daniel Guérin descreve em seu livro *Descolonização do negro Americano* o pavor de um líder comunista branco ao ter de receber em sua casa, em Nova Orleans, um grupo de negros do seu próprio partido. Êstes só puderam entrar pela porta da cozinha... Não constitui assim uma lei sociológica a subordinação da emancipação racial à emancipação social, ou que ambas coincidam necessariamente. A recusa dos sindicatos brancos norte-americanos obrigou ao negro a criação de seus próprios sindicatos de trabalhadores. Os trabalhadores em geral desco-



nhecem os problemas específicos do negro. Há relações de caráter espoliativo entre os próprios trabalhadores. Tal verificação invalida esta conclusão de Artur Ramos:

“O preconceito de cor é um fenômeno de racionalização histórica, ou melhor um pretexto, uma estereotopia, que oculta os verdadeiros fatores econômicos. (...) Desaparecidos os fatores econômicos, a “linha de cor” se atenuará mais e mais até o seu desaparecimento. A competição ainda existente, se fará, então, nas linhas de classe”.

A romancista branca norte-americana Lillian Smith também testemunha esse fenômeno que ultrapassa o problema da linha de classes. Menciona a “droga” do preconceito que embriaga os “brancos pobres”, e entre nós pode ser facilmente constatado a mesma “droga”, embriagando os brasileiros da região mais pobre do país — o nordeste. Entre muitos testemunhos leia-se, por exemplo, o romance de Romeu Crusoé, *A Maldição de Canaã*.

Ainda está por ser escrita a história das lutas do negro brasileiro para garantir a sobrevivência, liberdade e dignidade de ser humano. Cioso da importância de seu papel histórico no Brasil, mas, nem por isso, abrindo mão de uma história de milênios, um passado cultural próprio que nenhuma assimilação ou aculturação deve coagir até ao desaparecimento. O jogo das inter-influências culturais deve constituir-se de uma reciprocidade digna entre todas as diferentes expressões culturais, sem supremacias nem inferioridades. A raça negra, segundo Joaquim Nabuco, “fundou, para outros, uma pátria que ela pode, com muito mais direito, chamar sua”, pois “o que existe até hoje sobre o vasto território chamado Brasil foi levantado ou cultivado por aquela raça; ela construiu o nosso País”. Naquela época, antes da Abolição, brasileiros dignos e preocupados com o futuro do País, assumiram o *Mandato da Raça Negra*. Hoje é o próprio negro que se investe no dever intransferível de sua promoção humana, social, econômica e cultural. Ele se recusa a permanecer como matéria-prima, vegetativo, pitoresco, segundo o retratou um repórter de “L'Europeo”, Gian Gaspare Napolitano (M. Fonseca — “O Jornal” — 3-9-1950):

“Eram belos tipos, altos, desempenados, vestidos impecavelmente de branco, com chapéu, guarda-chuva, sapatos lustrosos, camisa aberta, de cor. Tinha tudo quanto um negro

pode desejar no mundo: relógio de pulso, caneta-tinteiro, lençinho no bolso, uma correntezinha de ouro no pescoço. (...) Cresce como pode, é de boa índole, doce, sensual, mentiroso, afetuoso, devoto, visionário. (...) É-lhes vedado frequentar academias militares, se chega a oficial, depois de ter sido sub-oficial, não passará nunca do posto de capitão, jamais será deputado, senador, ministro, juiz ou diplomata. (...) Dentro de cinquenta, setenta anos, *este problema não existirá mais, os brancos terão absorvido os negros e os índios por meio dos cruzamentos*". (O grifo é meu).

Em um dos seus últimos livros Edison Carneiro diz que "um avultado grupo de pequenos-burgueses e burgueses intelectualizados de côr tentou dar voz a manifestações racistas, de supremacia emocional do negro, a fim de adornar o problema de acôrdo com a inspiração, a fórmula e a solução norte-americanas". Mais adiante refere-se novamente a "esta americanização forçada do problema", como a querer transferir para o negro, que viveu intensamente sua situação vital, o seu mimetismo cientificista, já que conclui pela necessidade do cientista "reorientar os estudos do negro". Sua "ciência" de periferia não lhe permitiu penetrar até à intimidade do negro. Recriou nos livros os candomblés, o folclore, com a marca do superficial, do esquemático, ou inaceitável simplificação. Edison Carneiro jamais poderia emitir os conceitos transcritos, emitidos à raiz da discussão, que, no *Primeiro Congresso do Negro Brasileiro*, se fez da tese de Ironides Rodrigues, "A Estética da Negritude". Tanto Edison Carneiro, como L. A. Costa Pinto, se insurgiram, negaram a Negritude e tentaram mesmo levá-la ao ridículo. Com a publicação do volume em preparo, *Negritude Polêmica* (ilustrado), a sair brevemente, se constatará, através das notas taquigrafadas, a consagração pelo Congresso em pêsso — o povo negro, o povo-massa-de-côr — do conceito da Negritude, numa lúcida antecipação do fenômeno histórico que conduziu as nações africanas à afirmação de sua independência. Curioso e significativo que por ocasião da realização do *Primeiro Festival Mundial das Artes Negras*, nenhum dos defensores da Negritude, tão atacados por Edison Carneiro e L. A. Costa Pinto — Festival promovido para enfatizar a Negritude no mundo (Dacar — abril — 1966) — esteve presente ao mesmo. No entanto, Edison Carneiro não só participou da comissão organizadora (Itamarati), como viajou à África...

A Negritude, em sua fase moderna mais conhecida, é liderada por Aimé Césaire e Leopoldo Sédar Senghor, mas tem seus antecedentes seculares, como Chico-Rei, Toussaint Louverture, Luís Gama, José do



Patrocínio, Cruz e Souza, Lima Barreto, Yomo Keniata, Lumumba, Sekou Touré, Nkrumah e muitos outros. Trata-se da assunção do negro ao seu protagonismo histórico, uma ótica e uma sensibilidade conforme uma situação existencial, e cujas raízes mergulham no chão histórico-cultural. Raízes emergentes da própria condição de raça espoliada. Os valores da Negritude serão assim eternos, perenes, ou permanentes, na medida em que fôr eterna, perene ou permanente a raça humana e seus sub-produtos histórico-culturais.

Sempre penetrante e autorizado, diz Guerreiro Ramos:

“Não é um comportamento romântico que levaria êsses povos (africanos) ao enclausuramento (Negritude), a se apegarem aos seus costumes sob a alegação, realmente suicida, de preservá-los em sua pureza; é antes uma atitude que não exclui o diálogo, pois contém a consciência de que, para ser historicamente válida, a auto-afirmação dos povos deve confluir para o estuário de tôdas as altas culturas da humanidade”.

Integração social assim compreendida não deve, pois, ser confundida com o embranquecimento compulsório, o desaparecimento do negro e da negritude nos quadros étnicos de uma maioria predisposta a tragá-los. Extinguem o negro manipulando o regime imigratório, na imposição de um estado permanente de miséria, na hipertrofia da miscigenação, como o valor mais alto de nossa civilização. Não resta a menor dúvida: é o fim da raça negra no Brasil. A integração não-racista que pregamos é outra. Corresponde à abertura de oportunidades reais de ascensão econômica, política, cultural, social, para o negro, respeitando-se sua origem africana. Por que essa pregação acintosa e coativa de clarificação da pele e da cultura do povo brasileiro? Justifica-se, a não ser para os racistas, a pressão a favor dos estilos culturais e espirituais do ocidente em detrimento de outras influências e contribuições? O que se pratica aqui é a negação dos princípios da verdadeira democracia racial, de côr e cultural, é a vigência do racismo anti-negro. Racismo sem apêlo ou defesa das vítimas, e para isso funcionam os mecanismos de segurança, criando o inconsciente coletivo, que Guerreiro Ramos chama de “lista de preços dos valores que cada sociedade fornece a todos os seus membros, por fôrça de uma espécie de pedagogia imanente”.

Não é segredo a pedagogia imanente do nosso subconsciente coletivo: um dos seus sustentáculos é a glorificação da Mãe Preta. Quase não há em nosso País quem não exiba uma negra que lhe contou histórias em criança ou lhe deu de mamar. É, em geral, o passaporte à

condição de amigo do negro. Também a exaltação dos craques negros de futebol — vencida a etapa da resistência a seu ingresso tão bem estudada por Mário Filho — é outro instrumento de segurança, ocorrendo o mesmo com o aplauso frenético aos cantores e músicos negros, às escolas de samba, aos cômicos, passistas e cabrochas. Tais válvulas de segurança social destinam-se ainda a anestesiar a má consciência dos usufrutuários de privilégios sociais, monopolistas do bem-estar herdados ainda do regime escravocrata. A própria Lei Afonso Arinos, votada para outros fins, presta sua involuntária colaboração à manutenção do *status quo*. Possuindo uma lei anti-discriminativa e anti-preconceituosa, os dirigentes, os responsáveis pelo progresso social e político, consideram-se quites com quaisquer onus ou obrigações referentes à situação inter-étnica.

Oprimido e espoliado permanece o negro. Os sofrimentos que ele padece têm origem na cor de sua pele. Não basta um negro — excepcional ou sob proteção paternalista — galgar um lugar de projeção, elevar-se do nível geral médio de seu povo. Importa, sim, é lutarem todos e conquistar oportunidades de elevação para todos. Pois enquanto um negro fôr tolhido em sua liberdade por ser negro, enquanto um negro tiver obstaculizada sua realização pelo fato de sua cor epidérmica, todos nós — os negros — estaremos implicitamente sendo atingidos em nossa dignidade de homens e de brasileiros.

Assim, o primeiro passo é o negro assumir sua negritude. Ele sofre, é discriminado, por causa da cor de sua pele que os outros vêem. Não adianta a reiteração teórica de que cientificamente não existe raça inferior ou raça superior. O que vale é o conceito popular e social de raça, cuja pedra de toque, no Brasil, se fundamenta — pior do que na declarada luta de raças — num envergonhado preconceito ornamental, em camuflada perversão estética. E tão forte é tal perversão em nosso meio que instilou no próprio negro a má consciência de ser negro. A forma de passar a linha de cor nos dias de hoje, é “melhorar a raça”, casando-se com branco (fato raro) ou se entregando de qualquer forma a êle (fato corrente). Aos “cientistas” tem cabido a tarefa gloriosa de endossar e estimular êsse verdadeiro genocídio aqui apresentado como modelo e exemplo de cruzamento de raças e harmônica convivência social. Mas, com Albert Schweitzer, também acho a “boa consciência” uma invenção do diabo, e o racismo tem seu limite na índole pacífica do negro. Desde que esta cessa, isto é, no momento em que o negro quer ser um aquisitivo, assumir hábitos de consumo não vegetativo, e conseqüentemente aumentar sua consciência e participação políticas; quando deseja assegurar níveis superiores de existência, tocar as raízes



de sua subjetividade, o racismo, sob mil disfarces, irrompe minando os passos do negro, quando não o agride frontalmente. E então somos os criadores de problemas inexistentes, os copistas da solução americana... Eu me pergunto: que quero afinal? O que fiz me documenta, me testemunha e me responde: tenho defendido a existência do negro e seus valores como ser humano e cidadão brasileiro; tento preservar e enriquecer a personalidade cultural do negro, diferenciada ao nível da universalidade. Isto não é retrocesso histórico, mas ao contrário, consciência histórica, presença histórica. / Pois sabemos que a erradicação da alienação patológica do grupo negro — vítima da alienação patológica do branco — depende em grande parte da evolução qualitativa generalizada do povo brasileiro. Seus estilos culturais no Brasil degradaram sua cultura original africana, substituindo-a pela culturologia da miséria e do analfabetismo. Os quilombolas são os precursores de nossa luta de hoje, quando, arriscando a vida, recusavam a imposição do trabalho forçado, dos novos valores culturais, novos deuses, nova língua, novo estilo de vida. São eles — os quilombolas — os primeiros elos dessa corrente de *revolta* que atravessa quatro séculos de história brasileira.

A posição de certos negros lembra o personagem do romancista norte-americano Ralph Ellison: o homem invisível (*Invisible Man*). Trata-se da história de certo negro que tentou não ser visto pelos outros, já que sua cor negra lhe trazia coação, perseguição, discriminação, enfim, todos os sofrimentos. Tornando-se invisível estaria resolvido o problema. Perdendo sua identidade deixava de ser realidade para os olhos dos outros, não sofreria mais. Ele seria o não-ser, o não-existente. Para os outros. Não previra, porém, que ninguém — nem o negro — consegue não-existir existindo. Agora ele quer ser percebido, quer tornar-se realidade para os outros. Ilumina sua habitação de negro pobre, mas nada consegue, nada ocorre, nada se modifica. A luz só o ilumina para ele próprio, já que resolveu o problema para si mesmo, sem procurar resolvê-lo para sua gente de forma coletiva. O problema continua: ninguém existe só e isolado de sua comunidade. Somos seres em relação. Transitivos. E isto é válido para os membros de uma família, de um povo, das nacionalidades, da comunidade humana. Este o sentido de nossa *revolta*. Segundo Camus, ainda mesmo a revolta “mais elementar expressa, paradoxalmente, a aspiração a uma ordem”, no caso, uma ordem onde não seja mais possível “que uma igualdade teórica encubra grandes desigualdades de fato”. Os nossos “negros invisíveis” constituem uma pequena classe média e pequena burguesia negra e mulata, dependentes das classes dirigentes, e têm uma atitude cautelosa de domes-

ticados. Não se envolvem na promoção humana e valorização social do povo de côr, ao contrário, funcionam na faixa da segurança social e manutenção do *statu quo*. Se por acaso abrem a bôca, refletem o ponto de vista dos racistas de todos os matizes: "no Brasil não há problema de côr nem de raça". Quando se aproximam do negro é na qualidade de "cientistas"... Os "negros invisíveis" aspiram à paz a qualquer preço e encontram a morte. Nem sempre por covardia. Mas por preguiça ou carreirismo, se demitem da liberdade "para discernir o bem e o mal". Certamente as pequenas conquistas do negro no campo social não se devem aos negros dêsse tipo. Muito mais devemos aos negros norte-americanos, cuja brava luta é uma advertência seríssima não só lá, como também aqui, em nosso País. Nesta última década passamos a dever também aos países africanos livres. A só presença de seus representantes diplomáticos funciona como uma implícita fiscalização e crítica das relações de prêtos e brancos, de nossa democracia racial.

### SEMANA DE ESTUDOS SÔBRE O NEGRO

O número quatro da revista *Cadernos do Nosso Tempo* (abril-agosto de 1955) publicou a seguinte nota:

"O Teatro Experimental do Negro, desde 1944, vem promovendo certames periódicos sôbre relações de raça no Brasil. Assim é que patrocinou as duas Convenções Nacionais do Negro, a primeira em São Paulo (1945) e a segunda no Rio (1946); a Conferência Nacional do Negro (Rio — 1949), e o Primeiro Congresso do Negro Brasileiro (Rio — 1950).

No presente ano o Teatro Experimental do Negro organizou uma semana de estudos, a qual foi levada a tôrmo, de 9 a 13 de maio, na ABI, tendo consistido numa série de conferências cujos autores procederam a uma revisão dos estudos sociológicos e antropológicos sôbre o negro em nosso País.

O Sr. Nelson Werneck Sodré discorreu sôbre "O Negro como tema na Literatura Brasileira", analisando a obra de José de Alencar, Castro Alves, Machado de Assis e de outros escritores; o ator Abdias do Nascimento, fundador do Teatro Experimental do Negro, falou sôbre o desenvolvimento das associações dos homens de côr em nosso País; a Sra. Guiomar Ferreira de Mattos tratou o tema "Formas sutis de preconceito no Brasil", e finalizando o ciclo no dia 13 de maio, nosso companheiro Guerreiro Ramos pronunciou uma conferência sôbre



o problema étnico brasileiro na qual formulou novas diretrizes metodológicas para o estudo do assunto.

Houve, também, no dia 10 de maio, uma homenagem ao escritor Álvaro Bomilcar, precursor dos nossos estudos brasileiros sobre relações de raça. Nesta homenagem usaram da palavra os Professores Hamilton Nogueira e Guerreiro Ramos e o ator Abdias do Nascimento.

Ao encerrar-se a Semana de Estudos, o Teatro Experimental do Negro fez uma declaração de princípios que, a seguir, é transcrita, com a data de 13 de maio de 1955:

### DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS

Ao encerrar a Semana de Estudos Sobre Relações de Raça, o Teatro Experimental do Negro

a) — considerando as tendências gerais que se exprimiram nas conferências realizadas durante as sessões da referida semana;

b) — considerando as mudanças recentes do quadro das relações internacionais impostas pelo desenvolvimento econômico, social e cultural dos povos de cor, o qual se constitui no suporte da autodeterminação e da autoafirmação desses povos;

c) — considerando os perigos sociais que poderiam advir do equívoco de definir em termos raciais as tensões decorrentes das relações metrópole-colônia e capital-trabalho;

d) — considerando que é anti-histórico retornarem as minorias e os povos de cor às formas arcaicas de sociabilidade e cultura, ou preservarem-se marginalizados nas condições ecumênicas contemporâneas;

e) — considerando as novas perspectivas abertas pela nova teoria social científica acerca das questões coloniais;

f) — considerando que, sob o disfarce de “etnologia”, “antropologia”, “antropologia aplicada”, e a despeito de contribuições científicas de profissionais dedicados a essas disciplinas, têm-se corroborado, direta ou indiretamente, situações e medidas retardativas da autodeterminação e do desenvolvimento material e moral de minorias e povos de cor;

g) — considerando que o Brasil, pelas suas particularidades históricas, é uma nação ocidental em que é preponderante o contingente populacional de origem negra;

h) — considerando que o Brasil é uma comunidade nacional onde tem vigência os mais avançados padrões de democracia racial, apesar da sobrevivência, entre nós, de alguns restos de discriminação;

#### DECLARA:

1) — É desejável que os organismos internacionais, que têm por objetivo nominal estimular a integração dos povos, sejam cada vez mais encorajados a discutir medidas concretas tendentes à liquidação do colonialismo, em tôdas as suas formas e matizes, uma vez que a mera proclamação de direitos e de princípios, sob forma acadêmica e em abstrato, pode prestar-se (e freqüentes vêzes se tem efetivamente prestado) para a conestação da injustiça e da espoliação.

2) — É legítimo reconhecer que o recente incremento da importância dos povos de côr, politicamente independentes, como fatores ponderáveis na configuração das relações internacionais, tem contribuído, de modo benéfico, para restaurar a segurança psicológica das minorias e dos povos de côr; todavia, êste fato auspicioso não deve transmutar-se em estímulo a considerar como luta e ódio entre raças o que é, fundamentalmente, uma tensão e um conflito entre sistemas econômicos.

3) — Sem prejuízo do direito de as nações escolherem o seu próprio destino, é condenável tôda medida ou tôda política, ainda que justificada no direito de autodeterminação, que tenha por objetivo, direto ou indireto, fazer retornar as minorias e os povos de côr às formas arcaicas de socialibilidade e de cultura, ou conservá-los marginalizados nas condições ecumênicas contemporâneas.

4) — É necessário desenvolver a capacidade crítica dos quadros científicos, intelectuais e dirigentes dos povos e grupos de côr a fim de que os mesmos se tornem aptos a discernir nas chamadas ciências sociais o que é mera camuflagem e sublimação de propósitos espoliativos e domesticadores e o que é objetivamente positivo na perspectiva das sociedades ditas subdesenvolvidas.

5) — É desejável que o Govêrno Brasileiro apóie os grupos e as instituições nacionais que, pelos seus requisitos de idoneidade científica, intelectual e moral, possam contribuir para a preservação das sadias tradições de democracia racial no



Brasil, bem como para levar o nosso País a poder participar da liderança das forças internacionais interessadas na liquidação do colonialismo.

## CONCLUSÃO

E agora para terminar. Na data em que redijo estas linhas, está ocorrendo nos Estados Unidos o mais trágico levante de negros de quantos protestos contra a discriminação racial se têm memória naquele país. Entretanto, como diz Benjamim Muse, no seu *A Luta do Negro Americano*, "a população negra vive na América há tanto tempo quanto a branca". Isto reconhecendo, o falecido Presidente Kennedy certa vez expressou sua compreensão da luta do negro norte-americano citando particularmente que:

"A criança negra tem metade, a despeito de seus talentos, tem estatisticamente a metade das oportunidades de concluir os estudos secundários de que dispõe uma criança branca, um terço das oportunidades de concluir os estudos superiores, um quarto das oportunidades de tornar-se um profissional liberal, quatro vezes mais possibilidades de ficar desempregado" (Jornal do Brasil, 1-8-67).

O que dizer da criança negra brasileira em face das estatísticas mencionadas páginas atrás? A nossa estatística acusa apenas 34 por cento de oportunidades para negros e mulatos no grau secundário, enquanto há nos Estados Unidos 50 por cento dessas mesmas oportunidades; 8 por cento de oportunidades no grau superior para negros e mulatos brasileiros em contraposição a cerca de 33,3 por cento nos Estados Unidos. Ficou exaustivamente registrado também o preconceito de cor como a forma primeira de discriminação no mercado brasileiro de trabalho. Isto, obviamente, é a origem da evidente ausência de mobilidade vertical do negro brasileiro nos trabalhos especializados da nossa indústria, nos negócios de crédito e finanças, no funcionalismo público, na diplomacia, no oficialato das forças armadas.

Tal verificação invalida de plano o argumento negador da conotação racial sob a alegação da existência também de brancos pobres de várias origens étnicas e procedências nacionais. A experiência histórica do negro difere fundamentalmente da experiência de outros grupos geralmente citados como exemplo de que o baixo nível sócio-econômico não é privilégio do afro-brasileiro. Entretanto, não há nenhum outro grupo étnico que tenha sido trazido para as terras brasileiras sob vio-

lência, sob grilhões. Nenhum outro grupo permaneceu explorado durante tanto tempo — quase quatrocentos anos. Nenhum outro grupo, como o negro liberto da escravidão, ficou impedido, através a manipulação de inúmeros expedientes subreptícios, de ingressar na sociedade competitiva. O afro-brasileiro foi marginalizado, após o 13 de maio de 1888. Outros grupos sofreram e talvez possam continuar sofrendo os efeitos da pobreza e da miséria, mas isso por defeitos do regime de distribuição de riquezas, de rendas, ou por incapacidade individual, jamais por ter na sua origem étnica — na cor de sua pele — a senha social para a anulação apriorística de suas oportunidades de concorrer com os demais brasileiros em igualdade de condições.

*"A revolta é profundamente positiva, pois revela o que há que defender sempre no homem."*

Albert Camus: "L'Homme Révolté"

Rio de Janeiro, agosto de 1967

## DOCUMENTOS

### 1

CARTA-ABERTA AO EXMO. SENHOR CHEFE DE POLICIA,  
GENERAL LIMA CAMARA

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 1949

Excelentíssimo Senhor:

Ontem, quinta-feira, fomos impedidos de entrar no Baile dos Artistas que se realizava no Hotel Glória — eu e os artistas Ruth de Sousa, Marina Gonçalves e Claudiano Filho, todos pertencentes ao Teatro Experimental do Negro, que dirijo — pelo comissário, dr. Agnaldo Amado, apesar de portadores de convites gentilmente oferecidos pela Sociedade dos Artistas Brasileiros e revista "Rio", patrocinadores da festa. O proprietário do Hotel Glória, dr. Edgar da Rocha Miranda, é uma das pessoas que apóiam — ao lado dos nomes mais representativos da inteligência, da cultura, das artes e do jornalismo de nossa terra — a obra que o TEN vem realizando em prol da valorização social da gente de cor brasileira. Daí nossa surpresa ante a atitude do dr. Agnaldo Amado que, na qualidade de comissário de serviço naquele hotel, além de proibir terminantemente nossa entrada pelo fato de sermos negros, empurrou-nos brutalmente sem que houvesse motivo, já que nenhum de nós teve o menor gesto de protesto contra tão estranho procedimento de uma autoridade que deveria ser a primeira a garantir a ordem e os direitos de todos os brasileiros sem distinção de cor, conforme reza a nossa Constituição. O fato foi testemunhado por várias pessoas de comprovada idoneidade moral, entre as quais cito o excelentíssimo senhor diretor do Serviço Nacional de Teatro, professor Thiers Martins Moreira, e o escritor



francês Michel Simon. Poderíamos interpretar o acontecido como indício de que o Departamento Federal de Segurança Pública está pretendendo estabelecer uma "linha de cor" nos festejos carnavalescos, tidos e havidos como essencialmente democráticos? Aliás, convém lembrar que mesmo fora do carnaval, o que se observa diariamente é o tratamento desumano, anticristão e ilegal da polícia para com os negros, fato para o qual solicitamos a atenção de vossa excelência. Basta um negro ser detido por qualquer coisa insignificante — assim como não ter uma simples carteira de identidade para ser logo tratado como se já fôsse um criminoso. Dir-se-ia que a polícia considera o homem de cor um delinqüente nato, e está criando o delito de ser negro. Esta é uma atitude de estado policial incompatível com a democracia e a consciência cristã do nosso povo. Ou será que a polícia, por uma questão ornamental, acha não ficar bem um negro em salões elegantes por causa de estrangeiros turistas? Entretanto, ainda recentemente os jornais publicaram fotografias dos excelentíssimos senhores Presidente Eurico Dutra e Governador Mangabeira, trajados a rigor, de braço dado a sorridentes e escuríssimas baianas, na terra do Senhor do Bonfim...

O negro tem sido bom brasileiro desde o início da formação da nacionalidade. Tem sido bom soldado e bom trabalhador. Mantém família organizada, cumpre seus deveres paternais, sociais, religiosos. Em sua totalidade é gente pobre de bens e rica do senso dos seus deveres e direitos, e dessa consciência de dignidade humana frequentemente violentada pelos racistas que, desgraçadamente, insistem em tentar destruir a harmonia de raças que vem presidindo a marcha da nossa civilização mestiça.

Excelência: minha atividade cultural e artística é bem conhecida, e não estou redigindo esta carta para defender melindres ou suscetibilidades próprias. Pessoalmente, não me considero atingido pela mesquinha afronta. Dirijo-me a vós, exmo. sr. chefe de polícia e digníssimo General do glorioso Exército Brasileiro — levantando o meu protesto de brasileiro, pois como negro senti a humilhação imposta aos meus irmãos de cor. Dirijo-me a vós, excelência, e termino perguntando: essa discriminação é exercida pela vontade atrabiliária de um polícia que age em seu nome individual, ou trata-se de uma orientação do Departamento Federal de Segurança Pública, de uma ordem de vossa excelência contra a população negra do Brasil?

Com todo o respeito e consideração a vossa excelência, subscreve o patricio.

(a) ABDIAS DO NASCIMENTO

Diretor do Teatro Experimental do Negro  
e do periódico "Quilombo"

2

## CONVENÇÃO NACIONAL DO NEGRO BRASILEIRO

### A NAÇÃO BRASILEIRA

Patricios negros:

No momento em que tôdas as forças vivas da Nação se arregimentam e se articulam em prol de sua redemocratização, impõe-se, como dever sagrado, trazermos, num trabalho de conjunto eficiente e construtivo, a nossa despretenhosa palavra de fé e a exposição daquelas reivindicações para as quais nos devemos aprestar.

Nesse sentido, os negros do Brasil, reunidos em Convenção Nacional, examinaram, escrupulosa e detidamente, a sua situação atual, não somente em face de sua existência no passado, como, sobretudo, das injunções do presente.

Dessa análise verificou-se que, mais do que nunca, no instante histórico que se vive, é imperioso realizemos um trabalho de unificação e coordenação de todos os nossos esforços e anseios para que o ideal da Abolição se torne hoje em dia e para o futuro uma realidade expressiva sob todos os títulos.

E é assim que urge formulemos princípios de reivindicação de direitos que, de fato, se nos foram outorgados por aquele magno acontecimento, não puderam, entretanto, ser concretizados, em consequência das condições particulares em que se verificou e dos prejuízos decorrentes não só nos domínios de ordem econômica, como nos de ordem moral e espiritual.

Temos consciência de nossa valia no tempo e no espaço. O que nos faltou até hoje foi a coragem de nos utilizarmos dessa força por nós mesmos, e segundo a nossa orientação. Para tanto é mister, antes de mais nada, nos compenetrarmos, cada vez mais, de que devemos estar unidos a todo preço, de que devemos ter o desassombro de ser, antes de tudo, negros, e como tais os únicos responsáveis por nossos destinos, sem consentir que os mesmos sejam tutelados ou patrocinados por quem quer que seja.

Não precisamos mais de consultar a ninguém para concluirmos da legitimidade dos nossos direitos, da realidade angustiosa de nossa situação e do acumplicimento de várias forças interessadas em nos menosprezar e em condicionar, mesmo, até o nosso desaparecimento!

Eis porque conclamamos a todos vós, sem distinção de sexo, idade, credo político ou religioso, para cerrardes fileiras em torno deste Grupo de Pioneiros que se propõe a conseguir, dos poderes competentes, por todos os meios lícitos e segundo os ditames da própria CONSCIENCIA NACIONAL, as seguintes reivindicações:

1) Que se torne explícita na Constituição de nosso País a referência à origem étnica do povo brasileiro, constituído das três raças fundamentais: a indígena, a negra e a branca.

2) Que se torne matéria de lei, na forma de crime de lesa-pátria, o preconceito de cor e de raça.

3) Que se torne matéria de lei penal o crime praticado nas bases do preceito acima, tanto nas empresas de caráter particular como nas sociedades civis e nas instituições de ordem pública e particular.

4) Enquanto não for tornado gratuito o ensino em todos os graus, sejam admitidos brasileiros negros, como pensionistas do Estado, em todos os estabelecimentos particulares e oficiais de ensino secundário e superior do País, inclusive nos estabelecimentos militares.

5) Isenção de impostos e taxas, tanto federais como estaduais e municipais, a todos os brasileiros que desejarem estabelecer-se com qualquer ramo comercial, industrial e agrícola, com o capital não superior Cr\$ 20.000,00.

6) Considerar como problema urgente a adoção de medidas governamentais visando à elevação do nível econômico, cultural e social dos brasileiros.

Auscultando a nossa realidade, tiraremos de sua consideração o remédio necessário aos nossos males, negando atenção àqueles que querem "salvar-nos" contra as nossas tradições e contra o Brasil.

Tenhamos fé e esta fé nos indicará o caminho a seguir.

Sejamos, cada um de nós, um obreiro desta reação contra a sonegação dos direitos sagrados do negro e da efetivação dos mesmos; seja cada qual um soldado contra a decadência de nossos costumes, contra a ignorância e protéria dos preconceitos existentes, embora muitos o queiram negar. Sobre tudo, mais que tudo, contra a negação do que há feito, pode fazer e quer ainda fazer o nosso sangue, cujo valor foi demonstrado nas artes, nas ciências, na política e na guerra, pela identidade do seu destino com o da própria nacionalidade.

São Paulo, 11 de novembro de 1945

(a) Abdias do Nascimento, Francisco Lucrécio, Ten. Francisco das Chagas Printes, Geraldo Campos de Oliveira, Salatiel de Campos, José Bento Angelo Abalayguara, Emílio Silva Araújo, Aguiinaldo Oliveira Camargo, Sebastião Rodrigues Alves, Ernani Martins da



Silva, Benedito Juvenal de Souza, Ruth Pinto de Souza, Luiz Lobato, Nestor Borges, Manoel Vieira de Andrade, Sebastião Baptista Ramos, Benedito Custódio de Almeida, Paulo Moraes, José Pompílio da Hora, Renê Noni, Sofia Campos Teixeira, Célia Ambrosio, José Herbel, Walter José Cardoso.

### 3

## I CONGRESSO DO NEGRO BRASILEIRO

### CONVOCAÇÃO

A Conferência Nacional do Negro, considerando a conveniência de se continuar o estudo das questões referentes ao negro e em geral ao homem de cor, em reunião democrática, resolve convocar o I Congresso do Negro Brasileiro, iniciativa do Teatro Experimental do Negro, comemorativo do centenário da abolição do tráfico de escravos, entre os dias 26 de agosto e 4 de setembro de 1950, no Distrito Federal.

A Conferência Nacional do Negro convida os escritores, os historiadores, os antropólogos, os folcloristas, os musicistas, os sociólogos e os intelectuais em geral a prestigiar, com a sua colaboração, a realização do Congresso, e pede a cooperação de negros e mulatos, homens do povo, para que o Congresso possa ser representativo das aspirações e tendências gerais da população de cor.

A Comissão Organizadora da Conferência Nacional do Negro, transformada, em virtude desta resolução, em Comissão Central de Coordenação do Congresso, ficará incumbida de nomear, para cada Estado e para o Distrito Federal, Comissões de Preparação locais, que farão a propaganda do Congresso e encaminharão, à Comissão Central de Coordenação, teses, comunicações e sugestões de interessados no certame.

A Comissão Central de Coordenação expedirá as instruções necessárias, preparará o regimento do Congresso e tomará providências para a sua realização na data prevista.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 1949

(a) GUERREIRO RAMOS  
EDISON CARNEIRO  
ABDIAS DO NASCIMENTO

## TEMARIO DO I CONGRESSO DO NEGRO BRASILEIRO

(Aprovado por unanimidade a 13 de maio de 1949, na sessão de encerramento da Conferência Nacional do Negro.)

### HISTÓRIA

I — Os elementos negros importados. O tráfico de escravos. Distribuição dos africanos no País. Números do tráfico. Estatísticas da população escrava nas províncias. A migração interior de escravos (tráfico interno).

II — Castigos de escravos. Deformações conseqüentes do trabalho escravo. O escravo nas plantações de cana-de-açúcar, de café, de algodão. O trabalho nas minas. O trabalho doméstico.

III — Os quilombos e as revoltas de escravos. Palmares. Os negros malês na Bahia. Os balaios. O movimento de fuga das lavouras paulistas.

IV — Contribuição do negro à abolição e à campanha abolicionista. Luis Gama e José do Patrocínio. As juntas de alforria.

V — O valor do escravo, na África e no Brasil. Os mercados de escravos. As crias.

VI — Os Têrços de Homens Pretos (os Henriques). Colaboração do negro na luta contra o invasor holandês. O negro na guerra do Paraguai. O negro nas bandeiras. O homem de cor na Inconfidência Baiana (1798). Contribuição do negro à Independência. Participação do negro nos movimentos populares de 1822 a 1849. João Cândido e a revolta da Armada (1910). O negro e a FEB.

VII — Figuras eminentes de negros.

## VIDA SOCIAL

I — Condições gerais de vida da população de cor. Caracterização social da população negra. Distribuição social e espacial da população de cor.

II — Aspectos demográficos. Crescimento da população de cor. Estado e movimento da população de cor. Natalidade e mortalidade. Mortalidade infantil. A população de cor segundo os recenseamentos da República.

III — Sistema de vida da população de cor. Hábitos alimentares. Habitação. Profissão. Higiene. Educação. Relações sexuais. Poder aquisitivo. Associações culturais, recreativas e beneficentes. Jogos e passatempos. Condições de trabalho.

IV — Aspectos patológicos da população de cor. Criminalidade. Vadiagem, alcoolismo e prostituição. Doenças frequentes na população de cor. Doenças trazidas da África.

V — Status social do negro. O negro e o mulato na literatura, nas ciências e nas artes. O negro nas cidades e nos campos. As favelas. O negro nas forças armadas. O negro e o mulato na Igreja, nas profissões liberais, na indústria e no comércio. Migrações da população de cor. Padrões de vida.

VI — Assimilação e aculturação da população de cor. O contato de raças. Os subtipos resultantes do contato de raças. Importância social e histórica do mulato. O intercâmbio sexual entre as nações africanas. A discriminação de cor, seus motivos, suas consequências, sua importância.

VII — Possibilidades de organização social do negro e do homem de cor, tendo em vista a elevação do seu nível cultural e econômico. Orientação vocacional do negro e do mulato. Desenvolvimento do espírito associativo.

## SOBREVIVÊNCIAS RELIGIOSAS

I — A religião dos nagôs. A religião dos gêzees. Os candomblés de caboclo, Macumba e Umbanda. O tambor de mina, os parás. Os xangôs. A cabula. Contribuição à pagelança. Os ritos funerários. A feitiçaria e a adivinhação. O sincretismo religioso. Processos aculturativos das religiões do negro no Brasil.



*II — Organização e funcionamento das casas de culto. Influência da casa de culto na vida civil. Os chefes de seita e sua importância para a população de cor.*

*III — O curandeirismo.*

*IV — A música, a dança e o canto rituais.*

## **SOBREVIVÊNCIAS FOLCLÓRICAS**

*I — Folguedos coletivos. Bumba-meu-boi. Quilombos. Maracatus. Afoxés. Rodas de samba. Maculelê. Capitão-de-mato. O auto dos congos. O frevo. Balucadas. Os cordões carnavalescos. Escolas de samba. O louvor a São Benedito.*

*II — Disputas dialogadas do negro e do branco. Pai João.*

*III — Formas de luta. A capoeira de Angola e suas várias formas. O batuque, os batuqueiros e a pernada.*

*IV — O negro e o mulato no folclore nacional.*

*V — Os contos populares de procedência africana. As canções de trabalho.*

## **LÍNGUAS**

*I — O nagô. O gêge. A língua de Angola e do Congo (quimbundo). O dialeto muçurumim. As línguas faladas nos anos da escravidão. As línguas faladas atualmente no Brasil.*

*II — Transformações do quimbundo, do nagô e de outras línguas no Brasil.*

*III — Modificações devidas às línguas africanas no português do Brasil.*

*IV — A língua falada e a língua cantada. Vocabulários.*

*V — Importância do nagô, do gêge e do quimbundo nas religiões e nas manifestações coletivas de origem africana em geral.*

*IV — Sobrevivências linguísticas.*

## **ESTÉTICA**

*I — O negro e a criação estética.*

*II — O negro e a escravidão como temas de literatura, poesia, teatro, artes plásticas.*

*III — Particularidades e sobrevivências emocionais do negro.*

*IV — Integração e participação do negro e do homem de cor na evolução geral das artes no Brasil.*

*V — A literatura, poesia, teatro, artes-plásticas a serviço da causa abolicionista.*

*VI — As artes em geral como meio de valorização social do negro e do homem de cor.*



Mesa da sessão de encerramento do I Congresso do Negro Brasileiro (Rio-1950): Jorge Prado Teixeira, Edison Carneiro, Guerreiro Ramos, Hamilton Nogueira (presidente), Ruth de Souza, Milca Cruz, Abdias Nascimento e a taquígrafa.



Grupo de participantes ao I Congresso do Negro, vendo-se ao centro o Padre Pedro Schoonaker.





George S. Schuyler, escritor norte-americano, enviado do "Pittsburgh Courier" (sentado no meio), esteve no Brasil em 1948 e 1949, quando foi homenageado por Arthur Ramos (sentado à direita) em sua residência. Compareceram: Luiz Jardim, Abdias Nascimento, Hamilton Nogueira, Edison Carneiro, Solano Trindade, Ruth de Souza, Eugene Rosencourt, entre outros convidados.



Mesa em que presidiu uma das sessões da Convenção Nacional do Negro Brasileiro (São Paulo-1945): Nestor Borges, Ruth de Souza, Abdias Nascimento, Luiz Lobato, José Pompílio da Hora, Geraldo Campos de Oliveira, Emílio Silva Araújo, Francisco Lucrécio e Sebastião Rodrigues Alves.





Albert Camus, autor de *L'Homme Révolté*, quando esteve no Brasil (1949) assistiu ao ensaio de sua peça *Calígula* (tradução de Gerardo Mello Mourão) pelos artistas do T.E.N., num momento em que cumprimentava os mesmos.



Parte da assembléia do I Congresso do Negro Brasileiro (Rio-1950), vendo-se nas extremidades os senhores Venâncio Veiga e Darcy Ribeiro.





Embaixador Raimundo Souza Dantas, Grande Otelo, professor Flexa Ribeiro (Secretário de Educação do Estado da Guanabara), Abdias Nascimento, Embaixador Henri Senghor, Ministro Alvaro Dias e José Pelegrini, na abertura do Curso de Introdução ao Teatro Negro (1964), cuja aula inaugura foi do professor Flexa Ribeiro, atual diretor de Educação da UNESCO.



Tristão de Athayde, no Curso de Introdução ao Teatro Negro, falou do “Significado do despertar da África no mundo moderno”.



Katherine Dunhan (ao centro) pronuncia, patrocinada pelo T.E.N. (1950), uma conferência sobre “O estado dos cultos entre os povos deserdados”. Na mesa: Renato de Almeida, John Pratt, Abdias Nascimento, Guerreiro Ramos e Gilberto Freire.



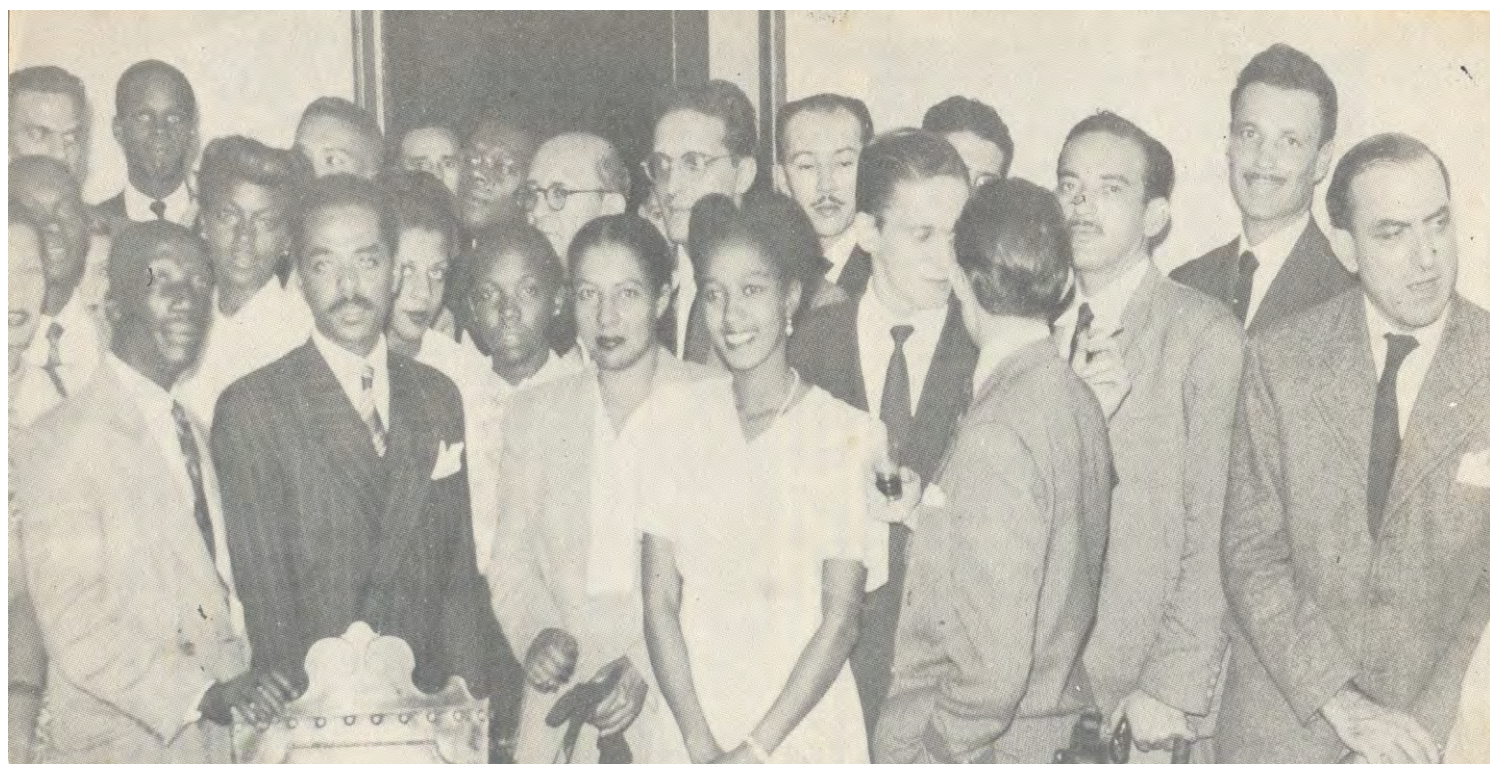


Cerca de duzentos alunos se inscreveram no Curso de Introdução ao Teatro Negro. Na primeira fila do auditório (Museu Nacional de Belas Artes) as Sras. Léa B. C. e Mello Mourão, Nair Cruz de Oliveira e Moura de Barros Carvalho Sebesen.



Grupo de Congressistas entre o s quais Aguinaldo Camargo, cantora Maria do Carmo e maestro Abigail Moura (Orquestra Afro-Brasileira), Sra. Madalena Carneiro, Aldemário Sanziel e Elói Guimarães.





Irene Diggs, cientísta negra norte-americana, em 1947 foi barrada no Hotel Serrador. Este negou a prática da discriminação racial e foi reptado por R. Magalhães Junior a hospedar negros. Abdias Nascimento aceitou o teste, hospedou-se no Hotel Serrador e reuniu um grupo de amigos para desagrarvar Irene Diggs. Na foto, entre outros: Aguinaldo Camargo, Paschoal Carlos Magno, José Pompilio da Hora, os esntão vereadores Tito Livio Santana e Carlos Lacerda.

O  
I CONGRESSO DO NEGRO  
BRASILEIRO

---



## Inaugurando o I.º Congresso do Negro Brasileiro

*Este I.º Congresso do Negro Brasileiro, promovido pelo Teatro Experimental do Negro, e que ora inauguramos em nome da sua comissão organizadora, abre uma nova fase nos estudos dos problemas das relações de raça no Brasil.*

*Porque os brasileiros de cor, patrioticamente interessados no estudo dos meios que os conduzam à sua integração definitiva na nacionalidade, através da ascensão social e econômica possibilitada pela educação e pela cultura, estão praticamente liderando a elaboração de um pensamento, precipitando e forçando a cristalização de uma política racial cujo conteúdo ideológico se encontra em nossa tradição, em nossos costumes, que nunca permitiram ou endossaram a supremacia de um grupo étnico sobre os representantes de outras raças. Observamos que a larga miscigenação praticada como imperativo de nossa formação histórica, desde o início da colonização do Brasil, está se transformando, por inspiração e imposição das últimas conquistas da biologia, da antropologia, e da sociologia, numa bem delineada doutrina de democracia racial, a servir de lição e modelo para outros povos de formação étnica complexa, conforme é o nosso caso.*

*A ênfase, acentuando a linha de nossa evolução inter-racial não implica, evidentemente, na negação ou diminuição da importância de que se revestem os aspectos da convivência defeituosa de pretos e brancos no país, onde os primeiros, depois de libertos a 13 de maio de 1888, não mereceram, como era justo e necessário, qualquer apoio econômico da República, nenhuma educação e instrução profissional que os habilitassem a usar as franquias legais, garantindo-lhes a oportunidade de continuar existindo como elementos da mesma eficiência e utilidade de quando eram escravos. O ônus negativo que os brasileiros negros ainda hoje apresentam, antes de uma insuficiência, de incapacidade para as tarefas e responsabilidades cívicas e sociais da hora presente, reflete o deficit, que se multiplica há cerca de sessenta anos, que as classes dirigentes da Nação têm para com o povo de cor negra.*

*Sem qualquer mácula de ressentimento, os brasileiros de cor tomam a iniciativa de reabrir os estudos, as pesquisas e as discussões levantadas por vários intelectuais, principalmente pelos promotores dos Iº e IIº Congressos Afro-Brasileiros do Recife e da Bahia, respectivamente, já agora não apenas com a preocupação estritamente científica, porém, aliando à face acadêmica do conclave, o senso dinâmico e normativo que conduz a resultados práticos.*

*Assim, é com muito elan construtivo que nos lançamos aos trabalhos deste Congresso, certos de estarmos praticando um ato de evidente teor cívico e projeção universal, quando assistimos aos esforços das mais lúcidas inteligências e ricas culturas, instituições as mais representativas, como é o caso da UNESCO, no sentido de dotar o mundo de um clima de segurança, de paz e liberdade pela via da compreensão e fraternidade entre os homens e os povos, acima das divisões e rivalidades motivadas por questões de origens raciais.*

*(Discurso pronunciado por Abdias do Nascimento, na Associação Brasileira de Imprensa, a 26-8-1950, publicado em "Quilombo" — N.º 10).*

## MOÇÃO DE HOMENAGEM

*Ao iniciar os trabalhos do I Congresso do Negro Brasileiro, a Comissão Central de Organização deseja render homenagem à memória dos brasileiros que, em todo o curso da nossa história, fizeram justiça ao negro e ao homem de cor.*

*Muito especialmente a Comissão Central deseja destacar os nomes de Sívio Romero, publicista que primeiro chamou a atenção dos seus patrícios para a importância social do negro brasileiro; Nina Rodrigues, mestre de toda uma geração de estudiosos, grande ponto de partida no reconhecimento do papel histórico, social e cultural dos grupos étnicos trazidos do continente africano e de Manuel Querino, trabalhador modesto, mas infatigável, que tanto fez para o conhecimento e a melhor compreensão da sua gente.*

*É com carinho, com emoção particular, que a Comissão Central pronuncia, nesta sequência, o nome de Arthur Ramos. Nêle tiveram o negro e o homem de cor, mais do que um analista, um amigo e um defensor. A ele devemos, em grande parte, o interesse que agora despertam os assuntos referentes às camadas de população em que o negro é a dominante; devemos a vulgarização de grande número de ensaios e de contribuições valiosas, da mais varia espécie, para o entendimento dessa questão; devemos uma extraordinária ajuda na reivindicação serena, mas firme e justa, dos direitos de cidadão conquistados, em séculos de trabalho e de dedicação ao Brasil, pelo negro brasileiro. Ainda na Conferência Nacional do Negro, como este I Congresso do Negro Brasileiro, também promovida pelo Teatro Experimental do Negro, em 1949, tivemos a ventura de contar com a sua colaboração — e com os seus ensinamentos. Este Congresso, em que Arthur Ramos acreditava, como se lembrarão as pessoas que então o ouviram, obedece aos mesmos princípios de justiça e de fraternidade pelos quais se bateu, nos seus livros, o grande mestre de todos nós.*

*A Comissão Central de Organização tem a certeza de interpretar o sentimento geral dos congressistas, dos estudiosos dos problemas nacionais e dos homens de boa vontade ao prestar esta singela homenagem a tão grandes vultos do pensamento brasileiro.*

*Rio de Janeiro, 26-8-1950*



# I CONGRESSO DO NEGRO BRASILEIRO

## REGIMENTO INTERNO

*Art. 1.º — O I Congresso do Negro Brasileiro, promovido pelo Teatro Experimental do Negro, reunir-se-á no Distrito Federal, de 26 de agosto a 4 de setembro de 1950, para estudar problemas constantes do Tema aprovado na Conferência Nacional do Negro (1949).*

*Art. 2.º — São membros do Congresso, com direito a voto:*

- a) os representantes de instituições culturais;*
- b) as pessoas especialmente convidadas;*
- c) os autores de teses, memórias, indicações etc.*

*Art. 3.º — A apresentação de contribuições ao Congresso (letra c do art. 2.º) e a inscrição de congressistas far-se-ão através da Comissão Central de Organização.*

*Art. 4.º — Além das sessões solenes de abertura e encerramento, serão convocadas tantas sessões plenárias quantas se fizerem necessárias para o exame da matéria apresentada ao Congresso. As resoluções aprovadas em plenário serão consideradas resoluções do Congresso.*

*Art. 5.º — A Mesa de cada sessão plenária se constituirá de um presidente, escolhido por aclamação, de dois secretários e vogais. Em cada sessão ordinária um dos secretários será, obrigatoriamente, um dos membros da Comissão de Organização.*

*Art. 6.º — As decisões da Mesa, no que se refere ao expediente e à ordem dos trabalhos, são soberanas.*

*Art. 7.º — As teses e demais contribuições serão discutidas com fundamento no parecer escrito do respectivo relator.*

*Art. 8.º — Os autores de teses e outras contribuições terão 10 minutos, prorrogáveis a juízo da Mesa, para defender os seus pontos de vista. Os demais congressistas terão cinco minutos, por uma única vez, para discutir cada trabalho. Não serão permitidos apartes aos oradores.*

*Art. 9.º — Não serão aceitas moções ou quaisquer outras manifestações de aprêço ou desaprêço, de congratulações, de solidariedade etc., de caráter pessoal, partidário ou religioso.*

*Art. 10.º — A Mesa constituirá, com a aprovação do plenário, uma Comissão que se incumbirá de redigir a Declaração Final do Congresso.*

*Art. 11.º — Comissão Central de Organização ficará encarregada de publicar em volume as contribuições apresentadas ao Congresso.*

*Art. 12.º — Os casos omissos deste Regimento Interno serão decididos pela Comissão Central de Organização.*



# I.º CONGRESSO DO NEGRO BRASILEIRO

## RELAÇÃO GERAL DAS TESES, INDICAÇÕES, CONTRIBUIÇÕES E COMUNICAÇÕES:

— dia 28 de agosto de 1950 —

- 1 — *A influência do bantu no idioma do Brasil* (\*)  
Tese de Paranhos Antunes — Relator: padre Pedro Schoonakker
- 2 — *O quilombo da Carlota* (\*)  
Tese de Edison Carneiro — Relator: Roger Bastide
- 3 — *Os palmares* (\*\*\*)  
Tese de José da Silva Oliveira — Relator: Edison Carneiro
- 4 — *Escravidão e abolicionismo em São Paulo* (\*)  
Tese de Orací Nogueira — Relator: Roger Bastide
- 5 — *Origem de um jogo popular* (\*\*)  
Tese de Veríssimo de Melo — Relator: Egberto Ferreira de Almeida

— dia 29 de agosto de 1950 —

- 6 — *Apreciação da raça negra pelo Positivismo* (\*)  
Tese de Venâncio F. Veiga — Relator: Orlando Aragão
- 7 — *A posse útil da terra entre os quilombolas*  
Tese de Duvitilliano Ramos — Relator: Edison Carneiro
- 8 — *Há um problema do negro no Brasil?*  
Debate em mesa redonda

— dia 30 de agosto de 1950 —

- 9 — *Iemanjá e a mãe d'água* (\*)  
Tese de Edison Carneiro — Relator: Sebastião Rodrigues Alves
- 10 — *Fundamentos filosóficos do Direito Africano* (\*)  
Tese de Anibal Souza — Relator: padre Pedro Schoonakker
- 11 — *Nível geral do preto no Brasil* (\*\*\*)  
Tese de Edgar Theotônio Santana — Relator: Walfrido Moraes
- 12 — *O negro — o preconceito — meios de sua extinção*  
Tese de Jorge Prado Teixeira e Rubens da Silva Gordo — Relator: Abdias do Nascimento
- 13 — *Inutilidade dos Congressos* (\*\*\*)  
Tese de José Bernardo da Silva — Relator: Aguinaldo Camargo
- 14 — *Escravidão e Abolição em Areias* (\*)  
Tese de Luiz Pinto — Relator: Gutomar Ferreira de Matos
- 15 — *O problema do negro* (\*\*\*)  
Tese de Onofre Francisco Eva — Relator: Abdias do Nascimento

— dia 31 de agosto de 1950 —

- 16 — *História do Nagô — Pátria dos Cambindos* (\*)  
Tese de Anibal Souza — Relator — Edison Carneiro
- 17 — *Negros deformados* (\*)  
Tese de Domingos Vieira Filho — Relator: Carlos Galvão Krebs
- 18 — *O negro na Ilha do Marajó*  
Tese de Nunes Pereira — Relator: Edison Carneiro
- 19 — *Influência da língua negra na língua portuguesa* (\*\*)  
Tese de Celso Alves Rosa — Relator: João Nepomuceno
- 20 — *Aré de varas* (\*\*)  
Comunicação oral de Carlos Galvão Krebs
- 21 — *Escultura de origem negra no Brasil* (\*\*)  
Contribuição de Mário Barata
- 22 — *Música folclórica* (\*\*)

- Comunicação oral de Darcí Ribeiro
- 23 — *Beleza racial do negro* (\*\*)
- Contribuição oral, com exposição fotográfica, de Luiz Alípio de Barros
- 24 — *Substituição na "Feitura do Santo"* (\*\*)
- Comunicação oral de Carlos Galvão Krebs
- 25 — *O negro e a campanha de alfabetização*
- Indicação de Roberto J. Taves — Relator: Guerreiro Ramos
- 26 — *Discriminação racial em S. Paulo* (\*)
- Tese de Franklin Golden e Albertino Rodrigues — Relator: Guerreiro Ramos

— dia 1.º de setembro de 1950 —

- 27 — *Sobre o trabalho doméstico*
- Contribuição oral de Guiomar Ferreira de Matos
- 28 — *Fórmula étnica da população da Cidade de Salvador*
- Tese de Thales de Azevedo — Relator: Darcí Ribeiro
- 29 — *A criminalidade negra no estado de São Paulo*
- Tese de Roger Bastide — Relator: Charles Wagley
- 30 — *UNESCO e relações de raça*
- Tese de Guerreiro Ramos — Relator: Darcí Ribeiro
- 31 — *Estética da Negritude* (\*\*)
- Tese de Ironides Rodrigues — Relator: Abdias do Nascimento
- 32 — *Sonho de negros* (\*\*)
- Tese de Roger Bastide — Relator: Aguinaldo Camargo

— dia 2 de setembro de 1950 —

- 33 — *Música negra* (\*\*)
- Tese de Rosa Gomes de Souza — Relatório lido por Aníbal Souza
- 34 — *Posição do escravo na sociedade brasileira* (\*)
- Tese de Amauri Porto
- 35 — *Instituto Nacional do Negro e relações com a África*
- Indicação de Aldemario Sanziel — Retirada pelo próprio autor.

(\*) — Trabalhos extraviados

(\*\*) — Próxima publicação no volume *Negritude Polêmica*

(\*\*\*) — Não aprovado pela assembléia de congressistas



## CAPÍTULO 1

# O NEGRO — O PRECONCEITO — MEIOS DE SUA EXTINÇÃO

Tese de Jorge Prado Teixeira  
e Rubens da Silva Gordo

## Parecer

de ABDIAS DO NASCIMENTO

A presente tese é um trabalho despretensioso, mas inspirado por elevados propósitos de busca de meios que conduzam as massas de brasileiros de cor a um padrão de vida mais digno dentro da comunidade nacional. Sem se aprofundar nas questões abordadas, com deficiência de método expositivo, os autores realçam a situação de desvantagem social desfrutada pelos negros em relação aos demais brasileiros brancos ou brancóides. Tais desvantagens entre outras são:

1.º — Em sua maioria, o negro vive "em estado de motor humano", em trabalho bruto, pesado, que geralmente atenta contra a sua integridade física. Isto, conjugado com a subnutrição e um estado de desajustamento psíquico-social é o que conduz o negro à tuberculose, que alguns cientistas apressados afirmaram ser uma predisposição orgânica da raça negra;

2.º — A grande percentagem de analfabetos entre a gente de cor é apontada com muita justiça como fator principal do seu retardamento, impedindo a verdadeira e definitiva incorporação dos pretos à civilização que ele ajudou a criar e na qual vive;

3.º — Aponta o mal do preconceito de cor existente no Brasil, o qual não deve ser confundido com a discriminação de raças dos Estados Unidos. Acentua a diferença desse problema que também não deve e não pode ser arrolado apenas como uma questão de diferença de classes. O problema do negro tem fisionomia própria, e se tem afinidades e umbelical ligação, não se confunde e não se esgota, como muitos afirmam, com o problema geral do povo brasileiro. Citam então, os autores, a opinião de Ataliba Viana: "— Não se pode dizer que concorrem em igualdade de condições brancos e homens de cor, só porque convivam em meio que coloca ao alcance de uns e outros os mesmos recursos, pois ao passo que o branco pode livremente empregá-los antes de alcançá-los, o negro terá que superar uma infinidade de obstáculos com que preconceitos inveterados lhe remoram o passo";



4.º — Conclui que a extirpação desses males “está na dependência cultural e econômica, colocando-nos em pé de igualdade com o branco”.

Na opinião do relator, o trabalho deve ser aprovado pelo plenário com um ligeiro acréscimo: os autores sugerem a criação de uma entidade de âmbito nacional para congregar uma espécie de elite mental que orientaria em todo o País os trabalhos dessa recuperação social do negro. Sugerem ainda os autores da tese em aprêço que este Congresso crie uma Comissão permanente para estabelecer as bases do organismo proposto, cujos trabalhos deveriam ser imediatamente iniciados, a fim de que os congressistas do interior do País já pudessem regressar a seus pagos com uma palavra esclarecedora, uma orientação ou informação a respeito da estrutura dessa entidade e os instrumentos que ela contaria para as suas atividades. O relator toma a liberdade de dar um sentido mais objetivo à proposta dos ilustres congressistas, autores da tese, sugerindo a criação da Confederação Nacional das Entidades Negras, pois dessa forma poderíamos atingir uma ampla união da gente negra em todo território nacional, respeitando as características que o problema apresenta em cada estado ou região, como também a indispensável autonomia de orientação e administração própria que devemos respeitar nas associações já existentes.

Neste sentido o relator endossa a sugestão dos autores quanto à criação de uma Comissão já agora encarregada de apresentar com toda urgência o antiprojeto da entidade máxima dos brasileiros de cor: a Confederação das Entidades Negras do Brasil.

O relator sugere ainda à assembléia, face ao trabalho em aprêço, que o primeiro Congresso do Negro Brasileiro, quando do encerramento do seu trabalho, se dirija a todos os partidos políticos apelando no sentido de que os mesmos promovam em seus quadros todas as oportunidades aos negros, a fim de que os brasileiros de cor possam desenvolver sua capacidade política e dessa forma melhor se prepararem para a tarefa patriótica e democrática da elevação cultural e econômica das massas pigmentadas.

APROVADA

Em 30-8-1950

(a.) EDISON CARNEIRO

## O NEGRO — O PRECONCEITO — MEIOS DE SUA EXTINÇÃO

A representação da cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, apresenta à consideração deste egrégio Congresso o modesto trabalho que se segue, elaborado a título de colaboração, sem a pretensão, todavia,

de vê-lo aprovado, à vista dos demais trabalhos, cujo brilhantismo demonstrará a força da razão que será imposta pelos mais proveitosos em conhecimento sobre o assunto em espécie, que é a causa do conclave.

Trazendo o negro do Brasil potencial de humildade superior mesmo ao ponto admissível, em prática, à raça humana atual, encontra-se êle, como motor humano, prejudicado em sua constituição física, seriamente atingida pela aguda imposição do trabalho bruto, braçal, inescrupuloso, o que implica, normalmente, estar propenso a tôdas as doenças notadamente a tuberculose. Sim, êsse estado de servidão não é possível ser negado, embora isto tentem pseudos ou lúcidos sociólogos, antropologistas ou doutôres em assistência social.

Considerando-se os prejuízos que afetam o seu desenvolvimento intelectual, evidencia-se em grande percentagem o número de analfabetos. As mentes nessas condições são retardatárias, alérgicas à grandeza de uma Nação, vilipendiam o seu próprio valor intrínseco, ocasionam heresias e mergulham num atavismo que não poderá nunca condizer com a civilização cristã.

No nosso Estado de São Paulo, nos primórdios de 1930, começaram as lavouras a sofrer a falta de braços. Vimos o nosso café esvair-se à mercê de contras mil; o café que honra a terra de Piratininga, o café que é o orgulho do Brasil, essa rubiácea que custou vidas e vidas de negros, porque fomos os negros que o plantamos sob o açoitado impiedoso e implacável dos senhores escravagistas, desapropriada dos seus objetos — os negros. Graças ao progresso industrial da terra bandeirante, atraídos por alguns punhados a mais de dinheiro, e uma illusória assistência ouvida, tornaram-se o "habitat" preferido da gente negra os centros mais abastados. Imposição cruel da necessidade, a ela também cabe êsse êxodo.

---

Um negro ilustre, de outras plagas aqui chegando, procura instalar-se de acôrdo com o que determina a sua posição. Procura as melhores casas do ramo da hospedagem e vê-se inibido de ali permanecer. Um viajante negro chega em uma qualquer dessas centenárias e aristocráticas cidades do interior paulista, vai a um barbeiro, e é delicadamente alijado. Um negro de elevada posição, exercendo um cargo de alta investidura, vê-se inconcesso de viver no meio compatível com a sua função, porque, não havendo a hostilidade, há no mínimo o isolamento. Um estudante negro desejando seguir a carreira diplomática vê desoladamente que lhe estão fechadas as portas do Itamarati.



Em todos os setores da atividade humana encontra-se o negro lutando árduamente para sobreviver.

Poderíamos citar uma série inumerável de fatos que comprovam a existência desse fenômeno pernicioso, que se chama preconceito de cor. Todavia, desnecessário se torna tão extensa citação, eis que não há no Brasil negro algum que não o tenha sentido. Por conseguinte, é essa a preocupação constante dos negros mais esclarecidos; a luta pela extinção do preconceito; porém toda luta nesse sentido, através do pleiteamento de reivindicações e outras providências, tudo está fadado ao fracasso, porquanto é necessário que se analise o fenômeno, como conseqüente entimemática, que não o contrário.

O preconceito de cor no Brasil é efeito de uma terrível causa. Desnecessária se torna a análise minudente do seu aspecto, para que advenha a conclusão lógica do fato, que redundará na necessidade absoluta de extirpar-se essa causa.

Abrindo-se a porta do cômodo incomensurável onde se encontra o passado, vemos através da penumbra dos séculos o *kraal* africano que é atacado pelo negreiro branco. A longa tragédia da travessia. O aportamento em terras americanas. A chegada às fazendas. A vida em comum nas senzalas. O trabalho árduo de sol a sol. O chicote. A ausência de qualquer ensinamento sobre a vida, ou sobre a sociedade humana. "Pobre carne coisa". Privação completa da faculdade de raciocinar. Trezentos anos de martírio. O atrofiamento das faculdades intelectivas, cada vez mais acentuado com o passar das gerações. Chega o 1888. Sem nenhum estágio preparatório para que ao menos lhe fôsse possibilitada a adaptação necessária à sociedade agora comum, para o exercício da condição de homem livre, é o negro solto bem no meio dessa complexidade enorme que caracteriza o mundo civilizado. Surpreso, estarecido e deslumbrado, marcha celeremente para o caos, e o resultado é patente: contemplamos desolados o Dorian Gray da espécie humana.

A inércia, a corrupção sexual, a sub-nutrição, o descrédito advindo da jactância de uma incultura agressiva, a sífilis, a prostituição, a tuberculose, o crime, o latrocínio, a inadaptação social, o baixo nível econômico, etc., são os reflexos do grave erro dos nossos estadistas que, sem analisarem as conseqüências, assoberbados pelo altruísmo do movimento cívico da Abolição, condenaram uma raça, colocando-a, em uma democracia, na triste condição de pária.

O branco que aportou no Novo Mundo trouxe consigo a bagagem milenar da civilização européia. Não teve ele trezentos anos de escla-

vidão semi-animalizadora. Trouxe os ensinamentos que a experiência civilizadora lhe dispôs. Fundou o seu lar. Criou os organismos controladores da sociedade. Com o braço escravo e terra feraz, colheu as bases da nossa economia, ergueu cidades, extraiu o ouro, abriu os caminhos de ferro e construiu êsse grandioso patrimônio que representa a nossa Pátria comum. Por isso, o orgulho advindo dessa superioridade conseqüente das circunstâncias, que não racial, gerou o preconceito.

A sua extirpação está na dependência da nossa elevação cultural e econômica, colocando-nos em pé de igualdade com o branco.

Há, entre pretos e brancos, os que enquadram êste problema que envolve tôda a população brasileira. Dizem que nas mesmas condições dos negros encontra-se a maioria dos brancos dêste País. O baixo nível de vida e a ignorância colheram também por vítimas uma inumerabilidade de lares brancos. Consequentemente, dizem: o problema negro no Brasil tem que ser enquadrado dentro do problema geral de todo o povo brasileiro.

A degradação do branco em nada se compara com a decomposição do negro. Corrobora a assertiva, a opinião abalizada de Ataliba Viana: "Que importa que, entre nós, por exemplo, o espírito romântico proclame a extinção dos preconceitos de côr, se a condição servil do negro criou entre êle e os descendentes de seus senhores incompatibilidades indelêveis; se a degradação social dos antepassados do negro fôrro perdura, como estigma irreparável que o inibe de se ombrear com a geração dos escravistas? O que isso significa em desequilíbrio, na competição do negro com o branco, só os marcados pelo ferrete indelével poderão aquilatar. Não se pode dizer, pois, que concorrem em igualdade de condições brancos e homens de côr, só porque convivam em meio que coloca ao alcance de uns e outros os mesmos recursos, pois, ao passo que o branco pode livremente empregá-los, antes de alcançá-los, o negro terá que superar uma infinidade de obstáculos com que preconceitos inveterados lhe remoram o passo".

Assim, o problema negro dentro de todos os seus aspectos tem que ser considerado específico e, portanto, merece um tratamento à parte a sua resolução.

Merecendo um tratamento à parte, como a própria evidência o demonstra sem a necessidade de se entrar no campo vastíssimo da análise prismática, teçamos um julgamento sincero sôbre o que se passa com a gente negra no Brasil.

Retrocedamos alguns anos. Uma família de filhos de ex-escravos situa-se no campo e vai para a cidade. A profissão do chefe até então foi a de colono. Terá que enfrentar, por certo, trabalhos completamente



diferentes. Localiza-se em uma cidade do interior. A vida obriga-o a uma nova experiência, rígida e implacável. A impossibilidade de ganhar o suficiente para a subsistência da família, obriga a mulher a cuidar de outros afazeres que não somente os do lar. Os filhos já não podem ser educados dentro das normas necessárias. Mais ou menos à solta, temos somente o rigor do tratamento paterno. Todavia, uns conseguem uma função pública — servente de qualquer repartição — outro, qualquer profissão braçal de segunda categoria, outro, só pode ser carregador de sacos. Uma outra e todas as filhas vão para os empregos. Tornam-se pagens, copeiras e cozinheiras. O padrão de vida continua mais que baixo, às vezes pior do que quando à cidade chegaram. Uns casam-se, em muitos dos casos prematuramente, sem a base financeira necessária para enfrentar essa condição. Resultado: ambos, marido e mulher, são obrigados a enfrentar o trabalho, deixando esta de lado os afazeres maternos, em grande prejuízo para os filhos. As escolas primárias êstes não mais freqüentam. A vadiagem começa desde cedo. O menino cresce em completa liberdade. Foge dos grupos escolares. Pratica toda sorte de delinquência infantil. Sem um aprendizado, sem orientação nenhuma de ordem moral, caminha a passos largos para a inadaptação social. A menina, para também não ser criada à solta, vai para a casa dos patrões da mãe, onde inicia-se o seu aprendizado doméstico. Vive imitando a vida. As sobras de tudo lhe são concedidas. Tenramente jovem assume as funções de pagem. Acompanha os patrões nas viagens. Vai subindo de posto até tornar-se cozinheira. A tradicionalização dessa circunstância deu origem a que em São Paulo damas de "alto mérito" aventurassem a idéia da fundação de uma escola para empregadas domésticas, especialmente para as mocinhas de côr.

A jovem já em idade casadoira começa a freqüentar os salões de bailes, levando uma vida mais que independente. Os namoros nessas condições tornam-se quase sempre libidinosos. A natureza dos trópicos manifesta-se violentamente. Fácilmente ludibriada pelas promessas vis de brancos inescrupulosos, na maioria filhos dos patrões, e negros dos que foram antes descritos, cede e ingressa na legião enorme das meretrizes amadoras. Os filhos espúrios surgem em profusão. São raros os casamentos. A degradação sexual auxilia o desenvolvimento da sífilis e também, aliada à sub-nutrição, enchem de negros as estações climáticas para a cura da tuberculose.

Eis como vivem 80% dos negros brasileiros; sem o amparo dos poderes públicos, campeando pela degeneração total até cair de vencida, através da mortalidade infantil, da sífilis, da tuberculose, da assimilação, num desaparecimento vergonhoso ante o concerto racial.

Urge pois a criação de uma entidade de âmbito nacional, a qual deve nortear-se preliminarmente na formação de uma elite, substanciada em toda a acepção do termo.

Recomendamos, pois, que êsse egrégio Congresso nomeie uma comissão permanente, a fim de estudar a organização de uma entidade de âmbito nacional, com as finalidades enquadradas nas letras estatutárias, de se desenvolver atividades no terreno da arregimentação dos negros brasileiros, com planos de assistência social completa, prática intensiva e metódica de todos os esportes, recreação moderada e bem orientada, economia dirigida, dentro de uma bem planejada orientação financeira, incremento das associações de crédito, cooperativas de consumo e produção, creches, orientação escolar, profissional, alfabetização, e coligir dados referentes às atividades das associações negras, de todos os gêneros existentes no território nacional, com fins estatísticos e de orientação mútua.

A base para a concretização do plano é de ordem econômica.

Se possibilitada fôsse a organização de uma entidade com êsses objetivos, com a construção em São Paulo ou no Rio de Janeiro de uma sede social com todos os requisitos, a fundação de um jornal doutrinário e informativo e meios para uma propaganda intensiva e extensiva, o movimento seria incontestavelmente vitorioso. O negro é por natureza desconfiado. Vítima das explorações intermináveis, tanto do branco como dos próprios patrícios, não possui mais aquêle ânimo capaz de solidificar as grandes causas. Não se pode, pois, contar com êle para o início de movimentos. O negro para aderir precisa ver realizado algo de concreto, pois que, assim, tem a certeza de que a sua contribuição moral e material não será em vão. Temos a certeza de que o negro, ante um movimento assim estruturado, saberá compreender a necessidade da sua adesão.

Conseguir-se meios financeiros para a concretização do objetivo, é de remota possibilidade. Todavia, alimenta-nos a esperança de que existam homens no Brasil que podem muito bem financiar, assim como entidades nacionais cuja finalidade é exclusivamente a de reajustamento social.

O que não existe é a reunião de homens de côr suficientemente idôneos e capazes, para a inspiração da confiança necessária à estruturação de um plano financiador. Homens há, tanto no Rio como em São Paulo, ou outros centros, que estão em condições e bem podem financiar um movimento dêsse vulto.

Há bem pouco tempo os governos da República e do nosso Estado dispuseram de uma verba de vinte milhões de cruzeiros para fi-



nanciar os trabalhos de uma centena de famílias de imigrantes holandeses, aqui recém-chegados, que se estabeleceram no Estado de São Paulo, no município de Moji-Mirim, com uma grande fazenda de criar.

O nosso movimento não deixa de ser menos importante que o acima citado, pois visa o levantamento de uma grande parcela de brasileiros que se encontram nas mais tristes condições, razão pela qual tem que merecer o apoio dos poderes públicos, como mereceram outros empreendimentos de menor vulto.

Na capital paulista, por exemplo, não existe uma entidade sequer que esteja à altura da cidade e do povo negro-paulistano, que tenha, por modesta que seja, uma sede condigna e própria. Nada há que possa representar alguma coisa de real interêsse para a raça. A instalação de uma sede com todos os requisitos teria logo de início a adesão de, por pessimistas que sejamos, 5% da população negra de São Paulo, que é de mais ou menos de 500.000 almas. Com a crescente arregimentação possibilitar-se-ia a disseminação do movimento por todo o território nacional, a cobertura em pouco tempo do preço do financiamento e a solidificação do objetivo.

Os negros mais esclarecidos que por razões de ordem econômica e intelectual têm conseguido elevar-se do nível moral e material da massa ficam na dura e cruel contingência de se verem isolados dos demais. Assim, por não poderem ambientar-se de um modo franco e sincero no meio que a sua posição requer, por somente existir entre os brancos; e por não poderem descer ao baixo nível dos seus patrícios, ficam completamente à margem das atividades sociais, tão necessárias ao homem, que é por excelência gregário. A tara do complexo de inferioridade domina-o. E apresenta-se o triste aspecto que todos os dias anteparamos em todos os lugares por que passamos: homens desconfiados, mal-humorados, vítimas completas da desilusão e do pessimismo.

Êsses homens devem reunir-se e formar a elite que conduzirá o negro brasileiro aos mais altos destinos.

Recomendamos, pois, que a par da tentativa de organização da entidade nacional procure-se os expoentes negros de nossa Pátria e conclame-se-os a uma coesão sólida.

Existem entre os intelectuais negros aqueles que por admitirem a ideologia socialista enquadram o nosso problema dentro do campo geral das reivindicações do povo brasileiro. Ao ouvirem falar em elite hão de presumir que se pretende extinguir essa aparente igualdade que existe nos meios sociais negros. Eis que temos visto nas atividades sociais de São Paulo negros de boa situação econômica, comerciantes,

médicos, advogados, professores, etc., juntamente com operários, empregadas domésticas, etc., todos a se divertirem sem se importarem com o calão comum das duas condições. Não é que se pretenda extinguir: pretendemos, sim, a criação de uma elite sã e coesa, no meio negro, para que dirija com sabedoria e eficiência o nosso povo, conduzindo-o a destinos mais alentadores.

Nunca o negro brasileiro teve líderes. Patrocínio e Gama eram abolicionistas, não eram condutores da massa. Batalhavam por um ideal, juntamente com outros abnegados, brancos. Urge, pois, que criemos uma elite negra, que poderia de início ser constituída pelos respeitáveis congressistas.

Em conclusão do que acabamos de expor, sugerimos a criação de uma Comissão Permanente, para o estudo da possibilidade da fundação de um organismo de âmbito nacional, estabelecendo como campo inicial das suas atividades a Capital de São Paulo, o Distrito Federal e a Bahia. A ela delegar-se-ão todos os poderes necessários ao desenvolvimento da sua ação.

Sugerimos que antes do término do presente Congresso já estejam nomeados os membros desta Comissão, ou pelo menos a sua maioria, e assim se faça o mínimo de suas reuniões preliminares, antes da partida dos congressistas não residentes no Rio, para o estudo da sua organização e os meios de suas atividades.

Senhores congressistas. Muito oportuno é abeirarmo-nos entre os grandes da nossa raça, em busca de ensinamentos. Terminando o nosso trabalho, repetiremos as palavras do grande negro Booker Washington, adaptando-as para o nosso meio: "Os homens experientes da minha raça compreendem que a agitação relativa às questões de igualdade social é uma grande loucura e que os privilégios que teremos um dia serão consequência dum esforço obstinado, não coisa obtida artificialmente. Nenhuma raça que leva qualquer coisa aos mercados da terra permanece no ostracismo. É importante e justo gozarmos das vantagens que a lei nos proporciona, mas é muito mais importante estarmos aptos para o exercício dessas vantagens. O direito de ganhar um dólar na fábrica vale mais que o direito de gastar um dólar no teatro..."

Ribeirão Preto — agosto — 1950

### *DISCUSSÃO DA TESE*

*O SR. PRESIDENTE* (Jorge Prado Teixeira): — Concedo a palavra ao Sr. Abdias do Nascimento para emitir o seu parecer sobre a tese apre-



sentada pela Delegação de Ribeirão Preto. Por ser parte interessada, passo a Presidência ao Sr. Edison Carneiro, para que eu possa, assim, tomar parte nos debates.

*O SR. PRESIDENTE* (Edison Carneiro): — Tem a palavra o Sr. Abdias do Nascimento.

*O SR. ABDIAS DO NASCIMENTO*: — Vou ler o parecer sôbre a tese "O Negro e o Preconceito", de Jorge Prado Teixeira e Rubens da Silva Gordo.

(Leitura do parecer)

*O SR. PRESIDENTE*: — Está em discussão o parecer. Os autores da tese são dois. Consulto à Casa se devemos dar dez minutos para cada um ou se devemos dividir o tempo. Tem a palavra o Dr. Darci Ribeiro.

*O SR. DARCI RIBEIRO*: — Solicito que o Sr. Presidente ponha em votação inicial 10 minutos para cada um.

*O SR. PRESIDENTE* — Está então em votação, 10 minutos para cada um. Os que aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa) Está aprovado. Tem a palavra o Sr. Jorge Teixeira.

*O SR. JORGE PRADO TEIXEIRA* — Sr. Presidente! Srs. Congressistas! Parece que nada há a acrescentar ao parecer emitido pelo Sr. Abdias do Nascimento, porquanto êle foi fundo à nossa idéia. Tenho apenas que fazer uma observação. O objetivo almejado por nós é o da fundação de uma Entidade de âmbito nacional, que seja dirigida por uma elite intelectual negra, sendo que essa Entidade, para ter sua solidificação, sua concretização, necessário se torna que se inicie desde já com uma base econômico-financeira bem sólida. A possibilidade para início das atividades de uma Entidade dêsse caráter, com base econômica sólida, é bastante remota, conforme fizemos ver em nossa tese. Todavia, não é inexequível tentarmos alcançar êstes meios, porquanto temos visto que no Estado de São Paulo, há pouco tempo — há seis meses — foi concedida a uma centena de imigrantes holandeses recém-chegados, pelo Governo Federal e pelo próprio Governo de São Paulo, a verba de 20 milhões de cruzeiros, para que essas famílias se estabelecessem em uma fazenda do município de Mogi-Mirim, em nosso Estado. Ora, se nós, no Rio de Janeiro, ou na Capital de São Paulo, fundássemos uma Entidade, estabelecêssemos a sua sede com todos os

recursos, o nosso movimento seria plenamente vitorioso, porquanto o negro está bastante desconfiado com relação a essas iniciativas e essa desconfiança é muito justa, porque o engano tem sido tremendo, tanto por parte de elementos negros, como também por parte de elementos brancos, inescrupulosos, que nos exploram. Assim, o negro vendo uma iniciativa dêsse jaez, por certo dará o seu apoio franco e decisivo, tanto moral como material. Quanto a conseguir êsses meios para a solidificação da base econômica, acho que existem homens e Entidades neste País, que, ante um planejamento bem intencionado, darão o seu apoio financeiro, para que a obra se concretize. Isso está na dependência da idoneidade moral dos homens que compuserem a Comissão que vai iniciar o movimento, e, por conseguinte, pelas razões expostas, peço a Casa que analisemos bem a questão, dando ao problema do negro no Brasil um fundo específico, que mereça um tratamento, por nós, negros, cheio da maior honestidade por parte dos dirigentes. Peço à digna Assembléia que aprove o nosso trabalho, porquanto assim já estaremos marchando para o lado prático dêste Congresso, que é, justamente, o de solucionar nossos problemas de maneira concreta, de maneira forte, para que daqui não saíamos como temos saído de outros empreendimentos iguais, com a teoria até a raiz dos cabelos e a prática completamente a zero. Isso, senhores, o que tinha a dizer.

*O SR. PRESIDENTE:* — Tomará agora a palavra o Sr. Rubens da Silva Gordo.

*O SR. RUBENS DA SILVA GORDO:* — Sr. Presidente! Srs. Congressistas! Depois da exposição sucinta do co-autor da tese, quase que desnecessária seria a minha exposição. Todavia, agradeço imenso o relato do Sr. Relator e aceito de bom grado as suas idéias em se criar uma Confederação Nacional, isso porque seria difícil para nós, logo de início, começarmos diretamente no trabalho de restauração do negro brasileiro. Se criarmos essa Entidade, então teremos meios para conhecer melhor, em todos os aspectos, o problema que nos interessa. Entraremos direta ou indiretamente, nas diferentes sociedades que existem, com o sentido de reajustar ou integrar, se necessário, e teremos um contato mais direto com a nata da nossa raça. Por conseguinte, se fundarmos essa Sociedade, estaremos certos que venceremos. Essa a primeira parte do levantamento. Dentro de pouco tempo teremos dados estatísticos, saberemos os organismos principais em São Paulo, como também no Distrito Federal. Iremos fazendo de cada um dos conhecimentos fatores que possível e logicamente concorrerão para o progresso, no sentido da restauração. Quanto à parte do Relator, pedindo a êste Congresso



que se dirija aos Partidos Nacionais, é muito justo. Desde que temos a felicidade de viver num País cujo regime político é a democracia, lícito será que nas suas fileiras o negro tenha o mesmo direito que os outros candidatos. É um apêlo que é quase desnecessário. Endosso, pois, o relato do Sr. Abdias do Nascimento e venho pedir, reverente ao digno Congresso, que analise com verdadeira honestidade êsse ponto de vista e o aprove em todo o seu conteúdo.

*O SR. PRESIDENTE* — Tem a palavra o Prof. Guerreiro Ramos.

*O SR. GUERREIRO RAMOS* — A Delegação de Ribeirão Preto tem se revelado, neste Congresso, como uma das mais lúcidas e uma das mais argutas, e, o exemplo disso é o conteúdo da tese. Estou pessoalmente de acôrdo com a sugestão que apresenta a esclarecida delegação de Ribeirão Preto e já tinha sentido a necessidade da criação de uma Confederação Nacional, de uma Associação de Homens de Côr. Aliás, sem saber do que se ia tratar — aqui, hoje, tinha comunicado essa idéia há poucos momentos a meu amigo, Sr. José Bernardo, que parece ter a mesma opinião que eu. Acho, porém, que o parecer, como está, devia sofrer alguma alteração. Penso que o Congresso não deve criar uma Comissão permanente para tratar disso, tão pouco que o Congresso deva sugerir a criação da Confederação Nacional dos Homens de Côr. Seria preferível que o Congresso fizesse apenas uma conclusão, mais ou menos na seguinte maneira: no sentido de que se recomende o estudo sôbre as possibilidades da organização de uma Confederação Nacional dos Homens de Côr. Assim o Congresso não se comprometeria com um organismo que vai funcionar fora de seus objetivos, porque um Congresso obedece a recomendações, a princípios que devem ser o fundamento das idéias, o fundamento de uma orientação que deve ser o lema a seguir. O Congresso deve apresentar um conjunto de princípios, sem deixar de ser prático, mas nós, negros, podemos criar, fora dêle, uma Assembléia para tratar do assunto e estabeleceremos então os estatutos e as bases da Confederação Nacional dos Homens de Côr. Acho que é prudente, meus senhores, que façamos essa ressalva, para que o Congresso — volto a insistir — não se comprometa. Podemos marcar uma reunião para organizarmos essa Entidade novel, à parte do Congresso, que ficaria, dessa forma, descomprometido de nossos erros.

*O SR. PRESIDENTE* — Tem a palavra o Sr. Alvarino Castro.

*O SR. ALVARINO CASTRO* — Não venho discutir o parecer do Relator. Apenas acho desnecessário, no momento, a fundação aqui, na

Capital da República, dessa Confederação, porque é preciso, em primeiro lugar, que todos aquêles que são estudiosos da raça negra, todos os líderes da raça negra, antes de ser lançada esta idéia, acatem o pensamento daqueles que são em prol e trabalham a favor da raça negra. Quero também lembrar que se deveria criar uma elite mental.

Isso já antes foi objeto de discussão do Plenário e esta elite não faria, nada mais, nada menos, que outorgar o direito do branco para o preto. Disse aqui o ilustre orador que nós devemos organizar os nossos partidos políticos. Acho desnecessário, porque todo o grupo que é coeso, que é forte, os partidos políticos a eles se dirigem; por isso, não somos nós que vamos nos dirigir a êsses partidos. Quando estivermos fortes e coesos podemos ter um quadro associativo que represente de fato a vontade, o pensamento das nossas associações tanto no Congresso Federal, como nas Assembléias Estaduais e Municipais.

*O SR. PRESIDENTE* — Tem a palavra o Sr. Elói Freitas Guimarães.

*O SR. ELÓI FREITAS GUIMARÃES* — Sr. Presidente, Srs. Congressistas. É apenas um voto de congratulação que desejo apresentar a essa tese tão brilhante. É de minha ambição que se fundasse essa Entidade. Já falei até com o Presidente da União sobre essa idéia. Escrevi um manifesto e encaminhei a um amigo, para que fizesse um estudo completo do assunto e êsse amigo reside em S. Paulo. Para a fundação da Confederação, contamos com elementos coesos e fortes que podem levar o movimento a efeito. Estou de pleno acôrdo com os Srs. Congressistas que apresentaram esta idéia, que é também a minha.

*O SR. PRESIDENTE* — Tem a palavra o Sr. Vitalino Cardoso.

*O SR. VITALINO CARDOSO* — Sr. Presidente! Srs. Congressistas! Venho falar sobre um assunto que já foi, aqui neste Plenário, debatido várias vezes, no entanto, julgo-me com o direito de dar o meu parecer sobre êsse tema. Acho que o primeiro Congresso do Negro Brasileiro, como ainda há pouco acabou de falar o orador que me precedeu, talvez não tivesse interpretado bem a intenção de nossos amigos Congressistas de S. Paulo, que vieram aqui de tão bom grado trazer a sua ótima colaboração. Entretanto, sei perfeitamente que, de acôrdo com a explicação do Prof. Guerreiro Ramos, pedir a votação da Confederação Brasileira dos Homens de Côr, dentro do Congresso, iria fugir aos rumos do mesmo, porque essa é uma questão à parte. No entanto o mesmo Congresso poderia opinar, ou até mesmo dar um parecer sobre a maneira pela qual se deveriam iniciar os primeiros trabalhos. Podia ser tratado



o assunto aqui mesmo, nesta sala, fora, é claro, das horas das sessões; poderíamos realizar durante o dia estas reuniões. Seria esta reunião o ponto de partida, o ponto fundamental para todos, porque esta Entidade viria congregar tôdas as Associações que falam em negros. Essa Confederação seria um ponto fundamental por onde as Associações podiam começar, porque, suponhamos que uma Sociedade do interior do Brasil envie um grupo de pessoas à Capital por ter necessidade de fundar uma Organização. Não teria êsse grupo um ponto para onde dirigir-se; então, de acôrdo com a Confederação Brasileira dos Homens de Côr êsses homens teriam indicado o caminho reto a seguir. Se não estou me expressando de modo bem claro é porque, naturalmente, não tenho a vocação da clareza, mas, no terreno prático, acho que podemos começar amanhã.

*O SR. PRESIDENTE* — Tem a palavra o Sr. Abdias do Nascimento.

*O SR. ABDIAS DO NASCIMENTO* — Quero esclarecer um detalhe do meu relatório: os autores da tese não estão propondo a Confederação; os autores da tese querem a criação de uma nova Entidade de âmbito nacional. Voto contra, porque Entidades Negras existem muitas. Temos é que dar apoio à vida social, apoio à participação das Associações nesse movimento. Fundar mais uma parece-me que seria enfraquecer as que já existem. Estaríamos despendendo energias e dinheiro, daí a idéia da Confederação, que viria reforçar as Entidades já existentes, prestando-lhes apoio e respeitando a sua orientação. Quando propus que o Congresso se dirigisse aos Partidos políticos, reclamando oportunidade igual para os Homens de Côr, fi-lo porque essa é uma forma sem perigo de atingirmos nossos fins, sem que haja uma manifestação de fôrça, de uma fôrça política negra. Iríamos, de outro modo, ferir êste Congresso.

(Palmas)

*O SR. PRESIDENTE* — Acho que o plenário já está suficientemente esclarecido sôbre a tese e o parecer. Estamos às 11.10 da noite. Sugiro que, logo após a explicação do Sr. Alvarino de Castro, ponhamos em votação a tese e o parecer, porque, logo em seguida, o Sr. José Bernardo tem de falar e nós ainda temos muito trabalho a realizar. Parece que todos concordamos com a fundação da Confederação dos Homens de Côr, mas, marcando essa sessão particular para outra oportunidade. Dou a palavra ao Sr. Alvarino Castro.

*O SR. ALVARINO CASTRO* — Devo uma explicação à Assembléia e principalmente ao Sr. Abdias do Nascimento. Quando disse que devíamos primeiro criar uma fôrça, sermos coesos e fortes, e que, depois disso os partidos políticos viriam ao nosso encontro, não quis dizer com isso que nós devíamos criar uma corrente política, porque nós, os negros, não somos políticos. Políticos são todos aquêles profissionais, e quando se trata de uma organização de chapa em todo o País, tem-se por norma o seguinte: escolher os elementos dentro de hegemonia, ou dentro de planos, que, de fato, representem prestígio.

*O SR. PRESIDENTE* — Vou pôr em votação a tese do Sr. Jorge Prado Teixeira e do Sr. Rubens Gordo, com parecer do Sr. Abdias do Nascimento. Os que aprovam a tese com o parecer queiram conservar-se sentados. Estão aprovados. Passo a Presidência ao Sr. Jorge Prado Teixeira.

*O SR. GUERREIRO RAMOS* — Peço que se consigne nas atas a minha opinião em separado.

*O SR. JORGE PRADO TEIXEIRA* — Uso da palavra para fazer uma proposição. Sr. Presidente. Srs. Congressistas. Foi aprovado, como todos sabem, a nossa tese que sugeria a criação de uma entidade de âmbito nacional, com o objetivo de incrementar essa campanha que se faz em tórno do negro e para o levantamento do negro. Por sugestão do Sr. Abdias do Nascimento aprovou-se a idéia da fundação da Confederação Nacional das Associações Negras. Assim sendo, como há necessidade de se dar forma a êsse objetivo é que, embora respeitando a proposta do Sr. Guerreiro Ramos e julgando que não se deve cuidar de determinados assuntos dentro do âmbito do Congresso e sim fora dêle, para não criarmos uma situação de responsabilidade do Congresso, aproveitamos a oportunidade para, pedindo a permissão da Mesa do Plenário, propormos que, em vista de não ser realizada hoje nenhuma sessão neste recinto, possamos nos servir do fato para marcarmos a reunião inicial da Comissão que deverá tratar dos assuntos da referida Confederação. Agradecendo a gentileza da Mesa e do Plenário peço permissão para propor alguns nomes para integrarem a comissão que será incumbida, como dissemos, da organização da Confederação Nacional. São os seguintes:

Édison Carneiro, Guerreiro Ramos, Abdias do Nascimento, Guiomar de Mattos, Oldemário Santos, Elói Freitas, Joviano Severiano, José Ber-



nardo, Pompílio da Hora, Teodorico Santos Araújo, Rubens da Silva Gordo, José Oliveira, Ironides Rodrigues, Romão da Silva, Rodrigues Alves e Aguinaldo Camargo.

Peço às pessoas citadas que compareçam hoje às 20 horas neste local. Convido também aos Srs. Congressistas que estão dando o seu apoio ao nosso trabalho, para que compareçam à sessão. Peço, pois, já com o consentimento da Mesa, que os convidados se dignem comparecer à sessão de hoje à noite, para tratar única e exclusivamente dos assuntos referentes à Confederação Nacional. Muito obrigado a todos.

(Palmas)

## CAPÍTULO 2

# A POSSE ÚTIL DA TERRA ENTRE OS QUILOMBOLAS

*Tese de Duvitiliano Ramos*



## Parecer

de EDISON CARNEIRO

O gráfico Duvitiliano Ramos estuda, na sua tese, a maneira pela qual os negros aquilombados em Palmares utilizavam a terra.

O autor mostra, na base dos documentos que nos ficaram das expedições holandesas e luso-brasileiras contra o reduto da Serra do Barriga, que o tipo de exploração agrícola e o padrão de trabalho nos Palmares eram diferentes dos que vigoravam no litoral, ocupado pelos sesmeiros. A sociedade de onde vinham se baseava no latifúndio, na monocultura do açúcar, no trabalho por turnos. Entretanto, os quilombolas baseavam a sua economia na pequena propriedade, na policultura e no trabalho pessoal. Esta diferença explica o poder dos palmarinos e a coíça dos habitantes das vilas, que, empobrecidos pela guerra holandesa e pelo seu tipo de economia, não podiam suportar a vizinhança do quilombo. Esta seria a causa das expedições.

A medida que estudamos os quilombos nos seus aspectos estruturais, vemos, com efeito, que nêles havia um tipo superior de economia, que dava abundantemente para o sustento dos seus habitantes, com um excedente para comerciar com as povoações próximas. Em geral, as terras dos quilombos eram consideradas as melhores da região, pela sua beleza e fertilidade e pela abundância e variedade das suas culturas. E, para acentuar ainda mais esta situação, notamos que era nos momentos de decadência ou de crise na exploração econômica do litoral que mais se encarniçavam os sesmeiros contra os quilombos.

Creio que o ponto de vista de Duvitiliano Ramos, perfeitamente defensável à luz da história, deve ser aceito por este Congresso. Sou de parecer, portanto, que a sua tese seja aceita e publicada nos Anais.

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1950

APROVADA

Em 29-8-50

(a) WALFRIDO MORAES

## A POSSE ÚTIL DA TERRA ENTRE OS QUILOMBOLAS

A chamada República dos Palmares — a Tróia Negra de Nina Rodrigues (1) — constituiu-se um manancial inesgotável de revelações da capacidade de iniciativa da gente negra. Pioneira e precursora de várias formas de relações, Palmares deixou um rastro luminoso de poesia e heroicidade, de sacrifício e abnegação, de protesto e de lutas, que hoje, analisados na perspectiva da história, fornecem elementos de referência no confronto com as formas decadentes de produção em que se apóia a sociedade brasileira.

O início do quilombo permanece na penumbra. Apesar disso, hipóteses formuladas por Nina Rodrigues e Alfredo Brandão nos induzem a situar êsses começos por volta do fim do século XVI e princípios do XVII.

Opina Nina Rodrigues: "Fixam alguns historiadores a data precisa de 1630 para o início dos quilombos constitutivos dos Palmares. Mas antes parece que, de tempos bem remotos, por aquêles sítios se refugiavam dos fazendeiros vizinhos os negros, que se escapavam dos rigores do cativeiro".

E Alfredo Brandão (2) reconhece: "Agora, se como afirma Barleus, como afirma Driessen, em 1640 Rodolfo Baro já havia encontrado um agrupamento de mais ou menos seis mil escravos fugidos, conclui-se que êsses mocambos já vinham sendo organizados desde muitos anos antes".

Simple raciocínio aconselha, no confronto das condições da época e das relações existentes, recuarmos a data da aglomeração inicial. E se a isso aduzirmos o escândalo que deve ter sido, no tempo, a constatação da fuga ou "roubo" das mulheres escravas — e isso deve ter-se processado periodicamente —, teremos achado um dos móveis, por sinal bastante sensível, da irritação dos colonos contra os quilombolas.

No domínio dos fatos, sabemos que Edison Carneiro, colhendo referências para uma reedição do seu precioso *Quilombo dos Palmares*, encontrou citações sobre Palmares datadas de anos do princípio do século XVII.

(1) *A Tróia Negra* (Erros e Lacunas da História de Palmares), pelo Dr. Nina Rodrigues, in *Rev. do Instituto Histórico*, págs. 231 a 258.

(2) *Os Negros na História de Alagoas*, in *Estudos Afro-Brasileiros*, 1 vol. 1935, p. 55.



Nina Rodrigues explica: "Que na organização de Palmares tivessem tido voto e pêsso os foragidos de côr de todos os matizes, temperando, mas não mascarando, o ascendente da direção africana, é coisa natural e com que se devia contar. Palmares nascia dêsse mesmo ajuntamento de escravos e aventureiros, de que nem todos eram negros".

E o manuscrito do Conselheiro Drumond: "As habitações não formam ruas como em nossas cidades; estavam dispersas pelo meio de espaços de terrenos cultivados e cortados por diversos regatos".

É com êsses traços essenciais que Palmares — o sistema de relações inaugurado no Brasil colonial pelos quilombolas — emerge do passado: democracia social e democracia econômica. E é nêles que reside tôda a oposição e guerra com que os sesmeiros portugueses responderam a êsse ensaio libertário. Evidentemente os usufrutuários das sesmarias, regalandose na posse de terras das quais, na maioria, nem conheciam os limites, (doações de 30, 20, 15, 10 e 5 léguas), não poderiam suportar a coexistência de outro sistema, que não o seu. A força do hábito do saque, distanciando as classes superiores do Reino lusitano dos cuidados da lavoura e do arroteamento do solo, situou-as, por equívoco, no cenário épico da Conquista. Donatários, agregados, militares e sesmeiros, imitaram-nas. Essa, a herança de que eram portadores os colonos. Fazer o negro trabalhar para a "fazenda" do colono, era o direito: ordenações, foral e previsões régias assim o entendiam; a igualdade social e econômica do escravo seria o roubo, o absurdo, o fora da lei...

Alfredo Brandão, no ensaio citado, comenta um documento holandês: "O Diário de Blaer é minucioso na descrição do velho Palmares: tinha meia milha de comprimento e duas portas; a rua era de largura de uma braça, havendo no centro duas cisternas; um pátio onde havia sido a casa do rei, era então um grande largo no qual o mesmo rei fazia exercício com a sua gente; as portas dêsse Palmares eram cercadas por duas ordens de paliçadas ligadas por meio de travessões, mas estavam tão cheias de mato que a muito custo conseguiram abrir passagem. Nas imediações havia muitas roças ou plantações abandonadas, nas quais encontravam-se *pacovas* e canas".

Êsse é o velho mocambo que o *Diário de Viagem do Capitão João Blaer aos Palmares* retrata. Destaquemos o pormenor: "havia muitas roças ou plantações abandonadas", nas quais abundavam — ou se destacavam pela altura — bananeiras e canas.

Continua o ensaísta alagoano: "Atravessando ainda muitos mocambos abandonados e seguidos... Marchando mais um dia e seguindo o rumo leste, chegaram à porta ocidental do nôvo Palmares. Nesse

havia também como no velho duas ordens de paliçadas; as casas eram em número de 220 e no meio delas erguia-se uma igreja, quatro forjas e uma grande Casa de Conselho”.

A seguir, destaca o trecho do *Diário de Blaer*: “Havia entre os habitantes toda a sorte de artificios e o seu rei os governava com severa justiça, não permitindo feiticeiros entre a sua gente e quando algum negro fugia mandavam-lhe no encalço *criados* e uma vez pegados eram mortos, de sorte que entre eles reinava o temor e principalmente nos negros de Angola. O rei também tem uma casa distante dali duas milhas com uma roça muito abundante”.

Esse novo Palmares, anos depois, reconstituindo-se pouco a pouco, surge, em 1675, como centro dirigente, capital do sistema quilombola, com a denominação de Cêrca Real do Macaco. Situava-se nas faldas da Serra da Barriga (3).

Convém, num parêntesis, desfazer um provável equívoco de Alfredo Brandão quanto ao emprêgo das expressões “cêrca” e “mucambo” para designar o conjunto de casas dos quilombolas. Segundo Antônio Chagas Ribeiro, em “Mocambos”, exprime alagadiços aterrados para atender às necessidades de moradia da gente pobre, rigorosamente casas construídas sobre atêrro de mangue — não eram essas as condições da área territorial ocupada pelos quilombos. Salvo se essa expressão característica do feitio peculiar da choça, sobreviveu a quatro séculos... Cêrca talvez seja uma variante quilombola de taba indígena, aldeamento.

Oficialmente, Palmares figurou como destruído em 1697. Os cronistas portugueses são acordes em apontá-lo como completamente destruído nesse ano. Todavia, comentando *Três Séculos da Escravidão Negra na Paraíba*, Ademar Vidal acentua: “Alguns prêtos fugidos dos Palmares, depois dêste ser destruído, e outros da Capital e do Interior da Capitania da Paraíba se reuniram naquele ponto da Várzea...” onde organizaram o quilombo do Cumbe, na confluência dos sertões do Cariri, Tapuá e Taipu. Esse quilombo só foi destruído em 1731, em cumprimento de ordem régia. Na região centro-sul, outros surgiram, nessa data, e posteriormente, lutaram pela sobrevivência e foram igualmente destruídos a ferro e fogo.

Interpretemos e confrontemos agora, diante das condições da época, a referência do Manuscrito com as referências de Blaer: as “habitações

---

(3) — Em nota, na pág. 65, esclarece Alfredo Brandão a provável origem do nome Barriga: Assonância do plural da palavra Behetig. Bebe (h aspirado) é do dialeto Kariri e segundo o padre Mamiani, significa vermelho. Logo, de serra dos Vermelhos, passou, pela desfiguração prosódica, a ser simplesmente da Barriga — conforme grafaram A. Brandão e Nina Rodrigues.



dispersas em meio de espaços de terrenos cultivados”, e as “muitas roças ou plantações” e “uma roça muito abundante”.

O manuscrito cujo título é: *Relação das Guerras Feitas nos Palmares de Pernambuco no Tempo do Governador D. Pedro de Almeida de 1675 a 1678*, refere condições diversas das existentes em 1645, quando da expedição holandesa. Conheciam os batavos o sistema colonialista do lusitano, do qual se aproveitaram. Conhecedores do sistema de sesmarias e interessados no funcionamento dos engenhos de açúcar, artigo que exportavam nas frotas para os Estados Gerais, os cronistas holandeses não falam em grandes plantações nem estabelecem analogia com as formas de produção que então detinham. Pelo contrário, estabelecem distinção entre “uma roça muito abundante” e “muitas roças ou plantações”. Distinguindo “muitas roças ou plantações” onde abundavam bananeiras e canaviais, o cronista Blaer, implicitamente, destacou como curiosidade específica dos quilombolas — em oposição com o sistema de sesmaria que imperava nos engenhos sob exploração holandesa — uma forma diferente de cultura da terra, denunciadora de trabalho individual e não de trabalho por turmas, como se fazia nas terras dos engenhos. Não somente isso: a plantação variada de diferentes espécies onde abundavam bananeiras (pacovais) e canaviais; e na lavoura do rei “uma roça muito abundante”, que tanto pode ser compreendida na variedade da plantação (abundante), como na extensão da área plantada, embora a expressão seja limitada: “uma roça”, como também pode exprimir a ignorância do cronista quanto ao nome da plantação “muito abundante”. O fato real, contudo, é que a lavoura do rei era diferente, na forma do trato da terra, das lavouras dos habitantes que constituíam muitos roçados, com variados produtos, e ao rei resultava “uma roça muito abundante”, prometedora de farta colheita, em várias espécies de produtos.

Essa forma de cultura da terra, introduzida nos quilombos pelos próprios habitantes, ganha consistência definitiva e afirma-se como característica social em confronto com a relação geral anotada por Blaer. Arruamento, duas fileiras de casas, cisternas, um largo para exercícios, a casa grande do Conselho, as portas do mocambo, paliçadas e fortificações. E isso porque “havia entre os seus habitantes tôda sorte de artífices”. Um aldeamento progressista.

Mas essas condições correspondem à situação de antes da agressão holandesa. Em vista, pois, da experiência recolhida das lutas com a expedição holandesa, o sistema quilombola, sentindo-se demasiado exposto, vulnerável à agressão, teve de mudar as condições do aldeamento,

intercalando-o no meio das roças — “espaços de terrenos cultivados”, de que fala o manuscrito Drumond. Houve, portanto, evolução nas condições de relação do homem com a terra, permanecendo os roçados ou pequenas plantações, mas vinculando-se o lavrador intimamente com a terra plantada. Isso que certamente obedeceria ao plano de defesa, palmo a palmo, das terras de Palmares, exprimiu não somente um imperativo tático e estratégico da preparação dos quilombolas para a defesa do seu patrimônio, como também refletia, nas relações sócio-econômicas da comunidade, a evolução do sistema para condições de posse e atribuições até então desconhecidas — e frustradas, afinal, pela reação colonialista que destruiu os quilombos, nessa área, em 1697.

Não mais as grandes sesmarias, os engenhos, o trabalho em turma. Se a terra é de Deus, não tem dono, mas, formalmente, pertence ao “senhor grande”, Ganga-Zumba, chefe eleito. E cada unidade social toma posse e trabalha em sua terra. Corta o mato, planta e desenvolve a lavoura. Colhe para o próprio sustento e atribui o excedente para o rei comerciar nas vilas mais próximas, e obter armas e outros objetos. A “roça muito abundante” do rei possui o mesmo objetivo: a família real é maior, muitas mulheres, segundo o hábito africano. E todos são combatentes, guerreiros, na hora necessária. Para isso se exercitam na praça e decidem na casa do Conselho.

Disso se deduz que os quilombolas, ao repudiar o sistema do latifúndio dos sesmeiros, adotam a forma do uso útil de pequenos tratos de terra, roçados, base econômica da família livre; que o excedente da produção era dado ao Estado, como contribuição para a riqueza social e defesa do sistema; que a solidariedade e a cooperação eram praticadas, desde o início dos quilombos, que deve remontar aos princípios do século XVII; que a sociedade livre era regida por leis consagradas pelo uso e costume; que não existiam vadios nem exploradores nos quilombos, mas, sim, uma ativa fiscalização como sói acontecer nas sociedades que se formam em meio de lutas contra formas ultrapassadas de relações de produção; que, em 1697, já existiam, nascidos e crescidos, habituados àquele sistema, nos quilombos, três gerações de brasileiros natos, somando, provavelmente, a população dos dezesseis aldeamentos para mais de vinte mil indivíduos; e, finalmente, que se confrontando as baixas, constantes dos documentos portugueses e as prêsas de guerra, do fim dos quilombos, conclui-se que nem a terça parte dos quilombolas tomou parte nas lutas decisivas.

Ao ponto controvertido do epílogo do grande drama libertário dos Palmares, que Alfredo Brandão situou nos penhascos da Serra Dois Irmãos, devemos juntar mais êste: o destino da maioria não combatente



dos quilombolas, dos seus rebanhos e de grande parte das colheitas acumuladas. Porque êles negociavam com as vilas mais próximas, e mais próximas algumas cinco ou dez léguas; e do volume da produção oferecida ao mercado nasceu o reconhecimento e a denúncia das prósperas condições econômicas dos mercadores negros, num período em que Pôrto Calvo, Olinda e outras vilas da capitania experimentavam a escassez de produtos de consumo. A abundância dos quilombolas, sobressaindo em meio da miséria geral dos colonos pernambucanos, constituía uma afronta e um perigo que os "principais" da capitania — e principais latifundiários, sesmeiros e seus descendentes precisavam combater. Esse, o motivo clássico de toda guerra de conquista.

Econômicamente, a República dos Palmares constituiu uma forma de transição na posse da terra, e forma superior à das sesmarias, da propriedade latifundiária. Os quilombolas opuseram à forma coletiva da economia tribal, usada na África, e às sesmarias, dos colonos, com as turmas de escravos lavrando a terra — o uso útil, a posse justificada pelo trabalho individual, de pequenos tratos da terra, os roçados. A terra pertencia aos quilombos, organizados em aldeamentos e federados, obedientes todos ao Ganga-Zumba da Cêrca Real do Macaco. Era um patrimônio coletivo. Daí a "roça muito abundante" do rei. Todos produziam, trabalhavam.

A República dos Quilombos foi uma revelação assustadora para a época; hoje a análise dos seus feitos constitui um estímulo a solicitar as nossas energias para as lutas pela reforma agrária, para varrer duma vez com os grandes latifúndios, as velhas sesmarias, causa maior do atraso e da miséria do povo brasileiro.

## CAPÍTULO 3

# O NEGRO NA ILHA GRANDE DE MARAJÓ

Tese de *Nunes Pereira*



## Parecer

de EDISON CARNEIRO

A presença do trabalho de Nunes Pereira, que traz a data de 1943, neste Congresso, se justifica por ser uma valiosa contribuição ao estudo do homem negro num ponto ainda a bem dizer virgem da exploração dos etnólogos — o extremo Norte do País.

Nunes Pereira divide o seu trabalho em três partes — um esboço histórico e geográfico da ilha de Marajó, uma pesquisa em códices e outra em inventários antigos, dos tempos da escravidão. Tudo o que esses documentos podem trazer como indicação da presença e da atividade do negro na Amazônia foi aproveitado com êxito pelo seu autor. Os inventários, especialmente, são um verdadeiro manancial de informações sobre o negro naquela região, que à primeira vista parece ter sofrido tão-somente a influência dos aborígenes.

O autor, bem conhecido no Sul desde a publicação da sua *A Casa das Minas, estudo da religião dos gêses no Maranhão*, tem realizado trabalhos dignos de nota sobre as tribos indígenas da bacia amazônica e sobre o folclore de toda a região compreendida entre o Amapá e o Maranhão. Vive há muitos anos nessa região, de que é filho, e agora mesmo se encontra em Soure, na ilha de Marajó. Neste ensaio Nunes Pereira desenterra, com rara felicidade, o panorama sócio-econômico da ilha de Marajó, destacando as relações de todo tipo entre senhores e escravos, e traça a importância étnica, social e humana do negro na população marajoara.

Creio que este trabalho deve ser aceito sem restrições e publicado nos *Anais do Congresso*.

Rio de Janeiro, 28-8-50

APROVADA

Em 31-8-50

(a) RUBENS DA SILVA GORDO

## O NEGRO NA ILHA GRANDE DE MARAJÓ

A presente contribuição ao conhecimento dos NEGROS ESCRAVOS NA AMAZÔNIA é um dos resultados de minha viagem à ILHA GRANDE DE MARAJÓ, sobretudo às zonas de pesca e de pastoreio dos municípios de Cachoeira e de Soure, no Estado do Pará.

Em Cachoeira recorri às descrições de escravos, feitas nalguns inventários existentes no cartório dali e que abrangem um período de setenta e três anos, isto é, de 1803 a 1876.

Em Soure tive de recorrer não somente àquelas como às descrições de escravos e às relações dos mesmos, feitas nos inventários existentes no cartório dessa cidade e, também, a um precioso manuscrito — pertencente às irmãs Jesoína Gonçalves de Leão e Carolina Rosa da Silveira Gonçalves — da autoria do talentoso memorialista que foi o Capitão Luiz Calandrini da Silva Pacheco.

Os documentos do cartório de Soure datam de 1844 e as memórias de Calandrini datam de 1826.

Entre as páginas dêste último, quer se refiram aos Gavinhos, aos Gonçalves ou Pintados, aos Mirandas, aos Frades, aos Avelares, aos Chermonts, aos Penas, aos Pamplonas e aos Religiosos das diversas ordens que missionaram entre os Aruans, Marauaná, Sacacas e Ncengahibas, respiguei aspectos, costumes e ações dos Negros de Marajó, de indiscutível autenticidade, nas suas relações entre si e com brancos e indígenas, bem como algumas indicações de sesmarias, sítios e fazendas, com a pitoresca toponímia que os herdeiros e os descendentes daqueles ainda conservam e respeitam.

Para a evocação de fatos anteriores às datas acima citadas, recorri notas colhidas durante as consultas que fiz ao Arquivo Público do Pará, fonte riquíssima para quem se proponha a dar-nos obra completa sobre o elemento africano na Amazônia.

Essas as fontes a que recorri, as outras são bem conhecidas por todos os que estudam a paisagem humana, mais do que a paisagem física desta região.



*Terra aberta e ampla, boa para o esforço  
e para o ato heróico, tôda horizonte, como  
a esperança, tôda cominha, como a von-  
tade.*

**"DONA BÁRBARA"**

*Rómulo Gallegos*

*Não creio que, em absoluto, se possa sus-  
tentar que a ilha oferece a disposição re-  
gular de um prato cujos bordos são mais  
altos do que o centro...*

**"AS REGIÕES AMAZÔNICAS"**

*Barão de Marajó*

## Primeira Parte

# UM ESBÔÇO HISTÓRICO — FISIAGRÁFICO

Também num simples esboço histórico-fisiográfico de qualquer ângulo da terra há um “espelho de civilização”, embora seja êle bem menor que o de uma perspectiva e bem menor que o de uma paisagem.

Faltar-lhe-á, talvez, a amplitude daquela ou o colorido desta, mas o olhar do estudioso da Geografia Humana e da História, que é a consciência do passado, o reconhecerá, inevitavelmente.

É claro que não tenho qualidades de dialecta — como Mestre Pierre Monbeig, por exemplo —, para defender aqui minha afirmativa; creio, porém, que isso será supérfluo, dada a natureza da verdade que nela mesma se contém.

Daí as linhas aqui gizadas de roda à história, à tradição, à lenda e, igualmente, aos traços, aos contornos, à estrutura, ao fâcies, enfim, da **ILHA GRANDE DE MARAJÓ**, em cujos cenários, fluviais, lacustres, marítimos, campestre e florestais o colonizador português introduziu, também, peças da Guiné e de Bissao e fôlegos vivos de Cachêu e de Angola.

Desde 1532, nos engenhos e nos currais de S. Vicente, igual introdução de Negros se fizera, mas só cento e sessenta anos, após êsse fato, é essa introdução iniciada na Amazônia, sendo que só em 1697 os legisladores puderam denunciar certas reações, de ordem financeira, que



a necessidade, o custo, a presença do elemento africano estavam a determinar na Amazônia.

Que me permitam, pois, esta contribuição, numa hora em que se cuida de aproveitar todos os elementos materiais e humanos da Amazônia, pondo-lhe em foco a geografia e a história.

\* \* \*

Quem, vindo do Atlântico, procura a foz do Amazonas, ou quem, descendo a caudal dêste, procura transpor as solidões daquele, necessariamente defrontará a ILHA GRANDE DE MARAJÓ.

Isso aconteceu, ontem, com Orellana, vindo de Quito, e com Caldeira Castelo Branco, vindo de São Luís, como acontece hoje com os lóbos-do-mar do Lóide e com os práticos da SNAPP.

É que essa ILHA se acha em pleno Equador, naquela privilegiada latitude apontada por Martius.

Deveriam, assim, ser infinitas e díspares as impressões que ela transmitia aos viajantes de então.

E o que dela contavam a tradição e a lenda seria semelhante ao que se dizia, em crônicas e poemas, de tãda a Terra de Santa Cruz.

A vegetação era tão majestosa e tão estranha como os seres que lhe viviam de permeio.

Nas suas águas, como nas suas terras, tôdas as riquezas se ocultavam ao olhar ou se lhe revelavam, num delírio de formas e de matizes.

A imemorial fascinação das ILHAS se agigantava, coloria e multiplicava na estrutura física daquela, à foz do maior rio do mundo, sob a luz das mais vivas constelações dos trópicos.

Dir-se-ia que, entre o Amazonas e o Atlântico, a Ilha Grande de Johannes, como a cognominariam, depois, era a ILHA FANTASMA, porque sua imagem se desdobrava em inúmeras outras, dentro das doces águas que a banhavam no labirinto do arquipélago marajoara.

Os que desciam o Amazonas, no rumo dessa ILHA, já lhe estavam transpondo uma vasta porção da sua área e não o sabiam; e os que vinham do Mar, já a estavam costeando e receavam não lhes enganasse a vista uma dessas criações de delírio, que a febre, a sede, a fome erguem nos horizontes longínquos.

Abicando-lhe nas praias de areia morena ou nas margens pedregosas, entrando-lhe os rios ou vadeando-lhes os canais, que refrescavam e a fertilizavam, os colonizadores viram, entretanto, que a realidade superava tudo o que haviam imaginado.

A paisagem dominava imensas terras sem relêvo e se refletia sôbre insondáveis águas, povoadas de aves, de répteis e de peixes.

Desde o Cabo Maguary, por exemplo, avultava, nessa paisagem, as palmeiras, os mangueiros e os tenteiros.

Siriúbas retilíneas — à flor do tejuco, *em massas colossais, nuas como rochas graníticas erodidas*, da visão de Friederick Katzer — mostravam raízes por onde enxameavam caranguejos e sirís; inajazeiras abriam leques graciosos sôbre cachos sumarentos de frutos.

Campinas e bosques, no interior da ILHA, eram habitados, também por selvagens e quadrúpedes.

Em galões e corcovos fugiam à aproximação dos colonizadores os veados, as capivaras e as antas; índios se lhes avizinhavam, contudo, confiantes e acolhedores.

Do outro lado ficavam as terras do continente; mas seriam elas, por acaso, mais férteis, mais ricas que essas que estavam senhoreando em nome de El-Rei de Portugal?

Não sei se teria ocorrido àqueles viajantes, depois, e àqueles colonizadores, também, na contemplação, demorada e larga, dos aspectos físicos dessa ILHA a imagem de um prato, da preciosa cerâmica marajoara, cujos rebordos representassem, por sua elevação na chateza dominante da paisagem, a costa setentrional, não obstante as margens dessa ILHA se elevassem, na sua totalidade, acima do nível das águas que a circundam.

Essa imagem, posta em evidência e combatida ulteriormente, não lhes ocorrera e, se ocorreu, não a exprimiriam, porém, no afã de conquistar mais do que de descrever a Grande ILHA.

Para a conquista do continente o que essa ILHA lhes oferecia era mais uma *cabeça-de-ponte* do que, propriamente, um simples prato, que um ceramista deformasse, erguendo-lhe aqui os rebordos, ou deprimindo-os acolá. . .

Mas êsses aspectos físicos, ao tempo da jornada de Caldeira Castelo Branco, rumo de Santa Maria do Grão-Pará, e conquista e povoamento da Ilha, seriam iguais aos que, hoje, se nos oferecem à vista?

A meu ver, no meio dessa ILHA, a área dominada pelas águas não teria a extensão que lhe assinalamos.

Numerosos rios e canais lhe vascularizariam a estrutura geológica; lagos, do vulto de ARARI e outros menores captariam, periodicamente, grandes massas d'água dêsses rios e canais.



Essas águas evaporar-se-iam ou escoar-se-iam, porém, menos lentamente do que agora, mesmo na época das grandes chuvas que caracterizam o inverno marajoara.

E a área dos pântanos, dos brejos, dos Mondongos, das baixas limpas ou com pirizal, ou aninga, ou marúmararana, ou tábua, ou canarana, ou mururé não teria a extensão, também, que hoje lhes apontamos, porque, se Agassiz encontrou à foz do PARACAUARI uma floresta submersa e destruída, Katzer apontou a evolução da terra marajoara ali à embocadura do BEBEDOURO, ao lado norte do Cabo de Maguary, nos movimentos de sedimentação do tejuco aluvional, eu fui encontrar no ARARUNA dunas devorando a mata marginal e a casa do caboclo praieiro, onde o gênio nacionalista de Frederico Vilar sonhou com um Empório de Pesca...

Os campos dessa ILHA, que, no mapa de Koegel, anunciam formações idênticas pelo Amazonas acima, até às nossas fronteiras com a Guiana Inglesa e com a Venezuela, seriam mais ricos em gramíneas e leguminosas forrageiras, ficando alguns, hoje inundados, a cavaleiro das águas, como os do nordeste da Grande ILHA.

Os aspectos agrológicos dêsses campos os filiariam, talvez, a outros do Araguay, na direção de Tumuc-Humac.

Através da leitura de um códice existente no Arquivo Público de Belém, pude verificar que já se cogitava, então de conceder-se sesmarias na ILHA, levando-se em consideração a porção de terras imprestáveis à criação de gados, mas é evidente que não seriam tão extensas como as de hoje.

Os pirizais e os próprios Mondongos teriam flora mais variada e fauna mais agressiva que as descritas por Goeldi e por Huber, sendo documento disso a lembrança ainda hoje conservada pelo folclore da ILHA:

*Tigre branco, tigre preto,  
tigre lá do MAGUARI.  
Minha casa é lá na mata;  
minha cama é no piri...*

As matas e as selvas do sudoeste da ILHA seriam ricas de essências requestadas pela construção civil e pela construção naval, não encontrando nem na magestade do porte, nem no esplendor da variedade, outras individualidades botânicas que com elas rivalizassem.

As ilhas-de-mato, os capões, os tesos, que são encontrados em muitos campos e baixas da ILHA, seriam, do mesmo modo, mais ricos em espécies vegetais típicas.

Desgraçadamente, porém, as mãos dos que conquistaram essa ILHA e dos que se lhes seguiram, povoando-a, modificaram-lhe a fisionomia, queimando nos campos tesos e baixas, durante as grandes estiagens, com os saborosos mussuans, os elementos naturais que lhe constituíam a pastagem, devastando as ilhas-de-mato, os capões, as matas e as selvas; estulhando-lhe os furos, barrando-lhe os canais e os rios navegáveis, despovoando-lhe os lagos piscosos e as fartas cabeceiras dos igarapés.

Surgiram, dêsse modo, as chamadas *rampas* e os *aterros*, à proporção que as águas potáveis, para o gado, escasseavam, e os peixes, para o indivíduo, escasseavam, também, passando essas duas inovações, com o decorrer do tempo, a constituir dois males necessários, porque naquelas *rampas* e *aterros* se resumem originalmente alguns açudes e alguns tanques de piscicultura doméstica... porque o regime natural das águas é por eles prejudicado e muito sofre a economia geral em favor de quem os construiu e os está explorando.

Aliás os primitivos senhores da ILHA DE MARAJÓ — a quem devemos a magnífica cerâmica, estudada por Ferreira Pena, Hartt, He-loísa Alberto Tôrres — quer às margens do Lago ARARI, quer no PACOVAL do CURURU, quer no RETIRO da FAZENDA SANTA BRÍGIDA, ergueram os chamados *tesos-dos-índios*, para nêles enterrarem os seus mortos, elevando-os mesmo às cabeceiras dos igarapés, num arremêdo de barragem — para que, a êles vivos, não faltassem, no verão, água e peixe.

No Sul do País a fisionomia de certos campos e de certos banhados sofreu idêntica modificação; extinguiram-se-lhes, ali, igualmente, certas leguminosas e gramíneas nativas, mas, hoje, as mãos do homem lhes estão devolvendo outras, em compensação, exóticas e autóctones, porque os rebanhos o exigem e criadores, de mentalidade moderna, assim o entendem, estimulados pelo exemplo de argentinos e uruguaioes, próximos às fronteiras.

Com as campinas e baixas da ILHA GRANDE de MARAJÓ nada se está verificando nesse sentido, sendo o mais precário o regime alimentar da gadaria nas prolongadas estiagens, de modo a não prevalecer mais aquêlê conceito de um estudioso como Luiz Amaral: "Se para a vida humana as condições aí são más, para a pecuária, não há no mundo notícias de condições tão boas".

Acresce, além disso, a circunstância de que esta ILHA está sujeita à complexidade de certos fenômenos meteorológicos e geológicos que pesam sôbre o destino social e econômico mesmo da Amazônia.



Porção considerável de terra destacada do continente, como o entende Agassiz, só encontrado, entre o Paraná do Ramos e o Madeira, uma Ilha que se lhe compare, aproximadamente, em extensão e possibilidades — a de TUPINAMBÁRANAS — ou formação geológica recente, repousando sobre uma *ilhota-primitiva*, como o entendem outros mestres, a ILHA GRANDE de MARAJÓ, se aqui nos oferece à vista algumas dunas em marcha sob a ação dos ventos, ali revele o dessecação de uma bacia lacustre, tal a do ARARI, e, além, o esboroamento de matas ao embate da pororoca.

E a própria rede hidrográfica, que a reflete e a vitaliza, se modifica à mercê da vazão gigantesca das águas do PARÁ e do TOCANTINS, de tal modo que centros de pesca, como aquêle do ARARUNA, acima referido, se despovoaram de pescadores porque aquelas águas, que lhes banhavam as praias, perderam as primitivas qualidades químico-biológicas, reduzindo-se-lhes a salinidade que lhes apontavam, periodicamente, no verão.

Assim espécies marinhas que as freqüentavam outrora, em grandes cardumes, só o fazem agora em número insignificante, reduzindo-se, dia a dia, a nomeada de vários pontos da ILHA onde o colonizador estabelecera os remotos e famosos *pesqueiros reais*.

Demais, o que essa ILHA oferecia à iniciativa, à ambição dos colonizadores, disse-o acima, não eram tão somente paisagens, mas meio físico, amplo e propício para o estabelecimento de uma das mais rendosas indústrias: a dos gados.

Sente-se-lhe no zelo de conquistar, de defender e de explorar as terras da ILHA GRANDE de MARAJÓ, que a Portugal não tentava limitar-se aqui, como nas suas póvoas, à exclusiva e complicada exploração da economia das águas, cujas espécies ictiológicas lhe eram novidade e de cujo valor alimentar ainda não tinham conceito firmado.

Naquelas campinas e naquelas baixas, sim, ali, poderia fazer prosperar imensos rebanhos alentejanos e barrozãs, transplantados de outras capitanias ou vindos diretamente de Portugal.

E, com êsses rebanhos, que noutros pontos do País auxiliaram a conquista e povoamento, além de assegurar-se o domínio da Amazônia, garantir-se-ia, em pleno Equador, no cenário de uma ILHA, caracteristicamente tropical, *aquêle quase único aspecto tranqüilo de nossa cultura* a que se refere João Ribeiro ao estudar a nossa formação.

Aí está o povoamento dêsse domínio insular que Portugal estabeleceu, a partir do século XVI, para provar que a idéia da *fundação de*

*currais* sobrelevou às demais, mesmo à da lavoura, de cuja organização, em que dominava o elemento indígena, há documentos interessantíssimos no cartório de Cachoeira.

Não quer dizer que Portugal, àquele tempo, já possuísse todo o luxo de uma doutrina colonizadora, como o entende o historiógrafo Artur César Ferreira Reis.

Também, em pleno século XX, um navegador solitário, Alain Gerbault, visitando algumas ilhotas da Polinésia, achou que a França, País colonizador como Portugal e a Inglaterra, era incapaz de ostentar o luxo dessa doutrina nos seus domínios.

Temos de admitir, por isso, haver sido através da formação das capitanias e sua conseqüente exploração que o colonizador, de experiência em experiência, chegou ao conhecimento das leis que nelas determinavam certos fatos sociais e econômicos, porque a não ser nalgumas capitanias do extremo sul do Brasil, todo o meio aqui contrastava violentamente com o da Península e mesmo com o de outras terras descobertas e conquistadas pelos soldados e marujos de El-Rei de Portugal.

Aspectos climáticos de S. Vicente ou do Rio Grande do Sul e o comportamento do homem e de outros seres importados da Europa, poderiam levar o colonizador a admiti-los como idênticos aos de Portugal, ou, pelo menos, favoráveis à vida, à formação de uma sociedade e à organização de uma economia.

Na vastidão do território brasileiro, contudo, a área que lhe oferecia êsses aspectos contrastava com a diversidade e a extensão de outras áreas — por exemplo, a do Nordeste e a do Extremo-Norte — tanto do ponto de vista botânico como do ponto de vista geográfico, o que levaria Martius, A. de J. Sampaio e Álvaro da Silveira às caracterizações conhecidas posteriormente.

Um dos resultados mais positivos de suas experiências, concretizando-se no conhecimento, permitindo até deduções rigorosamente lógicas, foi a utilização da gadaria na penetração e conquista dos desertões.

No Extremo-Sul as coxilhas, os pampas estavam como que reclamando a introdução e exploração de rebanhos, todo o esforço se reduzindo apenas a conduzi-los diretamente do Reino ou de S. Vicente. Pode-se dizer que aquelas condições físicas tinham uma predestinação: a da indústria pastoril.

Fundadas as primeiras estâncias no litoral rio-grandense, entre Laguna e Colônia, após os ensaios dos Jesuítas, estenderam-se elas, em seguida, ao *hinterland*, a Viamão, a Sinos, a Caí, segundo opinião acatadíssima de Aurélio Pôrto.



Já no Nordeste as experiências do colonizador o levariam a situar o gado no litoral, primeiramente, de igual modo, porque o problema da água, naquele meio, estava relacionado a todos os demais problemas.

Na Amazônia o seu maior campo de experiência, no tocante à pecuária, seria, inicialmente, aquela ILHA GRANDE de JOHANNES, muito lhe valendo o conhecimento em que se concretizaram as que reunira no Extremo-Sul e mesmo no Nordeste, porque, paradoxalmente, além do problema das inundações dos campos marajoaras, existe ali o problema da falta d'água e da sua inaplicabilidade quicá ao uso doméstico.

Ele já trouxera da Península, inegavelmente, certo método de exploração dos rebanhos de animais úteis ao homem, bem assim da sua valorização e defesa, mas foi partindo de um meio como o dos pampas, no Sul, e como o do agreste e o das caatingas, no Nordeste, que êle pôde compreender, na Amazônia, certas leis físico-biológicas a que está sujeita, nos trópicos, a vida animal.

Aqui, então, à entrada do Vale Amazônico — confirma-o a nossa história político-social — mais se robusteceu no espírito do colonizador o conceito estabelecendo que, para enraizar sua gente às terras conquistadas, o gado era um fator indispensável.

Com o gado não só se penetrava os desertões como nêles se assentava à sombra de uma indústria — que a ciência zootécnica, de futuro, no continente europeu, e, depois, no americano, orientaria admiravelmente — uma sociedade do Brasil, e outra sociedade, inculta, ambiciosa e deslumbrada, tal a que vinha, no bôjo dos navios, dos penques e das sumacas, de todos os recantos da terra lusa.

Sou dos que admitem que Portugal, através dos seus dirigentes, só lentamente concluiu que se não podia contar com as populações indígenas do Brasil para a formação, em bases menos flutuantes, desta ou daquela economia, como se não podia contar com a lavoura apenas para obra de penetração e conquista em que o pastoreio tanto se salientou em nossa terra.

A índole dos nativos, sua precária agricultura, seu nomadismo incontrariável, os aspectos da sua cultura material e da sua cultura espiritual, tudo isso os punha em choque com o conquistador e o colonizador.

Certo a sua colaboração, aqui e acolá, poderia dar esplêndidos e compensadores resultados, mas não era com índios, supersticiosos e andarengos que se poderia assentar, só com êles, um Estado à feição dos que constituíam a Península Ibérica, por exemplo. Não seria com índios, preados e descidos das suas aldeias, no fundo da selva e à beira

de lagos e de campos, que se criaria, em pleno trópico, a Feliz Lusitânia!

Tinham êles às mãos incontáveis riquezas naturais e continuavam nus e famintos; na sua maioria ainda se achavam naquela fase de civilização que se caracteriza pela coleta de produtos silvestres, consoante as estações em que eram mais abundantes, estando o calendário daqueles índios ligado ao amadurecimento do caju que ia de ano a ano, chamando aos aguaceiros *chuvas de caju*.

E guerreavam-se, comumente, até o extermínio.

Essa não era, pois, gente com que se contasse para a obra planejada — a da valorização da Amazônia, consoante severa direção econômica.

Daí, portanto, a introdução de colonos, o empenho da política do Rei e dos seus ministros, no sentido de confiar aos braços dêstes, e não aos dos indígenas, obra de tamanho vulto.

Um historiador, infatigável e culto, Artur César Ferreira Reis, já nos deu um panorama do que foi essa política de Portugal no Vale Amazônico, jogando com códigos mais do que com os resultados daquele esforço. Não o quero contestar, mas não posso aceitar tôdas as suas conclusões, pois reconheço que, dentro daquele panorama, basta escolher-se os aspectos que singularizaram, por exemplo, essa Política, numa ILHA da importância estratégica e, bem assim, do valor econômico e social da que mais se salienta no arquipélago marajoara, para formarmos um conceito em desacôrdo com o defendido pelo citado historiador.

Que um dos ideais daquela Política, em relação à ILHA GRANDE, foi o seu povoamento, não há quem o negue.

Afastada a possibilidade do aproveitamento dos Aruans e Neegai-bas e de todos os demais povos que Antônio Vieira enumerou, de modo a orientar, precisamente, os modernos pesquisadores da nossa História e da nossa Etnologia, Portugal não mandou para a ILHA, com gadaria mansa, pacíficos vaqueiros, especialmente requestados entre a gente que melhor se adaptasse àquelas campinas e baixas.

No entanto, desde 1626, a Metrópole mandava colonos, de fato, para a cultura do cacau, do cravo, do anil, do algodão, da canela e da baunilha, nas terras do continente.

Nos chamados *navios-dos-casais* vinha gente que se encaminharia dali, de Belém, para a agricultura, seduzida pelos favores, garantias e datas de terra.

Como no Rio Grande do Sul verificou-se na Amazônia a introdução do elemento açoriano — ali iniciado, segundo Aurélio Pôrto, em 1748,



atingindo mais de dois mil casais —, já disso cogitando o Governo de Portugal, segundo o historiador Artur César Ferreira Reis, desde 1616.

As primeiras partidas, *de mais de duas centenas*, que se distribuíram pelo Maranhão e pelo Grão-Pará, seguiram-se outras com um montante de setecentas pessoas. E, em 1676, esclarece ainda o citado historiador, *eram duzentas e trinta e quatro*, diretamente transportadas para Belém.

Que daí se passassem alguns *casais-das-ilhas* ou açorianos para Marajó foi o que necessariamente se deu, menos por fôrça daquela Política do que por inclinação natural dessa gente açoriana para a vida insular, a que melhor se acomodaria, certa de não correr os riscos que fenômenos sísmicos deflagravam, freqüentemente, sôbre o arquipélago dos Açores.

Não creio que a Metrópole aproveitasse essa inclinação, com agudo descortino, mas admito que a índole dos ilhéus lhe estava indicando, naturalmente, se dirigissem todos para um meio onde a vida lhes decorresse menos com as armas nas mãos do que em trabalhos pastoris e na contemplação de uma natureza, cujo maior encanto, para eles, residia, sem dúvida, na solidão.

Em carta régia de 27 de março de 1638 (como se lê na Col. Chron. da Legislação Portuguesa, compilada e anotada por José Faustino de Andrade Silva, vol. III — página 1.477), conhecemos que os ilhéus tinham de pagar seis mil réis *em razão do barato que tudo ali vale e eram todos mui boa gente, por serem criados com as armas nas mãos, que de ordinário trazem, entrando e saindo de guarda*, e que muito os recomendava, em número de mil, viessem para o Brasil.

No cenário dos trópicos, porém, os dirigentes da novel colônia, com o conhecimento que já tinham da atuação dos açorianos no Sul do Brasil, acordaram que, de roda a um núcleo de colonos, naturalmente afeitos à guerra e à lavoura, comprazendo-se, além disso, na solidão da vida insular, seria fácil acomodarem-se outros tipos de colonos e mesmo degredados que, com a escória da sociedade lisboeta, vítimas do Santo Ofício e vítimas das Ordenações, nos mandou El-Rei de Portugal.

Acredito, entretanto, que sòmente após ter sido a ILHA constituída em capitania e ter sido doada, em Carta Régia de 23 de dezembro de 1665, a Antônio de Souza Macedo, é que essa introdução dos mesmos *casais-das-ilhas* e de outros imigrantes se foi verificando.

Mas no povoamento da ILHA entraram indivíduos, também, de outros pontos do continente europeu, principalmente de Espanha.

Os Gavinhos vieram dessa nação. E os Calandrini vieram da Itália.

*Os capitães-mores Manuel Francisco Gonçalves e Pedro Fernandes Gavinho, foram espanhóis de nação da cidade de Tui, no reino da*

*Galiza, primos e contemporâneos*, leio entre as lembranças do memorialista Luiz Calandrini da Silva Pacheco.

Eram da República de Lucca os primeiros Calandrini que vieram para a ILHA GRANDE de MARAJÓ. Descendiam de nobres conforme dois documentos que transcrevo ao fim dêste trabalho, após a nota (biográfica) acêrca do memorialista.

Mas colonos açorianos, espanhóis, italianos, holandeses, austríacos, franceses, não somavam grandes núcleos, correspondentes às exigências do povoamento, da expansão da lavoura, da organização da indústria pastoril e da indústria da pesca.

Com o estabelecimento das ordens religiosas — dos Jesuítas, dos Mercedários, dos Carmelitas — no decorrer da exploração e conquista da ILHA, desenvolveu-se ali, paralelamente, o pastoreio e o povoamento se desenvolveu, mas ao critério dos Barões donatários da Capitania de Johannes ou, melhor, aos capitães-mores é que viriam os colonos a dever as datas de terras, as sesmarias que a Metrópole aprovava, ora exigindo que não fôsem além de duas léguas ou além de três e se lhes pusesse de permeio uma légua e se atentasse que grandes extensões de terras eram imprestáveis ou sujeitas a inundações.

Quando, em 1702, a Metrópole autoriza a mudar para a ILHA de MARAJÓ o gado existente no Pará, já pastavam nas campinas de ARARI e do Rio de SOURE e do MAGUARI, bovinos e eqüinos, além de vultosa miuça.

O povoamento ia sendo feito com alternativas desanimadoras: era insignificante a contribuição de imigrantes que se encaminhavam para o continente e, dali, para aquela ILHA tão opulenta quanto desértica.

Predominavam na população dos lugarejos e aldeias as tribos insubmissas a outra organização, que não fôsse a que haviam concebido, a outro conceito de liberdade, que não fôsse a que as espalhava, ao ritmo aparentemente absurdo, das migrações.

A situação interna do Reino não era boa. A da Amazônia era o reflexo daquela.

Então a Metrópole pensou no braço negro, cujo vigor e cuja mansidão, já experimentara, nos viveiros aonde os caçavam, aos donos dêsse braço ou os trocavam ou compravam, barganhando mesquinamente.



## Segunda Parte

### DENTRE A POEIRA DOS CÓDICES

*"Brasil rezulta la forja de la humanidad futura. Mas, lo interesante es que los países tropicales se constituyen con un apreciable porcentaje africana; y el africano es utilizado en labores predominantemente agrícolas y la agricultura y la sensualidad africana determinan un avivamiento musical que opaca el plasticismo indijena".*

**VIDA Y PASION DE LA CULTURA EN AMERICA.**

*Luiz Alberto Sanchez*

Sabe-se, geralmente, que a introdução do elemento africano na Amazônia, bem como noutras regiões, do Sul e Nordeste, da Colônia, nos três primeiros séculos da nossa formação, resultou de dois grandes imperativos: povoamento do seu território e organização da sua economia.

Mas se a Coroa Portuguesa relacionava a prosperidade das capitanias à importação do braço escravo estava ela empenhada no tráfico por suas necessidades internas e pelo estímulo de outros povos, como a Inglaterra, que permutavam fazendas por ouro e escravos.

Desde o século XV, a exemplo dos seus concorrentes no comércio nefando, Portugal lançava mão desses recursos para atender aos gastos da sua administração, pois pagavam por cabeça de negro a ciza de dezesseis cruzados.

Outro móvel desse tráfico era o ter-se acostumado a utilizar o braço negro nas incipientes lavouras de suas colônias, na própria África, quer para subsistência dos escravos, quer para a dos *funidores*.

Antes da descoberta da Terra de Santa Cruz já os lisboetas viam descer das embarcações que regressavam da África ou da Índia homens e mulheres seguidos de crianças, muitos deles encaminhados para os campos ou aproveitados em serviços domésticos na Capital do Reino, porque a madraçaria lhe enchera as ruas de vagabundos, mendigos e criminosos, que pedinchavam, durante o dia, às portas das igrejas e às margens das estradas, para assaltar, à noite, casas e transeuntes.

Explica-se, portanto, que de Lisboa, também, nos viessem escravos, não que ali fôsse propriamente um entreposto deles, e sim porque, acompanhando alguns imigrantes que os possuíam, ou de cambulhada com degredados e aventureiros, muitos se embarcavam com destino ao Brasil, às capitanias do Sul, principalmente.

Em inúmeros atos do Governo da Metrópole, ainda no século XVI, podemos, por isso, encontrar as origens das curvas de ascensão, retardamento e declínio desse fenômeno econômico-social, de tamanha influência na formação e prosperidade de nossa terra, podendo-se até representá-las nitidamente num gráfico. E nesse gráfico apareceriam não somente escravos como, do mesmo modo, negros livres e forros, visto que alguns chefes ou titulares africanos — tais os *membucas* dos Cabindas, por exemplo —, mandavam filhos e parentes ao Brasil nas naus portuguesas, para o visitar ou nêle estudar, convindo não esquecer-se que, nalgumas tribos africanos, bom negócio era ter filhos... para os vender.

Num depoimento recente de D. Domingos José Franque (Borna Zanei N'Vimba) se justifica esta afirmativa e, igualmente, a justifica uma Carta Régia de 1624, na qual se tratou *dos sovas e negros livres que João Corrêa de Sousa, Governador que foi de Angola, enviou ao Brasil, por respeito da guerra de Cassange, etc... etc...* E nesse documento El-Rei se diz desejoso de saber *quanto se despendeu com cada uma, e donde se houve o dinheiro para isso e o que se fêz de outros negros que João Corrêa enviou por cativos*.

Não será de estranhar-se, portanto, que, antes da data de 1692, que se aponta, com mais segurança, como a do início da introdução do elemento africano na Amazônia, já aqui houvessem aparecido negros



escravos e negros livres ou mesmo forros, de parceria, cantando, dançando no convés, ou gemendo e agonizando no fundo do porão de um ou outro *tumbeiro*.

Em favor da tese que defende a entrada de negros na Amazônia, antes de 1692, se seguem os atos legislativos referentes ao preço e à divisão de escravos, entre o Pará e o Maranhão, datando, respectivamente, de 1695 a 1697, porque não os reclamariam, quantos os adquiriam, com dobrado empenho, se o tráfico não viesse de data mais remota que as nomeadas aqui.

Sou dos que admitem dever-se à Holanda as primeiras introduções de negros na Amazônia, já porque agiam para cá das nossas fronteiras e no estuário mesmo do Rio das Amazonas, já porque, segundo Roberto Simonsen, "os báta- vos reputavam de tal modo possuir um viveiro na África que, quando ocuparam o Brasil Holandês, conquistaram Angola, um dos grandes abastecedores do elemento servil".

São tão vagas como discutíveis as origens das curvas caracterizadoras do fenômeno aqui referido; sente-se, contudo, que, ao partir de 1692, é que elas se vão levantando, morosamente embora, mas nítidas e seguras.

Não introduziram os Holandeses senão raras *peças* antes dêsse ano; é a partir dêle, entretanto, que a Metrópole vai compreendendo as necessidades das capitanias do Extremo-Norte, abstração das contínuas guerras com franceses, holandeses e ingleses e também das rebeliões e correrias dos índios, enquanto fermentavam dissensões no seio dessas mesmas capitanias, dada a ignorância e a ambição dos colonos, senão das autoridades que os dirigiam, como bem as focalizaram os nossos historiadores.

Sou levado, daí, a não concordar com as cifras que assinalam o total de indivíduos africanos introduzidos até às atividades e liquidação das célebres Companhias de Comércio do Maranhão e do Pará, e mesmo quando o tráfico se fêz mais amplamente, visto que essa forma de comércio e de povoamento sofria as alternativas que o caracterizavam: — escassez do produto, concorrência e dificuldades de transporte.

Num estudo acêrca da influência dos Negros Minas do Maranhão, referi a presença de *contrabandos*, que ali teriam assentado o famoso terreiro de Andreaza Maria; os *contrabandos*, também, poderiam ter antecedido à pressão que a Inglaterra fêz, *et pour cause*, contra o vergonhoso comércio.

Talvez o contrabando de carne humana já fôsse àquele tempo uma *descoberta* do próprio tráfico. . .

Para trocas e compras de *peças* tiveram os portugueses de entrar pelo continente negro, por Salum e Gâmbia, por exemplo, de mão armada, em jornadas acidentadíssimas e nem sempre frutuosas.

E, quanto aos viveiros, ali às mãos, na Costa da Guiné, como Arguim, se davam, desde meados do século XV, conforme Oliveira Martins, setecentos a oitocentos escravos, nem todos êstes eram exportáveis e, se eram, estavam sujeitos a certas alianças e compromissos com régulos e sobas, que exigiam fazendas e dinheiro, não os tendo a Coroa e os Negociantes negreiros com tanta facilidade e abundância.

Seriam, portanto, exageradas aquelas cifras, sendo bem inferiores às divulgadas.

Em todo o período colonial, escreve Lemos Brito, na sua "História Econômica", *encontrar-se-ão negros. Mas êstes não chegavam em massa para inundar as plantações do Norte. Quando se compulsam as estatísticas aproximadas dos tempos coloniais vê-se que muito se fala em negros. É forçoso, porém, não confundir. Os jesuítas costumavam tratar por negros os índios, o que pode levar a um espírito menos culto a lamentável confusão.*

E quanto aos contratos?

O contrato de Cachêu e Cabo Verde, conforme se lê na correspondência de D. Rodrigo de Souza Coutinho (21 de agosto de 1791), introduzira poucos escravos...

Ditado pela falta de braços, que continuou depois da extinção da Companhia Geral do Comércio, *houve S. Mage* — é o que se frisa nesse documento —, *por bem criar o contrato de Cachêu e Cabo Verde, o qual ainda menos introduziu ou quase nenhum.*

Escreveu, porém, Artur César Ferreira Reis, o seguinte: *A Companhia Geral do Comércio do Maranhão introduziu as levas iniciais. A Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará, em vinte e dois anos, 12.587 indivíduos. Extinta a Companhia, no regime do tráfico livre, mais alguns milhares de cabeças, embarcadas em Cachêu e Bissao. Só até 1782... 7.606 escravos.*

Em novecentos anos não introduziu a Metrópole sequer 30.000 escravos na Amazônia, menos, portanto, de 400 por ano.

À altura de 1751 El-Rei de Portugal, do Algarve e da Guiné etc..., etc..., se manifestava favorável à introdução de negros, mas só em 1753 chegaram os primeiros negros, transportados de Bissao (no arquipélago de Bissagos) por José da Silva Costa em dois navios — N. S. do Monte Carmo e S. José — dizem os cronistas.

Com entrada e saída livres, segundo informa o Barão de Guajará, com inteira isenção de direitos devidos à Real Fazenda, êsses navios ha-



viam deixado metade do carregamento no Maranhão e vendido a outra metade contra gêneros da terra paraense, ali à sombra do Presídio.

Os 145 primeiros homens, introduzidos em 1692, haviam custado vinte mil cruzeiros, à razão de 55\$162 cada um, preço por que foram vendidos em Belém, conforme li na Carta Régia de 21 de dezembro de 1692, publicada no vol. 1.<sup>o</sup> dos Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará.

Os de Bissao deveriam ter custado um pouco mais, dando ensejo ao colono a reclamar contra o preço... e ao legislador a lhe responder que não havia razão *para diminuir o preço dos escravos de Guiné*.

Merecessem fé, porém, as cifras exageradas dessa introdução de negros escravos no Brasil (só a Companhia do Grão-Pará introduzira, em poucos anos, no litoral, 100.000 escravos) mais numerosa deveria ser, em 1698, a sua população de pardos e negros escravos, que Santa Apolônia, citada por Nina Rodrigues, orçou em 1.361.000.

Na Amazônia, parte imensa e desértica dêsse Brasil colonial, o número dêsses escravos não era elevado, por exemplo, em 1791, porque lernos na citada correspondência de D. Rodrigo de Souza Coutinho: *Nestes termos a mesma necessidade e falta d'Escravos continua os que havia no ano de 1789 mostrei Eu pello Mappa da População e Produções Territoriais que remetti com o officio número 19 do anno de 1791, em data de 8 de Mayo. Os que ha presentemente mostrarei por outro semelhante Mappa que estou a conduzir po hu e outro se vê que mal cabe a cada Branco hum Preto e que sendo o sustento daquelles inteiramente a cargo dêstes e dos poucos índios que ha para os serviços públicos particulares se as terras não fôsem tão férteis, se as suas produções não fôsem tão estimadas seria impossivel que hu tão pequeno numero de indivíduos de trabalho adquirisse além dos produtos de que os de tôda idade e sexo se sustentam os de que compõem a exportação dêsse Estado dos quais todos provam os Rendimentos Reais.*

E não se atendia a que... *hua extensão imensa com pouca gente vale menos que muita gente com pouca extensão...*

Taxando aquela introdução de negros escravos de melhoramento tão frouxo e tão vagaroso o autor dêsse conceito acrescenta: *Seja porém qual fôr mesmo que a escravatura do Pará conste de trinta mil indivíduos de trabalho, não me parece natural que das suas produções possa a Fazenda Real haver rendimento para indemnizar as crescidas despesas que deve fazer para a sua conservação. Para se apurar aquelle numero descontados os que existem, hé urgentemente preciso a introdução de outros igual ou maior e razão de que nem todos sobrevivem a mudança de clima, e nem todos quantos entrão são de idade propria*

para o trabalho. A capitania do Rio Negro relativamente a sua extensão está incomparavelmente mais precisada d'Escravos que o Pará, pois apenas contava 592 em total no fim do anno passado (1750). O Matto Grosso ainda mais os precisa enquanto continuar o mesmo sistema de Navegação e suposto os possa haver pello commercio das outras Capitánias pello desta lhe pôdem ficar mais commodo em preço. Finalmente o de Goyazes tambem os carece principalmente para povoar a importante, dezerta, mas fertil extensão que a separa desta e para promover a sua reciproca comunicação e commercio sendo pois do Pará que todas ellas se hão de provér, tanto maior deve ser a importação dos Escravos mas ainda quando venha a ser a mesma que acima disse, a quando sejam tão precizos dez annos para as conseguir ainda assim devem importar-se annualmente não menos de trez mil cuja importancia ainda pello preço mais commodos e para repetir-se no segundo a terceiro anno em que pouco ou nada se pode ter apurado da venda delles exige Cabedal não só excessivamente maior do que podem ter todos os Negociantes do Pará mais difficil de achar nos mesmos da Metrópole.

Também, dada a pobreza dos Negociantes do Pará, os que se incumbiam de introduzi-los, não os podiam pagar por preços mais vantajosos oferecidos por Negociantes de outras capitánias e nem discutir a procedência e o valor físico das peças ou fôlegos vivos ali aportados.

Daí o plano para a introdução que o autor das linhas acima defendia, lembrando até que se emprestasse cem contos de réis àqueles Negociantes, dando-se-lhes o prazo de um ano; a Fazenda Real lograria o juro de 5% sôbre essa quantia e vinte contos de direitos dos mesmos escravos a não se apurarem senão dois mil custando cada hu 50\$000 que he um preço excessivo e serão muito mais pello progresso, e pronto acrescimo das lavouras de que provirá e dos dizimos, e dos Direitos à entrada no Reino.

No citado plano o autor sugeria que se isentasse de direitos os escravos que fôsem importados da África em *direitura do Pará a qual só veio a ter effeito em dois Navios hu de José Ant.<sup>o</sup> Per.<sup>o</sup> com resto de cargação que fraudulentamente mandou largar no Maranhão querendo que refugo que aqui introduziu servisse de pretexto para a izenção dos Direitos.*

Demais, no encalço dêsses Negociantes não era pequeno número de credores, atormentando também os habitantes, entre êles sendo o principal de todos a Companhia extinta.

Também acresce que, além do *deplorável abandono* a que estava reduzido o comércio de escravos, contra êles não raras epidemias se haviam assanhado, sôbressaindo as das bexigas, sarampos, escarlatina, alas-



trim e o cólera, para se não citar as moléstias por êles transportadas da África para o Brasil Colônia. Segundo a opinião de Calandrini, o ano de 1770 foi o do cólera, mas desde as primeiras introduções de escravos, as bexigas faziam maior número de vítimas nos núcleos de população que entravam a formar-se na colônia. A febre amarela viria depois, dizendo Calandrini que seu foi o ano de 1850.

Como os índios, os negros escravos eram vitimados por essas epidemias, que desfalcavam o grosso dos trabalhadores de campo, sendo aquêles mais sensíveis às bexigas e nulo todo o esforço em vaciná-los, porque, segundo expressão de um missivista, num código de 1797, *obstava a dureza de sua pelle e não resistirem à reação*.

Às vêzes as epidemias os assaltavam aqui; às vêzes os assaltavam nos portos de origem.

As condições sanitárias dos tumbeiros eram indescritíveis; o regime alimentar o mais precário possível. Assim, não raro essas epidemias irrompiam na *travessia* da África para Belém, pondo em perigo a própria tripulação de bordo e alastrando-se pelos portos de escala.

Sabe-se, através de um código de 1759, por exemplo, que o navio N. S. da Conceição, chegando a Belém a 8 de julho daquele ano, desembarcou 368 de 500 que trazia, morrendo 132, portanto. E sabe-se mais que três causas concorreram para essas baixas e para que o resto chegasse ali *"no miserável estado que já disse a V. Exc., sendo a primeira o embarque em Angola já doentes, e muitos com bexigas de sorte que o Capitam do Navio requeria que aquelles negros não estavão enfermos de fazer viagem, porém os Administradores daquella cidade sem atenderem a este justissimo requerimento, os fizeram embarcar. A segunda cauza foi ocarregarem o Navio com mayor lotação do que lhe compete, vindo por esta forma summamente apertados, de sorte, que ainda que não tivessem doensas bastaria só esta cauza para matar a muitos. A terceira razão da Nação Moxicongos, que são os da mais infima reputação por serem summamente mortais e todos tão molles que pessoa nenhuma se resolve pello Brasil a compralos amenos de ser por pressos muito modicos"*.

João Ribeiro descreveu, numa síntese inesquecível, a vida a bordo dos tumbeiros onde se amontoavam, como no "N. S. da Conceição", de 400 a 500, no porão: *"De dia sobem à cobertura para o banho e para dansar, de cada vez uma porção de negros, e logo depois descem ao porão escuro, onde são guardados, e vigiados. Esses hábitos são ordenados em vista da higiene e do interesse privado. No porão a mortalidade é grande; na cobertura, o risco de perder os que se atirariam ao mar, é*

maior. Por isso instituem essas dansas lugubres para arejar a carnica e distender-lhes os membros que o torpor e a melancolia paralizaram<sup>22</sup>.

Compreende-se, assim, que a introdução de negros escravos na ILHA GRANDE de JOHANNES não se fêz com grandes massas de indivíduos, nem com representantes de tribos ou nações que, nos viveiros da África, se revelassem aptos para esta ou aquela forma de atividade nos campos.

As curvas que ilustram essa introdução dir-se-ia que poderiam ilustrar também a dos imigrantes portugueses, porque sobem lentamente e insignificamente.

Também os negros escravos, como os açorianos, ou outros indivíduos da Metrópole, não foram encaminhados para a Ilha no zêlo de atender-se às exigências apenas do pastoreio.

Foram os escravos encaminhados, primeiro, para a lavoura. Os índios acabaram por afastá-los dos seus putiruns, alegres e movimentados, nas roças imensas. E eles se foram acomodando à vida pastoril seduzidos pela paisagem, pela existência livre nas fazendas, pelas aventuras no lombo da cavallhada. Pode-se afirmar que o meio lhes ganhara a alma e os músculos. Porque há no negro, como no índio — e isso, afirma-se, é um índice de indivíduos em pleno desenvolvimento cultural —, uma admirável capacidade para lidar com os animais domésticos, bovinos e caprinos, principalmente, sendo que essa capacidade, nos de origem muçulmi, elege os eqüinos.

Se admirável é o seu desassombro, batendo-se nos pântanos e selvas de sua terra, mais admirável é a sua solicitude pelos animais que acompanham o homem em qualquer estágio da sua evolução. Rivalizou, por isso, com o índio nos currais e campos onde o Governo Colonial ensaiou e estabeleceu, por fim, o pastoreio.

O índio já vinha das suas aldeias e das suas florestas com essa solicitude pelos *chirimbabos*: não conhecia o boi nem o cavalo, que o aterrorizaram desde o México ao altiplano andino e à *cuenca* Amazônica, mas os domesticou e a êles se afeiçoou, como domesticava aves e quadrúpedes, os mais deslumbrantes e os mais agressivos, afeiçoando-se-lhes.

Emil Ludwig, em sua obra sôbre o Nilo, traçou retratos de alguns povos pastôres e de outros povos camponeses da África: *"En les voyant nous savons s'ils sont pasteurs ou paysans. A côté d'un Chillouk, un blanc paraîtra toujours lourd et emprunté. Beau, séduisant comme un éphèbe grec, il allonge ses jambes fines et longues, immobile, orgueil leux et nu peau de bête jetée sur ses épaules, sans être embarrassé de ses mains,*



*tel un Bacchus en bronze. Il a conscience de sa beauté; en Afrique centrale les belles races restent en tiérement nues, comme les bergers de l'Ouganda, tandis que les laboureurs, plus petits et trapus, son vêtus, même quand ils sont pauvres".*

Também dos engenhos, das Fábricas de Madeira, das oficinas, dos estaleiros vieram os escravos que se espalharam, pelas fazendas marajoaras, acompanhando, repito, os movimentos descritos pelos açorianos e outros colonos reinóis desembarcados, primeiramente, em Belém. Muitos dêles foram trabalhar nos pesqueiros reais da ILHA, estabelecidos desde fins do século XVI.

Na Baronia independente da ILHA GRANDE de JOHANNES, êsses pesqueiros tinham, como nos do LAGO GRANDE de VILA FRANÇA, a tríplice finalidade de alimentar as tropas, suprir os estabelecimentos da Fazenda Real e abastecer Belém e vilas distantes onde rareavam a carne e o pescado, sendo muitas vêzes todo o pescado pôsto em arrematação para aumentar os saldos que tinham de ser remetidos para a Metrópole.

Mas logo que o Governo de el-Rei autorizou, a 27 de outubro de 1702, a mudança do gado existente no Pará, para a ILHA de MARAJÓ, no decorrer das fundações de fazendas e retiros com a concessão de sesmarias, a indústria pastoril se foi espalhando por aquelas campinas e baixas, multiplicando-se de tal maneira que o naturalista brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira nelas foi encontrar nédios e numerosos rebanhos, sob os cuidados de índios e de negros.

Em menos de um século a pecuária, ali ensaiada pelos colonizadores portugueses, atingira desenvolvimento só logrado nas capitanias banhadas pelo S. Francisco.

Aos Missionários — capuchos, mercedários, jesuítas, carmelitas e bem assim aos primitivos donos das sesmarias e aos colonos que com êles trabalhavam — deve-se a expansão da gadaria no cenário maravilhoso da ILHA GRANDE de JOHANNES, porque êstes, além de confiá-los a vaqueiros indígenas, conhecedores de todos os aspectos naturais propícios ou hostis à vida dos gados, também os confiaram à dedicação e à origem dos negros escravos, à proporção que se iam enriquecendo de larga escravatura.

Quando os *contemplados* receberam os rebanhos de bovinos e de eqüinos dos religiosos, confiscados em julho de 1759, por ordem do Marquês de Pombal, o inventário mostrava possuírem êstes mais de 134.000 reses.

O autor da "Viagem Philosophica" diz que só os jesuítas chegaram a possuir aquêle número de reses; o Barão de Guajará, porém descen-

volvendo um argumento, baseado na possibilidade de haverem os religiosos aumentado o total dêsses rebanhos — aumento que se elevaria a mais de 5% —, nos fala em 158.000 reses, divididas pelas principais Ordens religiosas que se empenharam na expansão do pastoreio na Baronia dos Macedo.

Essa expansão da gaderia se fêz, entretanto, pelo esforço de muitos outros moradores, quer ao tempo dos missionários e capitães-mores, quer nos anos conseqüentes, trazendo para a sua economia, além de alimentos, energia animal, sucedendo que os bovinos, ora serviam, principalmente, na zona do ARARI, de montaria segura e dócil, ora arrastavam atrás de si, através das terras inundadas, no inverno — como, até hoje, ainda acontece —, embarcações abarrotadas de carga, viajantes e gêneros da terra. A mesma montada, no verão, ao longo do solo gretado e calcinado dos campos e das baixas, levava aquelas mesmas cargas e viajantes, isolada ou jungida em parelhas, nas carroças que, a princípio, haviam sido de largas e pesadas rodas simples, mas que se modificaram, posteriormente, tendo aros de ferro e raios.

O memorialista Luiz Calandrini da Silva Pacheco, evocando certa conversa, já em 1837 ou 1838, com Norberto de Queiroz Bolonha, no Largo da Pólvora, em Belém, adianta que um dos seus avós, Francisco Rodrigues Pereira Caldeireiro, *foi quem povoou Marajó de gado e teve muitas terras*, o que melhor se esclareceria se a êle, Calandrini fôsse dado ler a *papelada*, o que seu tio Custódio Barbosa, Mestre de Campo, possuía e que uma tal Bebiana levava à Fazenda Santana, na Bôca do Arari, entregando-se ao Coronel Thedósio Constantino Chermont.

Mas não só o gado vacum encontrou no excelente clima da ILHA, na sua pastagem e noutras condições, daquilo que lhe constitui o meio natural um espaço vital conveniente; o gado cavalар nêle prosperou igualmente, só se reduzindo anos após, dizimado pelas tripanozomias.

Desenvolveu-se em grandes cavalhadas, lendo-se num códice, de 1797, referente às chamadas Fábricas onde trabalhavam madeiras reais, tópicos como êste: . . . *“tem a ILHA de MARAJÓ bastante cavalaria e muito mais pode ter a qual até agora além do serviço das fazendas de gado da mesma ILHA só tinha extração atendível para os Engenhos de descascar arroz que havia na cidade, mas, presentemente, tendo se feito outros muito melhores por fora que laboram com Agoa nem esta extração tem. A Fazenda Real reputa os que lhe competem de dízimo em mil réis cada Cavalo e seiscentos réis cada Êgoa na arrematação que faz delas com gado vacum”*.

No lombo dêsses cavalos os negros escravos trabalhariam os rebanhos bovinos dos Missionários e dos colonos, dos grandes senhores de latifú-



dios cujos limites foram dilatando com o tempo e com os sucessos em que estiveram envolvidos aquêles, até o sequestro dos bens que desfrutavam, tanto em animais e escravos, como em terras e haveres.

Pode-se imaginar a faina dos negros escravos nas fazendas do Arari, nas que se estendiam do PARACUARI ao MAGUARI e, para além dêste, nos retiros centrais, longinquamente situados, com mondongos e balsedos onde a gadaria disputava, no inverno, e mesmo no verão, o espaço de que se julgavam donos não só os répteis, como jacarés e sucturis, mas aves, como garças e outros pernaltas, e quadrúpedes, como onças, capivaras, porcos e antas.

Rodeios e ferras eram movimentados, principalmente, pelos negros, ligados àquela paisagem campestre, àqueles animais por uma remota, mas latente relação com os totens, se admitirmos a concepção de Hahn e outros.

As Ordens Religiosas, que sofreram seqüestro, na ILHA, os possuíam em número regular, seja como capatazes, seja como vaqueiros. A de Jesus, por exemplo, possuía, em 1759, no Arari, os currais denominados N. S. do Rosário, S. José, Menino Jesus, Santo Inácio, à margem do Lago Arari; no Rio Marajó-Açu possuíam os currais N. S. do Rosário, S. Francisco Xavier, e S. Brás.

E era à sua escravatura que êles estavam entregues, possivelmente em melhores condições que às mãos dos administradores das chamadas fazendas nacionais que ignoravam, dizia-se, os limites das terras que lhes haviam entregue e, com certeza, o número de reses que nelas pastavam.

Os Gavinhos, Gonçalves, Chermont, Calandrini, Miranda, Frade, Avelar e outros, como os Missionários, além de gados e terras, possuíam escravaria, empregada nos trabalhos domésticos e nos trabalhos pastoris.

Joaquim Ângelo Gonçalves, por exemplo, nascido em 1770, segundo o memorialista Calandrini, foi dono de *Santo Antônio, Têzo, Ilha das Palhas*, em Maguari, muitos escravos e gado. Outro Gonçalves (Miguel Archanjo), nascido em 1790, era dono das Fazendas *Anjos, Pindobas e S. Christóvão* com muito gado e escravaria. E Raymundo Antônio Gonçalves, nascido em 1799, possuía nas suas fazendas *Santos Reis, Bem-te-vi, Glória e Livramento* muito gado e escravos. O Capitão Luiz Calandrini da Silva Pacheco possuía as fazendas *Conceição, Nazaré, Dominginho, Desterro, Limpo Grande e Cajueiro*, onde passou largo tempo da sua vida com os seus escravos, a sua gadaria e a sua cavallhada.

Tiveram nomeada, na evolução do pastoreio marajoara, as fazendas seguintes: *S. Serapio ou Guia, Matinadas, Caracará, S. Lourenço, S. Marçal, Conceição, Santa Maria, Paraíso, Glória, Mongubas, Boa Mor-*

*te, Prazeres, Cajueiro, Nazaré, Taperebá ou São Benedito, Macação, Três Irmãos, Destêrro, Degredados, Fazendinha, Espírito Santo, Santa Filomena, Mutucas.*

Nas breves notícias que Calandrini deixou pode-se apreciar a descrição de várias terras ou fazendas que possuíram, além dos Religiosos, outros moradores. E não raras são as referências que faz à escravatura. A Fazenda S. José dos Degredados, que era de Lázaro Fernandes Borges, *tinha duas léguas de frente e uma de fundo, na ILHA de JOHANNES, no Rio Paracauari, acima à direita, pegando dos marcos de André Fernandes Gavinho. A Fazenda Santo André era de André Fernandes Gavinho, o licenciado. Tinha duas léguas de comprimento e uma de fundo no Rio Paracauari, acima à direita, principiando de uma cachoeira que fica abaixo do curral que tem situado pelo rio acima. A Fazenda Cueirinhas era de Fernandes Gavinho (Pedro). Tinha duas léguas de comprimento na ILHA de JOHANNES, principiando a demarcação na fazenda Santos Reis, em rumo direito, a abranger os Jacarés e a ilhazinha do Pacoval com fundos que se acharem até confinar com as terras dos Carmelitas. A Fazenda Laranjeiras era de Estevão Alves do Nascimento. Tinha uma légua na ILHA de JOHANNES, fazendo pião ao centro na fazenda que já tem situada chamada aquilo que o rumo der, de modo que não passe as terras que lhe fique defronte, chamada Flecheira.*

O Capitão-Mor André Fernandes Gavinho concedera essas terras, esclarece Calandrini, em 1750, e o Barão donatário da ILHA, então, as confirmara em 1751; porém muitas dessas terras não foram legalizadas, porque os sesmeiros não mandavam os seus documentos a registro no Maranhão, sede da Capitania, o que pelo tempo a fora, foi causa de inúmeras demandas e posse indébita de terras, algumas celebrizadas a punhal e trabuco.

Nos Anais do Arquivo Público do Pará essas sesmarias foram relacionadas num Catálogo Nominal devido ao Agrônomo José Viana.

O Capitão Luiz Calandrini Pacheco da Silva, no seu memorial, anunciava, um pouco ameaçadoramente, uma sinopse das sesmarias de Marajó, que provavelmente se perdeu. Que êle conhecia o assunto com segurança tem-se disso absoluta certeza quando confrontamos as suas descrições de terras, dentre as quais aqui citei algumas para ampliar o quadro aonde os negros escravos se moveram.

Num período de oitenta anos — que tanto durou a Baronía da ILHA GRANDE de JOHANNES — inúmeras sesmarias foram concedidas pelos Barões donatários, o último dos quais foi Luís de Souza de Macedo Aragão Vidal (primeiro Visconde de Mesquitella) e de 1732 a 1747 inúmeras outras foram concedidas pelos capitães-generais, sendo



confirmadas ou não, posteriormente, pelo Governo de Portugal. De 13 de abril de 1728 até 10 de fevereiro de 1732 não houve concessão de sesmarias, por haver vacatura na Baronía, elucida Calandrini.

Nas terras dessas sesmarias a figura do negro passara a movimentar-se: ágil, desassombrada, infatigável, na esteira dos touros ariscos, aboian-do à frente da vacaria, amansando garrotes e bois de carro, jungindo êstes, primeiro, à gangorra, curando as murrinhas dos bezerros com rezas e ervas miraculosas que o índio lhe revelara.

Escravizara-se à paisagem da ILHA GRANDE de MARAJÓ, que lhe lembrava, talvez, a da África longínqua: com os seus pântanos, os seus rios, os seus lagos, os seus mares, as suas planícies, os seus areais, as suas brenhas.

E no desdobrar do tempo, como o índio, mesmo depois da Abolição, o negro passou a encarnar um tipo paradoxal de trabalhador livre: voltou ao nomadismo, pois ora se fazia vaqueiro, ora pescador, ora la-vrador, ora marujo, ora operário.

Amanhã, quando se definirem as classes no cenário espetacular da Amazônia, evocando a introdução morosa e mesquinha do elemento africano, nas capitánias que se transformaram nos Estados do Maranhão, Pará e Amazonas, talvez se reconheça, dando à frase de Tavares Bastos um sentido mais amplo e mais justo, que, ao evoluir da nossa formação, essa raridade de escravos lhe foi a maior vantagem econômica e social, também.

## Terceira Parte

### ATRAVÉS DOS INVENTÁRIOS

Um dos problemas mais discutidos e, ainda agora, menos esclarecidos entre nós, é o da introdução das tribos africanas nas diversas regiões que constituíram o Brasil colonial.

A idéia de destruir-se nos arquivos públicos e particulares tudo o que nos lembrasse a ignomínia da escravidão negra, inspirada essa idéia no preconceito ou noutro sentimento, mal se proclamou a Abolição, concorreu para tornar rara e inacessível a documentação que se faz necessária para estudo de tal relevância.

E a ausência, nos centros culturais do País, de uma academia ou simples sociedade de estudos lingüísticos, dentre os quais sobressaíssem os indígenas e os africanos, acresceu as sombras de redor àquele problema, crescendo, de igual modo, a complexidade dos seus aspectos.

Num estudo de etnografia religiosa, ainda inédito, intitulado *A CASA DAS MINAS*, apreciei, conquanto ligeiramente, êsse problema da introdução das tribos africanas no Brasil, mostrando que não era menor a confusão no tocante aos estudos das línguas negras, que aqui foram faladas, partindo eu, apenas, do exame de uma delas: a dos Mina-Gêge, Minas-Achanti, Minas-Popó, Minas-Cavalo, Minas-Nagô, etc., etc. . .

E assim fiz para o pôr, mais e mais, em foco, visto existir uma geração de estudiosos e amigos do negro, no País, filiados à Sociedade



de Antropologia e Etnologia, que tem à sua frente o Prof. Artur Ramos, trabalhando, outros, isoladamente.

Os fatores que obscureciam e complicavam o problema, até a palavra de Artur Ramos, haviam sido: ... "inexistência de documentos originais, nomes vulgares que os negros se davam a êles próprios, de acôrdo com o lugar de origem, às vêzes simples cidades ou vilas, movimentos migratórios secundários dentro do próprio País — na África e no Brasil; absorção sócio-psicológica (e isso veremos como foi evidente nas formas religiosas) das tribos atrasadas pelas mais adiantadas; formação de uma língua geral ("nagô" na Bahia; "quimbundo" em outros pontos) pelo mesmo fenômeno de absorção".

Mas, se devemos a Nina Rodrigues o haver lançado a primeira luz sôbre o problema em aprêço, ao autor de O NEGRO BRASILEIRO devemos as conclusões a que chegou ao longo do inquérito procedido acêrca das religiões africanas, principalmente no que respeita à Bahia.

Do esforço do Prof. Artur Ramos, bem como do de Renato de Mendonça, Nélson de Senna, Antenor Nascentes, Macedo Soares, Marroquin, podemos chegar a uma *relativa clareza*, sabendo-se que dos dois grupos, sudaneses e bantus, procederam os negros que se fizeram faisca-dores em Minas Gerais, bandeirantes em S. Paulo, soldados em Pernambuco, vaqueiros no Rio Grande do Sul, no Rio S. Francisco, no Rio Amazonas.

Reconhece-se, assim, que os nossos raros africanistas (raros para a grandeza da obra a que se estão dedicando) já se vêm conduzindo, há muito, como os africanistas europeus, por exemplo, principalmente sôbre o plano lingüístico, embora seja êste o conceito de Seligman, o "*estudo da linguagem, por mais útil que o seja, não é um guia certo para a discriminação das raças*".

Imagine-se, portanto, em que confusão, em que obscuridade, em que complexidade esbarraria todo aquêle que se propusesse a conhecer e a revelar como se fêz a introdução dos negros na Amazônia e a que grupo — dos dois principais admitidos — pertenciam os representantes das diversas tribos africanas que aqui chegaram sob a denominação generalizada de NEGROS AFRICANOS.

Os códices e as obras de história e de viagem, que se consultam, pouco ou nada elucidam, pois só mencionam negros de Bissao, de Cachéu, de Angola, do Congo, da Guiné.

Mas... e aquêles Moxicongos — que os Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará, aqui citados tantas vêzes, nos referem —, de que região da África procediam? Seriam de Méxino, um dos distritos de Angola?

E, diante dessa e de outras dificuldades, natural era o estudioso dos assuntos da Amazônia, dentre êles o do homem, desviar-se para outros campos menos áridos e inacessíveis à esta ou àquela pesquisa.

Esse problema da procedência do negro introduzido na Amazônia sempre continuou a seduzir-me, obstando-me eu a revolver os arquivos — os do Amazonas e do Pará, porque o do Maranhão foi absorvido por êste e pelo do Piauí — e a interpelar tabeliães e cartórios das cidades do Vale por onde tenho passado nestes últimos anos.

Deparei, por fim, com alguns inventários nos cartórios de Cachoeira e de Soure, na ILHA DE MARAJÓ, o que me permitiu obter esclarecimento não só relativamente à questão da procedência como relativamente a outras questões tais como: custo de cada indivíduo, formas de atividade, enfermidades e defeitos físicos, moralidade etc., etc.

E é claro que me apressei a escrever o presente trabalho, contribuição que, de qualquer modo, auxiliará as pesquisas acêrca do negro e esclarecerá um largo período da História da Amazônia, senão do próprio País.

Subordinei, assim, nesta terceira parte, os elementos que os inventários me forneceram (principalmente os de Cachoeira) a títulos especificados, expondo-os, tanto quanto possível, nitidamente, mas emoldurando-os em comentários que me pareceram indispensáveis.

Vê-se, desde logo, que êste trabalho não é definitivo, porque, mercê de Deus, ainda me tenta obra mais segura e mais útil, senão maior.

A maioria dos negros entrados na Amazônia procedeu do centro e do sul da África, principalmente da zona costeira que vai do Cabo Verde ao Cameroun, isto é, das regiões onde vivem os sudaneses e os bantus.

Os portos de saída são os conhecidos: — Ajudá, Lagos, Loanda, Cabo Verde, Cachéu, Bissao, Moçamedes, Moçambique, etc., etc.

Quando se considera a história das Companhias, criadas para exploração do comércio de escravos e de produtos tropicais, essas indicações aparecem ligadas aos nomes das capitanias de S. Vicente, da Bahia, de Pernambuco e do Maranhão; nada, porém, denuncia que estivessem ligadas diretamente ao nome do porto de Belém. Lendo-se, por exemplo, Oliveira Martins, sabe-se que, de Angola, no período de 1759 a 1803, vieram para o Brasil 624.000 negros e, no de 1817 a 1819, vieram



66.000. Mas o notável historiador português não esclarece para os portos desta ou daquela capitania. É uma informação preciosa, não há dúvida, mas poderia ser mais esclarecedora.

Já Edmundo Corrêa Lopes (que eu não estou vendo sequer referido nas obras recentes editadas no Brasil acerca do Negro), é mais preciso e mais esclarecedor, porque consultou os *assentos*, avaliou-lhes o texto. Conhece-se, portanto, graças a êsse investigador, escrupuloso e infatigável, que nesses *assentos* aparece o nome do Pará e, pois, do seu pôrto, como de destino de escravos bantus, vindos de Angola, Congo, Benguela, a conhecida divisão responsável, também ela, por certa confusão no que diz respeito à procedência de escravos negros. Referindo-se à questão dos números de escravos introduzidos por Portugal no Brasil, Edmundo Corrêa Lopes se apóia nos *assentos* de Manuel Freire de Ocaña e Manuel Francisco de Vilar, em 1698, e José Ardeviçus, em 1680, para a introdução de escravos no Maranhão e no Pará. E quando faz afirmativas é sempre neste tom: "*Os escravos das nossas colônias, Angola e Senegâmbia, eram mais constantes, geralmente introduzidos por nós mesmos e, portanto, é mais fácil, se não contá-los, calculá-los. Alguma coisa vou dizer a respeito, prudentemente, porque num estudo de conjunto em muitas coisas se tem de reparar. Angola vem em primeiro lugar e é o caso mais simples*".

Daquele viveiro, que tem aspectos tropicais idênticos aos da região Amazônica — selvas e campinas, com palmeiras e gados —, vieram para Marajó muitos dos negros a que se referem os inventários de Cachoeira e de Soure.

Mas outros, também, vieram de Calabar, lugar de procedência, naturalmente, chamando-se os negros dali Garabá. Outros vieram de Massangano ou de Cambambe, mas intitulavam-se Benguélas, por se originarem do Reino de Benguéla, de onde voltara Garcia Mendes Castelo Branco, com larga porção de cobre e notícias de uma riqueza pastoril superior às das minas do Rio Cuvo.

Os provenientes de Moçambique, onde a moléstia do sono entorpece e mata negros e brancos, dada a proliferação, nas suas terras, da môsca tsé-tsé, também tomaram o nome da terra, como os de Calabar e os de Massangano e Cambambe.

Da Costa da Mina, sabe-se, geralmente, de 1742 a 1760, chegaram ao Brasil 16.194 negros e de 1760 a 1777 chegaram 71.955 negros que se espalharam pelas Minas Gerais, pelo Rio, pelo recôncavo baiano, pela fha de S. Luís do Maranhão. Tomaram a denominação de *nação* Mina, ligando-se-lhe, porém, muitas vêzes o nome de Achante ou de Gêge (ewe ou éhoué) ou outro qualquer de alguma tribo da Guiné. Os Mi-

nas reconheciam deuses ligados à terra e ao firmamento como os Achante... mas não há notícias de que realizassem no Brasil sacrifícios humanos. Eram, entretanto, bastante respeitados pela coragem e pela docilidade reveladas na guerra e na paz, o que ainda mais atestava a sua ligação aos Achante, da família lingüística dos Tchi-Fanté.

Às vêzes os negros escravos se diziam apenas da Costa ou de *nação africana*, não ficando esclarecido, pois, de onde procediam, isso acontecendo, do mesmo modo, aos que ditaram os inventários de Cachocira — os mais importantes e os que me forneceram mais elementos para esta contribuição.

Em sessenta e nove inventários que consegui do cartório de Cachoeira e em dez do de Soure aparecem muitos negros se declarando de *nação africana* e inúmeros outros que declararam não saber de que *nação* procediam, isso acontecendo, sobretudo, com os quase macróbios, homens e mulheres.

### AS TRIBOS OU NAÇÕES

Nos inventários a que me estou referindo aparecem as tribos ou *nações* seguintes: — Angola, Congo, Benguéla, Bareua ou Barena (?), Bijogó, Cabinda, Carabá ou Calabar, Cassange, Fulupe, Guiné, Lalor ou Lalú (?), Mina, Mandinga, Malhi, Mahúa, ou Makua, Moçambique, Pabana ou Babana (?).

Ficamos sabendo, dêsse modo, que, do grupo bantu entraram os representantes das chamadas *nações* Angola, Congo, Benguéla, Cabinda, Moçambique, Mahúas ou Makuas, Cassange, Fulupe ou Fulupo, Bijogó ou Bixagô.

Como se vê, aqui, a predominância das *nações* coube ao grupo bantu das zonas setentrional e oriental da África.

Daí, talvez, se possa explicar o comportamento dos negros introduzidos na ILHA GRANDE DE MARAJÓ, adaptando-se-lhe francamente e proveitosamente.

Êles procediam de uma extensa área etnológica, política, geográfica, onde só Johnson enumerou cento e cinquenta tribos falando línguas bantus ou semi-bantus.

Como espessas florestas e rios rivalizavam com os da sua terra, e campos e animais domésticos lhes permitiam uma forma de atividade igual à que desenvolviam na sua pátria, os negros foram aqui lavradores e vaqueiros, principalmente, podendo alimentar-se fartamente de abundante caça, consoante certas normas sócio-religiosas das suas tribos ou *nações*.



No grupo sudanês aparecem indivíduos que se diziam Bijôgos. Esses indivíduos eram daquela *nação* que Nina Rodrigues, por informação, soube que existiram no Maranhão, chamando-os Bixagôs.

No inventário por morte de Antônio Joaquim de Barros Vasconcellos e sua mulher Luíza Dorothéa Ferreira de Araújo, do ano de 1837, pode-se ler: *Deu mais um prêto por nome Domingos de Nação Bijogó de idade de 20 anos pouco mais ou menos que se saiu por 300\$000.*

*E deu mais um prêto de Nação Bijogó por nome Francisco de idade de 30 anos pouco mais ou menos e que se saiu também por 300\$000.*

Linguisticamente êsses Bijogós ou Bixagôs, segundo o autor de *OS AFRICANOS NO BRASIL*, estavam ligados aos Fulahas. Seligman, que estou consultando a todo instante, esclarece que os Peule ou Foula são de origem e cultura kamitica. (No Amazonas chamam a um díptero, de corpo negro, metálico, *bijogó*. É uma das mais importunas mutucas da região).

Os que vieram para o Maranhão e o Pará procederiam acaso do Niger ou do arquipélago dos Bijogós, na Guiné Portuguesa?

Segundo Renato Mendonça ao grupo guiné-senegalês (com 24 línguas) estava ligado o Fula, que teve representantes no Brasil.

Na Amazônia a ILHA GRANDE DE MARAJÓ também os teve.

Dessas *nações*, enumeradas nos inventários, a que concorreu com maior número de indivíduos (o que confirma a palavra de Edmundo Lopes Corrêa) foi a denominada ANGOLA; os seus descendentes aparecem nos campos, praias e lagos de Marajó, com caracteres físicos e intelectuais bem apreciáveis, dêles se destacando a estatura, a robustez, a inteligência.

Seguem-se, em número decrescentes, os Benguéla, Mandinga, Cabinda, Cassange, Mina, Calabar ou Carabá, Congo, Lalú ou Labor, Mahús ou Makúa, Guiné, Fulupe, Bijogó, Malhi, Moçambique.

Mas que *nações* seriam os Barena, os Lalu ou Lalor, os Pabana ou Babana ou Barana?

### *DISTINÇÃO (Critérios raciais)*

Os negros escravos eram designados nos inventários como *prêtos* ou *negros* escravos, prevalecendo mais a primeira distinção.

Seus produtos, segundo o cruzamento com índio ou branco, passavam a chamar-se mulatos, cafuzos, curibocas ou mamelucos, sendo intensa a miscigenação ali, como se vê mais adiante.

Dos caracteres raciais desses negros, a coloração da pele era o mais salientado. Dizia-se: a carafuza (cafuza) Quiteria; o mulato Teodoro; o crioulo Atanásio, etc., etc.

Às vêzes punham a distinção em diminutivo: a carafuzinha de nome Maria de Nazaré; a mulatinha Tereza; o crioulinho Tobias.

Também nos inventários apareciam *moleques*, *molecas*, e seus diminutivos: *molequinho*, *molequinha*.

## POSIÇÃO SOCIAL

Escravos eram os negros considerados *bens semoventes* e relacionados com bovinos e eqüinos e objetos de uso íntimo das senhoras e dos senhores da ILHA. No inventário feito por morte de Francisco Ezequiel de Miranda, em 1848, foi aberto o título SEMOVENTES.

Mas, lendo-se Calandrini, sabe-se que muita mulatinha de formosura diabólica, e muito crioulo bom no laço e na viola, tiveram os seus romances com brancos...

E, ao tempo, muitos desses negros se distinguiram como soldados e tomavam parte até em movimentos políticos, que os historiadores não esqueceram.

## AS MOLÊSTIAS

Os achaques com que aparecem os negros nesses inventários são: Lepra, boubá, tuberculose (moléstia do peito ou dos *pulmões*), gôta coral ou epilepsia, *achques* maníacos, corrimentos, moléstias *interiores*: obstrução, tonteiras, reumatismo, fístulas entre as duas vias, hidropsia, moléstias do fígado.

A sífilis e a boubá eram confundidas.

A lepra, também designada nos inventários pela palavra *moléstia* (que o povo, em quase todo o Brasil, vai empregando, supersticiosamente ou delicadamente) tinha vítimas entre os negros, não se sabendo, porém, se os casos já provinham da África ou se aqui haviam aparecido, depois, no contato com os da terra, porque Portugal, Espanha e Itália nunca deixaram de nos mandar *gafos* dos seus leprosários como mandaram fascínoras e ladrões, lado a lado de *gente de prol*, cavaleiros e gentis-homens...

A boubá, doença especial que o povo confundia com a sífilis, a boubá foi introduzida em Marajó, como noutros pontos do Brasil Colonial, pelos negros escravos. O cientista patricio Souza Lima, porém, diverge da opinião geral.

A sífilis e outras moléstias venéreas eram freqüentes, sobretudo nas cidades e vilas.



Júlio Tello, nas suas pesquisas acêrca da medicina americana, demonstrou que os índios do altiplano andino já a conheciam antes dos espanhóis se unirem às mulheres indígenas.

Nega-se, entretanto, no Brasil que os nossos índios, sem o contato dos civilizados, conhecessem o corrimento e a sífilis.

Ao corrimento os Parintintin, tão fecundos em criar neologismos, davam o nome de *aréraquan-caruara*, quando se manifestava nos homens, mas isso só depois da Pacificação que Curt Nimuendajá sempre lamenta haver dirigido.

Nas fazendas de Marajó aparecia mais o corrimento, nos homens e nas mulheres, escravos e civilizados.

No romance de Dalcídio Jurandir, cujo ambiente é Cachocira, na ILHA de MARAJÓ, o principal personagem, aliás afro-brasileiro, produto de português com preta, logo no primeiro capítulo, se apresenta com essa enfermidade.

Não admira, pois, que os negros, também, sofressem dessa moléstia e das suas complicações e conseqüências: estreitamento de uretra e retenção de urina, além de fístulas nas duas vias.

Pode-se dizer que os negros a trouxeram da África como a boubá; mas não seriam os portugueses que a teriam espalhado lá como aqui?

A gôta coral ou epilepsia, também é mencionada nos inventários, talvez tendo sido a responsável por certos crimes cometidos pelos escravos.

Nina Rodrigues, cuja inteligência e erudição me lembra sempre o gênio de Ernest Dupré, estudando as RAÇAS HUMANAS e a RESPONSABILIDADE PENAL, escreveu que *se a psiquiatria moderna fôsse chamada a se pronunciar sobre o grau de responsabilidade dos nossos criminosos, negros e índios, acabaria naturalmente, na grande maioria dos casos, por laurar um veredicto de irresponsabilidade em favor dêles.*

E, nessa mesma admirável segurança, afirma inquietadoramente: *O desequilíbrio, a perturbação provocada por uma adaptação imposta e forçada de espíritos ainda tão atrasados a uma civilização superior; a solicitação do grande esforço mental, exigido pela atual luta pela existência social, com certeza hão de criar entre nós nas raças inferiores, vestidas de um momento para outro a povos civilizados, tipos menos normais...*

Os casos de epilepsia ou de gôta coral, como é mencionada nos inventários, não teriam surgido entre os negros da ILHA por força dos fatores aduzidos por Nina Rodrigues?

E, tendo sido o Brasil, na América, segundo Osório César, o País que mais influência recebeu dos cultos animistas dos negros africanos,

não teria recebido com as *religiões* e os *cultos* os fatores predisponentes para perturbações mentais que, em alguns negros, se denunciavam pela gôta coral ou epilepsia, pela história e pelos *achques maníacos*?

O Prof. Artur Ramos, estudando os fenômenos de possessão à luz da psicopatologia contemporânea me levou a pensar: possessões espontâneas ou artificiais com elementos trazidos da África ou aqui obtidos (bebidas, entorpecentes) não teriam contribuído para a frequência de casos de epilepsia entre os escravos negros, na Amazônia e, bem assim, noutras regiões do Brasil Colonial?

É sabido que os negros nos trouxeram o vício da *diamba* ou *dirijo* e abusavam dêlo, fazendo plantações regulares para grande consumo. Tôda a região do SALGADO, desde Curuçá até Bragança, no Pará, consome êsse estupefaciente, acreditando-se que por ali se espalhou com escravos vindos do Maranhão.

Em Marajó (veja-se o depoimento de Dalcídio Jurandir acêrca do uso da *liamba* ou *diamba* ou *dirijo* pelos caboclos e negros de Salvaterra e do Lago Arari) os negros fumavam as fôlhas dêsse arbusto sêcas, isoladamente ou associadas ao fumo, em cigarros que passavam de bôca em bôca, verificando eu êsse vício entre os *viradores de terra* dos campos bragantinos.

Os descendentes dos negros escravos e dos índios e dos nordestinos cultivam impunemente êsse vício à proa das embarcações, nas pescarias e nos trabalhos de campo, nas festas. . .

E o abuso das bebidas alcoólicas, da cachaça, principalmente.

Mas os negros já encontraram em Marajó indígenas para os quais os estupefacientes e as bebidas de frutos e de mandioca, altamente fermentadas, tinham especial valor e mesmo significação social e mística.

E também êsses indígenas sofriam ataques epilêpticos, sabendo-se que, outrora, como ainda hoje, basta uma ave, o acauã, cantar no tôpo de uma árvore para que apareçam indivíduos com ataques coreiformes.

O acauã é um falconídeo: o *Herpethoteres Vieill*, de E. Snethelage, ou o *Herpethoteres cachinnans*.

E. Snethelage o aponta em Marajó (Pacoval) e na Ilha Mexiana.

José Veríssimo pôs num conto o seu depoimento de escritor *doublé* de naturalista. E Juliano Moreira me transmitiu pessoalmente suas impressões recolhidas em viagem pelo Japão acêrca de outro falconídeo do qual possuía uma figura em bronze, de tamanho natural, na sua residência, à Avenida Pasteur (Rio de Janeiro).

Expondo-lhe minhas observações, recolhidas principalmente em Faro, Terra Santa e Parintins, nos limites do Pará e do Amazonas, dis-



se-me o pranteado psiquiatra que os camponeses nipônicos tinham aquêlê falconídeo como agoureiro, deflagrando nêles manifestações coreiformes.

Entre as moléstias interiores ou *interiores* nesses inventários vêm relacionadas as do fígado e as dos pulmões.

As moléstias do fígado eram apontadas nos negros, ora se revelando nos pés, ora nas mãos, havendo casos de hidropsia.

Lê-se num inventário: — *Deu mais uma mulata de idade de dez anos pouco mais ou menos, de nome Maria Antônia, padecendo de moléstias do fígado nas mãos... por 250\$000 com que se sai.*

E noutro: — *Deu mais o prêto João Dias, creoulo, de idade de 40 anos pouco mais ou menos, com os pés e pernas todo arreventado de fígado e o mal de retenção de urina.*

A tuberculose havia, mas, muitas das vêzes, deve ter sido confundida com a boubá, sobretudo na sua forma ganglionar.

### **ALEIÇÕES E MUTILAÇÕES**

Nas fazendas e nas roças, como vilas e lugarejos, apareciam negros com aleixões ou aleijões e mutilações também; mas nos inventários de Cachoeira relatei apenas 18, contra 75 de moléstias *interiores*.

Cegos só apareceram 3; rotos das *virilhas* (hérnias) e do umbigo, quebrado dos escrotos (hidrocele), aleijados dos braços, das pernas, das mãos eram em maior número. Um negro tinha bilidas...

### **GÊMEOS**

No inventário do Capitão Luís José da Costa Freire, de 1858, aparecem dois gêmeos, João e Domingos, filhos da preta Carlota. Haviam sido relacionados entre os semoventes.

### **ATIVIDADES, OFÍCIOS, OCUPAÇÕES**

Os negros e negras eram donos de alguns ofícios e diversas ocupações: vaqueiros, carpinteiros, carapinas, calafates, ferreiros, alfaiates, boieiros, cortidores, cozinheiras, domésticas.

O negro em Marajó não podia ser faiscador, nem metalurgista, nem pintor, nem escultor, como em Minas.

Os artistas negros deveriam ter ficado na cidade, reclamados para os trabalhos nas igrejas e nos palácios, esculpindo, pintando, obscuramente, como os seus irmãos que enriqueceram os museus e as coleções particulares, justificando, junto aos brancos, certas afirmativas categóricas de sábios da estatura de Frobenius e de outros.

A gente que veio para Marajó trouxe o destino das classes humildes e simples, que senhores de terras exploraram ontem e continuam a ser exploradas hoje, às mãos dos seus descendentes.

## *PREÇOS DE ESCRAVOS*

Os preços variam com a constituição física do indivíduo, robustez, saúde, conhecimento e prática de ofícios.

Um vaqueiro crioulo, dado a inventário, logrou o preço de 1.200\$000. Tinha 20 anos de idade. A negra Martinha, com 25 anos, valia 800\$000. E o preto carpina Basílio 1:000\$000. O carafuz crioulo, de nome Diniz, carpina, com 18 anos, valia 1:200\$000. Os jovens valiam mais. Negrinhas e mulatinhas púberes ou mulheres feitas, alcançavam grandes cotações.

Um negrinho de 8 anos aparece nos inventários com o preço de 100\$000. Uma velha de 90 anos teve a sua cotação fixada em 8\$000 e um velho de 80 anos teve a sua cotação um pouco mais baixa: — 5\$000. Um menino de 18 meses foi avaliado em 80\$000. Uma preta de 95 anos em 15\$000. Um indivíduo com mal de lepra se saiu sem valor. E muitos, por velhos e doentes, se saíram também sem nenhum valor. Alguns negros jovens, sem ofício, vadios, logravam cotação até 400\$000. Negros de Nação Bijôgo, Lador ou Lalo, Congo obtiveram cotação entre 250\$000 e 300\$000. Uma cafuza de 20 anos foi cotada em 350\$000. As mulheres valiam sempre mais; já porque serviam de concubinas a brancos, já porque, filhando, iam aumentando, de nove em nove meses, a escravaria do seu senhor e amante...

## *NEGROS FORROS E NEGROS LIVRES*

Nos inventários aparecem negros forros e negros livres e mesmo um que estava provando ser fôrro. Vem isso no inventário dos bens deixados por morte de Fidélis Constantino da Silveira Barros, feito em 1872. O escravo está relacionado sob o título BENS SEMOVENTES. A descrição é a seguinte: "Hum mulato de nome Theodorino Constantino da Silveira de idade de trinta e um anos pouco mais ou menos pertencente ao casal ao qual escravo não lhe damos o valor por achar-mo-nos na dúvida se devemos ou não fazer, em consequência do documento adeante junto, em que se demonstra estar o dito escravo provando em juízo que seu senhor antes de morrer declarou verbalmente que o deixava forro".

## *ESTATISTICA*

Nesses inventários os números são também interessantes. Nos de Cachoeira foram dados a inventariar 946 escravos. Dêsse total, tão valioso para o exame da miscigenação na GRANDE ILHA, destaquei as cifras seguintes:



Prêtos	133
Pretas	170
Prêtos crioulos	56
Pretas crioulas	29
Prêto crioulo velho	7
Preta crioula velha	11
Prêtos crioulinhos	26
Pretas crioulinhas	40
Pretinhos	15
Pretinhas	36
Prêto cafuz	1
Mulato	73
Mulata	65
Mulato velho	6
Mulata velha	8
Mulatinhos	37
Mulatinhas	33
Mulata crioula	1
Pretas velhas	41
Prêtos velhos	77
Cafuz	30
Cafuza	34
Cafuz crioulo	11
Cafuza crioula	1
Cafuz velho	5
Cafuza velha	5
Cafuzinho	29
Cafuzinha	28
Crioulo	11
Crioula	15
Crioulo velho	4
Crioula velha	1
Crioulo mestiço	3
Curiboca (masculino)	2
Curiboca (feminino)	2
Moleques	19
Molecas	3
Mestiço	11
Mestiça	1
Mameluca (côr tapuia)	1

Nesses inventários, 80 escravos pertencentes aos Mercedários, não foram descritos.

As Fazendas que possuíam maior escravatura eram as dos religiosos nomeados, conhecidas por *Arari, S. João, S. Jerônimo, S. Pedro Nolasco, S. José, Retiro Guajará, Retiro Fortaleza, Retiro Boa Vista, Genipapucu*.

Na Fazenda *S. Lourenço, de S. Majestade*, existiam 65 escravos que foram dados a inventários.

Num total de sessenta e tantos inventários, (de Cachoeira, que são os mais interessantes), só apareceram um oleiro e um curtidor. Somente 20 indivíduos mereceram referência especial por serem robustos e se acharem isentos de qualquer achaque ou aleijões. E somente 3 cegos foram inventariados.

No estudo da etnia amazônica os dados acima serão devidamente apreciados.

## NEGROS FUJÕES

Os negros da ILHA DE MARAJÓ fugiam, naturalmente, pelas mesmas causas observadas noutras regiões do Brasil colonial, principalmente por um anseio de liberdade, condicionada a uma concepção diversa da do índio, porque não apenas no Brasil mas na África longínqua essa lhe era um bem social inacessível, muitas vezes.

E fugiam para quilombos ou mocambos do interior da Amazônia. E constavam dos inventários. No de Inácio Pereira Monteirol, de 1886, entre os *Semoventes*, aparecem prêtos fujões, sob o título *ESCRAVOS QUE ESTÃO EM FUGA*.

Três negros e uma negra, sendo que um dos fugitivos era cego de um olho, com 35 anos de idade e fôra avaliado em 400\$000! A preta fujona Margarida fôra avaliada em 200\$000 e tinha 40 anos de idade.

Para onde fugiam êsses escravos? Não seria, naturalmente, para o Maranhão, que se constituíra um centro de terror para o negro: fugiam para o Tocantins, Tapajós, Trombetas e para os altos rios do Amazonas. Nos nossos limites com o Peru apareciam negros fugidos da embocadura do Amazonas. Seriam da ILHA DE MARAJÓ ou da Fazenda Arapiranga, célebre pelos atos de crueldade ali praticados contra negros e índios?

A organização dos quilombos ou dos mocambos copiaria para êles, certamente — além de assegurar-lhes a liberdade, inquieta e trabalhosa —, a sociologia e a economia da sua tribo, no coração da África.

Num dêsses quilombos do interior da Amazônia governava uma Rainha Negra...



Fui encontrar, recentemente, no rio Andirá (trecho médio) um quilombo de negros fugidos, como encontrei sinais de outros no alto rio Urubu, na Serra da Lua e no Urubu-i.

Calandrini, entre outras lembranças, nos deixou a de um valhaçouto de fugidos, na *Fazenda Nacional S. Lourenço*, o que levou o administrador da mesma, Pedro Henrique Scabra, a levantar uma guarita na Ilha Tucuman para vigiar o gado e batê-lo para dentro.

O negro fugido Januário, escravo de José Olímpio, improvisara ali um arremêdo de quilombo. Vivia, com os companheiros, de furto de gado. Tinha uma concepção social bem diferente dos que viviam no Mocambo do Trombetas, que Peregrino Júnior revelou a alguns sociólogos e economistas germânicos.

Perdigão Malheiro afirmou que os escravos assim fugidos (fôsem em grande ou pequeno número) eram denominados quilombolos ou calhambolas. Januário e seus companheiros, em Marajó, não eram só ladrões de gado; eram quilombolos autênticos.

## MORALIDADE

Pode-se dizer que era a da época e do meio. O gado cruzava livremente. As árvores entrelaçavam-se amorosamente. A água fecundava a terra. E as aves do céu acasalavam-se livres, no cenário da ILHA...

Os senhores reputavam melhor as fêmeas e com elas se amancebavam ostensivamente. Assim agiam os primeiros povoadores da ILHA — os Gavinhos e os Gonçalves —, assim agia Calandrini, ligado à formosa mulata Jesuína... Os negros escravos iam imitando-os. Alguns aparecem nos inventários como casados; a norma, porém, era a mancebia. Às vêzes quando o escravo queria reconhecer nesta ou naquela criança o seu sangue... vinha o senhor e mandava alforriá-la na pia batismal, como era costume.

Havia muito negro honesto, também, zelando pelos bens dos senhores como se fôsem os próprios.

Já num código de 1799, referindo-se a dois capatazes, um preto e um mulato, o funcionário do Rei de Portugal, que pleiteava a alforria para ambos, assim dizia: *Os ditos capatazes são dois: o primeiro que he da Fazenda Arary, chama-se Pascoal, he preto mas de indisputavel merecimento e zêlo no seu officio e por isso muito mal visto dos que querião desfrutar ou consumir a ruina da importante Fazenda que elle dirige: O segundo chama-se Aleixo, he Molato, e também de merecimento posto que não igual ao do primeiro. Qualquer delles poderia*

*ao muito ser avaliado em 150\$000 e maior quantia que esta se despenderia annualmente com qualquer capataz Branco que ainda em cima teria furtado três vêzes mais.*

Mas muitos negros se viram metidos em feios crimes e em ações desonestas, às vêzes a mando dos próprios senhores.

Luís Antônio Gonçalves foi morto pelo mulato André, um escravo de estatura atlética, com cêrca de trinta anos, como o próprio Luís Antônio. O crime foi sensacional. O escravo André foi enforcado, conta Calandrini, no Largo da Pólvora e a sua cabeça e mãos jazeram por oito dias na fôrca.

No crime em que se achou envolvido José Francisco Gavinho, por espancamento e tentativa de morte do português de nome José, com a autonomasia de Pinga-Pinga, que lhe requestava a linda mulata vigilenga de nome Florência, negros escravos foram os seus cúmplices.

Não seria de admirar que os senhores, muitas vêzes, mandassem os negros às fazendas dos vizinhos roubar gado, abatê-los por perversidade apenas.

A moralidade era a da época e do meio, àqueles primeiros dias da formação da sociedade rural de Marajó.

E assim continuaram por largos anos: — os brancos a requestar mulatas e pretas, aumentando a escravatura com mulatinhos e mulatinhas, logo alforriados na pia batismal; os prêtos filhando, nos encontros furtivos, ou em mancebias que se alongavam pela velhice afora.

## *NEGROS DADOS À HIPOTECA E POR DOTE*

Nos inventários aparecem negros que eram arrematados e vendidos em hasta pública e avaliados por precatória. Alguns eram dados a hipoteca e por dote...

## *NEGROS CATÓLICOS...*

Vindos para as fazendas os negros adotavam a religião dos senhores: eram batizados, aprendiam a cantar ladainhas... Os deuses da África eram abolidos. Os pagés da ILHA, de descendência indígena, dominavam a mentalidade animista dos negros fazendo-os adotar os *caruanas* e os *bichos do fundo*.

Compreende-se que hoje, como ontem, naturalmente, ainda seja Mestre Modesto do Maruacá, de origem indígena, o sacerdote e o médico dos decendentes dos negros escravos.

O espaço, na ILHA GRANDE DE MARAJÓ, entrou na desagregação do espírito religioso do negro, naquilo que era original e puro. À



falta de densidade do elemento negro na ILHA não puderam os escravos organizar sequer os seus *terreiros*, assentar os seus *pegis*, para os sacrifícios e as danças sagradas. Fácil, pois, foi aos missionários católicos a conquista da alma negra, musical e ardente, para a qual não bastam os ritmos lascivos do carimbó, mas, igualmente, a possessão do santo ou do vodun. Quando Baena organizou, em 1830, uma estatística da população da ILHA, apontavam ali 12.637 indivíduos, sendo 10.650 livres e 2.037 negros. Dos livres 11 eram prêtos, 365 eram mameucos, brancos eram 584 e 588 eram mestiços e 9.092 eram índios. A mentalidade dos negros, no que diz respeito à religião, tinha de ser dominada pela do índio.

Demais, os núcleos negros eram policiados pelos senhores e nada se passava nas fazendas a não ser com o conhecimento deles: até as ligações amorosas dos seus escravos, os seus vícios mais dissimulados...

Os trabalhos de rodeios, as longas e perigosas viagens só encontravam compensação nas danças, no arranhar da viola, no embalo da rêde.

Ferreira Pena, que andou pela ILHA não apenas como geógrafo mas como sociólogo, que o era também, referindo-se ao *estado miserando* da religião católica, em 1874, em tôdas as paróquias visitadas, nada diz quanto à dos negros.

É que essa não existia... senão dentro daquele estado em que se achava a dos brancos.

Além disso estavam vivos e agindo dominadoramente os pagés da indiada com as suas divindades naturais e a sua medicina.

As práticas e os cultos negros foram anuladas por essas duas forças que os padres e os pagés conduziam.

Assim, em todo o Vale Amazônico, as religiões negras nada de representativo nos deixaram que se ligasse ao período colonial, a não ser as *igrejas dos prêtos* e as irmandades de S. Benedito e de N. S. do Rosário e uma ou outra sociedade beneficente, do tipo das que ainda hoje existem em Soure.

A mística e a liturgia negra só se espalharam pelo Vale depois, ao tempo em que se iniciou o Ciclo da Borracha, com a vinda de seringueiros maranhense e nordestinos, conforme adiantou Geraldo Pinheiro.

Procurando conhecer o que ficara das crenças e práticas religiosas dos negros escravos só encontrei raras, vagas e deformadas lembranças.

Certa noite uma descendente de negros de Angola me contou que, sendo já mûça, sua avó, africana pura, lhe descrevia sacrifícios humanos, realizados na terra longínqua...

Suspendiam a vítima pelos pés e a sangravam, pondo-lhe sob a cabeça uma vasilha.

A assistência dançava-lhe em redor e ia bebendo do sangue que jorrava.

Os tambores batiam soturnamente pela noite adentro.



## ANEXOS

- 1 — "Não tenho informação de que existem observações tendentes a provar que as inundações de antes se estendiam menos do que agora. Que essa era a causa em um período não muito remoto prova-o a floresta submersa do lago Arari, a qual indica que o nível da ilha era mais elevado, ou, o que é muito mais provável, que as águas do lago tinham antigamente um nível mais baixo, o que quer dizer existiam condições melhores de escoamento para as águas. Bastariam ligeiras causas tendentes a diminuir o escoamento dos rios, que dão descarga às águas superficiais, para que se produzisse essa diferença sensível." — **ORVILLE A. DERBY**
- 2 — "Quando as baixas ocupam grande extensão das campinas e são cheias de atoleiros, de ordinário ocultos sob a espessura de plantas palustres, o povo as denomina Mondongos; dá-se porém este nome a um extensíssimo pantanal que, distando da costa Norte 10 a 12 milhas, prolonga-se de O. a E. desde as cabeceiras do Rio Curur até muito perto da costa oriental. Contém em seu seio atoleiros formidáveis, alguns lagos pequenos, diversas ilhas e sobretudo infinitas plantas palustres principalmente aningas (*Caladium arberescna*) por entre as quais se arrastam milhões de répteis, que tornam perigosa a aproximação a aquelas solidões." — **FERREIRA PENNA**
- 3 — "Os campos insulanos podem ser divididos em 4 categorias: 1.º) — Os campos altos e os tesos; 2.º) — Os campos mediantemente alagados; 3.º) — As baixas profundas; 4.º) — Os mondongos." — **VICENTE CHERMONT DE MIRANDA**
- 4 — "Sr. Juiz Ordinário. Em virtude da informação que V. Mmcc me pede sobre o estudo do Engenho desta Fazenda e a sua Escravatura, vou dizer a Vmcc que o Engenho está na última decadência, só... achão promptas as taxas, Caldeira e alguns Cobreiros miúdos. Os escravos pertencentes a Fazenda: Adultos entre Velhos Estropiados 25 com 2 fugidos a dez anos pouco mais ou menos, Rapazes Menores 9, Escravos Adultos 20, entre pouca porção de gente pa o animar, e antes do meu Pay me outorgar o Govo da sua Casa, me tinha empregado na Agricultura de cacaões, e como estes são perto de trezentos mil pez motivo porque encorporei ama gente com a da Fazenda somente na Administração dos Cacaões, Olaria, Cortume, Rossas, para Farinha, alguns arrozais, fartura de Canoas Grandes, e mais miudezas de Lavouras. Sendo o número de ma Escravatura no mais avultado que a Fazenda. Escravos Adultos 36 com 6 fugidos, Rapazes menores 10 os índios de soldada — Efectivos que são ortundos desta Fazenda 6 Índias 4 Menares 3. Os índios actuais dâmsoldâ que forão de láguarari 4 menores 6 Índias desta mesma Classe 10 Menores 4. A minha intenção hera depois de me desempenhar e meter mais 50 ou 60 Escravos para fazer um Engenho d'Agua para continuar a trabalhar na Fábrica de Açúcar o que agora me será muito difficil porque agente que tenho mal me chega pela tráfico das Lavouras ponderadas epame ter. Não derrepente ao Engenho sermehá preciso além de reidificalo todo, fazer caza de purga; e apontar-me dos mais misteres necessarios sendo opeór detudo atriste Lembranças qua anão ter 50 ou 60 pessoas detrabalho me verei na percição de perder os Cacaões, e os Cacaões, e os seus fructos, ou beneficiando os Cacaões, e colhendo os fructos vir aperder as Cannas, e serme todo o trabalho que tiver com o Engenho infructoudo, e de maior Ruyna para mim. He o que me oferece dizer a Vmcc ficando sempre a minha vontade sujeita para tudo quanto forde lhe dar gosto; Pois — sou De Vmcc Mto Atto e Obro Se **HILARIO MORAES BITTENCOURT**. Engenho de Carmello 17 de Agosto de 1790."

- 5 — "Relação do Engenho Intitulado de Carapajó de que he Snr O Mestre de Campo João de Moraes Bittencourt.

Escravos de Serviço Entre Velhos, Moços; Joaquim, Francisco Henri-  
rique, José, Constantino, Lino, Luciano, Francisco das Chagas, Agos-  
tinho, Martiniana, Fernão, Pedro, Simão, Angelo, João Minna, Ma-  
noel Benguella, Miguel, Antônio Tecelão, Ventura, Gaspar, Raymundo,  
Bernardo, Chrispim, Escravos Menores — Clemente, Maximo, Manoel  
José, Claudio, Selestriano, Paulo, José Maria, Felix, Germano.  
Escravos de Serviço Entre Velhas e Moças. Catharina, Maria, Ritta,  
Clara, Anna Lisboa, Anna Luiza, Antônia, Policarpta, Thereza, Marcela  
Joanna, Paula, Geralda, Damazia, Darocteia.

Índios de Serviço. — Caetano, Estevão João Baptista, Thomé, Do-  
mingos, José, Domingos.

Menores. — João Lisboa.

Índias de Serviço — Maria Antonia, Joaquim, Sazanna e E. Izidria.  
Menores — Felipa, Vicencia, Antonia."

- 6 — "Ilmo. e Em. Sr. Ahe aprezente dis tem chegado a este Porto dous  
Navios de pretos a galera Santo Antonio Carregou em Cachêu cento  
e quarenta e hum escravos de q. morrerão trez na viagem: O Navio  
Madre de Deos tomou setecentos em Angollá, e chegaram a esta cidade  
só com quinhentos e quarenta, sendo perdido na viagem cento e ces-  
senta; mas sendo os q. restaram de ambos os Navios seiscentos e secenta  
contos, os venderão os Administradores em tam pouco tempo como se  
fossem os primeiros escravos que viessem desta Cidade, o q. faz ver a  
necessidade que os moradores tem de servos, e o bom negócio que a  
Com. faz neste genero Deos Guarde a V. Etc. Pará 9 de Junho de 1762."

- 7 — "III. e Em. Sr. Pelo navio Paraiiba q. a este porto chegou de Angola,  
remeteu o Govern. e Cap. General daquelle Reyno sinco pretos forros,  
que em huma carta me diz os remette por esta cidade para essa corte  
a ordem de S. Magestade em cujo Real serviço vão ser empregados  
como officiaes de fundir ferros. Esses pretos sahiram de Angollá de  
que os mandava pa. huma terra em q. logo lhe tiravam a vida. Com  
esta bruta imaginação se lançou hum delles aomar ainda avista de  
Angollá; seen embargo da cautella a que o obrigou aquella temeraria  
resolução, estanto já o navio neste Porto, quando o Prov. or com a  
sua justiça foi abordo fazer avista, tomou o segundo tal medo que  
se lançou ao Rio, seguindo o exemplo do primeiro, e por mais que se  
lhe acodio, se lhe não poude evitar o morrer afogado. Vindo para  
terra, os traz que restavão os mandei vtr para caza, aonde tratando-os  
com m<sup>o</sup> humanidade, e persuadindo-os com a razam, sendo capa-  
citaram aq. hião por algum tempo servir a S. Mag. em huma terra  
em q. havido ser bem tratados, e della conduzidos ou talvez para sua  
Pátria.

A preocupação de que os querião matar os fez intentarem fugir, mo-  
tivo porque os mandei para caza do Prodefor da onde desertaram dous  
mallogrando a vigilância de custodia emqu. estavam Feitas por elles  
as diligencias, se achou hum no Engenho de Murutucú, e trazendo-se  
para esta cidade seguiu a mesma infelicidade dous primeiros, porque  
defronte do Porto do Carmo se lançou ao Rio com tanto violência  
q. conseguiu a morte antes q. agente q. os conduzia lhe poder salvar  
a vida. Apareceu o segundo dos fugidos e como com o outro camara-  
daos tenho emprizam fechada athé que vão para bordo da charrua  
em os mendo conduzir a essa cidade, supponho não terá lugar de se  
matarem antes de chegarem às ordens de V. Ex. aq. os jaço conduzir



nesta embarcação, por me recomendar o do Governador de Angolla o fizessem no primeiro navio que saísse d'este Pôrto. Dou esta conta a V. Ex. para que seja presentes a S. Mag. o motivo porque, sendo cinco os que sahiram de Angolla, não partem daqui mais q. os dous pa o serviço do mesmo Snor. Deos q. a V. Ex. Pará 7 de julho de 1762."

- B — "Nota do assento de baptismo de meu avô João Calandrini, (Giovane Luigi ou Aloysio Calandrini) que se achou entre os seus papeis, escripto em latim e traduzido pelo meu cunhado e amigo João Antonio Costa. Segue: Aos 6 de Novembro de 1787. O Anno de Nascimento de N. S. Jesus Christo. — Certifico eu abaixo assignado, Parocho do Insigne Collegio da Parochial Igreja de S. João, e da cidade de Luca, em como revendo o livro que na mesma Igreja — serve para assentos dos Baptismos, achei a Letra R. 4, n.º 89 e páginas 104, por mim feita em linguagem latina o seguinte.

Aos 21 de mez de Junho de 1734, João Aloysio, filho do Illustrissimo Senhor Felippe Domingos, neto do Senhor Felipe Calandrini, nobre da cidade de Luca, e da illustrissima Maria Rosa, sua mulher, descendente de familia legitima e nobre da cidade de Luca, nasceu na Freguezia de Santa Maria da Porta Jove, a 20 de Junho, do mez acima mencionado, às 3 horas da tarde deste mesmo dia: no seguinte foi baptizado, e servirão de padrinhas o reverendo senhor vigario João Baptista Pini, e Maria Rosario.

Assignado pelo próprio punho — Pedro Paulo Martinho Bianchi por graça de Deos e da santa sé apostólica, Arcebispo da Igreja Lucanense, Famulo de Deos e da santa sé apostólica, Arcebispo da Igreja Lucanense, Famulo de Santissimo, D. N. Papa Pio 8.º que felizmente reina, empregado junto ao throno Pontificio: Attestamos a todas que, a retro se acha, é verdade, e escripto pelo proprio punho do reverendo Paulo ex Magos, e a dita certidão tal como está escripta, tem todo o vigor, e credito em qualquer parte que for apresentada. Feito em nosso Palacio Archiepiscopal aos 18 dias do mez de Dezembro de 1787 (João Baptista Christovão). — Página 148 do Livro de Luiz Calandrini da Silva Pacheco.

"Attestado do Governo da Republica de Luca traduzido do Latim pelo meu cunhado João Antonio Costa.

Certificamos e publicamente attestamos que ha muito existe em nossa República uma familia denominada CALANDRINI, a qual é nobre, e natural da mesma Republica, e como tal tem sido considerada, e respeitada por toda a nobreza; cujos varões teem exercido todas as dignidades e honras que em nossa Republica gozão os cidadãos natos.

Desta familia nascerão Felippe e Pedro, irmãos uterinos de Nicolau 5.º summo Pontifice. O primeiro recebe o chapeo de Cardeal, e como embaixador Boionhez se tratou com feliz exito muitos importantes negócios a favor da Santa Sé. O segundo exerceo na illustre cidade de a muito nobre dignidade senatorial. Desta familia também descenderão um outro Felippe que por muitos annos foi contado no numero dos principais generais desta República: Nicolau Caetano e Felippe Junior, que enquanto viverão gozarão das ditas honras e dignidades: deste segundo Felippe, e de Maria Rosa, familia nobre desta Republica nasceo João Aloysio, Jurisconsulto, que igualmente goza das mesmas honras e dignidades, e governou excellentemente alguns lugares do nosso Est. do Pará cuja fé mandamos passar a presente certidão, sellada com o sello de S. Martinho e assignada pelo nosso — Chanceller-mór:

Dado em nosso Palácio aos 14 de Agosto de 1775." Página 150 do Livro de Luiz Calandrini da Silva Pacheco.

Soure, Ilha de Marajó, abril de 1943."

## CAPÍTULO 4

# FÓRMULA ÉTNICA DA POPULAÇÃO DA CIDADE DO SALVADOR

Tese de *Thales de Azevedo*



## Parecer

de DARCI RIBEIRO

O trabalho que o Prof. Thales de Azevedo ofereceu à apreciação do Congresso, constitui, a nosso ver, uma preciosa contribuição para o conhecimento da posição do negro na sociedade brasileira.

O autor estuda, à base de diversas estatísticas e avaliações, a composição étnica da cidade de Salvador (Bahia), em diferentes épocas, demonstrando a preponderância do elemento de cor desde os princípios da colonização e o crescimento contínuo e gradual da mestiçagem.

Sua contribuição é tanto mais valiosa porque vem enquadrar-se num dos campos em que é mais pobre a nossa bibliografia: — As análises sociológicas das estruturas sociais. A ausência de estudos desta ordem constitui uma das grandes dificuldades com que se defrontam os nossos estudiosos de problemas sociais.

Propõe o relator que a tese seja aceita pelo I CONGRESSO DE NEGRO BRASILEIRO e publicada nos anais.

APROVADA

Em 1-9-1950

(a) G. F. DE MATTOS

## FÓRMULA ÉTNICA DA CIDADE DO SALVADOR

A composição étnica é um dos dados necessários à compreensão da estrutura, dos problemas de relações raciais, dos conflitos, da mudança social em determinado grupo humano. Essa a razão porque assume certa importância o conhecimento não só da fórmula étnica mas das tendências desta numa comunidade como a Cidade do Salvador (Bahia), foco de uma das mais interessantes experiências históricas de relações raciais em todo o mundo moderno.

A população da Cidade de Salvador, como em geral a de todo o Estado da Bahia, distingue-se de outros agrupamentos brasileiros, especialmente das regiões sul, centro-oeste e norte, 1) pela preponderância numérica dos elementos de cor e 2) pelo contínuo e gradual crescimento da mestiçagem, condições que devem ter contribuído, através da história local, para atenuar a tensão inter-racial em concorrência com outros fatores ligados ao *ethos* baiano (1). Os portugueses foram sempre minoria na antiga capital da Colônia, embora detivessem a dominação política e, até certo ponto, cultural. Maioria só tiveram dentro da cerca da cidadela de Tomé de Souza, quando atingiram, durante alguns meses do ano de 1549, a cifra de 1.000 pessoas trazidas na frota do primeiro Governador-Geral. Na ocasião, os demais habitantes eram uns poucos índios do serviço doméstico, alguns mamelucos da Vila do Pereira e diminuto número de negros importados da África. Com o regresso a Portugal de numerosos operários, que haviam vindo exclusivamente para as primeiras obras públicas, a proporção de brancos baixou um tanto; ao mesmo tempo, a introdução de africanos aumentava a quota de pessoas de cor. Ao findar o século XVI havia no termo da cidade apenas 2 a 3 mil brancos, uns 6 mil gentios e 4 mil africanos (2). Com o avolumar do tráfico negreiro a cidade se foi enchendo de escravos prêtos e, logo a seguir, de mulatos oriundos da intensa miscigenação, enquanto os índios, inaptos para o sistema de trabalho vigente, iam diminuindo de número. Em 1583, engenhos e fazendas estavam repletos de negros da Guiné e muito poucos da terra — dizia o Pe. Cardim.

Segundo as estatísticas e as notícias da época, já em meados do século XVIII os brancos eram apenas um terço ou mesmo um quarto do total de habitantes. O censo de 1775 mostra que desde então a Bahia tinha mais ou menos as mesmas quantidades relativas, que hoje possui, de brancos e pessoas de cor, sejam 36% o 64% (3). Na freguesia de Nossa Senhora da Purificação de Santo Amaro, em 1757, a maior parte das almas, informava o Vigário, eram negros escravos que trabalhavam



nos engenhos e lavouras de cana, porque havia engenhos que tinham mais de cem escravos e lavradores de cana mais de trinta, havendo em suas casas poucas pessoas brancas e quando muito mulher e filhos quando eram casados (4). Também a lavoura de mandioca e cereais se fazia tôda com escravos negros, com um feitor mulato e poucas vêzes branco (5). Em 1814, no Recôncavo, contavam-se seis brancos e pardos para cada cem negros. Noutros grupos de trabalho o mesmo se verificava, ainda quando se tratava de gente livre. Os pescadores fôrros da cidade, em 1775, eram 1.267, não chegando a 100 os brancos; no ano anterior, em Itaparica, aplicaram-se à safra do cetáceo 55 pardos, 71 prêtos fôrros, 272 prêtos escravos e sòmente 2 índios e 20 brancos (6).

No censo feito pelo Conde da Ponte em 1807 a porcentagem de brancos era ainda menor que trinta anos antes: 28% contra 20% de pardos e 52% de prêtos — negras minas cheias de seiva e prêtos fortes e sadios, incomparavelmente mais bem tratados que os do Rio de Janeiro, na opinião do inglês Semple Lisle (7), o que não excluía muitos casos de doenças da pele nos escravos descarregados dos tumbeiros. Lindley, pelos mesmos anos, calculava haver na cidade uns 30 mil brancos, outros tantos mulatos e 40 mil prêtos, e o Pe. Aires do Casal, em 1817, registrava a preponderância dos negros sôbre os dois outros grupos.

Ao começar o século XIX haveria em Salvador e seus arrabaldes uns 115 mil habitantes, gente tão mestiçada, diziam Martius e Spix, que as fisionomias puramente européias eram muito mais raras que no Rio de Janeiro, para onde os acontecimentos políticos atraíam muitos brancos. Não obstante certo preconceito de côr, “as mais ligeiras variantes de côr” não eram causa de desprestígio social, de maneira que nas altas rodas se viam “pessoas de côr acentuadamente mestiça” (8).

Por ocasião do primeiro recenseamento nacional, levado a efeito em 1872, a população da cidade subira a 129.109 moradores, dos quais 34% eram brancos. Quem visitava a cidade, desprevenido dos costumes caiseiros das classes dirigentes e dos brancos em geral, via tantos prêtos nas ruas que acreditava estar numa povoação de negros — era a impressão dos franceses Adolphe d'Assier e F. Biard. De conformidade com o censo de 1890 a porcentagem dos tipos étnicos foi avaliada, para a Bahia, em 25,59% de brancos, 20,39% de prêtos, 46,19% de mestiços e 7,83% de caboclos. O Professor Pacífico Pereira, em 1903, assim dividia a nossa população: brancos 31,4%, prêtos 26,3% e mestiços 35%. Um total de 37.963 brasileiros examinados, até 1927, para alistamento no Exército, na Bahia, foram classificados em: brancos 33%,

prêtos 19%, mestiços 47% (9). Conquanto essas estimativas divirjam quanto às quotas de mestiços e de prêtos, deixam evidente a diminuta e decrescente contribuição dos caboclos e a alta preponderância dos tipos de côr sôbre os brancos.

Pelos dados da mortalidade geral, registrados durante cinqüenta anos entre 1897 e 1938 e analisados por A. Rabelo Leite, comprova-se que os grupos étnicos da população baiana variaram, a começar daquele ano, de 32,61% de brancos, 38,39% de prêtos e 29% de pardos para, respectivamente, 33,02%, 19,61% e 47,37%. A relação entre brancos e de côr, que era de 1 para 3, manteve-se praticamente a mesma (10). Apesar de certa precariedade dos nossos antigos registros bio-estatísticos, êsses algarismos mostram uma segura coerência na sua progressão sempre gradual, sem saltos ou oscilações notórias, e deixam claro que o grupo europóide vem crescendo lentamente por processo que é inteiramente vegetativo, uma vez que a Bahia não tem recebido imigração de origem européia, o negro diminui com certa rapidez, dizimado pela sua alta mortalidade e absorvido pela mestiçagem, ao passo que os pardos, que no caso baiano são mulatos (branco-negro) apresentam o mais intenso crescimento. É assim que a população do Estado em 1940 constava de: brancos 28,74%, prêtos 20,13%, amarelos 0,02%. "De outra côr" (pardos) 51,07% e de côr não declarada 0,05% (11), o que confirma plenamente as tendências mencionadas. As estimativas para 1946 foram: 34,7% de brancos, 22,9% de prêtos e 42,3% de pardos.

A classificação de convocados para a FEB, alistados na capital baiana em 1945, foi a seguinte: 36% de brancos, 19% de prêtos e 45% de pardos. Outro grupo da mesma natureza, classificado com base nos índices cefálico e nasal, na pigmentação da pele e da íris, na côr e contextura do cabelo, compunha-se de: brancos 28,17%, prêtos 23,51% e pardos 48,29% (12).

As divergências entre os algarismos das várias estatísticas e estimativas aqui examinadas são relativamente pequenas e explicam-se: 1) pela diversa natureza dos dados e 2) pela dificuldade na exata classificação dos tipos étnicos baianos (13). O conjunto dêsses dados conduz, porém, a concluir que a população da Cidade do Salvador, e mesmo a de todo o Estado, apesar de variações regionais de certa amplitude, compõe-se de cêrca de um têrço de brancos e dois têrços de elementos de côr — grupos que não se extremam em distinções culturais estanques e cujos conflitos só em reduzida parte derivam de tensão inter-racial.

---

(1) A composição, segundo a côr, da população do Estado da Bahia afasta-se muito da média do Brasil. A proporção de brancos é fortemente inferior à média nacional e é a mais baixa entre as de tôdas as Unidades da Federação. A



proporção dos pretos e pardos em conjunto excede fortemente a média nacional. Discriminando-se os dois grupos, vê-se que a proporção de pretos excede a média nacional mas fica inferior às de 4 outros Estados: Rio, Ceará, Maranhão e Piauí; a proporção de pardos também ultrapassa de muito a média nacional, só ficando inferior à do Amazonas. "Em resumo, a característica principal da composição da população da Bahia, segundo a cor, consiste na baixa quota de brancos e na correlativa elevada proporção de pardos e pretos", I.B.G.E., *Características demográficas do Estado da Bahia*, Rio 1949, p.47.

(2) Thales de Azevedo, *Povoamento da Cidade de Salvador*, série Evolução Histórica da Cidade de Salvador, Bahia 1949, p. 129.

(3) op. cit., p. 165.

(4) Documentos do Arquivo de Marinha e Ultramar, Lisboa, vol. I, p. 201, doc. n° 2691.

(5) loc. cit., doc. n° 8458.

(6) loc. cit., doc. n° 8790.

(7) A. E. Taunay, *Vistantes do Brasil colonial*, secs. XVI-XVIII, Rio 1933, p. 217.

(8) *Atravez a Bahia*, Bahia, 1928, p. 74.

(9) Cesar de Araújo, "A tuberculose no preto da Bahia", *Anais do v.º Congr. Nac. de Tuberculose*, 1939, vol. I, p. 287.

(10) in Cesar de Araújo, op. cit., e E. Franklin Frasier, "The Negro family in Bahia, Brazil", *Am. Soc. Review*, vol. VII, n° 4, ag. 1942, p. 467.

(11) I.B.G.E., op. cit., p. 47.

(12) "Brancos, pretos e pardos na Bahia", *Arquivos da Universidade da Bahia*, F. de Medicina, vol. II, 1947, p. 85 ss.

(13) Sobre o assunto, ver Thales de Azevedo, "Determinação da cor da pele", *Boletim do Museu Nacional*, nova série, Antropologia, n° 8, 1947, e Donald Pierson, *Brancos e pretos na Bahia*, Rio 1945, p. 189.

## CAPÍTULO 5

### A UNESCO E AS RELAÇÕES DE RAÇA

*Tese de Guerreiro Ramos*



## Parecer

de DARCI RIBEIRO

*A tese apresentada pelo Proj. Guerreiro Ramos merece particular consideração do I Congresso do Negro Brasileiro porque chama a atenção da UNESCO para experiências de atenuação de conflitos raciais, realizadas no Brasil.*

*O autor propõe que o Congresso se dirija ao Governo Brasileiro, solicitando a defesa junto à UNESCO da conveniência de que sejam examinados os esboços do Teatro Experimental do Negro para servir como instrumento de integração racial, "desrecalcamento em massa" e luta contra a discriminação e da criação de instituições semelhantes nos países em que existam minorias raciais discriminadas.*

*Propõe, ainda, que o Congresso se dirija à UNESCO pedindo que examine a possibilidade de organizar um Congresso Internacional de Relações de Raça.*

*O relator é de parecer que a tese deva ser aceita, publicada nos Anais e encaminhada ao Governo Brasileiro e à UNESCO.*

APROVADA

Em 1-9-1950

(a) G. F. DE MATTOS

## A UNESCO E AS RELAÇÕES DE RAÇA

Considerando que um dos propósitos fundamentais da *UNESCO* é promover o desenvolvimento dos processos democráticos;

Considerando que a *UNESCO* tem procurado atuar como um centro para o intercâmbio e a disseminação de idéias e práticas a fim de treinar bons cidadãos, e dar a cada pessoa, rica ou pobre, na cidade ou no campo, sem distinção de cor, raça, sexo ou religião, a oportunidade de educação que melhor lhe assegure a possibilidade de desenvolver sua personalidade e cumprir suas responsabilidades sociais;

Considerando que a *UNESCO* tem procurado aperfeiçoar e tornar mais bem conhecidos os métodos e processos das ciências sociais e, especialmente, sua possível contribuição ao desenvolvimento da cooperação e da compreensão;

Considerando que a integração das minorias raciais nos vários países onde elas se encontram mais ou menos discriminadas é um problema para cuja solução a *UNESCO* deve contribuir com sugestões práticas, evitando os estudos de ordem acadêmica ou meramente descritivos e que levam a uma consciência falsa do mesmo;

O 1.º *CONGRESSO DO NEGRO BRASILEIRO* solicita que o Governo Brasileiro encaminhe aos seus representantes na *UNESCO*, para que os defenda, os seguintes itens:

- I — Este Congresso sugere à *UNESCO* que se esforce por estimular nos países em que existem minorias raciais discriminadas a instalação de mecanismos sociológicos que transformem o conflito interétnico num processo de cooperação. Para este fim a *UNESCO* é solicitada a estudar as experiências de solução da questão racial atualmente ensaiadas nos vários países em que a questão se apresenta.
- II — Este Congresso reconhece que é digno de exame da *UNESCO* a experiência sociológica do Teatro Experimental do Negro e solicita a sua atenção especialmente para os seguintes aspectos da mesma:
  - a) a utilização do teatro como instrumento de integração social;



- b) os concursos de beleza racial como processo de desrecalcamento em massa;
- c) as tentativas de aplicação em massa de sociatria e de grupoterapia;
- d) a utilização de museus e filmes como instrumentos de transformação de atitudes.

III — Este Congresso solicita que a UNESCO examine a possibilidade de organizar um Congresso Internacional de Relações de Raça.

### *DISCUSSÃO DA TESE*

*O SR. DARCI RIBEIRO* — Relatarei agora uma tese do Prof. Guerreiro Ramos. Passarei à leitura do meu parecer.

(Leitura do parecer)

*A SRA. PRESIDENTA (GUIOMAR F. MATTOS)* — Está em discussão o parecer do Relator. Com a palavra o autor, Prof. Guerreiro Ramos. Por favor, suba ao estrado.

*O SR. GUERREIRO RAMOS* — Como vêem, meu cansaço é uma coisa patente, pois, como os Srs. Congressistas são testemunhas, o meu trabalho aqui tem sido diário e permanente, e, às vezes, as forças físicas falecem. Aceitando as insinuações do Relator da tese, vou referir-me de maneira sumária à parte que se refere ao teatro como uma tentativa psicológica. Achamos que o teatro é um meio de distração da massa, podendo ser, também, motivo de educação moral e cultural. Devemos dar participação maior a um mecanismo como é o teatro, tão cheio de recursos emocionais, para que possamos utilizar-nos do drama, da arte, como meio de realizações, como meio de educação de comportamento. Creio nessa idéia e chamo a atenção para essa tentativa, cujos resultados, todavia, não acho ainda definitivos. O Teatro Experimental do Negro, aceitando o que fiz no Instituto do Negro, onde comecei experiências, tendo oportunidade de fazer alguns sóciodramas e psicodramas, que são, justamente, processos de reeducação, de reconsideração de atitudes, através de uma manipulação externa, manifestou-se de acordo com a minha doutrina.

*A SRA. PRESIDENTA* — Continua em discussão a tese. Tem a palavra o Sr. Joviano Severino de Melo.

*O SR. JOVIANO SEVERINO DE MELO* — Tôda vez que o Sr. Guerreiro Ramos fala, eu não entendo quase nada, porque êle é tão profundo, que não consigo compreender o que diz. Gostaria que êle trocasse isso numa linguagem comum, para saber de fato o que êle quer dizer. O Congresso é de negros, e êle já vai pedir qualquer coisa lá fora. Pergunto: — Qual a utilidade que vai trazer para nós essa tese do Prof. Guerreiro Ramos? Que vamos fazer dela? Vesti-la? Gostaria de saber como vamos usar isso. Onde? No pescoço? Aperfeiçoarinos o que, se nada temos? Eu não tenho nada; não tenho educação aprimorada; não posso compreender. Amanhã vão me dizer: "Você está fazendo drama!" E eu responderci: "Que drama? Eu não sou artista!" Pergunto novamente: que utilidade pode ter para nós, semi-analfabetos, essa sugestão? Que dentro do teatro se faça drama, está certo... mas aqui fora... Está errado! Ditar regras para o Brasil inteiro... Ir à UNESCO... Pedir o quê? Devemos, sim, é pedir que eduquem a essa gente de teatro para que ela seja mais brasileira. Sigamos o exemplo dos Estados Unidos, que têm preconceito de côr e possuem um mediador de paz negro na Abissínia. Estamos cansados de ouvir falar de África. África! África! Com a África não temos relações de amizade!

*A SRA. PRESIDENTA* — Alguém mais quer discutir a tese? Com a palavra o Dr. Darci Ribeiro.

*O SR. DARCI RIBEIRO* — Srs. Congressistas! Venho aqui para apoiar o Sr. Joviano, embora isso possa parecer esquisito. O Prof. Guerreiro Ramos deve, não só ao Congresso, mas a tôdas as pessoas interessadas em problemas sociais, uma explicação sôbre suas experiências. Devemos ser informados sôbre os trabalhos que se vêm realizando e, parece, que com sucesso. É muito natural que o Sr. Joviano pergunte. Gostaria que o Prof. Guerreiro Ramos nos desse uma explicação pormenorizada, assim que seja possível, sôbre os seus trabalhos. A forma de aplicação e a própria experiência — os seus métodos, enfim, merecem ser conhecidos no Brasil. Darei, entretanto, uma ligeira explicação do trabalho do Prof. Guerreiro Ramos, como o interpreto. Quando vamos ao teatro nós todos nos emocionamos com a peça. As môças choram. O teatro é, pois, uma arma que pode comover as pessoas, que pode mostrar os seus sentimentos e pode contribuir para mudar atitudes. O Prof. Guerreiro Ramos utiliza-se do palco para educar de forma dirigida, mostrando o problema do negro e reeducando o branco através dêsse teatro. Muita gente falou aqui em reeducar o branco. E pergunto: de que



forma se fará essa reeducação? Mandando os brancos para as escolas? Não! Os instrumentos que temos para isso são os palcos. E são êsses os instrumentos a que se refere o Prof. Guerreiro Ramos.

*A SRA. PRESIDENTA* — Tem a palavra o Dr. Aguinaldo Camargo.

*O SR. AGUINALDO CAMARGO* — Srs. Congressistas. Ainda hoje, em conversa particular com o Prof. Guerreiro Ramos, estivemos exatamente tratando dêsse assunto. É claro que para os problemas de cultura requer-se homens de cultura. Assim, os que quizerem aproximar-se do assunto, precisam estar educados. Ainda hoje, nesta mesma Tribuna, relatando a tese do Prof. Roger Bastide, sôbre "Sonhos de Negros", o Relator recomendava que todos os estudiosos do problema do negro, todos os interessados nos problemas psicoanalíticos dos negros, fizessem acompanhar seus estudos de verificações sociográficas e psicográficas, exatamente porque, do contrário, não seria possível compreender o assunto.

*A SRA. PRESIDENTA* — Tem a palavra o Prof. Costa Pinto.

*O SR. COSTA PINTO* — A tese em discussão, do Prof. Guerreiro Ramos, vem a ser, em última análise, uma proposta à UNESCO, no sentido de que ela tome conhecimento das experiências que estão sendo feitas sôbre a aplicação do psicodrama no Teatro Experimental do Negro.

(Leitura de trechos da tese)

É precisamente a respeito disso que queria falar. O meu interêsse em particular nesta discussão é precisamente porque ela se conclui numa sugestão à UNESCO para estudo das relações de raças. Devo esclarecer que não falo em nome da UNESCO, pois não tenho autorização, nem competência para tal. Acontece porém que, em dezembro do ano passado, fui convidado pela UNESCO para integrar o Comitê de Raças, que se reuniu em Paris e que devia estabelecer um conceito de raças para dizer o que a ciência tem feito de conhecimento sôbre êsse problema e trocar os pontos que mereciam ser registrados, por não estarem até hoje devidamente esclarecidos ou por comportarem ainda novas explorações. Êste Comitê aprovou, em declarações já divulgadas, um plano de desdobramento social a ser realizado em algum país da América Latina sôbre o tema "Relações de Raças". Essa proposta foi enviada à última conferência da UNESCO, que se realizou em maio dêste ano em Florença, e, por indicação do Prof. Paulo Carneiro, foi escolhido o Brasil como laboratório excelente para estudos de raças. Aprovou-se nessa ocasião um orçamento e a designação do Prof. Alfred Metreaux, para dirigir no Brasil essas pesquisas. Vem, pois, de encontro aos interêsses que na UNESCO existe, a respeito de relações de raça no Brasil, essa

proposta do Prof. Guerreiro Ramos, que, aprovada como espero por êste Congresso, só irá reforçar os argumentos apresentados em Florença, de que o Brasil é o campo indicado para tais investigações. Na UNESCO encontrei brasileiro de côr ocupando posição de destaque. Lembro-me bem que, ao despedir-me de uma jovem francesa, taquígrafa, ela me disse que não ia levar-me ao avião porque, no dia seguinte, ia trabalhar para o Sr. . . . , o que constituía um grande prazer para ela, pois se tratava de um perfeito cavalheiro. A môça referia-se a um homem de côr. Gostaria de reforçar, perante a Assembléia, êsse apêlo já feito aqui, no sentido de ser aprovada essa tese, que vem de encontro a um dos pontos do programa de trabalho na UNESCO.

*A SRA. PRESIDENTA* — Considerando o assunto bastante esclarecido, vamos passar à votação. Os que aprovam a tese do Prof. Guerreiro Ramos queiram permanecer sentados. (Pausa) Está aprovada.



## Parecer

de CHARLES WAGLEY

A tese apresentada ao Congresso Nacional do Negro pelo conhecido Professor Roger Bastide é indiscutivelmente de grande valor. Em poucas palavras, o autor sujeita o conceito popular de que o Negro é impulsivo, ladrão, preguiçoso, e até criminoso, a uma análise científica. Através de um estudo dos Arquivos da Polícia de São Paulo referentes a três épocas da história (escravidão, São Paulo em transição e o presente) ele mostra que de fato a criminalidade tende a ser mais freqüente entre os negros do que entre os brancos e, em tempos mais recentes, em geral, mais freqüente entre os mulatos do que entre os negros.

A explicação desse fenômeno deve ser procurada, como diz o autor, "do lado da sociologia e não do lado da raça". Em outras palavras, a alta incidência da criminalidade entre negros e mulatos é resultado do baixo padrão educacional, social e econômico do negro e da situação ambígua do mulato.

O autor diz que "é preciso que o homem de cor se torne cada vez mais ambicioso", mas que "a preocupação constante, porém, deve ser naturalmente que esta ambição se realize sem trazer consigo o aumento da criminalidade, da qual nossas estatísticas mostraram a realidade terrível".

O Prof. Roger Bastide procura a solução desse problema por meio de trabalhos educativos entre as classes de cor. Estamos de acordo com essas conclusões mas em minha opinião a educação somente não é suficiente. Uma vez educadas, as classes de cor necessitam de plena oportunidade de se utilizarem de sua instrução. Parece-me que a criminalidade entre mulatos pode ser, muitas vezes, relacionada à sua frustração, em face da falta de oportunidade de utilizarem sua educação. A solução desse problema depende, a meu ver, não somente da melhoria da educação entre as classes de cor mas também do povo em geral, e modificações na sociedade a que eles pertencem.

## CAPÍTULO 6

# A CRIMINALIDADE NEGRA NO ESTADO DE SÃO PAULO

Tese de *Roger Bastide*



*A tese do Prof. Roger Bastide submete a uma análise científica um estereótipo que está subentendido no preconceito social. Ele estudou um problema grave e de interesse geral; e ele não só chega a conclusões objetivas por métodos rigidamente científicos, mas também sugere soluções positivas. Por essas razões proponho que a tese do Professor Roger Bastide seja aceita e incluída nos Anais do Congresso do Negro.*

APROVADA

Em 1-9-1950

(a) G. F. DE MATTOS

## A CRIMINALIDADE NEGRA NO ESTADO DE SÃO PAULO (+)

Um dos estereótipos mais freqüentes que está subentendido no preconceito racial e que o justifica aos olhos do branco é o de que o negro é impulsivo, ladrão, preguiçoso, tornando-se, pois, com facilidade, um criminoso (1). Mas não devemos basear uma opinião tão prejudicial em simples impressões apenas. É preciso consultar os fatos. Que nos revelarão sobre a criminalidade dos negros?

Sobre esta questão foram publicados muitos livros e artigos nos Estados Unidos. (1 bis). As estatísticas mostram sempre uma criminalidade maior para os negros do que para os brancos.

Raça e nacionalidade (1939)		Proporção para 100.000 h.		
Brancos nativos	Homens	80,9	Mulheres: 3,8	Total: 42,4
Estrangeiros		42,2	2,8	23,6
Negros		257,4	18,0	134,7

Tipos de criminalidade:		Porcentagem para 100.000 h.	
Homicídios	Negros:	19,8	Brancos: 3,2
Roubos		31,7	7,6
Assaltos		116,4	15,7
Roubo com assalto		66,3	22,0

(\*) — Documentação recolhida por Mário Wagner Vieira da Cunha para um estudo que não pôde continuar, e completada pelo autor para a época contemporânea. A documentação tem lacunas; mas permite já um certo número de conclusões interessantes, o que nos levou a apresentá-la, apesar de tudo, no Congresso do Negro Brasileiro.

Furto	138,1	37,4
Malversação e fraudes	17,1	14,2
Falsificação	5,0	5,4
Raptos	10,4	3,9
Prostituição	17,7	5,6
Outros crimes sexuais	11,1	6,8
Crimes contra a família, filhos	9,7	5,7
Alcoolismo	110,3	84,8
Vagabundagem	81,5	36,0
Jôgo	43,2	6,0
Suspeição	130,6	37,9
Desordens	64,2	17,6

Mas devemos observar:

1) que a frustração resultante da existência da linha de côr cria uma agressividade que, não podendo se voltar contra o branco, que é tabu, vira-se contra o negro, de onde a percentagem elevada de homicídios (2); 2) que a justiça é muito mais severa para os negros do que para os brancos, de onde um número muito maior de prisões por simples suspeita (3); 3) que as causas da criminalidade negra ser mais elevada devem ser procuradas, de acôrdo com a opinião dos sociólogos acreditados do País, na situação social, miséria, analfabetismo, e não no fator racial (4); 4) e a prova é que esta criminalidade é mais elevada nas cidades do Norte do que nas zonas rurais ou nas cidades do Sul, justamente devido à desorganização social consecutiva à chegada dos imigrantes de côr nestas cidades tentaculares:

Raça e origem	Porcentagem para 100.000 h. (1939)	
Branco nativos	Sul: 34,3	Norte e Oeste: 30,0
Estrangeiros	21,1	13,3
Negros	86,3	148,7

Este último fator, sociológico, da ação desmoralizante das grandes cidades, existe no Brasil, mas a linha de côr nêle não existe nem, em geral, a discriminação policial. É, pois, interessante buscar definir e julgar, por comparação, a criminalidade negra no Brasil; êste trabalho não tem outra pretensão senão mostrar o interêsse da pesquisa e esboçá-la para o Estado de São Paulo.

### *A HERANÇA DA ESCRAVIDÃO*

Sabe-se que as tribos africanas importadas para o Brasil não apresentavam tôdas os mesmos caracteres e não reagiam da mesma forma



diante da escravidão. Se algumas tribos eram dóceis e submissas, como os Congos ou os Angolas, outras eram rebeldes como os Haussa. Se os primeiros procuravam se adaptar às novas condições de trabalho, os últimos se revoltavam assassinando seu senhores. Houve, pois, no princípio, um certo fator étnico que entrou em jogo. (5)

Mas entrou em jogo, principalmente, um fator cultural que Nina Rodrigues colocou bem em foco. O negro arrancado ao seu país não tinha naturalmente as mesmas concepções de propriedade ou de justiça que o branco brasileiro. Foi assim julgado por crimes que, para ele, não eram crimes, mas pelo contrário coisas naturais e legítimas (por exemplo, a aplicação da lei de talião, que funcionava na África, e não era aceita por nossas leis). (6)

Apesar dêsse ponto, o exame dos arquivos da polícia de São Paulo prova que a criminalidade negra constituiu, no tempo da escravidão, essencialmente uma reação contra os maus tratos infligidos pelos senhores. Ela não é uma vingança, como se dizia então, mas o fruto de uma exasperação combatida durante muito tempo e que finalmente explode. Alguns exemplos o demonstram suficientemente: (\*)

1870 — Em Lorena, o escravo Caetano fugiu, foi recapturado, condenado a açoites; escapou novamente, sendo perseguido por Barbosa, que êle mata com uma facada, no momento de ser novamente prêso. De 79 escravos condenados à morte, ou às galés, nesse ano, a maioria o foi por homicídio.

1873 — Escravos aprisionados por fuga: 103; idem por infrações a regulamentos diversos: 73.

Nove casos de homicídios de negros, sempre contra um dono cruel ou contra o feitor, ou casos de fugitivos que, no momento de serem capturados, se livram da pessoa que vai agarrá-los matando-a, ou casos de vingança de insultos (7). Dois crimes somente fazem exceção: um crime sexual, violação e homicídio, e o assassinato de uma senhora que tinha prometido a seus 12 escravos a liberdade quando morresse, deixando-lhes a herança; quatro dentre êles, para alcançar mais cedo liberdade e herança, abreviaram os dias de sua benfeitora. Note-se que em 4 casos, depois de terem perpetrado os crimes, os assassinos se apresen-

---

(\*) Embora tenhamos consultado os *Prontuários ou Relatórios dos Chefes de Polícia de São Paulo* desde 1800, começamos nossa análise em 1870, porque só a partir desta época encontramos dados estatísticos mais desenvolvidos. Antes de 1870, a única estatística muito conhecida e publicada é a de Müller, *Ensaio dum quadro estatístico da Província de São Paulo*, 1836 (pags. 198 — 203): 158 condenações de homens livres, 59 de escravos, o que faz para 100 homens livres: 0,6 e para 100 escravos: 0,08. Parece, pois, que, na medida em que podemos nos fiar em números, o movimento antiescravocrata exasperou, quanto mais se aproxima o ano de 1888, a criminalidade do escravo.

taram espontaneamente à prisão e o chefe de polícia acrescenta: "Muitos destes infelizes praticavam crimes para permutar seu destino de escravos contra o de prisioneiros e disseram ao juiz que indagava da razão de seus crimes: Matei para servir ao Rei. Matei para sair do cativeiro".

1874: Neste ano descobrimos, ao lado da revolta e da sexualidade que se terminam por homicídios, um elemento novo, o crime de um escravo contra outro; é o caso dessa agressividade, tão banal nos Estados Unidos, que não podendo se voltar contra o branco sagrado explode à menor disputa e vira-se contra os de sua própria cor.

1876:	homicídios	131	
	tentativas	17	total de crimes contra a pessoa: 186
	ferimentos	38	
	roubos	21	
	falsificações	2	total de outros crimes: 26
	rapto	2	
	estelionato	1	

O chefe de polícia tenta uma explicação e procura justificar os proprietários de escravos; segundo ele, devido à carestia da mão-de-obra e da abolição de tráfico escravo, os paulistas passaram a comprar os escravos, bruscamente separados de seu lugar de nascimento, da família com quem viviam, de seus hábitos, do trabalho da cana-de-açúcar, não sabendo nada do novo senhor a quem vão servir, sentem-se presos de uma espécie de angústia, e que explica seus gestos. Pode ser que este fator tenha influído, mas ele não é certamente o único. Em todo caso, na falta de dados precisos, permanece hipotético. (8)

1879: Dos 10 processos de homicídio consultados, 6 são dirigidos contra o senhor e o feitor devido a castigos recebidos, ou a revoltas à mão armada e tentativas de fuga. Dois casos de homicídio de negros por negros, dos quais um "porque ele preferira ir para a prisão do que continuar na casa do senhor".

Duas estatísticas, as de 1870 e 1873, entre as que pude recolher, permitem comparar esta criminalidade negra à criminalidade branca.

1873: Homens livres: 9 homicídios, todos masculinos, dos quais 7 perpetrados por estrangeiros.

Escravos: 11 homicídios dos quais 2 praticados por mulheres. Esta estatística nos revela que a percentagem de negro na criminalidade sangrenta é mais importante do que a do branco, mas também que é preciso atribuí-la à escravidão. Ela nos mostra ainda a importância do



imigrante na criminalidade, devido à desorganização que se segue à mudança de ambiente. Em todo caso, são fatores sociais os responsáveis, e não os fatores raciais (Ver Anexo I).

#### Estatística de 1870:

Homicídios	Escravos: 4	Livres: 52
Tentativas	3	22
Ferimentos graves	4	26
Ofensas físicas	8	81
Falsidade e perjúrio	—	5
Danos	1	13
Ameaças	1	9
Roubos	3	12
Estelionatos	1	11
Crimes sexuais	—	9

Assim, mesmo com a ação desmoralizadora da escravidão, a percentagem dos homens livres, e por conseguinte em grande parte dos brancos, é aparentemente superior à dos escravos.

Mas se compararmos êstes números aos da população total, teremos:

para 100 homens livres .....	0,05	
100 estrangeiros .....	0,04	
100 escravos .....	0,4	(9)

#### CONCLUSÕES:

1) Os números não revelam a totalidade dos crimes de escravos, pois o escravo não estava sujeito somente à justiça do Estado, mas também à justiça, familiar, do senhor. Para os furtos e pequenos roubos, mesmo para crimes mais graves, o senhor, a fim de não perder o trabalho do negro, preferia puni-lo com açoites a entregá-lo aos tribunais. Não encontramos nas estatísticas senão homicídios ou tentativas de homicídios.

2) Esta criminalidade sangrenta é o resultado, na maioria dos casos, dos maus tratos infligidos, e se dirige com mais freqüência contra o feitor do que contra o próprio senhor. Todavia, há crimes contra bons senhores (encontramos dois nos processos), o que prova que é às vezes contra o sistema de escravidão que o negro se revolta, e não contra as pessoas.

3) A escravidão desmoralizou o negro, em primeiro lugar porque excitou nêle uma agressividade que, quando não podia se voltar contra o branco, se descarregava contra o próprio negro. Mais avançamos e mais os crimes de escravos contra seus companheiros de infortúnio se multiplicam. Em segundo lugar, porque acontecia que o próprio senhor ensinava a criminalidade a seus servidores, mandando-os matar inimigos políticos ou pessoas; encontramos muitos casos, nos processos da polícia, de crimes encomendados. Por fim, e sobretudo, porque a escravidão destrói o sentido da dignidade humana e rebaixa o indivíduo ao instinto animal.

## SÃO PAULO EM TRANSIÇÃO

Depois da supressão do regime servil, os negros quase todos se refugiaram nas cidades; alguns, porém, ficaram como colonos ou trabalhadores manuais no campo. Ora, esta é a época em que, devido à chegada em massa de imigrantes, depois devido à industrialização do Estado de S. Paulo, esta província sofreu as mudanças mais radicais, tanto na sua estrutura demográfica quanto na sua estrutura econômica. A falta de tempo, infelizmente, não nos deixou senão praticar breves sondagens nos arquivos da polícia.

Em 1896, no interior do Estado, para 14.169 crimes, havia 8.906 de brancos, 2.056 de mulatos e 3.207 de negros. Em 1898, na Capital, contamos 836 prisões de brancos (dos quais 568 estrangeiros), 57 de mulatos, 85 de negros. No município de S. Paulo, 7.367 brancos (dos quais 6.266 estrangeiros), 788 mulatos e 861 negros. O que dá mais ou menos como resultado para a Capital:

Porcentagem de população:		Porcentagem de crimes:
Branços:	86,2	85,7
Mulatos:	7,8	5,8
Negros:	5,4	8,6
E para o interior:		
Branços:	63,0	62,8
Mulatos:	15,7	14,5
Negros:	12,9	22,6
		(10).

Se lembrarmos que os crimes dos brancos são principalmente crimes de imigrantes, chegamos à conclusão de que a criminalidade neste pe-



riodo de transição é antes de tudo devido à desintegração social das populações marginais (tanto de côr quanto de imigrante). Os mulattos estavam habituados à liberdade, pois muito antes de 13 de maio a maioria dos homens de côr livres se compunha dêles, eis porque sua criminalidade se mantém mais ou menos idêntica à do branco. O negro, pelo contrário, que formava a massa de escravos, teve dificuldade em se adaptar à sua nova situação, sem preparação adequada, sem ajuda dos governos, e a percentagem elevada de sua criminalidade é o sinal disso.

Mas, se em vez de falar de um modo geral da criminalidade segundo a côr, distinguirmos os diversos tipos de crimes, veremos que para os 49 homicídios da capital, em 1898, não houve senão 4 de brasileiros de côr. O que quer dizer que a criminalidade sangrenta do negro, como tínhamos suposto antes, era uma reação contra a escravidão e não um traço racial. A nova criminalidade, feita de furtos, de alcoolismo, de vagabundagem, etc., é uma reação contra as novas condições sociais do negro abandonado na grande cidade, em concorrência com o imigrante e quase sempre vencido por êste. Mudando a estrutura da sociedade, a forma da criminalidade muda. Mas nada nos permite pensar numa agressividade inata ou num instinto de roubo, muito pelo contrário.

A partir de 1900, a criminalidade naturalmente aumenta, ao mesmo tempo que a população, e ao mesmo tempo que os códigos descobrem novos tipos de delitos. Há um período de diminuição, mais ou menos por volta de 1906. Mas sempre a criminalidade negra é superior à do mulato.

1904	— Capital: Brancos —	9.403	Mulatos —	2.061	Negros —	2.668
	Interior:	8.008		3.100		3.591
1905	— Capital: Brancos —	8.094	Mulatos —	1.317	Negros —	1.911
	Interior:	9.396		3.243		4.301
1906	— Capital: Brancos —	6.022	Mulatos —	1.180	Negros —	1.518
	Interior:	10.116		3.416		4.849
1912	— Capital: Brancos —	8.427	Mulatos —	1.382	Negros —	1.986
1914	— Capital: Brancos —	8.368	Mulatos —	1.453	Negros —	1.780

Não possuímos, infelizmente, estatísticas da população segundo a côr para esta época. Mas se aceitarmos, como vários autores permitem, uma porcentagem de 75% de brancos, 15% de mulatos e 10% de negros, obteremos em 1906, para a capital:

Criminalidade: Brancos — 69%; Mulatos — 14%; Negros — 17%

E para o interior:

Criminalidade: Brancos — 57%; Mulatos — 19%; Negros — 24%

O que parece indicar uma desorganização do *status* do mulato, pelo menos no interior, uma melhoria do branco e uma queda do negro (11).

E para 1914:

Capital: Brancos = 71% (+ 2%) Mulatos = 12% (— 2%)  
Negros = 17% (— 7%).

Mas tudo isso, devido à falta de recenseamento demográfico segundo a *côr*, não passa de pura hipótese sem grande fundamento.

### A SITUAÇÃO PRESENTE

De 1934 a 1944, dispomos de boas estatísticas criminais para o Estado de S. Paulo, e o recenseamento de 1940 nos dá, enfim, o levantamento demográfico segundo a *côr*, que falta para o período intermediário. Temos assim todos os elementos para uma comparação frutífera. Infelizmente, a distribuição dos crimes segundo os gêneros de criminalidade mudou várias vezes no curso deste período; os critérios de classificação variam, o que torna mais delicada a tarefa do sociólogo; e também o recenseamento por *côr* desperta dúvidas; é certo que muitos claros foram contados como brancos e que certos encarregados do censo, levados por algum preconceito de *côr*, classificaram como negros a mulatos escuros. Assistimos hoje e já chamei a atenção dos preparadores do Congresso sobre este ponto — a tendência para o enquistamento; todavia, não é senão uma tendência, e é pouco provável que o número de negros puros domine os mestiços no Estado de S. Paulo, como parecem indicar os resultados do recenseamento de 1940. Mas estas dificuldades não são intransponíveis e não devem nos impedir de tentar um estudo crítico da criminalidade negra (12).

Oscar de Godoy publicou sobre a criminalidade paulista de 1934 a 1938 dois estudos importantes (13), mas somente num ponto é que toca na questão da *côr*, no caso de criminalidade sexual. Mostra que para os leucodermas e faiodermas os crimes sexuais mais frequentes são entre 21 e 25 anos, enquanto que para os melanodermas é preciso abaixar para 16 e 20 anos. Mas não é a precocidade sexual do negro que nos interessa. Não usaremos, pois, para este estudo, a porcentagem dos



crimes segundo as raças ou as etnias, dos artigos de Godoy, mas somente a porcentagem elevada dos estrangeiros. Enquanto que nos Estados Unidos a criminalidade dos nativos é maior do que a dos imigrantes da primeira geração, no Brasil dá-se o contrário.

Criminalidade sexual:

Argentinos: 11; Iugoslavos: 6,9; Portugueses: 5,8; Brasileiros: 5,8.

Criminalidade sangrenta:

Lituanos: 6,3; Italianos: 3,1; Japoneses: 2,9; Russos: 2,8; Portugueses: 2,5; Espanhóis: 2,3; Brasileiros: 1,9.

A conclusão destes números salta aos olhos: são os fatores de desmoralização consecutivos ao transplante para meio social diferente que dominam, e se encontram entre os homens de cor uma criminalidade mais forte, será preciso buscar a razão igualmente na desagregação das comunidades de cor e não na raça.

Restringimos nossas buscas aos anos de 1940 a 1944; a criminalidade, na verdade, aumenta de ano para ano, mas é porque a população do Estado aumenta da mesma maneira e a prova é que este aumento dos crimes é maior para os brancos do que para as pessoas de cor. E é porque, também, novos crimes se ajuntam aos antigos, com a constituição de novos códigos. Podemos, assim, considerar a criminalidade como que cristalizada entre essas duas datas e procurar as médias para cada tipo de crime. (Anexo II)

## ANÁLISE DA CRIMINALIDADE:

1) O primeiro fato que chama a atenção é que, em todos os domínios, a criminalidade do homem de cor ultrapassa a do branco: Criminalidade geral:

para 100.000	brancos	.....	187	crimes
"	mulatos	.....	439	"
"	negros	.....	226	" (14)

2) Em toda a parte, ou quase em toda a parte, a criminalidade do mestiço ultrapassa a do negro.

Homicídios:

Interior:	Branco	—	345	Negro	—	46	Mulato	—	93
Cidade:		—	61		—	9		—	9

Ferimentos:

Interior:	— 2.184	— 333	— 398
Cidade:	— 1.582	— 205	— 142

Crimes sexuais

Interior:	— 523	— 127	— 159
Cidade:	— 180	— 30	— 28

Crimes contra a  
propriedade:

Interior:	— 545	— 154	— 161
Cidade:	— 637	— 58	— 41

Crimes contra a pessoa  
e a propriedade

Interior:	— 86	— 31	— 30
Cidade:	— 53	— 6	— 7

As poucas exceções que encontramos e que sublinhamos perdem sua importância se é verdade que os negros são mais numerosos que os mulatos. Que devemos concluir destes números? Primeiro, que a herança da escravidão parece estar agora mais ou menos liquidada; em segundo lugar, que o aumento rápido da criminalidade do mulato corresponde à sua situação ambivalente na sociedade; sua cor mais clara que, ao mesmo tempo, determina sua possibilidade de subir na escala social e, devido a isso, a intensificação de seus desejos, é de certa maneira um *handicap* (imaginário ou real, pouco importa para nós), criando um estado de frustração ou de insegurança, que se manifesta na criminalidade. Para o negro, notamos que é na cidade e não nas zonas do interior que sua criminalidade ultrapassa às vezes a dos mestiços; é que justamente a cidade abre a seu espírito muitas tentações que as zonas rurais são incapazes de fomentar. A capital, em particular, está banhada num clima sexual intenso, que excita o homem das classes inferiores, de onde a forte porcentagem de criminalidade sexual. Quanto aos ferimentos, dominam os ferimentos leves, que resultam do alcoolismo, das injúrias, das disputas e que traduzem uma adaptação social ruim, e não uma agressividade congênita. (15)

3) A criminalidade urbana, menos para o homicídio, ultrapassa a criminalidade rural. Isto é verdadeiro para qualquer cor. Mas é preciso reconhecer que a porcentagem das pessoas de cor se eleva de maneira anormal.

Homicídios:	para	100.000	brancos	—	7	para	100.000	de	côr	—	22
Ferimentos:	"	"	"	—	181	"	"	"	"	—	434
Crimes sexuais:	"	"	"	—	20	"	"	"	"	—	72
Furtos:	"	"	"	—	73	"	"	"	"	—	124
Roubos:	"	"	"	—	—	"	"	"	"	—	17

Em geral, a criminalidade urbana do mulato e do negro é o dôbro da do branco. Chega mesmo a ser o triplo. Mas se examinarmos com mais detalhes esta última estatística, constataremos que esta criminalidade é principalmente sangrenta ou violenta, e não uma manifestação de instintos desonestos. Com efeito, a diferença é mínima para os roubos, enquanto que é máxima para os homicídios. E devemos acrescentar que existe uma série de crimes (contra a segurança do Estado, falências fraudulentas, contra os direitos individuais, moeda falsa, etc.), nos quais a criminalidade é quase unicamente uma criminalidade branca. Ora, já se pôde estabelecer:

que a criminalidade violenta é uma criminalidade pré-capitalista, irrefletida;

que a criminalidade fraudulenta é uma criminalidade capitalista, resultante de uma reflexão pervertida;

e conclui-se facilmente que a criminalidade de côr é o resultado da falta de educação, que acarreta um domínio incompleto sôbre si mesmo, e que cessará na medida em que o negro fôr subindo na escala social.

#### 4) Interior do Estado:

Homicídios:	para	100.000	brancos	—	9	para	100.000	de	côr	—	32
Ferimentos:	"	"	"	—	59	"	"	"	"	—	168
Crimes sexuais:	"	"	"	—	14	"	"	"	"	—	66
Furtos:	"	"	"	—	14	"	"	"	"	—	72
Roubos:	"	"	"	—	2	"	"	"	"	—	14

Se, em geral, a criminalidade é menos importante para o interior (o que deriva em parte, talvez, de ser mais fácil esconder o crime), por outro lado encontramos uma porcentagem negra quatro vêzes mais elevada do que a do branco. É que no interior a herança da escravidão possivelmente continua mais viva que na cidade, que modifica a mentalidade dos homens. O que nos leva à conclusão paradoxal de que a capital tem uma influência dupla e contraditória sôbre o homem de côr: de um lado, ela é para êle, como para o branco, um fator de desagregação social, mas, por outro lado, ela é fator de educação intelectual e moral, tendendo a nivelar a criminalidade negra com a do branco. Chegará um momento em que, devido a instrução e a melhoria do nível de vida das massas deserdadas, não haverá mais diferenças de côr na criminalidade de São Paulo.

5) A criminalidade feminina: ela confirma os resultados da criminalidade geral, mostrando maior porcentagem de crimes de mulheres de côr; e entre as mulheres de côr, porcentagem mais alta de mestiças:



Para 100.000 mulheres brancas	(1940-1943)	.....	15
" " " mulatas		.....	53
" " " negras		.....	30 (16)

6) Delitos de Polícia — À primeira vista parece que neste ponto houve uma reviravolta; enquanto que, na criminalidade propriamente dita, os mestiços superavam os negros, vemos aqui, ao contrário, que, principalmente na capital, são os negros que dominam. É que se trata antes de tudo de uma criminalidade das massas abandonadas, de baixo *status* social: mendicidade, alcoolismo, desordem, vagabundagem, etc. Os números do Anexo II são significativos neste particular. Mas se, em lugar de não nos contentarmos com os totais, investigarmos a proporção de crimes em relação à população, então o negro retoma o seu lugar de sempre, depois do mulato. Na medida em que o cálculo da côr, no recenseamento geral, corresponde *grosso modo* à verdade, teremos:

Agressões:	Branco	— 11	Mulatos	— 50	Negros	— 30
Alcoolismo:		195		1.220		862 para
Desobediência:		13		54		29 100.000
Desordem:		177		893		763 h. de
Insultos:		10		40		23 cada
Mendicidade:		17		79		61 côr
Vagabundagem:		13		137		81
Furtos:		1		19		9

De um modo mais geral:

Totais de delitos —

Interior:	para 100.000 brancos	— 504	para 100.000 de côr	— 2948
Capital:	"	— 1036	"	— 6403

Estes números são desproporcionados e indicam um estado patológico de desagregação racial, familiar e moral, que é preciso denunciar a fim de remediar.

7) Delinqüência juvenil — Também neste caso observamos que o negro domina sobre o mulato de maneira geral:

	52 brancos
em 100 jovens delinqüentes, contamos	20 mulatos
	26 negros

É preciso notar também o lugar proeminente ocupado pela mulher nesta delinqüência juvenil: média de 123 brancas, 84 mulatas e 114 negras, isto é, mais ou menos para 100 prisões de menores, 38 de brancas,

26 de mulatas e 35 de negras. Mas se calculamos sobre a população menor do Estado, os resultados entre os mulatos e os negros são inversos, embora o número dos menores negros continue excessivamente elevado.

para 100.000 menores	brancos	.....	54
"	mulatos	.....	379
"	negros	.....	325
para 100.000 menores	brancas	.....	16
"	mulatas	.....	200
"	negras	.....	176

## CONCLUSÕES

A criminalidade do homem de côr muda, pois, de natureza, ao mesmo tempo que se modifica a estrutura social. O que prova que o fator explicativo deve ser procurado do lado da sociologia e não do lado da raça. Mas apesar das modificações devidas à libertação dos escravos, mais tarde à industrialização e à urbanização, a criminalidade paulista continua ainda marcada pela herança colonial.

O colonialismo desenvolve, com efeito, a agressividade tanto do branco quanto do negro, o sadismo do primeiro, a revolta do segundo. A criminalidade sangrenta, a criminalidade sexual vencem a criminalidade fraudulenta. O homem habituado a viver no campo, isolado de contatos humanos, não tem a disciplina que nasce das relações inter-sociais e vemos, na verdade, o homicídio dominar nas zonas rurais, entre os trabalhadores dos campos ou entre os empregados domésticos. Quanto à agressividade da cidade, ela provém de que também aqui a comunidade se vê destruída, reduzida a uma poeira de indivíduos não suficientemente coordenados entre êles.

Além disso, a chegada em massa, nas cidades e nas grandes metrópoles, de escravos libertados, provocou uma crise da qual o negro ainda não saiu. Constitui em geral o elemento fundamental da baixa classe, que não tem instrução, educação familiar (devido à desorganização da família) e que não aprendeu o contrôle de si mesmo. Quanto ao mulato, encontra-se prêso entre os seus desejos de subir e os obstáculos que tornam difícil esta ascensão, de onde sua queda e sua porcentagem de crimes, mais elevada muitas vêzes do que a do negro, êste último mais resignado à sua condição miserável. Dêste ponto de vista, se o crime é sempre repugnante, pode-se assinalar a porcentagem alta como um sinal favorável; pois um dia o equilíbrio se restabelecerá e é necessário que, apesar da crise que provoca, os desejos do homem se

intensifiquem. É preciso que o homem de côr se torne cada vez mais ambicioso.

A preocupação constante, porém, deve ser naturalmente que esta ambição se realize sem trazer consigo o aumento da criminalidade da qual nossas estatísticas mostraram a realidade terrível. O que indica como o trabalho educativo é urgente entre as pessoas de côr. Só a educação poderá liquidar definitivamente a herança da escravidão, permitindo a cooperação harmoniosa das três côres do Brasil de amanhã.

(1) Vêr, por exemplo, Arq. Mus. Nac., Rio, 1928, pg. 328-9: questionário enviado a intelectuais, militares, fazendeiros e relativo a oito traços ou qualidades morais: previdência, sugestibilidade, impulsividade, decisão, auto-contrôle, perseverança, conciliação e fidelidade. Brancos, 4,10 — Mulatos, 3,70 e Negros, 2,30.

(2) E. F. FRAZIER, *The Negro in the United States*, New York, 1949, chap. 25 — TH. SELLIN, *The Negro Criminal*, *The Annals*, LXXXIX, 1928 — J. DOWD, *The Negro in American Life*, chap. 7 — CH. J. JOHNSON, *The Negro in American Civilization*, New York, 1937 — C.B. JOHNSON, *The Negro and Crime*, *The Annals*, American Acad. of Politic and Social Science, 1941 — MYRDAL, *The American Dilemma*, New York, 1944, II, pg. 966-979, etc. FRAZIER mostrou que, nos bairros negros, a criminalidade negra segue as mesmas leis ecológicas que a criminalidade dos brancos, diminuindo a partir da zona da miséria, junto do distrito central dos negócios, para a periferia (*The Harlem*, Amer. Jour. Sociol. XLIII, 1937).

(3) J. DOLLARD, *Caste and Class in a Southern Town*, Yale Univ. Press, 1937.

(4) SELLIN et MYRDAL, o.c.: É a oposição entre a criminalidade "aparente" e a criminalidade "real".

Porcentagem de prisões de negros em seguida ao crime:	de 424,8 a 0,5
Porcentagem de prisões de brancos em seguida ao crime:	de 96,7 0,4
Porcentagem de prisões mantidas: negros	90,6 8,0
Porcentagem de prisões mantidas: brancos	92,6 6,4

(5) J. BRYCE, *Les républiques sud-américaines*, II, Paris, 1915, pg. 189: "A criminalidade (entre os negros) não é maior do que a que se encontra entre outras populações ignorantes, desprovidas de noções suficientemente precisas em matéria de moral e de probidade". Note-se aqui que a percentagem de criminalidade do negro é até inferior à de algumas categorias de imigrantes.

Para 1.000 h.	mexicanos:	4,7	canadenses:	3,0
	italianos:	4,1	rusos:	2,8
	austriacos:	3,6	poloneses:	2,7
	francêses:	3,4	negros:	2,7

(6) BRAZ DO AMARAL, *Os grandes mercados de escravos africanos*, Rio, s/d.

(7) NINA RODRIGUES, *Os africanos no Brasil*, 2ª ed., S. Paulo, 1935, pg. 403-409.

(8) Em Limeira o escravo Lázaro mata duas crianças que o tinha chamado de quilombola. *Relatório do chefe de polícia*, 1873.

(9) Um só caso de todos os processos consultados indica que se trata de um negro da Bahia: roubo de porcos, em 1856.

(10) No Rio de Janeiro, em 1856, estavam na prisão: 17 brancos brasileiros, 52 estrangeiros, 52 brasileiros de côr.

(11) Números estabelecidos pela comparação entre *Relatórios* manuscritos dos chefes de polícia: para a capital, o *Relatório ao Dr. Motta, da Repartição de Estatística*, e, para o interior, os dados de H. LOWRIE e O. VIANNA (população calculada no primeiro caso, presumida no segundo).

(12) *Estatística policial-criminal do Estado de S. Paulo* — *Boletim do Departamento Estadual de Estatística* — e os estudos de Giorgio Mortara sobre o recenseamento de 1940.



(13) — OSCAR DE GODOY, "Fatores da criminalidade na capital de S. Paulo", *Rev. Arg. Munic. de S. Paulo*, LXIII, 1940; e "Imigração e criminalidade", *idem*, LXVII, 1940.

(14) Em tôdas as estatísticas que seguem nós nos servimos, para calcular a porcentagem dos crimes nos três tipos de população, dos dados de Giorgio Mortara para a cidade e para o Estado de São Paulo, diminuídos de 25%, que é a subtração tradicional adotada para calcular a população chamada "responsável".

(15) Esta desordem das cores, que entrevimos para S. Paulo em transição, se afirma ainda mais se compararmos a porcentagem dos crimes com as porcentagens das cores:

Homicídios — criminalidade branca —	73%	mulata —	15%	negra —	10%
— população —	84%	menos de	5%		12%
Ferimentos — criminalidade branca —	77%	mulata —	11%	negra —	11%
— população —	84%	menos de	5%		12%
Crimes se — criminalidade branca —	67%	mulata —	17%	negra —	16%
xuais — população —	84%	menos de	5%		12%
Contra a — criminalidade branca —	73%	mulata —	12%	negra —	5%
propriedade população	84%	menos de	5%		12%
Contra a — criminalidade branca —	65%	mulata —	17%	negra —	18%
pessoa e a					
propriedade população	84%	menos de	5%		12%

(16) A criminalidade feminina (como também a dos menores) foi calculada para os anos de 1941 a 1943.

(17) GODOY, o.c.

## ANEXO I — ESTATÍSTICA DA CRIMINALIDADE DE SÃO PAULO EM 1870 (\*)

<b>Crimes Públicos</b>	<b>S. PAULO</b>	<b>BRASIL</b>
Resistência	13	42
Fuga de prisioneiros	42	83
Outros	8	111
<b>Crimes particulares</b>		
Homicídios	70	586
Tentativa de homicídio	35	228
Ofensas físicas	150	1.314
Estupro	9	67
Rapto	2	24
Furtos	23	343
Estelionato	19	122
Roubo	25	173
Outros	85	617
<b>Delitos policiais</b>		
Vagabundagem	8	193
Outros	12	108
<b>TIPOS DE CRIMINALIDADE:</b>	<b>ESCRAVOS</b>	<b>LIVRES</b>
<b>Crimes contra a pessoa:</b>		
Homicídio	4	52
Tentativa	3	22
Ferimentos graves	4	26
Ofensas físicas	8	81
Ameaças	1	9
<b>Crimes contra a propriedade</b>		
Danos	1	13
Pequenos furtos	3	12

(\*) Relatório do Ministro da Justiça (1871).

Estelionato	1	11
Roubos	0	12
<b>Crimes sexuais</b>		
Estupro	0	8
Infanticídio	0	1
<b>Outros crimes</b>	1	61
<b>Total</b>	<u>26</u>	<u>309</u>

## REPARTIÇÃO GEOGRÁFICA:

Municípios	ESCRAVOS	LIVRES
Capital	12	140
Lorena	1	3
Jacareí	2	10
Pirassununga	2	2
Guaratinguetá	1	11
Taubaté	3	7
Itu	1	4
Tietê	1	0
Bragança	3	18
Outros municípios	0	114

## ANEXO II

I — Criminalidade total (1940 - 1944) Médias	BRANCOS	MULATOS	NEGROS
Interior	5.889	870	567
Capital	3.203	245	335
<b>Criminalidade feminina</b>			
Interior	342	70	60
Capital	310	31	50
<b>Homicídios e tentativas</b>			
Interior	345	93	46
Capital	61	9	9
<b>Ferimentos graves ou leves</b>			
Interior	2.184	398	333
Capital	1.582	142	205
<b>Conjunto de crimes contra a pessoa</b>			
Interior	3.008	487	356
Capital	1.699	151	215



<b>Criminalidade sexual</b>			
Interior	523	159	127
Capital	180	28	30
<b>Crime contra a propriedade (furto)</b>			
Interior	545	161	154
Capital	637	41	58
<b>Crime contra a propriedade e a pessoa (roubo)</b>			
Interior	86	80	31
Capital	59	7	6
<b>II — Detensões da Polícia</b>	<b>BRANCOS</b>	<b>MULATOS</b>	<b>NEGROS</b>
<b>Totais-Médias 1940-1944</b>			
Interior	18.643	6.485	6.272
Capital	9.027	2.003	3.110
<b>Agressões</b>			
Interior	315	86	69
Capital	216	42	50
<b>Alcoolismo, embriaguez</b>			
Interior	6.316	2.463	2.489
Capital	2.597	618	898
<b>Desobediência</b>			
Interior	538	125	100
Capital	116	12	15
<b>Desordem</b>			
Interior	4.015	1.320	1.357
Capital	4.120	934	1.653
<b>Escândalo</b>			
Interior	248	82	78
Capital	76	34	61
<b>Insultos, ofensas, provocações</b>			
Interior	325	77	62
Capital	177	26	29
<b>Mendicidade</b>			
Interior	94	28	28
Capital	708	174	213
<b>Vagabundagem</b>			
Interior	511	303	263
Capital	93	45	60

<b>Pequenos furtos</b>			
Interior	74	45	38
Capital	8	5	1
(1940-3)			
<b>III — Delinquência juvenil</b>			
<b>Totais — Médias 1940-1944</b>			
Interior	701	267	308
Capital	134	59	118
<b>Alcoolismo</b>			
Interior	94	42	49
Capital	13	9	9
<b>Desordem</b>			
Interior	132	54	57
Capital	68	41	74
<b>Escândalo</b>			
Interior	18	6	6
Capital	11	4	5
<b>Vagabundagem</b>			
Interior	26	12	17
Capital	3	4	6

# DIVERSOS



## O QUILOMBO DA CARLOTA (\*)

Parecer e discussão sôbre a tese de *Édison Carneiro*

## Parecer

de ROGER BASTIDE

*Proponho ao primeiro Congresso do Negro Brasileiro não só que o Congresso aprobe este valioso trabalho, mas que dê todos seus aplausos a esta nova contribuição do autor do Quilombo dos Palmares sobre o movimento dos quilombolas no Brasil, ainda para desfazer a afirmação da "docilidade" ou "passividade" do escravo, em oposição ao sentimento de liberdade dos índios, que não passa de uma lenda e de uma lenda prejudicial, capaz de desenvolver um complexo de inferioridade na raça. O Sr. Edison Carneiro mostra também a verdadeira história dos quilombolas na História do Brasil, vanguarda de penetração colonizadora no sertão e da cristianização dos índios.*

APROVADA

Em 29-8-50

(a) WALFRIDO MORAES

*O SR. PRESIDENTE* (Costa Pinto) — Vou dar a palavra ao Prof. Roger Bastide, Relator do trabalho do Prof. Edison Carneiro, "O Quilombo da Carlota". Com a palavra o Prof. Roger.

*O SR. ROGER BASTIDE* — Talvez o Congresso pudesse manifestar aqui o desejo de que um dia o Prof. Edison Carneiro escreva todo um livro sobre o assunto. A tese demonstra a utilidade do quilombo, pois o amor à liberdade nos antigos escravos provocou a penetração colonizadora em São Paulo. É um trabalho de coordenação de idéias, enfim um grande trabalho em favor da civilização. Peço, pois, que se aceite esta tese e se dê, a seu eminente autor, os aplausos mais calorosos.

(Palmas)

*O SR. PRESIDENTE* — Não preciso perguntar se o autor está presente. Com a palavra o autor.

*O SR. ÉDISON CARNEIRO* — A comoção me embarga a voz.

*O SR. PRESIDENTE* — Está franqueada a palavra. A proposta do Prof. Roger Bastide é de que aprovemos a tese e de que seja ela também aprovada com voto de louvor. Vou pôr em votação a proposta.

*O SR. JOVIANO SEVERINO DE MELO* — Queria saber do que se trata.

*O SR. GUERREIRO RAMOS* — Quero dar uma explicação ao colega. É que temos mais ou menos 10 teses, e nunca se poderia encerrar os trabalhos do Congresso, se não tivéssemos adotado esse sistema de indicar um Relator, para que esse Relator examinasse a tese e só apresentasse o seu parecer.

*O SR. JOVIANO SEVERINO DE MELO* — Estamos aqui para tomar conhecimento dos ensinamentos que este Congresso vai trazer para nós. As teses são já recebidas dentro dos envelopes. Não está direito. Precisamos de liberdade e de conhecimento; se não, para que estamos nós aqui? Também a ata não foi discutida e vai ser aprovada ou negada na 3.<sup>a</sup> reunião. Para que estamos aqui afinal? As teses não devem ficar somente dentro da opinião do Sr. Relator.

*O SR. GUERREIRO RAMOS* — Em todos os Congressos é de praxe este procedimento.

*O SR. DARCI RIBEIRO* — Esclareço que não há nada de anormal nesse tipo de procedimento. Acho perfeitamente compreensível que o Nobre Colega peça explicações ao ilustre professor. Ele pode dar todas as explicações. Se fôsse lida por inteiro cada tese, se cada Congressista examinasse cada tese, o Congresso não se poderia encerrar. Dêsse modo, acho que o procedimento adotado é o aconselhável.

*O SR. JOVIANO SEVERINO DE MELO* — Penso que se deveria dar conhecimento a nós, que não estamos na Comissão e que não conhecemos as teses senão quando vai ser lido o parecer de cada uma. Seria melhor que se designasse um grupo de Congressistas para estudar cada tese e depois esses Congressistas poderão dar uma opinião.

*O SR. PRESIDENTE* — Peço licença para dar um esclarecimento. É a primeira vez, como sabem, que compareço às Sessões, e fui arrastado para presidir os trabalhos. Aliás, por uma questão de temperamento, teria preferido ficar na planície. Aqui, entretanto, como qualquer um dos senhores, sou escravo do regimento que me foi apresentado para dar uma norma aos nossos debates. Diz o art. 2: "São membros do Con-



gresso: A) Os Representantes das Instituições Culturais. B) As pessoas especialmente convidadas. C) Os autores de teses, memórias, indicações, etc.”. Queria, pois, esclarecer este ponto, por uma questão de ordem. A Mesa apresenta os trabalhos, e é condição indispensável que haja uma Carta Magna, que no caso é o regimento, e ao qual se obedeça. Pediria aos organizadores deste Congresso, se acaso têm mais algum detalhe, para qualquer esclarecimento, que o apresente.

*O SR. REPRESENTANTE DA BAHIA* — Proponho, como conciliação, que se dêem esses trabalhos a um grupo de pessoas, para que essas pessoas, em sessão posterior, possam emitir o seu parecer fundamentado.

*O SR. PRESIDENTE* — A Mesa não tem nenhuma objeção a fazer a essa sugestão.

*O SR. DIONÍSIO ALVES* — Essa conciliação que se apresenta à Mesa é matéria pacífica do Congresso. Tenho tomado parte em vários Congressos e quando se apresenta uma dúvida dessa ordem é interessante que o autor da tese venha fundamentar o seu ponto de vista. Votei com o Relator da tese, porque o autor da mesma, Sr. Edison Carneiro, tem autoridade na matéria, assim como o Relator do trabalho, Prof. Roger Bastide.

(Palmas)

*O SR. PRESIDENTE* — Posso interpretar os aplausos da assistência como aprovação da proposta feita pelo ilustre Congressista?

*O SR. JOVIANO SEVERINO DE MELO* — Quero acentuar diante de todos. Não posso, devido a minha situação de pouca cultura, dar parecer em estudos de homens de cultura. Retiro a minha proposta.

*UM CONGRESSISTA* — Sr. Presidente. Srs. Congressistas. Gostei da atitude de arrôjo de nosso colega, quando ele focalizou um assunto que me interessa bastante, porque, quando aceito uma tese, não quero conhecer a pessoa e sim as suas idéias. Não posso aceitar um parecer, sem conhecer a tese no seu conteúdo, isso porque eu não conhecia o Prof. Edison Carneiro. Se ele dissesse, por exemplo, que é vetado ao negro ingressar na Universidade do Brasil e depois o Relator relatasse a tese, iríamos aqui apurar do que se tratava. Acho que o ponto de vista do ilustre Representante da Bahia, não se generaliza no nosso caso. Era preferível que uma Comissão estudasse a tese, em vez de ficar nos envelopes. Formulo o meu protesto, muito embora um pouco tarde, mas acho que há tempo bastante para defender as teses que à Mesa e a ilustre Comissão julguem merecer a sua apreciação e os debates da Assembléia.

*O SR. PRESIDENTE* — Tem a palavra Pe. Pedro.

*PE. PEDRO SCHOONAKKER* — Tenho assistido a vários Congressos e lembro-me dos principais pontos. Naturalmente não concordo com tudo que se está passando.

*O SR. PRESIDENTE* — Tem a palavra o Sr. Celso A. Rosa.

*SR. CELSO ALVES ROSA* — A causa fundamental de todos êsses debates foi, sem dúvida, a emoção que embargou a voz do ilustre autor da tese, Prof. Edison Carneiro. Porque é comum nos Congressos o autor das teses defendê-las ou, pelo menos, dar idéia do que trata o seu trabalho.

*O SR. PRESIDENTE* — Com a palavra o autor da tese, Prof. Edison Carneiro.

*O SR. EDISON CARNEIRO* — Estamos fazendo confusão desnecessária. É evidente que em todos os Congressos as teses são impressas e distribuídas aos Srs. Congressistas, mas, como sabemos, não temos dinheiro para isso. Não é justo que se exija de nós, que não temos dinheiro para outras coisas, inclusive para enfeitar a mesa, que se publiquem essas teses para todos. Exatamente por isso, convencionou-se, na sessão preparatória, que só seriam discutidos os pareceres do Relator. Acho que neste ponto, ou somos práticos, ou não sairemos daqui, porque, infelizmente, não sabemos fabricar dinheiro, e não somos donos de papelaria ou tipografia. O precedente aberto aqui, de que a tese fôsse entregue para que no dia seguinte essa pessoa trouxesse o seu parecer, não seria possível, porque outras teses ficariam sujeitas ao mesmo critério, e, então teríamos que prolongar o Congresso indefinidamente. Em segundo lugar, não discuti a tese, nem o parecer do Relator, porque as pessoas que me conhecem sabem que não gosto de falar de mim, mas, já que é necessário, digo que a tese é apenas a narração histórica do "Quilombo da Carlota", em Mato Grosso; a destruição dos quilombos e a marcha pelo sertão em busca de ouro. O autor se limitou a fazer a narração dos acontecimentos e nada mais. É apenas uma maneira de estudar, num documento antigo, naturalmente emaranhado, e tirar dêle uma narração lógica dos acontecimentos, uma narração que ajude a entender o fenômeno antigo, chamado "O Quilombo da Carlota". Em terceiro lugar, quero lembrar à Assembléia que o regimento interno dêste Congresso proíbe manifestações de aplauso ou desagravo. Oponho-me, por essa razão, a que se infrinja o regulamento interno. Parece que agora podemos prosseguir em nossos trabalhos.

*O SR. PRESIDENTE* — Vou dar a palavra ao Relator, que é o autor do parecer, para que também êle possa trazer esclarecimentos. Com a palavra o Prof. Roger Bastide.

*O SR. ROGER BASTIDE* — Quero dizer algumas palavras de justificativa. *Acho que o Congresso do Negro Brasileiro não deve ser unicamente um Congresso de estudos afro-brasileiros, mas deve se distinguir pelo seu trabalho de ação.* (Palmas). É um Congresso onde se discutem idéias por um Brasil maior. Estou feliz, porque neste Congresso ninguém dorme. Todos discutem, dando bom exemplo de democracia social e política.

*O SR. PRESIDENTE* — Tem a palavra o Sr. Rubem Silva.

*O SR. RUBEM DA SILVA GORDO* — Eu e Jorge Prado Teixeira viemos de Ribeirão Preto, lugar de ação, de onde sai o café, orgulho do Brasil. Não acredito que os Srs. Congressistas e a Mesa desconheçam o interesse que este Congresso despertou em nossa zona. É um interesse que ultrapassa todos os limites. Também se interessa por ele D. Sinhá Junqueira, que possui a maior usina açucareira da América do Sul, construída pela força do negro. Aqui estamos para levar tudo o que aqui se passar. Achamos, no nosso modo de pensar, que esta questão levantada aqui é um pouco justificada. Sabemos muito bem que todos nós nos batemos no sentido de elevar este Congresso cada vez mais. Acho que o Sr. Joviano tem o direito de saber. Não conhecíamos Edison Carneiro, esta figura impoluta. Tínhamos apenas seus livros. Reconhecemos nele uma capacidade acima do que pensávamos. Vou levar para Ribeirão Preto essa simpatia que a sua figura irradia, mas o Congressista que me precedeu não foi sincero, ao dizer que simplesmente pelo Sr. Edison Carneiro possuir grande cultura nesse sentido seria o bastante para que aprovemos a sua tese. Sugiro que se apresentem dois elementos conhecedores do assunto, para dar o seu parecer sobre cada tese apresentada neste Congresso.

*O SR. PRESIDENTE* — Tem a palavra o Sr. Jorge Prado Teixeira.

*O SR. JORGE PRADO TEIXEIRA* — Atendendo ao que o colega acaba de dizer, solicito à Presidência, ou melhor, à Mesa, que sugira uma Comissão Central, de conformidade com o artigo 12, do regimento interno, isto é, que crie uma Comissão composta por Congressistas, e que essa Comissão de dois ou três membros, dê o seu voto e parecer escrito, naturalmente, num relato de cada tese. Acho que essa medida possa ser plenamente exequível, porquanto aqui estamos, de todos os estados do Brasil, única e exclusivamente para esse fim, e por conseguinte, o tempo durante o dia, que é gasto em passeios, seria gasto em trabalho. Assim seria bastante interessante para nós, que viemos de fora, que se tomasse essa medida, porque assim o nosso tempo seria melhor aproveitado em benefício do Congresso. Sr. Presidente, era o que tinha a dizer.



*O SR. PRESIDENTE* — Com a palavra o Prof. Edison Carneiro.

*O SR. EDISON CARNEIRO* — Em nome da Comissão Central, accettamos a sugestão do nobre colega.

*O SR. PRESIDENTE* — O regimento diz no seu artigo 12: "Os casos omissos dêste Congresso serão decididos pela Comissão Central". Atendendo a isso, vou designar uma Comissão composta de Congressistas, que tomarão conhecimento do texto do Relator de cada tese, e apresentarão então o seu parecer sôbre o trabalho examinado. Designo para essa Comissão o autor da proposta, Sr. Jorge Teixeira e o Sr. Representante da Bahia.

# CONSIDERAÇÕES A PROPÓSITO DO NÍVEL GERAL DO PRÊTO NO BRASIL E OS MEIOS PARA A SUA ELEVAÇÃO

Parecer e discussão sôbre a tese de *Edgard Theotônio Santana*

## Parecer

Não se poderá negar, por um dever de justiça, o esforço do autor do presente trabalho em dar uma contribuição louvável ao I Congresso do Negro Brasileiro. Mas a tese não tem substância. É relativamente, longa, para um trabalho mais de imaginação e devaneio do que de pesquisas. No seu curso há uma série de subtítulos como sejam: "Liderança da raça branca" — "O Brasil — O Português: o caldeamento" — "Preconceito de Raça no Brasil" — "A influência dos estrangeiros no Brasil com relação aos negros" — e o conteúdo da moção propriamente dita que não se afirma, mas a começar pelo título é uma interrogação do autor.

A despeito, como vemos, da riqueza de títulos que dariam para um profundo trabalho, o ilustre autor faz, apenas, ao desenvolvê-los, uma tentativa de entrar nos assuntos. Sente-os mas não se aprofunda. Não desce. Não penetra. Fica na superfície, ao que parece à míngua de elementos à mão para fundamentá-los. Fala quase sempre de si mesmo e se confessa não ser cabotino e não viver mudando de partidos e não ser comunista, sendo esta profissão de fé democrática uma infração evidente ao artigo 9.º do Regimento Interno deste Congresso. Fala da raça branca escravizando a raça negra mas não passa de uma dissertação meramente sentimental destituída de qualquer estrutura de pesquisa histórica; e entra em contradição condenando as colônias japonesas, alemãs, judaicas, etc. etc. no Brasil e a certa altura de sua Moção aconselhando que se faça uma doutrinação entre os negros no sentido de os imitarem, afirmando ainda que esses negros não podem prescindir do apoio dos brancos. Condena tanto o folclore e recomenda que se venere Gilberto Freyre!

Particularizando o fato da escravidão no Brasil afirma o autor que "foi um clima emocional que fez os escravos libertos", com o que não concordamos, pois, antes e acima deste clima, a abolição obedeceu ao fenómeno da fatalidade histórica. Os negros que para aqui vieram nos porões infectos dos navios teriam necessariamente de evoluir para uma vida melhor. Foi assim em todo continente ao qual, como diz Varnhagen em sua monumental História do Brasil, "a raça negra deu mais homens



ilustres do que em sua própria Pátria". Foi assim em tôdas as partes do mundo para onde a ambição da Coroa Portuguesa os levou como peças de comércio. E o próprio autor que se diz preto retinto e é médico numa clínica de São Paulo é um grande exemplo da evolução histórica do negro.

Em linhas gerais, como já tive o ensejo de afirmar no início deste Parecer, o trabalho do Dr. Theotônio Santana tem mérito pelo esforço demonstrado, e é para este esforço que eu peço a atenção da Casa, sendo de opinião que se deva mencionar o trabalho em Ata, dado as circunstâncias do que ele representa como contribuição ao Congresso, não o incluindo porém, nos Anais por falta evidente de base da matéria abordada tal como o próprio autor afirma e assevera com uma louvável sinceridade de apresentação.

E o que entendemos.

Rio, 30 de agosto de 1950

(a) **WALFRIDO MORAES**  
Relator

Após uma rápida mas eficiente leitura na tese a que se refere este Parecer, endossamo-lo.

(as.)

**JOSÉ BERNARDO DA SILVA**  
**SEBASTIÃO RODRIGUES ALVES**

APROVADO o parecer

Em 30-8-50

(a) **JORGE PRADO TEIXEIRA**

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Prado Teixeira): — Tem a palavra o Sr. Walfrido Moraes, que vai relatar a tese "Considerações a propósito do nível geral do preto no Brasil e os meios para a sua elevação", do Dr. Edgard Teotônio Santana.

**O SR. WALFRIDO MORAES** — Lerei o meu Parecer.

(Leitura)

**O SR. PRESIDENTE** — Está em discussão o Parecer. Tem a palavra o Sr. José Bernardo da Silva.

**O SR. JOSÉ BERNARDO DA SILVA** — A meu ver, um Congresso como este deveria obedecer à seguinte norma: as teses deveriam ser lidas. Esta tese, por exemplo, deve ser interessantíssima. Se essa tese

fôsse lida para todos, teríamos, então, um melhor ensejo de aquilatar o valor da mesma, que não deve ser absolutamente avaliado por uma só pessoa. Ouvir a tese seria muito interessante pelos conhecimentos que ela poderia trazer. Ela é bonita, é importante e nos causa admiração. Por isso eu desejaria, não dando o meu voto contra, que mais tarde pudesse ter a felicidade de ler a tese nos seus fundamentos. Não voto contra. Estamos aqui para discutir.

(Palmas)

*O SR. PRESIDENTE* — Queria esclarecer ao Plenário que, excepcionalmente, a tese do Dr. Edgard Santana foi mimeografada e está a disposição dos que a quizerem ler. Passo-a às mãos dos interessados. Tem a palavra o Dr. Theodorico dos Santos.

*O SR. THEODORICO DOS SANTOS* — Sr. Presidente. Srs. Congressistas. Não é de estranhar que o orador que me precedeu, como apaixonado que é, pedisse à mesa a leitura da tese. Ele, como todos os outros estudiosos do assunto, tem muito interesse por todos êsses problemas. No entanto, não veio às sessões anteriores, quando foi resolvido por êste Plenário que essas teses deveriam ter um Relator, pois o tempo seria escasso para serem lidas tantas quantas fôssem apersentadas. O Presidente vai usar de sua palavra sábia, para esclarecer aos presentes que essa situação jamais poderá voltar em tórno de tal assunto, para que casos como êste não venham a se repetir. Os Srs. Congressistas devem ter o cuidado de aqui estarem cotidianamente presentes, para evitar êstes choques. Êste era o apêlo que faço à mesa, através do Sr. Presidente.

*O SR. PRESIDENTE* — Tem a palavra o Sr. Sebastião Rodrigues Alves, pôsto que a Mesa tomou conhecimento do pedido do Sr. Theodorico Santos. Peço ao Sr. Rodrigues Alves que venha ao estrado.

*O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES ALVES* — É apenas uma proposição, por isso quero fazê-la daqui mesmo da Assembléia. Quero propor seja designada uma Comissão para fazer uma revisão na tese do Prof. Edgard Theotônio. Nós temos muitas pessoas que querem trabalhar e isso seria fácil. Peço que a esclarecida Assembléia tenha êsse gesto democrático.

*O SR. PRESIDENTE* — Tem a palavra o Sr. José Bernardo.

*O SR. JOSÉ BERNARDO DA SILVA* — Os senhores não entenderam. Não estou contra a tese, nem contra o Relator. Em absoluto. A única coisa que fiz sentir foi que deveria ter sido tomada esta medida antes.

É uma opinião livre, mas eu me conformo com o que disse o Sr. Relator.

*O SR. PRESIDENTE* — O que há é que o nobre Congressista José Bernardo não esteve aqui na 1.<sup>a</sup> Sessão Ordinária, onde se tratou de caso semelhante, o que torna este assunto matéria vencida. Usando das minhas atribuições, quero designar os Srs. Sebastião Rodrigues Alves, Walfrido Moraes e José Bernardo da Silva para formarem a Comissão de Revisão na tese ora discutida. Tem a palavra o Sr. Walfrido de Moraes.

*O SR. WALFRIDO DE MORAES* — Lembraria que seria extemporânea a minha designação, pois teria que manter o mesmo ponto de vista. Uma Comissão de Professores, além de mim, seria muito mais interessante. Li a tese, tive o cuidado de analisá-la e foi dentro desses princípios que dei meu parecer. O trabalho tem valor como contribuição emocional, mas como contribuição científica o ilustre autor não se aprofundou na questão.

*O SR. PRESIDENTE* — Alguém mais deseja fazer uso da palavra? Então desde que o Sr. Relator declina da designação para fazer a revisão da tese, fica a Comissão constituída dos Srs. Sebastião Rodrigues Alves e José Bernardo da Silva.



# ESCRAVIDÃO E ABOLICIONISMO EM SÃO PAULO (\*)

Parecer e discussão sôbre a tese de *Oracy Nogueira*

## Parecer

de ROGER BASTIDE

*Proponho a aprovação do Congresso para o trabalho do eminente Professor da Escola de Sociologia de São Paulo, que abre novos horizontes para os estudiosos no campo da sociologia da escravidão no Brasil. Mostrando a revolta constante do negro contra a instituição da escravatura e revelando, através de documentos inéditos, que a escravidão não foi uma "instituição suave e humana como alguns tendem a pensar". O trabalho do Prof. Oracy Nogueira conclui com uma hipótese de trabalho, de caráter sociológico, sobre o movimento abolicionista como efeito de propaganda da estrutura social e do aparecimento duma classe burguesa. O Congresso faz sua a conclusão do autor: "O autor encarece a necessidade do levantamento de dados semelhantes aos seus, em tantas cidades antigas do Território Brasileiro quanto possível, e proponho aos membros deste Congresso a formulação de um apêlo aos historiadores e sociólogos brasileiros, para redigirem com os documentos dos arquivos das Câmaras e dos Cartórios o maior número possível de monografias sobre a situação do escravo no Brasil e o movimento abolicionista".*

APROVADA

Em 28-8-50

(a) L. A. COSTA PINTO

*O SR. PRESIDENTE* (Costa Pinto) — Tem a palavra o Prof. Roger Bastide, para relatar a tese do Sr. Oracy Nogueira, sobre o título "Escravidão e abolicionismo em São Paulo".

*O SR. ROGER BASTIDE* — Sobre este trabalho, peço ao Congresso a sua aprovação, e também, que sejam distribuídas em todo o Brasil monografias sobre esse problema de escravidão e abolição. Por isso, peço ao Congresso a sua aprovação, e faço um apêlo aos estudiosos do Brasil,

para que organizem monografias, para que se possa preparar um livro o mais completo possível sobre a escravatura no Brasil. (Faz a leitura do Parecer).

*O SR. PRESIDENTE* — Alguém quer se manifestar sobre o parecer do nobre Relator? Com a palavra o Dr. Darci Ribeiro.

*O SR. DARCI RIBEIRO* — Aproveito a oportunidade para fazer uma declaração: há, entre nós, uma tendência infeliz, qual seja a de se promover a posição do negro, a de colocar-se sempre a escravidão como uma quadra de boas relações, como uma quadra de nossa história em que brancos e negros viviam muito bem, em que os brancos tratavam os negros com grande respeito. A tese que está em discussão vem, precisamente, contra esse ponto de vista, daí a sua utilidade. Só dos conhecimentos verdadeiros sobre o assunto é que poderemos tirar conclusões para melhor compreendermos o negro.

*O SR. PRESIDENTE* — Tem a palavra o Sr. Theodorico Santos Araújo.

*O SR. THEODORICO SANTOS ARAÚJO* — Não sei se o Relator se refere à pesquisa em todo o território nacional, no sentido de coletar dados verdadeiros que nos indiquem as relações dos Senhores com os Escravos. No entanto, se o Congresso dispõe de meios, que se encarregue de estabelecer correspondência com os municípios mais longínquos de nossa pátria.

*O SR. PRESIDENTE* — Acredito que o espírito da proposta vem de encontro àquilo que está em discussão. Não creio, entretanto, que seja possível ao Congresso, que não é de caráter permanente, daqui por diante, manter esse tipo de correspondência. Já é uma contribuição bastante valiosa, a que ele pode oferecer: esse apêlo para que os especialistas e os estudiosos procurem organizar essas monografias, que reconstituirão todo o mapa social da questão. Portanto, quero crer que a apreciação do ilustre orador tenha sido feita no sentido de reforçar a proposta. Continua a discussão. Dou a palavra ao Sr. Joviano Severino de Melo.

*O SR. JOVIANO SEVERINO DE MELLO* — Para que devemos recordar o tratamento dado aos escravos — esse tratamento selvagem — que lhes deram os civilizados? Não nos interessa: precisamos é esquecer esse tratamento brutal, para não sentirmos ódio. Para que o Congresso vai lembrar que meu pai apanhou, minha mãe apanhou? Por quê? Isso é contraproducente, porque queremos esquecer e isso nos faz recordar. Sugiro que não levantemos essa sujeira agora. Depois de 60 anos de liberdade, essa liberdade ainda não chegou. Num Congresso que trata



do negro, não se cantou o Hino da Proclamação, porque não se conhece. Não devemos falar nessa mancha vergonhosa que foi a escravidão. Queremos saber porque não se aplica a lei da igualdade. Por quê? E hoje nos reunimos e pretendemos discutir as misérias do negro, para reavivar as feridas. E vejo os homens de côr, porque negros, não! de côr branca, pretã, parda, discutindo coisas fúteis, coisas sem importância para o nosso progresso. Queria saber por que o menino de côr preta não pode estar em certos colégios. Criamos êste Congresso para elevação do negro e para acabar com o preconceito de superioridade do branco. Peço aos membros para riscarem esta palavra *escravidão*, porque não tem ela nenhum interêsse para nós.

*O SR. PRESIDENTE* — Com a devida vênia, queria fazer apenas uma pequena justificativa. Acontece que, naturalmente, não discordaria menos de uma coisa do que da opinião do orador e a razão disso é que o nosso objetivo é, precisamente, debater as teses aqui apresentadas. Foi exatamente, no sentido de estudar, de cabeça fria, cientificamente, êsses problemas, que aqui nos reunimos. Passo a palavra ao Sr. Rodrigues Alves.

*O SR. RODRIGUES ALVES* — Tenho a impressão que o nosso eminente orador deveria cair no mesmo êrro que caiu a Águia de Haia, mandando queimar os documentos, por um dos mais irrefletidos atos, porque, nunca me envergonhei de correr em minhas veias sangue daqueles que foram libertados, e, quem sabe, meus netos e meus filhos irão andar de braços dados com êsses brancos.

(Palmas)

Essas monografias, que o Prof. Roger recomenda, são realmente necessárias aos nossos estudos e a essa harmonia que desejamos. É preciso que o branco reconheça os seus erros e veja a colaboração do negro, para que encontremos essa harmonia universal, que é a harmonia dos povos, a fraternidade, a igualdade.

*O SR. PRESIDENTE* — Tem a palavra o Sr. Orlando Aragão.

*O SR. ORLANDO ARAGÃO* — Quero prestar um esclarecimento porque essas últimas palavras chamaram a minha atenção para um ponto interessante. Pede o orador que se esqueça o passado, mas eu lembraria que temos hoje no Brasil, devido a fatôres estranhos, preconceitos, que são bem visíveis em São Paulo, e até mesmo no Distrito Federal, onde firmas rejeitam empregados de côr. Até hoje desconheço que o negro seja oficial de Marinha. Queria chamar a atenção do Congresso para o Instituto Joaquim Nabuco, que recolheu a opinião de muitas pessoas

sôbre a atuação do negro na Sociedade Canavieira. Peço ao ilustre Presidente que leve isso em consideração, que leve isso ao conhecimento da Comissão Organizadora.

*O SR. PRESIDENTE* — A sugestão será encaminhada. Passo a palavra ao Sr. Celso Alves Rosa.

*O SR. CELSO ALVES ROSA* — Parece que foi essa a intenção do autor da tese, mas o digno Presidente interpretou de outra maneira.

*O SR. PRESIDENTE* — Tem a palavra o Sr. Abdias do Nascimento.

*O SR. ABDIAS DO NASCIMENTO* — Quero encarecer a necessidade de o plenário aprovar essa proposta. Não podemos perder tempo. É urgente, imprescindível, para que possamos conseguir esta almejada situação, que tenhamos em mãos tôdas as contribuições dos estudiosos. Quero também informar que o Teatro Experimental do Negro já tem o Instituto Nacional do Negro, que se propõe, a, justamente, realizar êsse intercâmbio em caráter permanente.

*O SR. PRESIDENTE* — Tem a palavra o Sr. Dionísio Alves de Souza.

*O SR. DIONÍSIO ALVES DE SOUZA* — Não desejo discutir a matéria, porém creio que não é demais repetir, no terreno das idéias do orador, quando êle diz que não se deve lembrar uma coisa passada. Acho que nesta hora, se evocarmos os episódios, as lutas porque passamos, nós hoje só teríamos motivo de prazer. Porque, quando penso que meu pai foi escravo, apanhou dos brancos, vejo que hoje as relações de meu filho com os brancos, são profundamente diferentes. É a história que nos traz o conhecimento do passado. Não podemos ter sentimentalismos. Essas coisas colaboram para o engrandecimento da amizade e comprovam que hoje somos todos iguais. Vou limitar-me apenas a dizer que, embora haja opiniões contrárias, devemos transmitir aos nossos filhos êsses conhecimentos, desde que tenhamos o cuidado de fazê-lo sem paixões e sem ódios. Êsse o meu ponto de vista.

*O SR. PRESIDENTE* — O assunto está esclarecido. Em face do adiantado da hora, seria conveniente passarmos à votação da matéria.

*O SR. POMPÍLIO DA HORA* — Peço a palavra, Sr. Presidente.

*O SR. PRESIDENTE* — Concedida.

*O SR. POMPÍLIO DA HORA* — Estou observando explosões emotivas que nada têm a ver com os objetivos reais do Congresso. Se assim continuarmos, passaremos do terreno das pesquisas para o terreno senti-

mentalista e fugirá ao observador a verdade científica. Peço à Mesa que evite êsses fenômenos puramente passionais.

*O SR. PRESIDENTE* — Está em votação a tese relatada pelo Prof. Roger Bastide. Os que aprovam, queiram permanecer sentados. Está aprovada. Há também o parecer do Prof. Bastide a respeito da tese de Oracy Nogueira. Ponho em votação êsse parecer. Os que o aprovam, queiram permanecer como estão. Está aprovado. Esta, conforme o aviso, foi a última das teses da noite de hoje. Amanhã haverá, às 20 horas, aqui no mesmo local, uma Mesa Redonda, que debaterá o seguinte tema: "Há um problema do negro no Brasil?" Todos os senhores deverão comparecer. Antes de encerrarmos a Sessão de hoje, quero congratular-me com o plenário pelo restabelecimento da calma e pela boa marcha dos trabalhos. Confesso que não levaria uma impressão muito otimista dos trabalhos iniciais dêste Congresso, se visse nêle aquela pasmaceira de uma Assembléia apenas pacífica. Tôdas essas manifestações são sinais de vida, indicam unidade de propósitos construtivos, e é perfeitamente natural, e, mais do que isto, é indispensável que essas discordâncias surjam. É, por conseguinte, com a maior satisfação que agradeço a honra que os senhores me conferiram — a mim, pobre professor — para presidir os trabalhos da primeira sessão do Congresso do Negro Brasileiro. Felicito também os Srs. Representantes, pela maneira valiosa com que participaram dos trabalhos, trataram de um objetivo comum, e isto é que é importante: que não se perca de vista êste objetivo, para que o Congresso, no meio dos debates e discussões, possa chegar a uma conclusão. Ao encerrarmos a Sessão eu me congratulo com os senhores e tenho certeza absoluta de que não estarei laborando em êrro, afirmando que o I Congresso do Negro Brasileiro será mais uma vitória, será mais uma contribuição efetiva do Negro para o progresso do Brasil.



## APRECIÇÃO DA RAÇA NEGRA PELO POSITIVISMO (\*)

Discussão do parecer sôbre a tese de *Venâncio F. Veiga*.

*O SR. PRESIDENTE* (Walfrido Moraes): — Dou a palavra ao Congressista Orlando Aragão, que foi indicado para relatar a tese do Prof. Venâncio F. Veiga — “A Apreciação da Raça Negra pelo Positivismo e Contribuição do Positivismo para a Abolição dos Escravos”.

*O SR. ORLANDO ARAGÃO* — No meu parecer levei em consideração que se tratava de um Congresso de interesse científico, não apenas de um Congresso histórico. Como atualmente os estudos dos problemas sociais sofrem uma revisão, elaborei o meu parecer fundamentado nessas considerações. Passarei a ler o meu parecer.

(Leitura)

*O SR. PRESIDENTE* — Está em discussão o parecer. Com a palavra o ilustre Professor Venâncio F. Veiga, autor da tese.

*O SR. VENÂNCIO VEIGA* — Lamento que o distinto relator de minha tese não tenha medido o alcance — pelo menos que me parece ter, da minha contribuição. Ele lhe nega o valor científico e eu começo, exatamente, mostrando a apreciação da raça negra pelo Positivismo. Aí tem exatamente a *teoria das raças*, que foi formulada por um grande cientista — Baldwin — antes de Augusto Comte, que explorou essa teoria das raças e a sistematizou. É, pois, uma contribuição completamente científica. Esta é a primeira parte: apreciação da Raça Negra pelo Positivismo. A segunda parte é a contribuição do Positivismo para a Abolição, e, aí, nessa segunda parte, há muita coisa interessante, do ponto de vista histórico, filosófico e cultural. Basta dizer que, do ponto de vista, ao mesmo tempo histórico e cultural, eu assinalava como das grandes contribuições do Positivismo para a Abolição dos Escravos no Brasil a vulgarização das memórias do Patriarca da Independência, José Bonifácio. Nessas memórias ele mostrava a necessidade da completa fusão da raça negra com a raça branca e com a raça amarela a

tal ponto que dizia: "O Brasil só será verdadeiramente grande e feliz no dia em que, na fisionomia de um brasileiro, não se distinguir de que raça ele provém". Uma contribuição de um homem que foi um grande político, um grande filósofo, um dos maiores homens que temos tido! Sobre as medidas que ele propunha contava-se a abolição imediata do tráfico e abolição gradual da escravatura, enfim, propunha muitas medidas em trinta e dois artigos, todos visando à proteção da raça negra. Entre esses artigos, vou somente referir-me a um, que considero muito importante e por isso consignei. É uma medida que só há poucos anos no Brasil e no estrangeiro foi concedida aos brancos, primeiro à Classe Média e só mais tarde recentemente à Classe Proletária. É a seguinte: José Bonifácio propunha que a escrava, durante o período da gestação e a partir do terceiro mês, não trabalhasse fora de casa. Quando faltasse um mês para ter o filho, ela teria um mês de descanso, e, durante o primeiro ano seguinte, trabalharia junto ao filho. Acho, pois, que a minha contribuição é histórica, filosófica e científica.

*O SR. PRESIDENTE* — Dou a palavra ao Sr. Edison Carneiro.

*O SR. EDISON CARNEIRO* — Acho que o Relator não foi muito feliz no seu parecer. Realmente as teorias de nossos tempos estão, senão em contradição, pelo menos em luta com as teorias positivistas. Mas, sem dúvida, o positivismo teve uma posição de vanguarda naqueles tempos, preparando, dêsse modo, as idéias com que hoje enfrentamos os problemas. E mais ainda: sem favor, sem dúvida, foram positivistas os vanguardeiros do movimento libertário, de compreensão do nosso povo. O trabalho do Prof. Venâncio Veiga, sobre a participação do Positivismo no Movimento Abolicionista, vem mostrar que as memórias de José Bonifácio influíram em tôdas as organizações feitas nesse sentido. Deve, pois, ser aprovada e incluída nos Anais essa tese, não só porque representa uma contribuição de um capítulo que foi muito importante na vida histórica do Brasil, como também porque se trata do trabalho de um homem, que, nessa idade, ainda se anima a escrever e participar de um Congresso como este, enfim, por se tratar de uma pessoa que luta diariamente pelo respeito aos direitos do homem.

(Palmas)

*O SR. PRESIDENTE* — Tem a palavra o Sr. Celso Alves Rosa.

*O SR. CELSO ALVES ROSA* — O Relator da tese faz distinção entre História e Ciência, o que não nos parece muito exato, porque, segundo aprendemos, História é Ciência. Ante a defesa da tese, feita pelo Prof. Venâncio Veiga, concluímos que ela tem algo substancial e fazemos



a seguinte sugestão: que o próprio Relator, juntamente com outro Congressista — nesse caso pedimos licença para indicar o nome do Prof. Costa Pinto — organizem uma Comissão para fazer a revisão da tese. Talvez possa o Relator reconsiderar o seu ponto de vista e, assim, a tese será aprovada com outro parecer.

*O SR. PRESIDENTE* — Tem a palavra o Sr. Leopoldo Guilherme.

*O SR. LEOPOLDO GUILHERME* — Estou de acôrdo com o Relator da tese, sôbre o ponto de vista meramente histórico e não científico, porquanto num período dessa tese, o autor, que não tenho o prazer de conhecer...

*O SR. SECRETÁRIO* — Prof. Venâncio Veiga.

*O SR. LEOPOLDO GUILHERME* — ... cita que a escrava teria naquela época um mês de repouso depois de parir — perdoem-me o termo, porém é científico. Aquilo não é expressão científica. É apenas um derivativo, para que os senhores de escravos não tivessem propriedade sôbre o nascituro. Nada mais, nada menos. O ponto de vista científico é, pois, nulo, prevalecendo simplesmente o ponto de vista histórico.

*O SR. PRESIDENTE* — Tem a palavra o Pe. Pedro Schoonakker.

*PE. PEDRO SCHOONAKKER* — Quero dizer que História e Ciência são a mesma coisa. Sôbre o Positivismo, acho que êle só explica o problema em parte e não na realidade completa.

*O SR. PRESIDENTE* — Dou a palavra ao Prof. Costa Pinto.

*O SR. COSTA PINTO* — Verifiquei que nossos ilustres Congressistas haviam adotado a praxe, durante a discussão da tese "Quilombo da Carlota", de se nomear uma Comissão Revisora em alguns casos. Tiveram a gentileza de indicar o meu nome para a Comissão que se prende à tese do Prof. Venâncio. Quero declarar que, vindo de encontro à proposta, a fim de juntamente com o Relator constituir essa Comissão, eu a aceito.

*O SR. PRESIDENTE* — Tem a palavra o Sr. Rodrigues Alves.

*O SR. RODRIGUES ALVES* — Revendo a memória, vejo que houve colaboração do Positivismo na Abolição dos Escravos. Queria lembrar aquela luta tremenda em Piracicaba, e, com o devido respeito a Pe. Pedro, lembro que os positivistas mostraram que a Igreja desconhecia que o negro tinha os mesmos direitos que o índio. Devo dizer que a

memória trazida pelo Prof. Venâncio deve merecer o maior respeito, pois, naquela época, foi o assunto muito importante. No momento, trouxe um arquivo para nossos debates, mas, infelizmente, não trouxe o arquivo que trata desse assunto, porque não previa que ele fôsse debatido, senão teria provado que houve uma grande contribuição do Positivismo para a Abolição. Por isso, voto para que seja aprovada a tese do Prof. Venâncio.

*O SR. PRESIDENTE* — Tem a palavra o Sr. Abdias do Nascimento.

*O SR. ABDIAS DO NASCIMENTO* — Quero apenas colocar-me de acordo com o Congresso, para que seja formada a Comissão para a revisão do parecer. Quero lembrar que a tese está de acordo com o temário aprovado para a realização do Congresso. A tese está perfeitamente dentro dos objetivos do temário, mas, quanto ao parecer do Relator, espero que esta Comissão, se fôr aprovada pelo Plenário, ilumine melhor o assunto.

*O SR. PRESIDENTE* — Tem a palavra o Sr. Orlando Aragão.

*O SR. ORLANDO ARAGÃO* — Sr. Presidente. Estou satisfeito com a reação do Plenário, quanto ao meu parecer, ainda mais que vai dar-me a oportunidade de trabalhar com o Prof. Costa Pinto.

*O SR. COSTA PINTO* — É gentileza de V. Ex.<sup>a</sup>

*O SR. ORLANDO ARAGÃO* — ...é preciso notar que não neguei a colaboração do Positivismo. O ilustre Congressista não pegou bem as minhas palavras e afirmou que eu havia negado. O que disse foi que o trabalho não tinha esclarecimentos precisos sobre a contribuição.

*O SR. PRESIDENTE* — Tem a palavra o Prof. Guerreiro Ramos.

*O PROF. GUERREIRO RAMOS* — Aconselharia aos Srs. Congressistas a não prolongarem muito os debates. Acho que, pela manifestação do Sr. Venâncio, já ficamos perfeitamente esclarecidos. Talvez fôsse desnecessário o trabalho da Comissão Revisora, constituída pelo Prof. Costa Pinto e Sr. Orlando Aragão. Peço submeter à votação se a tese deve ou não ser aprovada e constar dos Anais. Acho que todos estamos de acordo de que deve constar nos Anais, sem o parecer.

*O SR. CELSO ALVES ROSA* — Voltamos a insistir.

*O SR. PRESIDENTE* — Lembro ao nobre Congressista, que, de acordo com o artigo 8 do Regulamento, os autores de teses e outras contribuições terão dez minutos, prorrogáveis, a juízo da Mesa, para defender

os seus pontos de vista. Os demais Congressistas terão cinco minutos, por uma única vez, para discutir cada trabalho. Não serão permitidos apartes.

*O SR. CELSO ALVES ROSA* — Queria dizer apenas que aceito a sugestão do Prof. Guerreiro Ramos.

*O SR. PRESIDENTE* — Com a palavra o Sr. Darci Ribeiro.

*O SR. DARCI RIBEIRO* — Creio que a sugestão de que a tese seja entregue a uma nova Comissão é muito justa. O autor tem o direito de exigir que a sua tese seja examinada por outro Relator.

*O SR. PRESIDENTE* — O Plenário já está bastante esclarecido a respeito da contribuição do ilustre Prof. Venâncio. Em vista disso, submeteria à votação a proposição inicial do Congressista Edison Carneiro, que considera a tese digna de ser transcrita nos Anais, para, em segunda etapa, decidir sobre a nomeação de uma Comissão de Revisão do parecer. Os que aprovam a proposição do Sr. Edison Carneiro, queiram permanecer sentados. Está aprovada por maioria. Todavia, nessa segunda etapa, a Mesa aceita a sugestão feita pelo nosso Congressista Sr. Celso Rosa, e nomeia uma Comissão composta pelos Srs. Costa Pinto, Edison Carneiro e Orlando Aragão, para fazer a revisão do parecer.

*O SR. ABDIAS DO NASCIMENTO* — E sobre o parecer aprovado?

*O SR. SECRETÁRIO* — A Comissão diz que irá para publicação com o parecer de modo que, havendo esse parecer, ele deve ser publicado. A proposta do Sr. Presidente é uma proposta conciliatória. Nós faremos um novo parecer, que acompanhará a tese para publicação. Esse parecer será a média das opiniões que ouvimos aqui.

*O SR. PRESIDENTE* — Com a palavra o Prof. Guerreiro Ramos.

*O PROF. GUERREIRO RAMOS* — Acho que já está aprovada a tese.

*O SR. PRESIDENTE* — Tem a palavra o Sr. Francisco Vitalino.

*O SR. FRANCISCO VITALINO* — Tenho a impressão, pela primeira vez que aqui venho para assistir ao Congresso do Negro Brasileiro, de estar assistindo a um verdadeiro desastre. Se a Mesa apóia o parecer do ilustre Congressista, de que a Mesa devia dar a tese a uma Comissão, para fazer a revisão, então ela deveria submeter isso a uma aprovação. O que fez deixou todo mundo confuso. Quero saber se está em votação o parecer do Prof. Guerreiro Ramos, ou se prevalece o ponto de vista da criação da Comissão Revisora.



*O SR. SECRETARIO* — O Sr. Presidente pôs em votação, em vista dos debates, a aprovação da tese do Prof. Venâncio Veiga, isto é: a rejeição do parecer do Sr. Orlando Aragão. Em seguida o Sr. Presidente nomeou uma Comissão, composta do próprio Relator — eu — e o Dr. Costa Pinto, para que fizéssemos outro parecer accitando a tese. Esse é o caso. Quem ficou sentado, como o Senhor, é porque aprova a tese do Prof. Venâncio. É uma questão de delicadeza. O parecer terá que ser publicado com a tese. Nesse caso, ficaria esse parecer junto com a tese, figurando nos Anais. Então, como o Relator, Sr. Orlando Aragão, já não está com a mesma opinião que tinha antes, êle vai concordar em que façamos outro parecer aprovando a tese.

*O SR. PRESIDENTE* — Tem a palavra o Sr. Francisco Vitalino.

*O SR. FRANCISCO VITALINO* — Nesse caso, o Relator aprova por delicadeza.

*O SR. SECRETARIO* — Não houve confusão... Houve má interpretação.

*O SR. PRESIDENTE* — Tem a palavra o Prof. Venâncio F. Veiga.

*O PROF. VENÂNCIO VEIGA* — Em vista das discussões havidas, pediria aos Senhores que declarassem nula a votação, porque não quero forçar a aprovação da tese. Peço que seja nomeada uma Comissão Revisora, e, então, pediria licença para ler alguns trechos decisivos de minhas memórias para esclarecer o assunto.

(Leitura)

*O SR. PRESIDENTE* — Naturalmente devo declarar que em atenção ao próprio autor da tese e em vista de suas explicações, a Mesa resolve nomear a Comissão Revisora, que dará outro parecer.

(Palmas)

Assim sendo, a Mesa considera nula a votação e tem como matéria adiada. Com a palavra o Prof. Costa Pinto.

*O SR. COSTA PINTO* — Quero dizer que a Comissão proposta pelo ilustre Congresso era de dois membros. Assim, acredito que o Prof. Edison e o Relator são suficientes para formarem essa Comissão, e me exime de participar dela.

*O SR. PRESIDENTE* — A mesa acentua que a sua pessoa figurará na Comissão com a sua judiciosa opinião. Vamos agora dar início à Mesa Redonda, anunciada para hoje, sobre o tema: "*Há um problema do Negro no Brasil?*" Iniciando esta Mesa Redonda, devemos dizer que

adiantamos bastante os nossos trabalhos. Dou a palavra ao Sr. Agui-  
naldo Camargo.

*O SR. AGUINALDO CAMARGO* — Sr. Presidente. Como elemento que assiste às sessões pela primeira vez, queria uma explicação. Quisera saber se as teses são trazidas a êste Congresso assinadas e após estudos feitos por elementos que nos dão a honra de privar conosco neste con-  
clave. Essa é a minha pergunta. Naturalmente sei que êsses elementos são interessados sociológica, psicológica e socialmente no problema do negro brasileiro. Considerando isso, é muito justo que êsses elementos escrevam uma tese e tenham a liberdade de pensamento assegurada pelas leis da República. Penso que, uma vez que se escreva e se assine um trabalho, êle está isento de qualquer aprovação dêsse ou daquele. Por-  
que, uma vez que analise um problema, não posso admitir críticas e, em hipótese alguma, consentiria que qualquer plenário do mundo viesse aprovar ou desaprovar êsse trabalho.

(Palmas)

Acho que tôdas essas coisas têm-se passado por um êrro primário. Tudo o que se disse aqui no Congresso do Negro, em teses e contribuições, prescindiriam de todos êsses trabalhos, porque essas contribuições e teses, uma vez assinadas, seguem com a responsabilidade de quem as assina.

*O SR. ÉDISON CARNEIRO* — Trata-se da tese do Prof. Venâncio F. Veiga, que, como todos estão lembrados, foi entregue a uma Comissão de Revisão. A tese tem o título "Apreciação da Raça Negra pelo Positivismo". Farei a leitura do meu parecer.

(Leitura do Parecer)

*O SR. PRESIDENTE* — Está em discussão o parecer sôbre a tese do Prof. Venâncio Veiga. Tem a palavra o Sr. Abdias do Nascimento.

*O SR. ABDIAS DO NASCIMENTO* — Queria apenas endossar as palavras dêste Relatório, porque o Congresso tem o caráter científico, mas pretende dar também um balanço geral na situação do negro no Brasil. Seria injusto que essa contribuição ficasse fora dos Anais. Faço um apêlo aos Srs. Congressistas presentes, para que aceitemos o nôvo parecer da Comissão Revisora, para que a tese seja aprovada e incluída nos Anais.

*O SR. PRESIDENTE* — Está em discussão a aprovação do parecer.

(Pausa)

Está em votação. Os que estão de acôrdo, queiram permanecer como estão.

(Pausa) — Está aprovado.

# **Há um Problema do Negro no Brasil?**

(mesa-redonda, em 29-8-1950)



*O SR. PRESIDENTE* (Walfrido Moraes) — Tem a palavra o Prof. Guerreiro Ramos.

*O PROF. GUERREIRO RAMOS* — Vamos dar início aos trabalhos da Mesa Redonda anunciada para hoje. Naturalmente o I Congresso do Negro Brasileiro tem a pretensão e a ambição de ser um Congresso em que o negro tem participação ativa; em que o negro não pensava precisamente o que se diz nas teses. Nós, que tivemos a honra de organizar este Congresso, verificamos que a maioria das teses apresentadas focalizam assuntos, de certa maneira acadêmicos, e temos a ambição de acatar aqueles que estão interessados, de qualquer maneira, neste problema do negro no Brasil, de enquadrar as opiniões e fazer, através da taquigrafia, uma retratação viva do que o negro humilde, o negro culto, o negro de todas as classes pensa sobre o problema, em torno do qual se organizou este Congresso. É, portanto, nesse sentido, que nós agradeceremos a participação de todos os elementos que possam dar a sua contribuição para a discussão que vai ser travada aqui. O problema do negro se apresenta no Brasil de diferentes maneiras, conforme circunstâncias particulares de cada região. Há o problema do negro urbano, o problema do negro da rua, o problema do negro do meio rural, o problema do negro da Amazônia, do negro do Sul, do negro paulista, cada qual com suas classificações fisionômicas.

*O SR. PRESIDENTE* — Tem a palavra o Sr. Abdias do Nascimento.

*O SR. ABDIAS DO NASCIMENTO* — Essas diferenciações, essas características, vêm, justamente, mostrar as gradações com que o problema se apresenta, evitando assim, uma simplificação grosseira. V. Excia. não permitiu que eu concluísse. Pediria que essa discussão fôsse dividida em duas partes. A primeira seria a que tem por finalidade a apresentação das várias modalidades do problema, através da opinião dos Srs. Congressistas que aqui se encontram. A segunda parte de nossos trabalhos, constaria das discussões das sugestões apresentadas para a solução do problema. Vamos iniciar a discussão, e os Srs. Congressistas

dirão em que consiste, na sua opinião, o problema do negro no Brasil. Estão abertos os debates.

*O SR. JOVIANO SEVERINO DE MELO* — Peço a palavra.

*O SR. PRESIDENTE* — Antes de conceder a palavra ao Congressista Sr. Joviano Severino, desejo pedir licença para passar a presidência ao Sr. Secretário, Prof. Édison Carneiro.

(*Palmas*)

*O SR. PRESIDENTE* — (Édison Carneiro) — Tem a palavra o Sr. Joviano Severino de Melo.

*O SR. JOVIANO SEVERINO DE MELO* — Pela União dos Homens de Côr do Distrito Federal — em primeiro lugar cabe agora ao Sr. Guerreiro Ramos — explicar o que vem dizendo pelos jornais, pelo rádio, nos artigos que escreve e na "Conversa em Família". Diz êle que há Instituições criando problemas racistas no Brasil. Eu, como Presidente da União dos Homens de Côr do Distrito Federal, quero conhecer quais são essas Entidades, quero saber do Sr. Guerreiro Ramos, que tem responsabilidade pública como chefe de seção do DASP, porque êle não comunica às autoridades a existência desse absurdo, desse crime, porque, indiretamente, êle difama as outras Sociedades. Êle cria caso de polícia no seu pensamento. Esse homem tem responsabilidade pública, é um escritor que sabe formar um grupo de homens para trazer dados com que possa fazer sua literatura. Isso não atinge a mim. Vim aqui, sentindo esse efeito que êle está armando contra o negro, contra tôdas as Sociedades criadas por iniciativa própria. Esse é um assunto a ser explicado pelo Sr. Guerreiro Ramos, que é o autor de tôdas essas coisas. Leiam o que escreveu na "Tribuna da Imprensa". É a opinião dêle e o Jornal vem trazendo todos os dias. A União Cultural dos Homens de Côr, pelo seu Presidente, vem recomendar aos organizadores do Congresso que fiscalizem quem disse que o Teatro Experimental do Negro é uma isca. Isca para quê? Expliquem-me.

*O SR. PRESIDENTE* — Tem a palavra o Sr. Romão da Silva.

*O SR. ROMÃO DA SILVA* — Devo dizer que, embora não tendo procuração para defender — mesmo porque não tenho conhecimento mais fundamentado — do caso a que se refere o orador — quero fazer algumas considerações. O fato, porém, é que nunca justifiquei, nunca apoiei a discussão de companheiros, no sentido de esclarecer quais os rumos, quais os objetivos, quais os caracteres, porque, há de fato, interpretação errônea com referência às organizações de homens de côr no Brasil. De fato, não se justifica, num País onde todo pobre branco é

negro, que nêle se reúnam pessoas para construírem fortalezas e sociedades independentes, que nada mais farão que atizar o ódio daqueles que nos são contrários por índole, por formação ou por preconceito preconcebido.

(Não apoiado)

(Tumulto)

Afirmo que não há preconceito de côr no Brasil.

(Protestos gerais)

*O SR. PRESIDENTE* — Ordem! Eu quero calma!

*O SR. ROMÃO DA SILVA* — Não existe preconceito de côr no Brasil! A prova é, que nos morros, existem negros e brancos misturados. Estamos aqui para estudar desajustamentos sociais, desajustamentos que têm causas, que têm raízes num passado remoto e que precisam ser analisados. Sou contra! Já que vamos entrando por um terreno pessoal, sou contra tôdas essas organizações, que não têm nenhuma utilidade e são contraproducentes.

*O SR. PRESIDENTE* — A Mesa quer esclarecer que o fato de não se permitir apartes, é, exatamente, para não haver confusão. Peço desculpas pela minha veemência de há pouco. Cada orador deve poder falar. Peço que os srs. venham aqui para o estrado, e, daqui, se dirijam para a platéia. Dou a palavra ao Sr. Rodrigues Alves.

*O SR. RODRIGUES ALVES* — Queria fazer uma proposição à Mesa, para que assuma a Presidência da mesma, o Professor Costa Pinto.

*O SR. PRESIDENTE (ÉDISON CARNEIRO)* — Em vista disso, considero-me deposto e passo a Presidência ao Professor Costa Pinto.

(Palmas)

*O SR. PRESIDENTE (COSTA PINTO)* — Peço a V. Exa. para fazer uso da palavra: ao assumir a Presidência dos trabalhos, queria que com isso, nós começássemos, já que estamos tratando de uma questão de ordem, entrando numa nova ordem. Ainda acredito nas últimas palavras que pronunciei aqui ontem, ao encerrar a Sessão: "Dentro das divergências de opiniões está o elemento construtivo dêste Congresso, pois há, fundamentalmente, uma unidade de propósitos que é preciso defender". Gostaria de começar a minha atuação na Presidência, fazendo um apêlo, no sentido de não nos esquecermos, de não perdermos de vista a unidade de propósitos, e, para conseguirmos essa unidade, é



indispensável a serenidade dos debates. É absolutamente humano e natural a explosão sentimental, o espoucar das vozes, o aparte, o desejo irresistível de dizer, naquele momento, o que ocorre ao pensamento, mas, acredito também, que, com o mínimo de regras práticas, nós poderemos, usando muito mais o bom senso do que outra coisa, organizarmos nossos trabalhos no sentido de chegarmos a um fim útil e construtivo. Em primeiro lugar, é necessário que cada orador, ao tomar a palavra, se dirija ao estrado e fale, assim, para a Assembléia, o que não obrigará aos Srs. Congressistas da primeira fila a quebrarem o pescoço para verem quem está falando, e, ao mesmo tempo, o orador fica em evidência. Em segundo lugar, é necessário que não se desobedeça ao regimento que proíbe os apartes. Pediria, ainda, em terceiro e último lugar, um respeito sistemático ao limite de cinco minutos que o Regimento franqueia ao orador. Sei que há — como disse — o desejo de apartear, mas, há um Regimento do qual quero confessar, mais uma vez, sou o mais fiel cumpridor e que proíbe o aparte. Essas três coisas: a posição junto ao estrado, a exposição sem interrupções, e o limite de cinco minutos, serão contribuições práticas que cada um dos srs. pode dar. Vim à Presidência trazido pela confiança dos Srs., mas, muito maior do que ela, é a que deposito nos srs. O Sr. Secretário vai estar vigilante, para atender a cada um que queira usar da palavra. Vai agora falar o Sr. Romão da Silva.

*O SR. ROMÃO DA SILVA* — Sr. Presidente. Srs. Congressistas. É muito séria, a afirmativa de que não há preconceito de cor no Brasil. É muito séria, porque, para prová-la, teremos que arrostar com a responsabilidade de uma análise minudente do problema, nos seus aspectos sociais e psicológicos, psicológicos principalmente. Disse que não há preconceito de cor no Brasil. Contra mim tóda a Assembléia se levantou. Quando dizemos que não há preconceito de cor no Brasil, queremos dizer, que, em nosso País, não existe distinção de castas e nem há fundamento histórico que justifique essa distinção. Nós vimos que o próprio português não negou a raça negra. Alguns dizem que o português procurava a mulher negra para explorá-la, mas posso provar que o português era assimilável a nós, que não alimentava preconceito de cor. O português reconhecia os seus filhos espúrios, seus bastardos, e os criavam como a seus próprios filhos. Dêles faziam doutôres, não os abandonando. É um aspecto psicológico muito interessante de ser observado. Pode-se dizer que há hotéis que não aceitam negro, mas isso é um caso, dentro de uma cidade imensa. Para impedir êsse atentado à democracia, é necessário apelarmos para as leis e os homens da lei devem vir ao nosso encontro. É preciso ver, também, porque a proibição daquele negro entrar no hotel. É preciso ver a questão social, o aspecto social.

Porque, num hotel de luxo, não é só o negro que deixa de entrar, também o branco pobre não entra. O preconceito existe, então, contra o branco que é pobre. Se houvesse, no Brasil, preconceito de côr, seria como nos Estados Unidos, que o negro, nem com todo o dinheiro do mundo, se atreve a pisar na Quinta Avenida.

*O SR. PRESIDENTE* — Tem a palavra o Sr. Rubens da Silva Gordo.

*O SR. RUBENS DA SILVA GORDO* — Sr. Presidente, Srs. Congressistas. Primeiramente quero pedir um voto de pêsames para o Sr. Romão da Silva, por ter negado a existência do preconceito de côr no Brasil. Não fui criado no Distrito Federal, nem no Estado do Rio de Janeiro. Fui criado em Ribeirão Preto. Dentro de minhas possibilidades, sempre andei metido nas escolas e ainda me lembro de um fato ocorrido em São Paulo, onde há o preconceito de côr. Estou aqui para prová-lo: há muitos anos atrás, quando eu tinha 13 anos, estudava em Ribeirão Preto e houve uma competição esportiva de um Clube recém-formado nessa mesma cidade — o Mogiana Esporte Clube. Os estudantes de meu colégio, naturalmente instruídos pelo professor de educação física, foram escolhidos para as provas de atletismo, e eu, entre eles, também fui classificado para essas provas, entre as quais constava uma de nado livre. Competi às provas de atletismo, e, no momento da prova de natação, quando estava na pilastra "7", aguardando a partida, eis que surge um homem, que não me recuso a dizer o nome — Engenheiro Dr. Coelho (qualquer coelho do mato!) — e, mostrando na fisionomia o ódio que nutre pelos de nossa raça, disse-me: "Desce daí, já!". Eu não pude analisar o que estava acontecendo, e, um pouco trêmulo de medo, respondi: "Mas eu não posso descer. O professor colocou-me aqui". Ele gritou novamente: "Desce daí já! Você vai sujar a água da borda". Srs. Congressistas: borda de piscina, é aquela água suja que circunda a piscina. Ele queria dizer que eu ia sujar a água imunda. O meu professor — que é Diretor atualmente de uma organização em Santos — quando ouviu aquilo (êle que é um sujeito impulsivo) deu um grito: "Esse negrinho não vai sair daí! Ele é aluno!" E eu nadei, meus Srs.! Como sabia que só naquele dia teria êsse direito, nadei até cansar, de 8 às 12 horas. Às 9.30, tôda a população sabia do fato de que havia um negrinho nadando na piscina do Clube. Para lá se dirigiram tôdas as famílias de côr, inclusive a minha. Quando vi meus pais, fiquei com medo e fui para casa. Ao orador eu pergunto, se isso é complexo de côr. O colega de São Paulo, Jorge Prado Teixeira, estava no mesmo Colégio que eu. Como em todos os educandários, no nosso, também havia um grêmio, e eu, como tinha certa projeção, não poderia ficar afastado das atividades do mesmo.

Qual seria o lugar mais útil para um negrinho criado com certo estímulo? Colocaram-me numa Comissão de festas, e, assim, eu teria tempo bastante para esquecer que devia viver isolado dos outros.

*O SR. DARCI RIBEIRO* — Peço a prorrogação do tempo.

*O SR. PRESIDENTE* — Está concedida.

*O SR. RUBENS DA SILVA GORDO* — Já terminei. Obrigado. Queria apenas confirmar a existência do preconceito de cor no Brasil.

*O SR. PRESIDENTE* — Quero comunicar que todos os fatos estão sendo registrados em ata. Tem a palavra, por ordem de inscrição, o Congressista Celso Alves Rosa.

*O SR. CELSO ALVES ROSA* — Sr. Presidente, Srs. Congressistas: o tema levantado pelos oradores que me precederam, é realmente digno de discussão por todos nós. Quero congratular-me com o brilhante colega de Ribeirão Preto, pela sua exposição. Dominou bem o seu tempo. Mas, nós não vamos tratar deste tema. Temos um problema negro, que vamos trazer para o estudo deste Congresso. Quero submeter ao vosso estudo mais um problema, o problema das favelas, para o qual chamo a atenção deste Congresso para que o leve em consideração. Como sabem, via de regra — pode haver exceções — o elemento de cor, vindo para o Rio de Janeiro, e desprovido de recursos, o primeiro lugar que encontra para habitação são as favelas. Aquêles que acompanham o noticiário policial, sabem perfeitamente que o problema das favelas, além de ser um problema de educação, é um problema eminentemente social, de terríveis conseqüências, porque o elemento de cor, vindo do Interior, é ali jogado, entrando em contato com os elementos criminosos, e, sendo, na maioria, trabalhadores ordeiros, são confundidos com êsses criminosos. Todos sabem a maneira pela qual procede a polícia nesses casos. Não queremos culpar a Organização Policial. Talvez, por deficiência técnica, êsses organismos sobem aos morros e arrastam, nas suas "batidas", todos os elementos ali encontrados, que não possuam documentos. Sabem todos também, que possuir um documento, mesmo para nós, que aqui vivemos, não é coisa fácil; para êsses elementos vindos do Interior, conseguir uma Carteira Profissional, para mostrar aos policiais, é muito mais difícil. Pediria a atenção do I Congresso do Negro Brasileiro, para êsse caso. Apesar do jornal "Quilombo" ter tratado do assunto, pediria mais uma vez que o Congresso tratasse com carinho desse problema dos nossos irmãos que vivem nos morros, para que eles possam encontrar uma situação digna, dentro da sociedade carioca.



*O SR. PRESIDENTE* — Dou a palavra ao Sr. Abdias do Nascimento.

*O SR. ABDIAS DO NASCIMENTO* — Sr. Presidente. Srs. Congressistas. O próprio fato da organização dêste Congresso, é o reconhecimento da existência de um *problema do negro no Brasil*. É preciso ficar claro não ser necessário sejamos julgados em praça pública, para que se reconheça a existência dêste problema. O que tem havido até hoje, é que o problema não tem encontrado defensores. Fato curioso, é que, quem mais se tem preocupado, quem mais tem tratado dêsse problema, são os escritores brancos, porque os negros geralmente, para não comprometerem sua situação social, preferem não abordar êste tema, chegando, às vezes, até a negá-lo. Realmente, o problema sofre alteração de região para região, mas existe. Creio, também, que os depoimentos pessoais são esclarecedores e muito importantes neste Congresso. Acredito que, em São Paulo, é onde o problema se apresenta com maior intensidade, com uma configuração mais larga. Há pouco, falando desta Tribuna, o Deputado Cid de Melo Franco, provou, por um documento oficial, a existência do preconceito. Êsse caso de denúncia histórica, ainda está na Assembléia Constituinte, e vem provar a existência do problema. O problema tem diferentes características. Quanto à adaptação social, 60 anos é pouco tempo para um povo se integrar. Justamente êsse desequilíbrio é que constitui o problema. É um típico problema de minoria oprimida. Não é só um problema de adaptação, de elevação econômico-social. É principalmente uma questão de resgate cultural. O preconceito de côr constitui elemento desfavorável à formação de um estado de espírito favorável ao progresso. Cria recalques e complexos. Muitas vezes aquilo que parece uma simples explosão sentimental, é algo mais grave, exigindo, reclamando a vigilância do negro contra o preconceito de côr. Por exemplo, a LBA já riscou tôdas as exigências que fazia contra os homens de côr nos seus Estatutos. Isso após a denúncia de prêtos e brancos. É preciso que a inteligência democrática esteja alerta para combater êsse estúpido preconceito.

*O SR. PRESIDENTE* — Com a palavra o Sr. Jorge Prado Teixeira.

*O SR. JORGE PRADO TEIXEIRA* — Sr. Presidente. Srs. Congressistas. Na casa onde fui criado, adquiri o ensinamento de que sempre se deve respeitar os pontos de vista alheios, e essa a razão pela qual respeito o ponto de vista do Sr. Romão Silva. Todavia, permitam-me discordar de S. Ex.<sup>a</sup>. Evidenciado está, em face da demonstração e da análise minudente do problema, a existência dêsse preconceito de côr. Não existe no Brasil, propriamente, como nos Estados Unidos, êsse preconceito social, êsse ódio entre raças, mas o preconceito existe e a prova está em que ao negro está vedado o acesso à carreira diplomática, à

carreira aeronáutica, haja vista o caso de um maestro negro da Banda da Aeronáutica — talvez admitido por sua super-inteligência e grande conhecimento — que, hoje, depois de tanto tempo, é um simples tenente. Se êle fôsse branco, seria capitão ou major. Meus Srs.! Pode ser também que me engane ao dizer da impossibilidade do acesso à carreira militar mas há outros campos humanos onde o preconceito está demonstrado. Por conseguinte, nós temos de analisar o preconceito da seguinte forma: se êle advém de uma incompatibilidade indelével entre brancos e negros, incompatibilidade esta vinda da demonstração de superioridade que o branco tem para com o negro. Se fôr êsse o lado que tomarmos para essa análise, teremos que investigar das razões dessa superioridade, porque o branco sente êsse complexo de superioridade. Essa a razão de minha vinda à Tribuna. O negro sofreu 300 anos de escravidão; a sua situação, de geração em geração, foi de simples atrofiamento. O branco, quando aportou ao Brasil, trouxe aquêles conhecimentos milenares da civilização européia e aqui organizou sua sociedade e constituiu seus lares, estabelecendo a sua Comunidade. Ao negro foi dado apenas o acesso aos frutos dessa sociedade, constituída depois de 1888; de 1888 para cá, impossível para nós se tornaria a adaptação necessária a essa condição de cidadão, porquanto o nível econômico era baixo. A razão disso é porque não tivemos um estágio preparatório que nos permitisse adaptarmo-nos convenientemente à situação de cidadão.

*UM SR. CONGRESSISTA* — Peço a prorrogação do tempo.

*O SR. PRESIDENTE* — Está concedida.

*O SR. JORGE PRADO TEIXEIRA* — ... Assim sendo, o problema negro no Brasil tem de ser estudado dentro de uma norma e a situação em que se encontra o negro tem que ser resolvida pelos próprios negros, através de uma unificação geral, que permita o desenvolvimento coletivo e natural da massa que está num estado quase de semi-primitivismo.

(Palmas)

Portanto, êsse pleiteamento de reivindicações através das leis é desnecessário, porquanto nós, negros, não precisamos de leis que nos amparem, que nos dêem segurança, porquanto essas leis já existem através da Constituição Federal e do próprio Código Penal. Perante a lei, no Brasil, somos todos iguais. O que temos é um problema nosso, que deve ser resolvido por nós mesmos, naturalmente com a assistência que os poderes públicos são obrigados a dar-nos. Querer a ajuda da lei, para resolver isso, "é baixo", não pode ser, não tem fundamento, porquanto, essas leis existem e o nosso problema tem que ser resolvido através de

planos, por meio da unificação dos negros, da criação de uma elite negra...

(Palmas)

... que tenha capacidade suficiente para conduzir o nosso povo, para levar a massa ao pé de igualdade com o branco, e, assim, quando estivermos nesse pé de igualdade, em situação idêntica a dos brancos, então o branco não mais nos rebaixará, porque temos visto que eles sabem reconhecer em nós o valor. Se existem essas manifestações, é porque o branco nos considera "negro-massa", e o negro-massa está abaixo de nós. Temos, pois, necessidade absoluta de, vindo a este Congresso, deixar já resolvida aqui, alguma coisa de concreto, para que o problema seja resolvido da melhor maneira possível. Os negros do Estado de São Paulo estão ansiosos, esperando o resultado do Congresso, porquanto nesse Estado o preconceito de cor é muito grande, talvez devido às correntes imigratórias. Talvez por isso, nós já nos sentimos quase oprimidos, talvez porque o nível de nosso povo ali é muito baixo, e não podemos competir com o branco. Assim, o branco nos supera em tudo. Mas, no dia em que estivermos em igualdade de condições, ele há de nos acolher com o mesmo tratamento que dá à sua gente.

*O SR. PRESIDENTE* — Tem a palavra o Sr. Vitalino Francisco.

*O SR. VITALINO FRANCISCO* — Sr. Presidente, Srs. Congressistas. Tenho o mesmo pensamento do orador que me precedeu. Quero dizer ao Congresso do Negro Brasileiro que sinto-me verdadeiramente abalado com o procedimento de alguns Congressistas que aqui estão, dos quais não quero citar os nomes. Se existe uma Mesa, e essa Mesa tem um Regulamento interno, e esse Regulamento diz que é proibido o aparte, etc., esse Regulamento deve ser cumprido. Se o Sr. Presidente, várias vezes, é obrigado a pedir a alguns dos Srs. Congressistas que digam os seus nomes, para o bom andamento do serviço, eles não obedecem. Nosso procedimento será o espelho de nós mesmos. Não estamos sós. Apesar de ser este o Congresso do Negro, não estamos só entre negros. Não quero que algum dos Srs. Congressistas possa dizer amanhã, que o negro "fêz isso", que o negro "fêz aquilo"! No entanto, quem está observando, vai dizer que o negro não tem ordem. Pediria ao Sr. Presidente que fôsse mais rígido na sua autoridade e fizesse com que o Regulamento fôsse cumprido. Porque, se é uma Mesa Redonda, o Regulamento proíbe o aparte, por que é dado o aparte? Nesse vai-e-vem, o orador perdeu 2 ou 3 minutos. Devo dizer, a respeito do preconceito de cor, que ele é muito antigo, muito batido. Também eu tenho sido vítima dele, acreditando que todos os negros aqui presentes também o



tenham. Todos já fomos feridos nesse ponto. Não é admissível, seja qual fôr a circunstância, que o negro venha para cá discutir uma tese de brancos. Este é um Congresso de Negros, e foi realizado, principalmente, para que o negro soubesse o que está se passando com ele. Sr. Presidente. Srs. Congressistas. Pediria aos irmãos, que quando vierem aqui trazer o seu ponto de vista, a sua opinião, não digam que não existe preconceito de côr no Brasil. Negar a existência desse preconceito é como negar a existência de Jesus Cristo e acho que aqui todo mundo é cristão. Queria pedir apenas que o Congresso, pela sua denominação, Congresso do Negro Brasileiro, tratasse do assunto.

*O SR. PRESIDENTE* — Tem a palavra o Sr. Alvarino de Castro.

*O SR. ALVARINO DE CASTRO* — Sr. Presidente. Srs. Congressistas. Quem vai falar-lhes é um analfabeto, é um homem que há pouco saiu do escuro e vem acompanhando com carinho o que se diz sobre a vida do homem de côr. Ouvi muitos oradores. Vm tratar de um assunto que é mais um desagravo meu e de meus irmãos de côr. Infelizmente vejo neste Congresso uma voz discordante, e ela parte de um homem de côr, que é Congressista e que é contra as Sociedades já formadas na nossa Capital, como sejam a União Cultural dos Homens de Côr, a União dos Homens de Côr, etc. Tenho a dizer sobre isso, que, dessas duas Sociedades já formadas, não fazem parte os *Romões*. Quero dizer que nós não temos a infelicidade de ter como amigos pessoas como o Sr. Romão, porque, se a tivéssemos, estaríamos traindo a nós mesmos.

*O SR. PRESIDENTE* — Tem a palavra o Sr. Orlando Aragão.

*O SR. ORLANDO ARAGÃO* — Pediria a atenção para o artigo 9 do Regimento Interno, que diz “não serão aceitas moções ou quaisquer outras manifestações de aprêço ou desaprêço, de congratulação, de solidariedade, de caráter pessoal, partidário ou religioso”.

*O SR. PRESIDENTE* — Tem a palavra o Prof. Guerreiro Ramos.

*O PROF. GUERREIRO RAMOS* — Acho que a pessoa que foi objeto dessas palavras se expressou mal e não pensa assim, apenas formulou mal o seu ponto de vista. Vamos esperar que a calma se restabeleça.

*O SR. PRESIDENTE* — Devemos evitar questões pessoais neste Congresso, não apenas em obediência ao Regimento Interno, mas também em atenção aos Srs. Congressistas. Com a palavra o Sr. Rodrigues Alves.

*O SR. RODRIGUES ALVES* — Sr. Presidente, Srs. Congressistas. O assunto hoje em debate é a existência ou não do preconceito de côr. Trouxe aqui alguma orientação sobre esse problema. Acho que ainda

estamos muito novos no nosso movimento, para formarmos uma elite. Sou contrário! Isso seria transferir a condição do senhor branco para o senhor negro. Penso que devem existir homens à altura de cumprirem os seus deveres. Disse um cidadão que no Brasil há uma questão racista e êle ressalta, que é possível que essa diferença não exista na lei, mas que existe na realidade. Citou o caso de uma escola. A Convenção Nacional do Negro, realizada em São Paulo, já dizia da existência do preconceito de côr e eu trouxe um manifesto para provar isso. Esse preconceito de fato existe, já bastante explicado pelos srs. Na documentação que trago disse o Dr. Pompílio da Hora: "Aqui nesta terra, onde as raças se fundem, existe uma luta contra a gente de côr, só porque são de côr". Depondo no "Diário Trabalhista" ainda o Dr. Pompílio diz: "neste mundo tão grande, composto de negros, mestiços e mulatos, o negro sofre, e, apesar das aparências, é trazido à margem da Sociedade". A democracia existe, mas, para o negro, tem sido apenas o direito de lavar ruas, de construir prédios onde não pode morar. Não temos ódio, mas não podemos reprimir os nossos protestos por essa vacilação da democracia. O Professor Guerreiro Ramos simpateticamente afirma que existe essa barreira-affirmação feita no dia 24 de julho de 1945. O escritor Raimundo de Souza Dantas, disse: "Acredito numa campanha prática que virá assegurar ao negro uma vida humana". Luiz Lobato, interessado em estudar mais de perto as causas dêsse secular preconceito, disse: "Já foi sobejamente provado que o preconceito racial é uma consequência da dominação de um povo sôbre outro, de uma casta sôbre outra". Enfim, todos estão de acôrdo em afirmar que o preconceito está ligado diretamente ao problema econômico. Também o Dr. Aguinaldo Camargo e muitos outros dizem que "a raça negra sofre, mais do que qualquer outra, os horrores das diferenças sociais". O lar do negro é um lar de misérias. Podemos citar muitos outros, como Sinval Silva, Rui Moreira, Tibério Wilson, Ademar Homero, Ironides Rodrigues, Aladir Custódio, Fernando Araújo, José Costa Nascimento, Joaquim Ribeiro, etc., que deram a sua contribuição para êste depoimento. Essa é a minha contribuição: êsse inquérito, com as declarações comprovando a existência do preconceito de côr no Brasil.

*O SR. JOVIANO SEVERINO DE MELO* — Peço a palavra.

*O SR. PRESIDENTE* — Com a palavra o Sr. Joviano Severino.

*O SR. JOVIANO SEVERINO DE MELO* — Não recebi resposta nem esclarecimentos do Prof. Guerreiro Ramos. Entretanto, com a sugestão da Mesa, não vamos dizer mais nada sôbre Guerreiro Ramos. Vim falar para dar esclarecimentos sôbre a União dos Homens de Côr, pois perguntaram-me se pessoas brancas podiam fazer parte dela. Sôbre a União

dos Homens de Côr, tenho a dizer o seguinte: nós, os negros brasileiros, reunidos sob a proteção de Deus, em Assembléia, orientada pelo nosso guia espiritual, S. Benedito...

(Risos)

... fundamos a União dos Homens de Côr, com o fôro na Capital da República, dentro dos princípios democráticos estabelecidos na Constituição Federal e na Declaração Universal dos Direitos do Homem, proclamada pela Organização das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948. Constituiu-se essa sociedade, de fins sociais e cívicos, conciliando a liberdade de iniciativa com a valorização do trabalho humano da família negra, denominada União dos Homens de Côr para dar oportunidade de iniciativa a prêtos, pardos e brancos, sem preconceito de côr, de acôrdo com os direitos básicos do indivíduo na sociedade moderna, consubstanciada na Declaração Universal dos Direitos, iguais e inalienáveis, de todos os membros da família humana, como fundamento de liberdade, de justiça e de paz do mundo. Todos sabem que precisamos de uma Congregação de tôda a família brasileira, para termos a unidade nacional e essa unidade não poderá aparecer, se temos "Teatro Experimental do Negro", se temos "Terapêutica do Negro", criada por um só indivíduo. Nós queremos fazer é a família humana, a família brasileira, sem êsses preconceitos de côr. Por que os intelectuais não se reúnem para conseguir êsse progresso dentro das leis do Brasil? E os Srs. que têm responsabilidades, com grau de cultura, deviam estar do nosso lado, porque nós fazemos um esforço titânico. Por que a Comissão não procura uma Sociedade para colaborar com ela, para ajudá-la? São só os três membros da Comissão que têm o direito de colaborar. A cultura devia estar ao nosso serviço, porque os africanos sem instrução, trouxeram a cultura do feijão, do açúcar, do café, do algodão. Riram porque São Benedito é o patrocinador da União dos Homens de Côr. Conheçam a vida de São Benedito e não rirão mais. Riram do Santo que foi o guia de minha infância.

*O SR. PRESIDENTE* — Foi proposto que o nobre orador tivesse a prorrogação do tempo. Queria consultar a Assembléia a respeito do seguinte: tenho uma lista aqui de oradores. Pelo relógio da Mesa são 11.30. Temo que mais alguma prorrogação faça com que a Sessão de hoje termine amanhã. Assim sendo, peço que os oradores se limitem aos já inscritos.

Com a palavra o Dr. Darci Ribeiro.

*O SR. DARCI RIBEIRO* — Em vista do interesse despertado por esta Mesa-Redonda, pediria que mais uma Sessão fôsse dedicada ao mesmo



tema, para que cada Congressista possa ter a oportunidade de apresentar o seu ponto de vista. Sugiro que seja repetida essa Mesa Redonda.

*O SR. PRESIDENTE* — Vamos prosseguir na lista existente, e, ao terminar o último orador, porei em votação a proposta do Dr. Darci Ribeiro. Tem a palavra novamente o Sr. Joviano Severino.

*O SR. JOVIANO SEVERINO* — Pelos resultados obtidos com a exposição do Estatuto da União dos Homens de Côr, onde falei em São Benedito, que tanto riso provocou, tomei um compromisso espiritual com êsse Santo. Eu tinha necessidade de ouvir êsses deboches e de reagir, porque, se tenho fé, estou trabalhando, sou achincalhado, sou menosprezado e quando cito São Benedito êsses infelizes começaram a rir. Riram de minha fé, riram daquele que nos dirige espiritualmente. Naturalmente senti e fico muito agradecido pela atenção e não posso dizer mais nada, porque a fé não está arraigada ao espírito daqueles que pensam que vão elevar o negro. Não sentem que, sem fé, não se consegue nada. A fé é o nosso guia e se não temos um guia, já que somos materialistas, guiemo-nos pelo exemplo daquele negro, que, embora analfabeto, ficou registrado na história, dirigiu e ensinou aos sábios e professores. Quando tiverem qualquer perturbação, façam o sinal da cruz que recuperarão a calma. Assim nós aprendemos na vida de São Benedito. Vim aqui sabendo que tinha de ser achincalhado para sentir essa emoção, porque essa emoção traduz tudo.

(Palmas)

*O SR. PRESIDENTE* — Tem a palavra o Sr. Emanuel Tôrres.

*O SR. EMANUEL TÔRRES* — Sr. Presidente. Srs. Congressistas. O assunto a que eu me queria referir já foi abordado, e, como no momento, não tenho fato nôvo, declino da honra que V. Ex.<sup>a</sup> me concede para usar da palavra.

*O SR. PRESIDENTE* — Tem a palavra o Prof. Venâncio Veiga.

*O SR. VENÂNCIO F. VEIGA* — O Congressista Jorge Prado declarou que, no Ministério do Exterior, não pode o negro ingressar, como também não pode seguir a carreira do Ministério da Aeronáutica. Venho pedir apenas que o Sr. Jorge Prado diga para o Congresso em que baseia sua asserção e pelo que o Congresso, tomando em consideração a exposição, faça um apêlo ao Congresso Federal, para que termine completamente essas discriminações raciais, tanto no Ministério do Exterior, como no Ministério da Aeronáutica e na Escola Naval.

*O SR. PRESIDENTE* — Tem a palavra a Dra. Guiomar Ferreira de Mattos.

*A SRA. GUIOMAR FERREIRA DE MATTOS* — Preliminarmente quero pedir um voto de louvor “sui-generis”, pois se trata de um voto a uma entidade espiritual, que não tem existência material, um voto de louvor ao Orientador da União dos Homens de Côr, São Benedito. Peço a aprovação dêsse voto de louvor, estendendo-se êle ao Presidente da União dos Homens de Côr, Sr. Joviano Severino, que tanto se comoveu e que se fizesse constar êsse voto em ata. Quanto ao motivo desta Mesa Redonda, o que devemos fazer é melhorar êste preconceito. É o que nos interessa. Podemos melhorá-lo através de leis, como o projeto de lei que o Deputado Afonso Arinos de Melo Franco apresentou no Congresso Nacional. Sabemos que êste assunto é muito velho. É preciso que haja uma lei que obrigue a lei a ser cumprida. O próprio Deputado, na Sessão de Instalação, presidindo a Mesa, disse que a lei nada tem de inovação e que é uma cópia de uma lei de 1875, anterior à Guerra de Secessão, aprovada pelo Congresso Americano. E essa lei não bastou, foi inócua, porque, depois disso, o preconceito recrudesceu. Através das leis não teremos esperança de ver solucionado o problema. Parece que a melhor maneira será fazer-se a recuperação psicológica, cultural, intelectual e moral do negro, enfim, uma recuperação social, criando-se escolas para atingirmos a êsse fim. Um trabalho de recuperação e adaptação social do negro deve ser feito com inteligência e moderação, ao lado de nossas leis. Será a melhor maneira de resolvermos essa situação e não deixar que ela se alastre.

*O SR. PRESIDENTE* — A Dra. Guiomar acaba de propor um voto que é bastante original, porque se trata de um voto de louvor a uma entidade espiritual. O artigo 9 do Regimento diz: “Não serão aceitas moções ou quaisquer manifestações de aprêço, etc., de caráter pessoal, partidário ou religioso”. Creio que o espírito da proposta da Dra. Guiomar é muito compreensível, mas, tomo a ousadia de pedir desculpas, em nome das pessoas que feriram a susceptibilidade do Sr. Joviano, ficando, a Mesa, responsável por essa manifestação de aprêço, a fim de que respeitemos o artigo 9. Vou dar a palavra ao Sr. Aguinaldo Camargo.

*O SR. AGUINALDO CAMARGO* — Srs. Congressistas. Nobres elementos da Mesa. Em primeiro lugar, agradeço a gentileza da Mesa, mas devo declarar, que, pela primeira vez vindo a esta Assembléia, não estou suficientemente preparado para discorrer sôbre o tema. Entretanto, como se trata de um Congresso de negros, e como tenho dentro da cabeça tudo o que se relaciona com o problema, venho dar apenas

a minha aprovação a tudo o que aqui se faz. De início, estou plenamente satisfeito com a realização do Congresso, porque êle não é nada menos, como já disse Abdias do Nascimento, que uma chama e nós devemos promover êstes Congressos sempre, para que a luta continue. O preconceito existe! Os negros são doutôres, são generais, são advogados, engenheiros, poetas e até Presidente da República — como Nilo Peçanha — mas, o que precisamos, é fazer com que cada vez mais se sinta a presença do negro no Brasil, como elemento de formação igual ao português e ao índio. Índios, portugueses e negros são três raças diferentes que se reuniram para formar o Brasil. Precisamos fazer a recuperação e o caminho é a reeducação do branco, porque nós não temos preconceito. Reeduquemos o branco, para que êle aprenda a respeitar a criança negra, a respeitar o doutor negro, a empregada negra, para que aprenda a casar-se com a mulher negra, e só assim, nesse Brasil, negros e brancos conseguirão uma harmonia para a felicidade de todos. E como educar o branco? Nós, negros, fazendo essa recuperação. Não deve existir elite, porque viria agravar o problema. É necessário que exista a elite, mas que ela não fique nos seus tronos de marfim, que ela venha para baixo, lutar terra a terra, no asfalto. Que os negros literatos venham para o asfalto, que os doutores negros saibam educar e fazer-se sentir a seus irmãos negros, para que êles também trabalhem, e o branco, vendo que o negro está subindo, dará a sua cooperação. É preciso educar nossos filhos; que cada um de nós mande os filhos para a escola e não vender amendoim nas calçadas. Devemos ter uma consciência de família, uma consciência cristã, para sabermos resolver os nossos problemas. É preciso que brancos e negros sejam respeitados como pessoa humana. É isso que precisamos fazer. Se aqui é uma Assembléia de gente que luta, devemos ter, pelo menos, êsse respeito à personalidade humana. Assim, essas pessoas que riram — por certo sem maldade, apenas pela maneira como o orador se exprimiu. Devemos trabalhar com união, com sinceridade, porque a humanidade está numa luta renhida, numa batalha tremenda. É a luta do povo. A batalha dos homens da rua, dos homens simples. Devemos fazer com que êsses homens simples subam e isso conseguiremos trabalhando com elevação, cada qual trabalhando por si, pois, se cada um trabalhar por si, estará, automaticamente, trabalhando para a comunidade, para a grandeza do Brasil. Deve existir a sociedade do negro, não no sentido da separação, não no sentido de fazer racismo. O racismo psicológico é necessário que exista, porque os negros são uma raça.

*UM SR. CONGRESSISTA* — Peço a prorrogação do tempo.

*O SR. PRESIDENTE* — Está concedida.



*O SR. AGUINALDO CAMARGO* — ... devemos ter êsse senso de luta, conservar viva essa flama, sermos unidos e organizados, para que possamos vencer. O Prof. Guerreiro Ramos está fazendo uma obra de recuperação, embora seja um trabalho de elite. Também devemos respeitar o trabalho do Sr. Joviano Severino, que é analfabeto, por que, de grão em grão, a galinha enche o papo, e êsse papo é a democracia.

(Palmas)

*O SR. PRESIDENTE* — Tem a palavra o Sr. José Pompílio da Hora.

*O SR. JOSÉ POMPÍLIO DA HORA* — Sr. Presidente. Srs. Congressistas. Em primeiro lugar, quero tornar pública a minha solidariedade para com o Sr. Joviano Severino, Presidente da União dos Homens de Côr.

(Palmas)

Privei com êste homem e continuo a privar. Aceito a indicação de São Benedito para Guia Espiritual do Movimento do Negro no Brasil. Agora quero esclarecer que há uma confusão acêrca da União Cultural dos Homens de Côr e da União dos Homens de Côr. A União Cultural da qual sou Presidente, está resolvendo, em parte, mas está solucionando, o problema do homem de côr através da instrução. É bem verdade que a boa cultura deve ter um sentido amplo e precisa dirigir-se em vários ramos. Entretanto, compreendi, aqui chegando, depois de muitos anos, que nós os negros, devíamos, como primeira etapa, para a solução do nosso problema, ter a instrução. Precisamos ter uma base cultural para compreendermos, antes de tudo, que temos valores inegáveis desconhecidos, ou parcialmente desconhecidos. Eu, pelo menos, não acredito na igualdade dos homens perante a lei. Acho que só através da cultura poderemos exigir o cumprimento da lei. Nós não temos ódio aos brancos. O Sr. Joviano sempre procurou, através daquela explosão emotiva, aproximar negros e brancos. Literatos como o Prof. Guerreiro Ramos. Dra. Guiomar de Mattos e Abdias do Nascimento falaram sôbre a recuperação social do homem negro e sua reintegração na sociedade. Sabemos que êsse preconceito não parte em hipótese alguma de nós. Não somos os autores dêle. Por isso, a União Cultural dos Homens de Côr, com sua sede à Rua do Rezende, 125, recebe aos sábados, brancos, pardos e negros, sem ferir, portanto, o próprio patrimônio nacional, isto é: o homem brasileiro. De outro lado, eu, na qualidade de Presidente, sinto-me vexado quando se procura confundir os nossos objetivos. Faço um apêlo neste Congresso a todos os líderes, não me considerando um líder, mas apenas um colaborador, para que todos nós nos unamos, pois de fato, acho que o que falta entre nós é a

sinceridade. Que não seja criada entre nós a ambição. Que seja olhado o problema como ele é realmente. Quero citar nomes ilustres, como o do Dr. Guerreiro Ramos, Dra. Guiomar de Matos, Abdias do Nascimento, mas também não posso esquecer amigos como os que aqui estão, que, após um dia de trabalho, vêm aqui para ver o progresso de nossa gente. É preciso, portanto, que trabalhem com sinceridade, despidos de preocupações outras, despidos de ambição e assim poderemos resolver o problema. Toda vez que enfrentarmos um problema sob o aspecto pessoal, ele estará, fatalmente, destinado ao fracasso. Agradeço aos Srs. e à Mesa terem prestado atenção às minhas palavras e aqui não me movem paixões, mas apenas o desejo de ajudar. Quero afirmar, mais uma vez, que o problema do negro se prende, principalmente, à sua emancipação econômica, e acredito na recuperação, se resolvermos esse lado. Sr. Presidente. Srs. Congressistas. Espero poder, em outra oportunidade, vir aqui trazer a minha palavra.

*O SR. PRESIDENTE* — Tem a palavra o Sr. Romão da Silva.

*O SR. ROMÃO DA SILVA* — Sr. Presidente. Srs. Congressistas. De antemão tenho que agradecer ao Sr. Presidente o fato de ter acatado o meu pedido de novamente falar, para dar esclarecimentos e de igual modo quero agradecer à Assembléia por estar de acordo com essa concessão. Alguém disse que neste Congresso fui uma voz discordante. É possível que a má interpretação de minhas palavras, a má colocação do problema, ou talvez, a falta de tempo, não me tenham permitido a conclusão do meu pensamento. Explico as razões pelas quais afirmei a não existência do preconceito de cor no Brasil, tal como se entende no modo comum. Fiquei realmente satisfeito quando oradores outros, que me sucederam, concorreram, de maneira clara, para concluir o que o tempo não permitiu que eu o fizesse. O problema do negro no Brasil tem raízes profundas, tem tradições e razões de ordem psicológica, política, social e econômica. Não podemos, absolutamente, acusar nossos irmãos que não são prêtos, de preconceito contra nós, primeiro porque é muito difícil, no Brasil, saber-se quem é branco e quem é prêto. Isso é um País de mulatos. Hoje em dia o sujeito pode ser loiro, e ser parente de um negro. Se considerarmos essa questão social, o problema é outro. Cientificamente, porém, não existe preconceito de cor. Quanto às preterições que nos fazem os brancos, é mais consequência de nosso baixo nível cultural e econômico. Nós temos uma existência de apenas cinquenta anos, da Abolição para cá. Não houve tempo de adquirirmos aquilo que os brancos conseguiram em tanto tempo. Esse fato de o negro não ingressar na Diplomacia, é muito fácil de explicar, porque sabemos que a carreira diplomática, envolvia uma questão de

tradição de família, e nós não podemos ter essa tradição. É preciso que surja uma lei que corrija isso, para que possamos vencer esse preconceito existente na carreira diplomática. Quero apenas agradecer a todo o Congresso, pedindo que não me queiram mal, e devo dizer que estou satisfeito pelo fato de o tema por mim levantado ter sido motivo para esclarecimento de alguns dos Srs. Congressistas. Era o que tinha a dizer.

*O SR. PRESIDENTE* — Tem a palavra o Sr. Edison Jaborandir.

*O SR. EDISON JABORANDIR* — Sr. Presidente. Meus Srs. Não sou orador. Sou um simples misturador de drogas... Mas, atraído pelo assunto que trata da reivindicação de uma raça tão pura, tão forte como é a raça negra — a raça brasileira — resolvi sair de Campo Grande e vir até aqui. Concito a todos a fazerem esta propaganda, tão importante, em todos os quadrantes do Brasil, convidando a todos os irmãos, brancos, negros e mulatos, para que se congreguem nesse sentimento patriótico de união, em benefício de nossa pátria. Parece agora que sinto Cruz e Souza nesta sala. Parece que sinto o grande José do Patrocínio, chorando como êle chorou aos pés da grande Princesa Isabel, fato que foi comentado por um escritor que disse que seria preferível que a Abolição dos Escravos no Brasil fôsse conquistada com sangue do que com tanta humilhação, com tanta hipocrisia. Que, em vez de lágrimas, José do Patrocínio devia ter colocado os negros numa posição mais forte. Mas, José do Patrocínio teve razão. Meus amigos! Vamos fazer propaganda, abrir escolas e incentivar a raça. Tinha a dizer muitas coisas, mas o tempo está a esgotar-se e não posso finalizar sem pedir a todos uma homenagem ao grande amigo da raça negra, que foi o Gen. Manoel Rabelo, que conversando comigo um dia, quando lhe disse que vim de Minas, para matricular-me na Associação Brasileira, para fazer os preparatórios, disse-me chorando: "Deixei de almoçar e jantar, só por você ter dito isso". Para Manoel Rabelo, nosso amigo, peço um minuto de silêncio, em homenagem ao grande soldado do nosso glorioso Exército.

*O SR. PRESIDENTE* — Chegamos ao fim de nossos trabalhos do hoje, e, antes de encerrar, quero fazer um aviso: em primeiro lugar, foi apresentada a proposta de que esta Mesa Redonda continue noutro dia, noutra reunião, proposta, ao que penso, no momento foi aceita, e que encaminharemos à Comissão Organizadora do Congresso, a fim de que seja anunciado o dia em que ela deverá ser realizada. Foi proposto também, pelo Prof. Venâncio Veiga, que, ao Congresso Nacional, fôsse encaminhado um pedido, no sentido de serem abolidas as exigências



para o ingresso na carreira diplomática, na Aeronáutica e na Escola Naval. A mesa encaminhará essa proposta à Comissão de Redação do Congresso. Há ainda um anúncio a ser feito. Quinta-feira, às 21 horas, no 3.º andar da ABI, haverá uma sessão do Congresso, com exposições do Dr. Darci Ribeiro e Carlos Galvão Krebs, seguindo-se de um espetáculo do folclore afro-brasileiro, para o qual convido a todos os Srs. Congressistas, bem como as suas famílias. A sessão de amanhã será às 20 horas, neste mesmo local.

Está encerrada a sessão.

# INUTILIDADE DOS CONGRESSOS

Parecer e discussão sôbre a tese de *José Bernardo da Silva*

## Parecer

de AGUINALDO CAMARGO

A tese do Sr. José Bernardo da Silva apresentada em Sessão do dia 30 do corrente neste I Congresso do Negro Brasileiro, versa, em primeiro lugar, sobre a necessidade ou não de "congressos" para o estudo e resolução dos problemas do negro brasileiro; em segundo lugar ela diz desses próprios problemas e, concluindo, apresenta o autor algumas diretrizes que a seu ver iriam resolver esses problemas.

Relatando, somos de parecer que o tema abordado pelo autor é exatamente a força motriz deste nosso Congresso. O autor, porém, discorda do processo pelo qual, o que ele chama de "culturalismo", pretende fazer. Crê o autor que o chamado "culturalismo" é estático, é convencional e que apenas satisfaz à vaidade de meia dúzia de intelectuais.

Depois o autor enumera uma série de males sociais a que o elemento negro está submetido e traz a plenário, ilustrando o seu pensamento, uma série de fotografias desses infelizes.

Acreditamos na boa intenção do autor da tese e não deixamos de registrar o seu esforço e a sua atenção para com este Congresso; mas, como o próprio autor diz, tudo isto já está superado pelos estudiosos do problema do negro. E assim sendo, a sua contribuição carece de aspecto informativo, digo histórico ou científico, para ficar somente no terreno cândido do lirismo informativo como um sabor de coisa já vencida.

Aceitando, pois, a tese como uma contribuição de ordem informativa, o Congresso deve recomendar por serem justas as medidas de caráter de assistência social ao negro, porém sendo este Congresso um conclave de ordem mais dentro do espírito hermenêutico que do caráter acima indicado pelo autor, julgamos que sua tese, apesar dos conceitos emitidos, não devia figurar nos Anais deste Congresso, aliás "Anais esses que, transformados em livros, irão jorrar as prateleiras das livrarias sem quaisquer ou-



*tras circunstâncias úteis, segundo o próprio autor, para matar a fome e sanar as misérias do negro".*

*Pondo, pois, este parecer à disposição da Casa, dou por encerrada minha exposição.*

*Rio, 31 de agosto de 1950*

APROVADO o parecer

Em 31-8-50

(a) RUBENS DA SILVA GORDO

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Prado Teixeira): — Tem a palavra o Sr. José Bernardo da Silva.

**O SR. JOSÉ BERNARDO DA SILVA** — Quando recebi do I Congresso Nacional do Negro Brasileiro o convite para comparecer e apresentar uma tese, que fôsse debatida ou julgada no referido Congresso, teria vindo imediatamente, se não fôsse um homem do trabalho, que dispõe de pouco tempo. Por certo, também, teria tomado parte mais ativa, mais eficiente, neste certame, se o tempo o permitisse. Sou um homem que, além de ter uma obra de assistência social no Estado do Rio que está à disposição de todos os Congressistas que a quiserem visitar (obra essa, aliás, que não recebeu nenhum auxílio do govêrno) tem também a sua família; três filhos estudando (eu comecei a estudar aos 27 anos de idade). Vejam os senhores que vivo num trabalho pesado, não podendo, por isso, estar em constante contato com o Congresso. Devo acrescentar que do meu não comparecimento a estas sessões depende o sustento de minha família e a manutenção de uma instituição. Continuo a lançar o meu protesto, quanto à questão de raça existente neste Congresso. Não há raças, há homens. Se êste Congresso está sendo realizado com as finalidades que tem, não precisamos estar constantemente falando em raça negra, raça branca, ou em qualquer raça. O homem, por sua natureza social, por sua natureza humana, única e exclusivamente, desenvolve ou não, pela cultura, os seus predicados. O contato social com povos de culturas diferentes pode influenciar as culturas menos desenvolvidas e transformá-las completamente, como no caso dêste negro, José Bernardo, que era um simples trabalhador de cais do pôrto, um simples foguista de bordo e hoje já sabe ler. É a cultura portanto que desenvolve no homem a sua natureza humana, e esta natureza humana é composta de sentimentos e hábitos adquiridos através da cultura. Tôdas essas explicações que dei

foram para esclarecimento. Agora vou começar a ler a minha tese, para o que, por especial favor dêste Congresso, foi-me dado o ensejo. Digo aos senhores que talvez seja eu o mais atrevido daqui. Aliás sou conhecido como tal. É por isso que digo que devemos deixar a questão de raça, e que devemos encarar a questão do homem na sociedade. Se um grupo é o mais sacrificado, vamos trabalhar por êle, no sentido de integrá-lo na vida social, na vida humana. A minha tese não vai agradar. Também, não estou aqui para agradar a ninguém.

(Leitura)

*O SR. PRESIDENTE* — Está aberta a discussão. Tem a palavra o Sr. Rodrigues Alves.

*O SR. RODRIGUES ALVES* — Sr. Presidente! Srs. Congressistas! Devo dizer de início que já conhecia o Sr. Bernardo. Pergunto o que veio fazer aqui êste senhor, se êle acha desnecessário o nosso Congresso. Acho que é uma desconsideração que êle diga que vem, apesar do serviço; subentende-se que nós não temos o que fazer. Talvez êste senhor possa ir para a sua casa e saiba que nós temos muito mais o que fazer. Disse que não se deve falar em raça. Entretanto, a sua tese refere-se à raça. É uma incongruência. O complexo a que êle se refere, mesmo no negro culto, quem sabe se êsse cidadão complexado fala em causa própria e está querendo, por si, julgar os outros? Pelo menos, digo que não tenho nenhum complexo. Quanto a esta resolução para tratar do serviço social, eu, na qualidade de assistente social, e apaixonado por esta questão, acho que êle foi muito superficial. Êle é um grande dramático! Poderia ir para o teatro e daria um grande ator. Penso que esta tese devia passar por uma certa reforma para poder constar dos anais do nosso Congresso.

*O SR. PRESIDENTE* — Tem a palavra o Sr. Abdias do Nascimento.

*O SR. ABDIAS DO NASCIMENTO* — Proponho que seja designado um Relator para essa tese, para assim ser obedecido o Regimento.

*O SR. PRESIDENTE* — A Presidência vai consultar a Mesa.

*O SR. SECRETÁRIO* — O artigo 7 diz: "As teses e demais contribuições serão discutidas com fundamento no parecer escrito do respectivo Relator". A Mesa se vê obrigada a aceitar a proposição do Sr. Abdias do Nascimento, suspendendo a discussão da tese e vai nomear um Relator para emitir o seu parecer sobre o conteúdo da mesma.

*O SR. PRESIDENTE* — Tem a palavra o Sr. Alvarino Castro.

*O SR. ALVARINO CASTRO* — Proponho à Assembléia que seja designado para relator da tese do Sr. José Benardo o Sr. Rodrigues Alves.

*O SR. PRESIDENTE* — Esta questão compete à Comissão de Teses, mas a Mesa fará esta sugestão à Comissão.

*O SR. PRESIDENTE* — (Rubens da Silva Gordo) : — Convido o Dr. Aguinaldo Camargo para relatar a tese.

*O SR. AGUINALDO CAMARGO* — Vou relatar a tese do Sr. José Bernardo da Silva, com o título "Inutilidade dos Congressos". Farei então a leitura do meu parecer.

(Leitura do parecer)

*O SR. PRESIDENTE* — Está em discussão o parecer do Sr. Relator. Tem a palavra o Sr. Abdias do Nascimento.

*O SR. ABDIAS DO NASCIMENTO* — Desejaria realçar o que muito bem frisou o Sr. Relator. Antes de mais nada, quando o autor se colocou contra os objetivos do Congresso, infringiu, evidentemente, um dos artigos do Regimento Interno. Também fêz o mesmo quando aborda questão pessoal. Só por isso, a tese já estaria, automaticamente, rejeitada. O Sr. José Bernardo disse a seguir que não veio aqui para agradar a ninguém. Os organizadores dêste Congresso também não o organizaram com o intuito de agradar ou desagradar a alguém. Êste é um Congresso de estudos e tive o cuidado de realçar os seus objetivos. Sòmente por má fé poderia êsse senhor tomar tal atitude, pois não se justifica a hipótese de ignorância. O Sr. José Bernardo fêz acusações pueris em sua tese, de que o Congresso foi realizado por três pessoas que queriam ver os seus nomes incensados; a inclusão dessa tese nos Anais do Congresso viria, simplesmente, mediocrisar um trabalho que foi feito com propósitos de servir à causa do negro. Votamos pela não inclusão dêsse trabalho, mas gostaríamos que pudéssemos aproveitar as conclusões, como indicação, para a Comissão interessada na formação da Confederação, a fim de que as observações contidas nas mesmas possam ser aproveitadas na estrutura dessa Entidade.

*O SR. PRESIDENTE* — Tem a palavra o Sr. Jorge Prado.

*O SR. JORGE PRADO TEIXEIRA* — O parecer emitido pelo brilhante Relator parece que traz uma confusão. Êle propõe, num certo item, que se aceite o trabalho como contribuição e que se recomende os planos de assistência social que a tese indica. No fim, pede a não inclusão nos Anais do Congresso dessa contribuição. Não entendi muito bem a intenção do Relator, mas, com os esclarecimentos do Sr. Abdias



do Nascimento, peço à Casa que seja superior às alegações do Sr. José Bernardo, porquanto a presença dêle aqui é sinal evidente de que êle, intuitivamente, indubitavelmente, aceita e admite êste Congresso e, por conseguinte, nós temos de considerar que apenas êsse senhor foi infeliz e talvez não tenha tido má intenção. Naturalmente, um pouco apaixonado ao querer objetivar a sua opinião a respeito dêste Congresso, desviou-a para o terreno pessoal, se é que assim podemos pensar e interpretar. Desde que não estamos aqui para tratar de questões de cozinha, voto com o Sr. Relator, no sentido de que se aceite, como contribuição, êsse trabalho, isto é, que se vote favoravelmente à inclusão da tese nos Anais, com a restrição de que as questões pessoais estão alheias à competência do Congresso.

*O SR. PRESIDENTE* — Tem a palavra o Sr. Carlos Krebs.

*O SR. CARLOS GALVÃO KREBS* — Sr. Presidente. Srs. Congressistas. Ontem à noite me senti deveras surpreendido com a catadupa de insultos que o ilustre Congressista Sr. José Bernardo honrou a Comissão Organizadora dêste Congresso e tôda a Assembléia. O trabalho apresentado por êste ilustre Congressista parece totalmente fora de propósito no conteúdo e na forma. Um angu sem côr e sem forma, quente demais para ser suportado. Quero pronunciar-me públicamente a respeito e solicitar à Casa que acompanhe o Relator e a mim, concedendo à tese em discussão — apenas por consideração ao autor e às recomendações por êle indicadas — uma citação em ata e não a inserindo nos Anais. É totalmente descabida tal inserção, que viria desprestigiar o nosso Congresso, constituído com tanto carinho, trabalho e sacrifício por todos nós.

*O SR. PRESIDENTE* — Tem a palavra o Sr. Alvarino Castro.

*O SR. ALVARINO CASTRO* — Sr. Presidente! Srs. Congressistas! Depois de ouvir o Relator, pessoa que muito admiro e em quem reconheço muitos méritos e de escutar o orador que me precedeu, devo dizer que sou analfabeto e não tenho procuração do Sr. José Bernardo para defendê-lo. Mas quero apenas dizer que o Sr. José Bernardo é um homem que se apaixonou muito pelos problemas dos negros. É um homem mundialmente conhecido e foi há pouco honrado com diploma da Grã-Bretanha, devido a 3 teses que defendeu. Reconheço, porém, que êsse senhor foi infeliz na sua tese, na qual frisava o seguinte tema, *basta de Congressos de Negros!* Sei que todos queremos trabalhar pelo negro, tanto os brancos como os prêtos. Disse o Sr. Abdias que o autor da tese infringiu um artigo do Regulamento. Se êle assim o fêz foi porque não o conhecia, mas a Mesa, que é soberana, também faltou ao

Regulamento, tratando como convidado de Honra o ilustre Sr. José Bernardo. O Relator disse ainda que o trabalho não devia constar nos Anais dêste Congresso. Há 45 dias venho acompanhando êste Congresso e até agora não sei bem o que quer dizer esta palavra "mancha". Acho que ouvi estabelecer-se aqui que tôda contribuição fôsse aceita, porque nela víamos sempre colaboração para a solução dos problemas do negro; e é com tristeza que ouvi o Relator da tese desdizer aquilo que tão bem disse na sessão anterior. Faço um apêlo aos Senhores. O Sr. José Bernardo é um homem apaixonado e foi infeliz na maneira pela qual escreveu a sua tese. Mas devemos considerar que êle é um homem de sessenta anos, que tem uma obra de assistência social no Estado do Rio, enorme. Há poucos dias o governador do Estado do Rio mandou procurar o Sr. José Bernardo em sua casa e êle respondeu: "Estou no Himalaia à disposição do Sr. Governador". E não foi ao Palácio. Não creio que êle, no fundo, tenha questões pessoais com alguém. Portanto, venho pedir ao Relator, se fôr possível, que êle retirasse essa palavra *mancha*.

*O SR. PRESIDENTE* — Tem a palavra o Sr. Aguinaldo Camargo.

*O SR. AGUINALDO CAMARGO* — Meus senhores! de fato continuo dentro do meu ponto de vista, quando disse que tôda tese devia ser acolhida como contribuição. Vou reler o meu Parecer. (Leitura do Parecer).

Reafirmo, pois, o meu ponto de vista. A tese vai ser aceita como motivo de indicação, mas não para constar nos Anais, porque ela não tem substrato, apesar dos títulos do autor, dados pela Faculdade da Inglaterra. Continuo com o meu voto, dizendo que esta tese não deve ser incluída nos Anais do Congresso, e sim aceita como motivo de indicação.

*O SR. PRESIDENTE* — Tem a palavra o Sr. João Nepomuceno.

*O SR. JOÃO NEPOMUCENO* — Srs. Congressistas! Ousei pedir a palavra para um desagravo. Acho que o sentido desta Organização é um sentido elevado, onde o prêto brasileiro luta pela sua evolução, e, portanto, não era possível que pessoa alguma viesse aqui dar demonstração de desprezo a esta Comissão. A Comissão deve merecer de todo o Congresso a maior consideração, o maior respeito, porque tem trabalhado para elevar o negro brasileiro. É ela composta de homens que, pela sua alta sabedoria, devem merecer tôda a nossa simpatia, não sendo possível, pois, que se ofenda a digna Comissão Organizadora. Respeito muito a pessoa do Sr. José Bernardo, por ser um trabalhador e a quem tive a honra de conhecer durante a solenidade de instalação do Congresso.

Aprendi a admirá-lo pelo seu esforço, pela sua boa vontade, mas não posso admitir que a Comissão Organizadora seja ofendida sem motivo. Ele não poderia, apesar do seu entusiasmo, usar de expressões que viessem a ofender pessoas da Comissão Organizadora dêste Congresso. Gostaria apenas de deixar bem claro a minha admiração por êsse homem, que é o Sr. José Bernardo e pela sua obra titânica.

*O SR. PRESIDENTE* — Continua em discussão o parecer do Sr. Aguinaldo Camargo. Não havendo quem mais queira fazer uso da palavra, a Mesa põe em votação se a tese deve constar nos Anais do Congresso ou se deve constar em Ata.

*O SR. JORGE PRADO* — A tese constará dos Anais?

*O SR. PRESIDENTE* — Vai usar da palavra o Sr. Abdias do Nascimento, para a devida explicação.

*O SR. ABDIAS DO NASCIMENTO* — Segundo se depreende do Relatório, a Tese está rejeitada e figurará nos Anais como uma contribuição. Eu é que fiz uma indicação, no sentido de que as conclusões sejam encaminhadas à Comissão de Orientação. Naturalmente essa Comissão tem a sua liberdade.

*O SR. PRESIDENTE* — Está em votação o Parecer sôbre a tese do Sr. José Bernardo da Silva. Os que estão de acôrdo, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado por unanimidade.



# A REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DE DOMÉSTICA

Exposição de *Guiomar Ferreira de Mattos* e  
*discussão pela assembléia*

*O SR. PRESIDENTE* (Sr. Guerreiro Ramos) — Esta é uma noite que dedicaremos especialmente ao problema das domésticas, e convidamos a Dra. Guiomar de Mattos a apresentar o seu trabalho, que vai ser relatado ainda esta noite. Queremos também provocar o pronunciamento das pessoas interessadas. Com muito prazer pediria à Dra. Guiomar que fizesse uma exposição do problema da regulamentação da profissão de doméstica e a seguir teremos os debates em torno do problema. Peço o obséquio de, toda vez que uma pessoa quiser usar da palavra, que suba ao estrado, declinando seu nome, para que a taquígrafa possa colher os dados. Nessas condições, dou a palavra à Dra. Guiomar de Mattos.

*A SRA. GUIOMAR DE MATTOS* — Srs. Congressistas! Procurei fazer um estudo, o mais possível aprofundado, da profissão de empregada doméstica ou melhor: dos empregados em serviços domésticos, ouvindo a opinião de muitos empregados e também de muitos empregadores. A minha tese está escrita. É um trabalho um pouco longo, no qual procurei enquadrar o mais possível o assunto. Acontece que esta tese está em poder do Relator e ele não chegou para a relatar. Farei então um apêlo à minha memória, que antecipadamente, por uma questão de sinceridade, devo dizer que não é boa, no sentido de fazer uma exposição sucinta do seu conteúdo:

Há um Decreto-lei, datado de 1941, que dispõe sobre a locação de empregados domésticas, Decreto esse que concede à empregada doméstica o Aviso-Prévio, o que é muito importante para patrões e empregados. Diz também num dos artigos que o Ministro do Trabalho, em colaboração com o Ministro da Justiça, deve fazer um estudo, e de tal maneira que possa incluir a empregada doméstica em um dos Institutos de Previdência. Assim ela teria assegurado o seu futuro, bem como o Aviso-Prévio no caso de rescisão do contrato de trabalho. Tanto o empregado teria Aviso Prévio como o empregador — Aviso Prévio de 8 dias. Mas esse Decreto de 1941 não foi regulamentado e por isso não tem sido cumprido. Os tribunais de justiça do nosso País se negam

a aplicar essa lei, porque ela não foi regulamentada, mas nós sabemos que houve um pouco de sabotagem de parte dos patrões, que não olharam êsse ponto com bons olhos. Sabemos que a empregada doméstica era, taxativamente, expulsa da Consolidação das Leis do Trabalho, porque o Art. 7 diz que aquelas normas não se aplicavam aos empregados em serviços domésticos, como não se aplicavam aos planos rurais e aos empregados públicos. O estado atual é que a empregada doméstica não tem garantias nem segurança; atinge a velhice em estado precário, e quando não pode mais fazer os trabalhos não tem assistência nem amparo. Essa situação não pode continuar! De maneiras várias têm sido os protestos e nós, sentindo essas necessidades, fizemos um estudo e elaboramos êste trabalho. Nêle procuramos aproveitar o que há de bom nesse decreto 3.851. Há nêle o Aviso Prévio e a questão da Previdência Social. No esboço do anteprojeto de lei que fizemos para apresentar a êste Congresso, e para que êle diligencie no sentido de ser êle levado a um deputado que queira nêle inspirar-se para melhorá-lo, apresentá-lo na Câmara e transformá-lo em Lei, aproveitamos o máximo possível dêsse Decreto. Incluímos no nosso esboço o Aviso Prévio regulamentado, tal como está concedido no referido artigo, isto é: Aviso Prévio de 8 dias. Incluímos também a questão da Previdência Social, na qual estudamos o Regulamento do IAPC, que, num dos seus artigos, diz que "poderá ser seu associado o comerciário e o que exercer profissão assemelhada". Achamos que o empregado doméstico se assemelha mais ao comerciário do que a qualquer outra profissão. Procuramos então colocar a classe doméstica sob a proteção dêsse Instituto, onde ela terá a sua aposentadoria assegurada, contará com assistência social e regalias outras. Enquadrámos também a concessão de 20 dias de férias de "motu próprio", sem que sejam forçados a isso. Outra questão que focalizamos é o repouso semanal remunerado, pois sabemos que o empregado doméstico trabalha durante tôda a semana e aos domingos até ao meio-dia. Então pedimos um dia na semana, de repouso remunerado, que deverá cair, preferivelmente, nos domingos, podendo, porém, ser escolhido de comum acôrdo. Outra reivindicação que pretendemos no nosso esboço é a equiparação dos dias feriados e santificados aos domingos, para efeito de prestação de meio dia de trabalho, pois sabemos que, apesar de tudo, o empregado doméstico, aos domingos, trabalha meio dia. Queremos, portanto, estender essa vantagem aos dias feriados e santificados. Não é justo que êsses empregados, sendo entes humanos, não gozem dêsse privilégio. Outra reivindicação que fazemos é o horário limitado de trabalho, pois sabemos que o empregado doméstico não tem horário. Há patrões bons, compreensivos, que não exigem tempo ilimitado, mas outros obrigam o empregado a trabalhar doze



horas ou mais. A doméstica que pernoita na casa em que trabalha, por vezes é acordada altas horas da noite para prestação de serviço. Dêsse modo, reivindico o horário limitado de 10 horas, respeitado o intervalo para descanso, que deverá ser de uma hora e meia, podendo êsse período de 10 horas ser dividido em etapas. Pretendíamos sustentar que fôsse o empregado doméstico incluído da Consolidação das Leis do Trabalho, mas acontece que a relação entre empregadores e empregados é uma relação "*sui-generis*". Procuramos sentir os interesses justos da classe, mas procuramos, também, atender aos interesses dos patrões, pois, do contrário, haveria o choque entre os dois grupos. O empregador põe dentro de seu lar alguém estranho totalmente, de modo que êle precisa de um mínimo de garantias e de uma série de outras coisas mais, que é uma relação muito pessoal que implica confiança. O empregado doméstico é um elemento de confiança. Por isso, não podemos pleitear a sua inclusão na Consolidação das Leis do Trabalho. Decorrente dessa situação de confiança é que o empregado doméstico não pode ter estabilidade na casa, porque a Consolidação é taxativa a respeito: "Os empregados que exercerem cargo de confiança não gozarão do privilégio da estabilidade", mas em caso de rescisão de contrato êle terá indenização, tal como está regulamentado na Consolidação. Assim, não podendo o empregado ter a estabilidade, fica êle protegido de formas indiretas. No caso de contar mais de dez anos de serviço, que é o prazo para adquirir estabilidade, e o patrão quizer despedi-lo, deverá o patrão indenizá-lo. Não me ocorre no momento as outras reivindicações que pleiteio no esbôço. Pode ser que, neste interim, chegue o Relator da minha tese para socorrer-me. Houve uma sabotagem, absolutamente imprevista, devida ao acaso, evidentemente. Enquanto procuro recordar-me dos outros itens, procuraremos ouvir depoimentos pessoais de empregadas domésticas que estejam presentes, para aumentar os meus subsídios, concorrendo para melhorar êste esbôço, para que, assim possamos apresentá-lo mais completo ao I Congresso do Negro Brasileiro, para que êste possa levá-lo à Câmara dos Deputados.

*O SR. PRESIDENTE* — Estão abertos os debates. Os que quiserem fazer uso da palavra, façam o favor de vir inscrever-se. Tem a palavra o Sr. Romão da Silva.

*O SR. ROMÃO DA SILVA* — Por uma questão de ordem, lembro à Dra. Guiomar que seria conveniente que alguma doméstica aqui presente, viesse trazer o seu depoimento para que melhor pudesse a ilustre autora dessa tese colher os elementos necessários para o seu trabalho; baseando-se nêles, talvez pudesse sanar algumas deficiências.

(Pausa)

Todavia, como ninguém se manifesta, eu me abalanço a dizer alguma coisa: realmente, a tese é talvez uma das mais interessantes das que já tivemos, pelos seus objetivos, que vêm de encontro a reivindicações que devemos ter em vista num Congresso desta natureza. Isso porque sabemos que a maioria das empregadas domésticas é constituída por pessoas de côr. E há um fato interessante a observar-se: é que, talvez, essa subestimação da classe doméstica seja um mal de raízes aprofundadas no tempo. Talvez seja fruto da escravidão, o hábito de considerarmos o empregado doméstico como simples serviçal. Foi um mal que ficou da escravidão. Sabemos que as famílias senhoriais, depois da Abolição, passaram a ter junto de si pessoas de côr, que eram criadas como simples serviçais, e estamos a ver, ainda hoje, essa diminuição do conceito dessa profissão, que sendo digna como as demais assim deverá ser considerada. Não sei se a Dra. Guiomar tratou do problema de salários. Sou de opinião que devia haver um salário mínimo, compatível com o meio de vida. Isto devia ser considerado, e se não está no Decreto Lei de 1941, que trata da regulamentação dessa profissão, seria interessante que a Dra. Guiomar abordasse a questão. Disse a Dra. Guiomar que essa profissão de doméstica não pode ser equiparada às outras profissões, segundo os preceitos da Consolidação das Leis do Trabalho. Não sei bem qual o critério e os argumentos que a autora da tese invocou para chegar a essa conclusão, talvez considere a autora que é impossível a equiparação por se tratar de um cargo de confiança. De fato, não deixa de ser interessante que a empregada doméstica possa ser despedida sem mais nem menos. Há, nesses casos, a capciosidade dos patrões, que podem despedi-las por simples implicância. Eu gostaria de saber da ilustre autora se ela tratou do assunto de salário mínimo, ou se tratou, no seu esboço de projeto, de estabelecer êsse salário, e quais foram as bases dessa regulamentação, e, caso não o tenha feito, comprometemo-nos a estudar o assunto, para anexá-lo ao seu trabalho, e, assim, levá-lo aos poderes competentes. Não podemos admitir que todas as profissões façam jus a um ordenado alto, excluindo-se dessa pretensão a profissão de doméstica.

*O SR. PRESIDENTE* — Solicito que môças presentes venham aqui para relatar acontecimentos que se relacionem com o assunto focalizado, a fim de que não se omita qualquer aspecto da questão, pois o objetivo da Mesa é interessar no problema aquêles que estão diretamente ligados ao mesmo. Assim, convido D. Terezinha dos Santos, por exemplo, para dizer algo sobre o assunto.

(Pausa)

D. Maria Ferreira Rosa, não quer dizer algumas palavras?

(Pausa)

E D. Neide Guimarães?

(Pausa)

E D. Elza de Souza... não quer se manifestar?

(Pausa)

Insisto nesse ponto, porque uma das finalidades dêste Congresso é provocar essas opiniões. Tem a palavra D. Elza de Souza.

*A SRA. ELZA DE SOUZA* — Tenho a dizer somente que a classe das domésticas é uma classe desamparada, e o que o Sr. Abdias do Nascimento e D. Maria Nascimento vêm fazendo é muito importante e todos devem cooperar para êsse trabalho. A doméstica não tem descanso, não tem médicos, não têm advogados. Há casos de domésticas condenadas, sem nenhuma proteção. Peço a todos que ajudem nesse trabalho, para que êle possa ir avante.

*O SR. PRESIDENTE* — Tem a palavra o Sr. Orlando Aragão.

*O SR. ORLANDO ARAGÃO* — Quero, na qualidade de Assistente Social do Juizado de Menores, trazer uma contribuição à Dra. Guiomar de Mattos sobre a questão das menores domésticas. Aqui, no Distrito Federal, apesar de ser a Capital, existe muita gente com mentalidade colonial. Pessoas que adotam o sistema do Norte, mandando buscar criaturas para trabalhar e transformando-as em escravas. A melhor fonte de provisão para se buscar essas pessoas é o Juizado de Menores, onde é muito comum aparecerem pessoas pedindo internadas para criar, transformando-as depois em autênticos escravos. Em geral, dizem que, ao lado da criação, darão uma pequena tarefa; mas quase sempre essas crianças voltam ao Juizado reclamando do tratamento. Atualmente temos adotado o critério de não entregar crianças, só o fazendo em último caso, quando nenhum estabelecimento educacional possa acolhê-las. Mas nem sempre essas pessoas recorrem ao Juizado de Menores, pois às vêzes mandam buscar essas crianças no Interior e depois vão entregá-las à Delegacia de Menores, sem se darem ao trabalho de devolvê-las ao seu lugar de origem. Cria-se com isso o problema do menor desamparado. No caso dos menores até doze anos, que trabalham no comércio, existe uma fiscalização, mas no caso da doméstica de menor idade, não há a menor proteção. Sugiro pois, à Dra. Guiomar que estude êsse ponto.



*O SR. PRESIDENTE* — Tem a palavra o Sr. Romão da Silva.

*O SR. ROMÃO DA SILVA* — É claro que não vou tornar-me importuno, voltando a discutir o assunto, porque estamos aqui para isso mesmo. Quero lembrar um ponto que, provavelmente, já foi tocado por outras pessoas. Acho que o que tem faltado às domésticas é o espírito de cooperação entre si, o espírito de luta pelas suas justas reivindicações. Não procuram elas sair dêsse marasmo, dêsse complexo em que vivem, por meio de suas próprias convicções. É preciso que as empregadas domésticas tomem essa atitude, porque se elas não souberem trabalhar por si mesmas, por suas próprias reivindicações, ninguém irá trabalhar por elas; e quando aqui nos reunimos para incentivá-las, é justo que elas se manifestem. O que falta é organização entre as domésticas. Falta-lhes espírito de associação. É preciso que elas organizem seus sindicatos. É preciso que as senhoritas presentes venham aqui se manifestar. Nós estamos aqui para tirar conclusões.

*O SR. PRESIDENTE* — Aliás o problema não é só de empregadas. Se há patrões aqui que queiram manifestar-se, podem vir fazê-lo. Tem a palavra o Sr. Joviano Severino de Melo.

*O SR. JOVIANO SEVERINO DE MELO* — A Dra. Guiomar veio abordar um assunto que não é de brasileiros. Parece ser êsse um problema de estrangeiros, porque os direitos dos trabalhadores brasileiros estão assegurados na Constituição da República e na Consolidação das Leis do Trabalho. Nelas há a garantia social para a mulher e para o homem. As Nações Unidas, na Declaração Universal dos Direitos do Homem, estabeleceram igualdade de direitos para a mulher e para o homem. Se vamos cair agora num estudo especial, criando um instituto particular para estas empregadas domésticas, não vamos chegar a nada, porque é preciso considerar que os motoristas são classificados como empregados domésticos. Não se deve pois, criar uma nova entidade particular. O que se precisa dizer é que a mulher é igual ao homem no direito e no trabalho. Êsse môço que deu há pouco testemunho do tratamento selvagem dado à criança devia saber de um fato ocorrido há pouco: foi socorrida uma criança negra no Boulevard e quem a socorreu foi um doutor, que, ouvindo os gritos de uma criança que estava trancada num galinheiro, apiedou-se dela, chamando a Rádio-patrolha. A criança estava em casa de um pracinha, cuja mãe tomava conta dela. E êsse fato só foi registrado porque um advogado reclamou na Delegacia, e o Comissário, homem de bom coração, sentiu correr as lágrimas ante tão monstruoso crime. A senhora que tomava conta da criança está sendo processada por uma das Varas Criminais. O menino tem

um nome bonito, que rivaliza com o do juiz — Dr. Ari Franco. Estou aguardando para conhecer os resultados pelos jornais dêste processo.

Vemos, principalmente, que cada um quer inventar uma coisa. Mas esta coisa já está inventada, senhores! A garantia do direito do trabalho já existe; o trabalhador tem garantias em Institutos. Acontece que quem interpreta as leis são os juizes, são as partes. O que as empregadas domésticas podem fazer é reunirem-se em sociedades para poderem reclamar êste direito. Só no Brasil, só no Rio de Janeiro, é que prevalece a vontade dos doutôres, dos funcionários públicos, que acham que, por terem um empregado que faz a comida, e que muitas vezes é a mãe da família, não devem respeitá-lo. Um assistente social declarou-me há pouco tempo: "Tenho uma empregada que é a dona da casa, a garantia do lar, a mãe da família". Se a Dra. Guiomar de Mattos estudar bem o caso, não com os fatos daqui, mas com outros casos, verá que tenho razão. Encontrei há dias, no Jornal do Brasil, o seguinte anúncio: "Precisa-se de uma empregada de côr branca". Êste anúncio é de uma patroa norte-americana. É preciso saber que no Brasil não entra prêto norte-americano, porque o Ministério do Exterior não dá visto em seus passaportes. Nós estamos aqui tratando da África e não do Brasil! O brasileiro negro a nada tem direito! É preciso que todos aquêles que trabalham tenham a sua remuneração e a sua garantia. Essa remuneração, seja de qualquer espécie, está enquadrada na Consolidação.

*O SR. PRESIDENTE* — Continuam abertos os debates. Tem a palavra o Sr. Sebastião Rodrigues Alves.

*O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES ALVES* — Como ninguém mais quer falar, ficarei nesta seqüência de ninguém. Gostaria, antes de entrar na questão doméstica, que há muitos anos me apaixonou profundamente, gostaria de responder ao meu colega da Universidade Católica, do Curso de Assistência Social, Sr. Orlando Aragão, para-fazer uma sugestão, pois ainda creio muito na colaboração do Assistente Social. O Sr. Orlando Aragão sabe muito bem que os dias de debate na nossa Universidade eram dias de muito barulho e eu fazia falta nos mesmos. A minha sugestão é para que o Assistente Social do Juizado de Menores lembrasse ao Sr. Juiz de Menores o que foi dito durante as nossas primeiras aulas, sôbre a colocação familiar, apontando que a moradia específica para o menor é a casa de família, é a colocação dos mesmos nessas casas, onde o clima é o melhor para essas crianças. Naturalmente, devemos selecionar essas famílias que recebem os menores. Lamento muito que não esteja aqui D. Arinda Serafim, que é uma negra que vem lutando há muito tempo por esta questão das domésticas, possuindo documentos que, por certo auxiliariam a doutora Guiomar de Mattos em

seu trabalho. Outro ponto visado, geralmente, é que a profissão de doméstica é regulamentada pela Polícia. Sou Assistente Social e, portanto, doméstico, porque não estou assegurado pela lei. Alguém já disse que o trabalho é um direito, mas para as domésticas é um crime, porque elas vão primeiro à Polícia, para serem fichadas. Na questão da intimidade psicológica entre a empregada e o empregador a que a Dra. Guiomar se refere, tenho observado que não existe esta intimidade que deveria existir, porque a empregada é um ser que tem emoções. A patroa, esta senhora que “não quer nada”, manda muitas vezes buscar as meninas do interior e depois dá-lhes uma chave e manda que as pequenas saiam para a cidade do Rio de Janeiro — tão cheia de inocentes — e a moçinha vai parar nas gafeiras, que quase sempre são exploradas por brancos. Essas meninas acabam por fugir das casas dessas famílias e terminam no SAM ou no Juizado de Menores, nunca mais mandando notícias para a sua família. É preciso que as famílias que recebem estas meninas tenham certa responsabilidade, que esta intimidade psicológica existisse, enfim, que estas patroas tivessem certo compromisso, pelo menos que procurassem encaminhar estas jovens vindas do interior. Falta pois este respeito, esta dignificação da pessoa humana. Perdendo o contato da família no interior, estas moças vão para outras casas, e, depois vamos encontrá-las em outro caminho e nós vemos com tristeza um grande número de nossas irmãs negras com os seus destinos desviados. A justiça, com as domésticas, é uma questão de polícia; não há justiça, há polícia. Vai uma negrinha, amanhã, ao Distrito, contar qualquer coisa do filho da patroa, e o Comissário grita logo: “Vai embora daqui! Negra não tem honra!” Estamos tratando aqui de um problema específico do negro, porque o problema, na sua generalidade, não é o objetivo de nosso Congresso. Acho que esta lei deve também entrar nesta parte emocional da criatura humana.

*O SR. PRESIDENTE* — Tem a palavra o Sr. Alvarino de Castro.

*O SR. ALVARINO DE CASTRO* — Sr. Presidente, Srs. Congressistas! Depois de ouvirmos a lição de Legislação Trabalhista tão bem dada pela Dra. Guiomar de Mattos, e depois de ouvirmos a palavra do orador que me precedeu, que filosofou sobre a Assistência Social, quero fazer uma pergunta à Mesa. Perguntaria se este Congresso é um Congresso de Negros.

*O SR. PRESIDENTE* — É o I Congresso do Negro Brasileiro.

*O SR. ALVARINO DE CASTRO* — Estou satisfeito, porque tive a resposta que de fato este é o I Congresso do Negro Brasileiro. O fato da criação da Entidade Doméstica contraria a norma dos nossos traba-



lhos. Não vemos necessidade de estarmos aqui discutindo problemas de domésticas, porquanto as pessoas interessadas nesse assunto, que estão na assembléia, e que deveriam dar o seu testemunho a respeito não o fizeram. Quanto à questão de Assistência Social, devo dizer que, infelizmente, 99% dos casos de criminalidade dentro do Brasil são de pessoas vindas do Juizado de Menores, do SAM e do Instituto 15 de Novembro. É um problema que nem o Governo pôde solucionar, porque não existe verba para isso. Os meninos saídos do Serviço de Assistência aos Menores quando não são batedores de carteira são assassinos. Quero formular um apêlo à Mesa para que peça às empregadas domésticas, que aqui estão, que venham trazer o seu depoimento.

*O SR. PRESIDENTE* — Tem a palavra o Sr. Jorge Prado Teixeira.

*O SR. JORGE PRADO TEIXEIRA* — Sr. Presidente! Srs. Congressistas! Já tivemos oportunidade de deixar bem patente que somos a favor de qualquer reivindicação que vise à melhoria do elemento negro. Os nossos problemas terão que ser solucionados através de uma intensa luta, pelo levantamento de nossas condições econômico-intelectuais. Não é meu desejo abordar a questão focalizada, dentro do seu aspecto genético, por fugir à minha competência. Oponho-me, entretanto, que êsse assunto seja trazido à baila, neste Congresso, pois não se trata apenas do Negro, trata-se de uma classe. Tendo em vista o sentido democrático dêste conclave, julgo porém, que devia ser considerado o que se pleiteia. Não vejo é que reivindicações devem ser pedidas, porque as domésticas não são constituídas apenas de mulheres negras. Positivamente, acabamos por admitir que empregada doméstica é a função social da mulher negra. Não, senhores! A mulher negra, como a mulher branca, tem a sua função na sociedade e essa função não é a de empregada doméstica. Em S. Paulo, damas da alta sociedade tiveram a idéia de criar uma escola sôbre a arte de cozinhar, especialmente para mocinhas de côr. Sou, por princípio contra a reivindicação, mas, como o problema do negro é demasiadamente complexo e como a posição de empregada doméstica é exercida em sua maioria por mulheres negras, sou a favor de que as reivindicações sejam pedidas e devam, também as empregadas brancas, interessar-se pelo assunto.

*O SR. PRESIDENTE* — Tem a palavra o Sr. João Bento da Silva.

*O SR. JOÃO BENTO DA SILVA* — Srs. Congressistas! Dra. Guio-mar! Quero dizer, em primeiro lugar, que sou um trabalhador e não um intelectual. Tratando-se porém da reivindicação da classe doméstica, achei que devia também dizer algumas palavras, embora êste Congresso seja composto de elementos selecionados, capazes, portanto, de representar, não apenas os negros mas o povo brasileiro em geral. Como

trabalhador sei sentir, e aquêlê que sente diz a verdade. Discuto, pois, com base. Observei muitos oradores e vi que a maior parte dos discursos foram mais filosóficos do que objetivos, inclusive a tese apresentada pela Dra. Guiomar. Com relação ao horário de trabalho, a tese não é mais para o Século XX. Esse assunto devia ter sido discutido há vinte anos atrás. A Dra. Guiomar vem apresentar na sua tese o horário de 10 horas de trabalho por dia, para uma classe tão sacrificada como é a classe das domésticas. Pergunto: como é que uma pessoa que vive debilitada pela má alimentação, esgotada pelas dificuldades dos meios de transporte, pode trabalhar 10 horas? Essa pessoa, em vez de trabalhar 10 vai trabalhar 24 horas. É uma tese, de acôrdo com o meu modo de pensar, falida, incapaz de ser posta em execução, de ser mesmo discutida. Lamento profundamente achar-me num meio culto e ser obrigado a dizer o que sinto. Competia talvez às próprias domésticas que aqui estão e ao I Congresso do Negro Brasileiro prestar atenção a êsse ponto referente a horário de trabalho. Sugiro que, em vez de 10 sejam 8 horas, igual ao horário de todo trabalho. Quanto a ordenado, nem podemos falar, porque as empregadas domésticas não têm ordenado, uma vez que se vêem empregadas, ainda hoje, ganhando 150, 200 cruzeiros mensais. Acho que essa questão de ordenado devia ser estabelecida pelo próprio Congresso. O salário mínimo deve ser de 800 cruzeiros. Vamos ver se a pessoa pode pagar e se pode dar conforto relativo à empregada, pois muitas vêzes elas são mal acomodadas. O Sr. Representante do Juizado de Menores disse que existia aqui pessoas retiradas do mesmo e tratadas como as empregadas do Norte. Devo esclarecer que sou do Nordeste e posso afirmar que lá existe mais dignidade do que aqui.

(É concedido mais cinco minutos ao orador).

As pessoas do Nordeste, em geral, mantêm muito bem os seus empregados, tanto lá, como aqui. Vejo mais indolentes na Capital da República, pessoas em função e sem responsabilidade, do que em qualquer estado nordestino. Sugiro à Dra. Guiomar de Mattos que faça uma Comissão de Domésticas, para assim o problema ser estudado em conjunto.

*O SR. PRESIDENTE* — Tem a palavra o Sr. Celso Alves Rosa.

*O SR. CELSO ALVES ROSA* — Sôbre o problema das domésticas há um ponto que achamos muito doloroso: refiro-me à questão de registro das mesmas na Polícia. Não sabemos se na sua tese a Dra. Guiomar cuidou do problema da admissão dessas empregadas. Se a Dra. Guiomar cuidou do problema de alojamento da doméstica — não sa-

bemos também. Na maioria dos casos a doméstica dorme no emprêgo. Nós sabemos em que condições!... O emprêgo transforma-se, muitas vêzes, num campo de concentração. Para conseguirmos a regulamentação da profissão de doméstica temos dois caminhos: modificar a Consolidação das Leis do Trabalho ou criar uma nova Lei. Quero também lembrar ao Congresso uma indicação. As domésticas não sabem os seus deveres e a prova disso é que as que estão aqui presentes e que deveriam ter vindo trazer o seu depoimento não o fizeram. Precisamos criar nas domésticas essa mentalidade profissional. Devemos, considerando as condições atuais do mundo, pretender por partes as reivindicações. Não devemos dar saltos, pois constitui um perigo e é preferível irmos a passo. Para uma classe que não tem nenhuma legislação, se pudéssemos conseguir algumas das reivindicações pretendidas, já seria muita coisa. O problema do salário é muito sério. Essa classe profissional tem o regime de trabalho muito especial e torna-se necessário que a ela seja dado um tratamento diferente.

*O SR. PRESIDENTE* — Tem a palavra o Sr. Alvarino Castro.

*O SR. ALVARINO CASTRO* — Disse um dos oradores que o trabalho da Dra. Guiomar devia ter sido apresentado há vinte anos. Tenho a dizer que o projeto é bellissimo, tem boas coisas, mas não condiz conosco. É um assunto mais da competência das empregadas domésticas e de seus patrões. Alguém lembrou o horário de 8 horas de trabalho. Isso não é possível. A empregada mora dentro da casa do patrão. Tem chave da casa... goza de regalias... e, como se vê, a questão é bem mais delicada do que superficialmente possa parecer.

*O SR. PRESIDENTE* — Nós teremos agora a Sra. Maria Nascimento.

*A SRA. MARIA NASCIMENTO* — Não vim aqui defender tese ou coisa parecida. Devo dar apenas uma informação. No dia 18 de maio dêste ano foi fundado o Conselho Nacional da Mulher Negra, que é um desdobramento do Teatro Experimental do Negro. É um movimento que trabalha pela elevação da mulher negra e pela criança negra. Pretendemos fundar uma escola de arte dramática e um curso de alfabetização. A questão da educação é muito importante. Temos também um curso de arte e cultura. Fundaremos, ainda, um curso de orientação das mães, que vai ser dado em colaboração com o Centro de Recuperação e Habilitação que será dirigido por várias senhoras. Para iniciarmos êsses vários cursos contamos com várias colaborações, como a de Antônio Barros, José Carlos Pereira Pinto, etc. Por aí podemos ver bem o interêsse e o desejo de todos em colaborar nesses cursos. Pretendemos também fazer funcionar um departamento de serviço social. Para



êsse departamento já contamos com a colaboração do Dr. Celso Nascimento, que irá defender a nossa gente gratuitamente. Todos os presentes poderão levar esta grata notícia aos quatro cantos do Rio de Janeiro: o Dr. Celso estará à disposição de todos, para atender a quem precisar de seus serviços. Além do Dr. Celso Nascimento, a Dra. Guiomar de Mattos irá trabalhar nesse sentido. Precisamos, também, fazer o registro de nascimento de nosso povo. Uma pessoa sem registro é considerada morta. A Dra. Guiomar irá colaborar nessa parte. Se algum advogado quiser colaborar conosco, aceitaremos, agradecidos, essa colaboração espontânea. Também o Sr. Rodrigues Alves dará a sua colaboração. Temos ainda outro departamento, que é a Associação das Empregadas Domésticas, já inaugurado, a 10 de maio, contando com mais de vinte associadas. Pretendemos arregimentar as mulheres dessa classe para lutarem pelos seus direitos. O Conselho tem também a sua parte infantil, que tem por objetivo a proteção à infância. Pretendemos criar um abrigo para a criança negra desamparada. Queremos criar, também o *ballet* negro infantil, pois o Teatro Municipal não aceita crianças negras para o seu corpo de baile. Estamos funcionando no Edifício Delamare, à Av. Presidente Vargas, 446, sala 1.806, às 2.<sup>as</sup>, 4.<sup>as</sup>, e 6.<sup>as</sup> das 19 às 20 horas, onde estamos à disposição de todos, com o maior prazer e boa vontade. Muito obrigada pela atenção que me dispensaram.

*O SR. PRESIDENTE* — Tem a palavra a Dra. Guiomar de Mattos.

*A SRA. GUIOMAR F. DE MATTOS* — Ouvi com muita atenção e interesse os depoimentos dos Srs. Congressistas que aqui vieram trazer o seu concurso, aliás pedido por mim com muita veemência. Tenho pavor à demagogia, é o que de início quero declarar. De demagogia o nosso País está cheio. Não só o Brasil, mas o mundo inteiro. O meu esbôço de anteprojeto pode ser acusado de tudo, menos de demagógico. O meu escopo ao apresentá-lo não foi o de prometer “mundos e fundos” às empregadas domésticas, para depois não ter possibilidade de realizar coisa alguma. Olhei a situação como está, e procurei melhorá-la. O meu esbôço de anteprojeto trata de reivindicações, de justiça social retardada. O caso das empregadas domésticas é um caso de justiça social retardada, e tivemos a intenção de tornar efetiva essa justiça. Se o Dec. 3.078, dando Aviso Prévio e mandando que fôsse estudado o caso da Previdência Social, instituindo a Carteira Profissional, até hoje não foi regulamentado, então ao meu, concedendo mais, o que não aconteceria? O nosso projeto, esbôço de anteprojeto, foi classificado por um Sr. Congressista de caduco (êle não empregou essa palavra, mas foi isso que quis dizer), dizendo que essa regulamentação das empregadas domés-

ticas devia ter sido feita há 20 anos passados. Concorde; mas acontece que não o foi. Também devo dizer que há 20 anos eu era muito jovem e não poderia ter tomado a iniciativa de fazer o que estou fazendo agora, que já conheço melhor o caso, podendo, pois, realizar êsse trabalho. Meus senhores: êste Congresso não é um Congresso racista. Se os negros pretendessem fazer, no Brasil, racismo, estariam praticando suicídio. Racismo, na expressão legítima do termo "linha de côr", não existe. Se fôssemos fazer um Congresso racista, já estaríamos fechados pela polícia. Sabemos também que no Brasil a maioria das empregadas domésticas é constituída por pessoas de côr. Parece que já esclareci todos os pontos do projeto e a oportunidade de êle ser ou não apresentado aqui. Muitos Congressistas, movidos da melhor intenção, apresentaram aqui sugestões verdadeiramente demagógicas, embora sem o sentir ou sem o saber. Alguém fêz referência a horário de trabalho. Pretendemos que êsse horário seja apenas de dez horas de trabalho, estamos tendo a pretensão de estar conciliando as duas classes, para que consigamos realmente essa efetivação de 10 horas. Na minha experiência de advogada, posso dizer que sei o que se passa com as empregadas domésticas. Nós devemos ser simples, mas não simplistas, porque o simplismo é uma exacerbação da simplicidade e tôda exacerbação é má. Se eu quisesse incluir as empregadas na Consolidação, não seria possível, porque há um Decreto regulamentando essa profissão. Outro Congressista que usou da palavra falou sôbre a questão de homens e mulheres, mas sabemos que tanto mulheres como homens podem exercer essa profissão. Falou-se também em famílias que preferem empregadas brancas em suas casas. Quanto a isso temos a dizer que em cada casa manda o seu dono, de modo que essa questão é a mesma que a da Legião Brasileira de Assistência. Como vêem, essa questão não procede. Disseram, também, que eu deveria consultar as domésticas. Já disse, no início de minhas explanações, que consultei várias empregadas. Quanto ao Congressista que disse que o trabalho, por ser doméstico, não está protegido, é demagogia. O Brasil, apesar de tudo, tem uma Legislação Trabalhista muito adiantada. Estamos aqui na vanguarda. Sôbre a questão da humilhação da empregada tirar carteira profissional na Polícia, devo dizer que o Decreto 3.078 diz que é obrigatório o uso da Carteira Profissional para a empregada doméstica. A passagem pela Polícia nada mais é do que um dos requisitos para obtenção dessa Carteira. A Carteira requer outros requisitos, como Atestado de Saúde, de Vacina, de Bons Antecedentes, etc. Realmente, essa questão de tirar a carteira de doméstica na Polícia, no momento é uma necessidade. Temos de reconhecer que as famílias recebem dentro de suas casas pessoas vindas não se sabe de onde. Se as empregadas domésticas estivessem

organizadas em Sindicatos, então os Sindicatos poderiam pleitear para elas a obtenção da Carteira Profissional no Ministério do Trabalho. Mas antes das empregadas se organizarem em sindicatos é preciso que se organizem em associações. O Teatro Experimental do Negro, no dia 10 de agosto, fundou uma associação de empregadas domésticas, para que as mesmas trabalhem para esse fim. Uma coisa que previ foi a questão da menor encaminhada à casa de família. Acho que podemos fazer uma sindicância na casa, para sabermos que classe de casa é aquela em que a menor vai ser admitida. Como meu tempo está no fim, queria dizer que alguns dos Srs. Congressistas confundiram "alhos com bugalhos". Pleiteei uma Regulamentação da Lei e falou-se aqui em Juizado de Menores, etc., coisas completamente fora de minha tese. É preciso não confundir. Como não tenho mais tempo, ficarei por aqui e talvez tenhamos oportunidade, em outra ocasião, de conversarmos mais detalhadamente.

*O SR. PRESIDENTE* — A Mesa considera que o assunto já está bem esclarecido mas vai dar a palavra ao Sr. Aguinaldo Camargo para um esclarecimento pessoal.

*O SR. AGUINALDO CAMARGO* — Venho apenas dar um esclarecimento pessoal. É que, durante esta Mesa Redonda, vários oradores fizeram referência a uma Entidade de Assistência Social e de Segurança Social de nossa República, que é a Polícia. Na qualidade de Comissário desta Polícia, teria que fazer uma ressalva, pois não fica bem que me cale. Quero esclarecer que a Polícia nada tem a ver com tudo isso. Existe, é verdade, o Serviço de Identificação de Empregadas Domésticas, para registrar estas empregadas. É apenas um controle. À empregada que quer, nós damos a carteira, mas nada temos com isso. A Polícia nada tem a ver com o Serviço Doméstico, e eu, na qualidade de autoridade, queria apenas registrar isso, para que não digam que no Congresso Nacional do Negro tratava-se desse assunto e um Comissário presente não deu qualquer sinal de vida.



# YEMANJÁ E MÃE D'AGUA

Discussão sobre a tese de *Édison Carneiro*

*O SR. PRESIDENTE* — (Abdias do Nascimento) — Tem a palavra o Sr. Sebastião Rodrigues Alves, relator da tese “Yemanjá e a Mãe d’Água”, do Sr. Edison Carneiro.

*O SR. RODRIGUES ALVES* — Não sou estudioso dessa questão, mas, mesmo assim, passarei a ler o meu Parecer.

(Leitura)

*O SR. PRESIDENTE* — Está em discussão o parecer do Relator da tese do Sr. Edison Carneiro. Tem a palavra o Pe. Pedro.

*O SR. PADRE PEDRO SCHOONAKKER* — Não compreendi bem e queria esclarecimentos.

*O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES ALVES* — Tem a palavra o autor da tese, que melhor do que eu dará as explicações.

*O SR. EDISON CARNEIRO* — Digo apenas que Yemanjá, que é uma Deusa Nagô, do povo Nagô, não é a sereia que geralmente consideramos no Brasil. O mito da Mãe d’Água do Brasil é um mito europeu. Nós é que damos o nome de Yemanjá a essa Mãe d’Água européia. Provo na tese que a Yemanjá dos Nagôs é uma deusa das fontes, dos lagos e dos rios e não do mar. E, por outros acidentes, mostro as diferenças existentes entre a deusa Nagô e a Mãe d’Água. É apenas isso.

*O SR. PRESIDENTE* — Está em discussão o Parecer do Sr. Rodrigues Alves. Ponho em votação a tese e o Parecer. Os que aprovam, queiram permanecer sentados. Estão aprovados.

# RACISMO NO INTERIOR DE SÃO PAULO

Discussão sôbre a tese de *Albertino Rodrigues* e *Franklin Golden*



*O SR. PRESIDENTE* — (Rubens da Silva Gordo) — Tem a palavra novamente o Prof. Guerreiro Ramos, para relatar outra tese.

*O SR. GUERREIRO RAMOS* — Tenho em meu poder a tese dos Srs. Albertino Rodrigues e Franklin Golden. Farei a leitura do meu parecer.

(Leitura do parecer)

*O SR. PRESIDENTE* — Está em discussão a aprovação dêste trabalho. Alguém quer fazer uso da palavra? Concedida ao Sr. Jorge Prado Teixeira.

*O SR. JORGE PRADO TEIXEIRA* — Sr. Presidente! Srs. Congressistas! A tese apresentada por êsses senhores é bastante interessante e é um fato real o que ela narra. Desde que êle citou a cidade de Ribeirão Preto, tomo a liberdade de vir à presença dos nobres Congressistas para reafirmar o fato. Em Ribeirão Preto existe, realmente, o costume de fazer-se o *footing* de conformidade com a classe e com as possibilidades econômicas de cada um. Na Praça Quinze, passeia a chamada aristocracia, a alta camada. O negro ali pode ir, porque a rua é livre, mas êle sente-se mal em freqüentar aquêl meio, porquanto nota demonstrações de hostilidade a êle feitas por ir ao lugar onde as môças da alta sociedade passeiam. Do outro lado da Praça está a classe média, ou os brancos de menor situação financeira. Na parte de baixo, encontra-se a chamada "África" que é o lugar onde os negros fazem o *footing*. Ali êles passeiam, namoram, enfim, passam o domingo e os dias feriadados. Essa denominação "África" é dada pelos próprios negros. Êsse uso, devo dizer, está desaparecendo, mas ainda é bastante forte. É muito interessante a tese apresentada por êsses senhores. Peço ao Congresso que apóie o parecer do nobre Relator, Prof. Guerreiro Ramos.

*O SR. PRESIDENTE* — Tem a palavra o Sr. João Nepomuceno.

*O SR. JOÃO NEPOMUCENO* — Sr. Presidente! Srs. Congressistas! Essa tese que acabamos de ouvir deu-me a oportunidade de dizer algumas palavras sôbre o assunto, baseando-me nas várias impressões que

tenho tido nas diferentes cidades que tenho percorrido. Os autores citaram cidades de S. Paulo e entre elas conheço Itapetininga, por isso posso dar a minha opinião. É bem possível que em S. Paulo seja mais intensa essa situação, mas notei o mesmo fato numa cidade do sul de Santa Catarina, Tubarão, onde essa diferenciação se faz sentir muito profundamente nas organizações sociais da cidade, onde se separam os brancos dos pretos e dos mulatos. Na cidade de Tubarão, tive uma passagem que tenho citado a vários colegas deste Congresso e que me causou má impressão. Observei que, numa festa católica, os Congregados Marianos daquela cidade, ao fazerem uma passeata em direção à Matriz local, tinham o trabalho de fazer a seleção na seguinte ordem: brancos alemães, brancos italianos, brancos brasileiros, e, no fim, vinham os pretos. Depois de realizada a passeata, dirigi-me ao sacerdote e perguntei-lhe se esses fatos eram constantes. Ele, como bom padre italiano, disse-me que aquilo não tinha importância e que era até necessário. Encontrei também no meio social daquela cidade várias sociedades distintas. Sociedades de brancos, de negros e de mulatos. Entre os mulatos e os pretos não havia nenhuma espécie de confraternização, separando-se completamente entre si. A sociedade dos pretos, a "1.º de Maio" ficava isolada, na parte norte da cidade, realizando suas festas dentro do seu ambiente, somente com os pretos. Fui convidado para visitar essa Sociedade, onde deram-me o Estatuto da Casa, para que eu o examinasse, a fim de dar a minha opinião, sobre a possibilidade de registrá-lo. Lá constava a proibição a brancos e mulatos. Essa mesma sociedade, "1.º de Maio", pediu-me que organizasse uma festa. Aceitei o convite, ficando, porém, com plenos poderes para agir. Com esses poderes, pensei em organizar uma festa como as da Capital Federal, onde não existe a separação nesse sentido, onde a distinção é feita, unicamente, pela idoneidade moral do indivíduo. Com essa orientação fiz o programa. Fui a Orleans, a Cresciúma, e a outras cidades; convidei alguns colonos italianos e alemães, para participarem da festa e eles prometeram comparecer. No dia marcado, tudo estava correndo muito bem, mas notei que os pretos da Sociedade "1.º de Maio" sentiam-se constrangidos ao ver entrarem os convidados. O Prefeito da cidade e o Juiz também compareceram, a meu convite. Esboçavam os negros certo descontentamento e estavam sem saber o que fazer. Procurei então convencê-los de que o convite era natural. Por fim, admitiram a presença daqueles brancos, mas não consentiram que se realizasse o baile, alegando que ali havia pessoas brancas e mulatas, o que era contrário aos estatutos da Casa...

(Mais 5 minutos)

... Fiz ver então aos negros da necessidade de manter um intercâmbio, pois disso só poderia resultar um alevantamento moral para o negro. A Diretoria fêz pé firme, dizendo que não permitiria que se realizasse o baile, porque no seio da Sociedade dêsses brancos e mulatos êles não eram admitidos. Na sociedade dos brancos, outro fato se pasou com um oficial do exército, que comandava uma unidade que estava estacionada naquela cidade. O oficial, ao dirigir-se a uma professôra da localidade durante uma festa, e convidando-a para dançar, foi repellido, porque êsse oficial, Tito Coelho, era mulato. Êle usou de sua autoridade para obrigar a môça a dançar. Houve comentários e dêles tiveram conhecimento as outras sociedades. O ambiente nessa cidade é tão hostil ao homem prêto que nem nos cafés é permitida a sua estada. Da mesma forma existe no meu torrão natal, Ouro Prêto, essa questão de racismo. Por isso, peço que se aprove a tese apresentada e tão brilhantemente defendida pelo Prof. Guerreiro Ramos. Talvez assim possamos esperar que, num futuro próximo, essa situação se modifique.

*O SR. PRESIDENTE* — Está em discussão a aprovação da tese. Ponto em votação. Os que aprovam, queiram permanecer sentados.

(Pausa)

Está aprovada.



## OS PALMARES

Discussão sobre a tese de *José da Silva Oliveira*

*O SR. PRESIDENTE* (Costa Pinto) — Vou dar a palavra ao Prof. Edison Carneiro, Relator da tese de José da Silva Oliveira, “Os Palmares”.

*O SR. ÉDISON CARNEIRO* — Vou ler o parecer sôbre êsse trabalho, do Sr. José da Silva Oliveira, sôbre os quilombos e a Revolta dos Palmares. O trabalho do Sr. José da Silva Oliveira não merece o nome de tese; o autor, em duas tiras de papel almaço, escritas à máquina, pretende estudar quilombos, revoltas de escravos e Palmares. A sua informação é nenhuma. Parece supor que as três coisas são uma só, isto é: que só houve quilombos nos Palmares e que Palmares foi a única revolta de escravos havida no País. A par disso, apesar do pequeno espaço de que dispunha, se deu a divagações acêrca do livre arbítrio e da sociologia. Mesmo no caso dos Palmares, a sua exposição não vai além da expedição de Fernão Carrilho, 20 anos antes da destruição dos Palmares, não tomando conhecimento nem mesmo da expedição Domingos Jorge, entretanto famosa, para, pelo menos, citar. É assim um trabalho que nada acrescenta ao nosso conhecimento do assunto, e, na verdade, está aquém dêsse conhecimento. Sugiro que essa contribuição não seja publicada nos Anais, embora seja louvável o esforço do autor por dar a sua ajuda a êste Congresso.

(Leitura do Parecer)

*O SR. PRESIDENTE* — Está presente o autor da tese? Se estivesse, teria prioridade para usar da palavra. Os Congressistas que quiserem manifestar-se sôbre a tese, podem fazê-lo. O parecer do Relator é no sentido da rejeição da tese. Se ninguém quiser manifestar-se, vou pôr em votação o parecer.

*O SR. CELSO ALVES ROSA* — Compreendendo o esforço do autor do trabalho e na impossibilidade do mesmo constar dos Anais, pergunto se não haveria possibilidade dessa tese constar, apenas como uma contribuição para o Congresso. Esta a nossa sugestão: se o trabalho não pode

constar dos Anais, deve, pelo menos, ser registrado como uma contribuição.

*O SR. PRESIDENTE* — Gostaria de lembrar ao nobre Congressista, que a conclusão do parecer é precisamente a mesma. Sugere que esse trabalho não seja publicado nos Anais, embora seja louvável a contribuição do autor a este Congresso. Dou a palavra ao Sr. Jorge Prado Teixeira.

*O SR. JORGE PRADO TEIXEIRA* — Concordamos com o parecer do nobre Congressista, porquanto a autoridade do Sr. Relator é suficiente para elucidar o assunto, e, não fôsse isso, tínhamos também que concluir, que esta tese apresentada não nos traz resultados práticos, não havendo, pois, necessidade de se tecer aqui a análise da mesma. Assim sendo, peço à Casa que adote o parecer do Prof. Edison Carneiro, rejeitando o trabalho.

*O SR. PRESIDENTE* — A exposição vem de encontro às já apresentadas. Todos concordam que a tese, pelo seu conteúdo, não merece ser incluída nos Anais, entretanto, na relação das teses ela constará pelo simples fato de ter sido apresentada. Constará dos Anais, também, o parecer do ilustre Relator. Está em votação o parecer. Os que o aprovam, queiram permanecer como estão. Está aprovado.



# O NEGRO BRASILEIRO E A CAMPANHA DE ALFABETIZAÇÃO

Indicação de *Roberto J. Taves*

Um dos maiores problemas sociais de todos os tempos e de todos os povos — senão o maior de todos — é sem dúvida alguma, o problema da ALFABETIZAÇÃO.

No Brasil, a enorme percentagem de analfabetos pode ser apontada como principal responsável pela presença dos maiores problemas sociais e políticos, bem como responsável pela morosidade na solução dos mesmos problemas.

Dentre os problemas sociais que, no Brasil como em muitas outras partes do mundo, têm a sua solução retardada devido à ignorância e à falta de educação básica, avulta o dos PRECONCEITOS DE CÔR.

O branco analfabeto se julga, muitas vezes, superior ao negro por ignorância. O negro analfabeto, por sua vez, tem mais dificuldade em compreender as diferenças existentes entre os brancos e os de sua côr, e se mantém, por ignorância, em nível social inferior, atribuindo essa inferioridade e essa desigualdade puramente a uma questão de côr.

A educação básica, a ALFABETIZAÇÃO, viria abrir novos horizontes a essas criaturas que erram por ignorância. Com a educação primária, secundária ou profissional, abrir-se-iam novos campos de trabalho a êsses que, hoje, se mantêm em nível trabalhista inferior, ocupando-se sòmente dos trabalhos os mais primitivos, o que lhes traz êsse complexo de inferioridade que, erroneamente, atribuem, sem discernimento, à côr.

Assim, o que existe em tôrno do problema racista e da tragédia da intolerância da côr, não é, sòmente, a questão racial; o que existe é a ignorância dos próprios têrmos do problema em si, agravada pelo analfabetismo.

Embora pareça o contrário, a intolerância racial e os preconceitos de côr são mais accentuados entre os indivíduos das classes sociais mais baixas. A medida que vamos subindo na escala social vamos observando uma diminuição mais sensível dessa intolerância e dêsses preconceitos.

Um médico de cor negra, um engenheiro de tez escura, nem por isso deixam de ser da raça negra; porém, para a classe social a que possa pertencer, eles são, antes de tudo, o médico ou o engenheiro, aceitos e recebidos pela grande maioria das pessoas em cujo meio exercem a sua atividade social e profissional.

Em face dos raciocínios acima, quer-nos parecer que uma das maneiras mais sólidas e seguras de se chegar a uma solução quanto ao problema da intolerância racista e dos preconceitos de cor, no Brasil como em qualquer outra parte do mundo, é o incremento da educação, da instrução, da alfabetização, quer de crianças quer de adultos.

A solução indicada aumenta, ainda, de valor, se pensarmos na cifra imensa de analfabetos existentes no Brasil; incentivando qualquer campanha de ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS, estaríamos, de uma só vez, auxiliando a solução do problema racista entre nós, e prestando o nosso concurso à diminuição do número de analfabetos, criaturas quase inúteis à coletividade, peso morto que é arrastado por uma minoria instruída.

O Negro Brasileiro tem demonstrado, historicamente, ser dotado de patriotismo o mais puro e o mais elevado, nas atitudes abertas e sinceras que sempre adota, diante de qualquer problema ou emergência nacional.

No caso em foco, o Negro Brasileiro teria a oportunidade de, a um só tempo, prestar inestimável serviço à Pátria e concorrer de forma decisiva para a solução do problema milenar da intolerância racista, apoiando a iniciativa Governamental da ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS.

O Ministério da Educação e Saúde, através a sua Divisão de Educação de Adultos, vem prosseguindo em sua inteligente e bem orientada CAMPANHA DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS. Com esforço titânico e auxiliada pela colaboração espontânea de entidades particulares que bem compreendem o alcance do problema, a Divisão instalou e mantém, através de todo o território nacional, número elevado de escolas e núcleos de Alfabetização de Adultos, tentando, assim, abrir com a Cartilha e com os primeiros ensinamentos os horizontes da Pátria a milhares de brasileiros improdutivos pela ignorância.

Diante do exposto, propomos que o "PRIMEIRO CONGRESSO NACIONAL DO NEGRO BRASILEIRO" inclua entre as sábias resoluções que, certamente, decorrerão de tão importante conclave, a seguinte:



- a — patrocinar e apoiar, por todos os meios, a Campanha Nacional de Alfabetização de Adultos;
- b — recomendar a tôdas as entidades associativas e sociedades civis dos Homens de Côr no Brasil que dêem o seu apoio e cooperação à referida campanha;
- c — traduzir, praticamente, êsse apoio e essa cooperação, por meio da criação de novos núcleos de Alfabetização de Adultos e do encaminhamento, a êsses núcleos, de cidadãos a serem alfabetizados.

SESSÃO DE ENCERRAMENTO E  
DECLARAÇÃO FINAL DO  
I.º CONGRESSO DO NEGRO BRASILEIRO

*O SR. ABDIAS DO NASCIMENTO* — Convido o Sr. Senador Hamilton Nogueira para presidir os trabalhos da sessão solene de encerramento do I Congresso do Negro Brasileiro. Para fazerem parte da Mesa D. Ruth de Souza e o Prof. Guerreiro Ramos.

*O SR. PRESIDENTE* (Hamilton Nogueira) — Está aberta a sessão solene de encerramento do I Congresso do Negro Brasileiro. Vou dar a palavra ao Prof. Guerreiro Ramos, para ler a declaração de princípios do Congresso, já votada.

*O SR. GUERREIRO RAMOS* — Farei a leitura das conclusões finais do Congresso e da nossa declaração de princípios.

(Leitura da declaração)

*O SR. PRESIDENTE* — Tem a palavra o Prof. Edison Carneiro.

*O SR. EDISON CARNEIRO* — (Leitura do seu discurso).

*O SR. PRESIDENTE* — Tem a palavra o Sr. Jorge Prado Teixeira, Representante do Estado de S. Paulo.

*O SR. JORGE PRADO TEIXEIRA* — Sr. Presidente! Srs. Membros da Mesa! Minhas Sras. Meus Srs.!

(Leitura do seu discurso) (\*)

*O SR. PRESIDENTE* — Vai usar da palavra o Sr. Aguinaldo Camargo.

*O SR. AGUINALDO CAMARGO* — Dr. Hamilton Nogueira — senador dos negros. Ilustre Dr. Abdias do Nascimento! — a "Negritude" em pessoa. Exmo. Prof. Guerreiro Ramos! — o pensador da "Negritude". Exmo. Sr. Prof. Edison Carneiro — o pesquisador da "Negritude". Srs. Congressistas. Gentis Senhoritas! Nobres elementos que no momento estão presentes! Elementos outros de representações outras que neste momento nos ouvem!



(Leitura do seu discurso) (\*)

*O SR. PRESIDENTE* — Com a palavra a seguir o Prof. Guerreiro Ramos.

*O SR. GUERREIRO RAMOS* — (Leitura do seu discurso).

*O SR. PRESIDENTE* — Tem a palavra o Sr. Carlos Galvão Krebs, da Representação do Rio Grande do Sul.

*O SR. CARLOS GALVÃO KREBS* — Ilmo. Sr. Senador Hamilton Nogueira! Srs. Congressistas! Peço venia para ler a seguinte declaração:

(Leitura da declaração)

*O SR. PRESIDENTE* — Gostaria de assinar também essa declaração.

(Palmas)

*O SR. AGUINALDO CAMARGO* — Também desejo assinar a declaração.

*O SR. DARCI RIBEIRO* — Quero também colocar a minha assinatura.

*O SR. PRESIDENTE* — Tem a palavra o Sr. Abdias do Nascimento.

*O SR. ABDIAS DO NASCIMENTO* — Estranhei muitíssimo o aparecimento dessa outra declaração, porque parece-me que tudo o que está nela inscrito já ficou bem estabelecido nos princípios do nosso Congresso. Tal declaração vem dar idéia de divisão dentro do Congresso. Na nossa declaração de princípios já se frisou muito bem que não somos racistas. Quero deixar bem claro que esta declaração me causa profunda estranheza e que fique consignado em ata o meu pensamento (Palmas). Quero prestar a minha homenagem aos negros que foram trazidos à força da África para o Brasil, sendo aqui tão espelhados, e martirizados na exploração e na violência.

(Leitura de uma poesia da Negritude)

*O SR. PRESIDENTE* — Srs. Membros da Mesa! Minhas Senhoras e meus Senhores! É para mim uma grande satisfação, uma grande honra, fazer o discurso de encerramento dêste grande Congresso, que marca uma nova etapa no problema dos contatos raciais em nossa terra. De fato, como muito bem disse o Prof. Guerreiro Ramos, temos necessidade de estabelecer êsses contatos, de organizar êstes Congressos internos, de relações de raças, semelhantes ao grande conclave realizado em Londres,

em 1911, e do qual participaram os mais eminentes homens do mundo científico, artístico e literário daquela época. Daquele Congresso fazia parte eminente um dos maiores judeus de todos os tempos, que demonstrava que o seu povo não apresentava perfeitas características raciais, falando nessa ocasião de judeus amarelos, de judeus prêtos. Dêsse Congresso fazia também parte um dos maiores estudiosos de antropologia física durante cinqüenta anos, que foi o grande Franz Bôas que, doente, hemiplégico, dava ainda suas aulas magistrais de antropologia; foi o homem que pouco antes do advento do nazismo pronunciava aquela conferência memorável, "Raça e Cultura", em Berlim, mostrando que eram duas coisas diferentes. Dêsse Congresso fazia ainda parte Jan Grey e o representante do Brasil, Dr. Sebastião Lacerda, Diretor do nosso museu, e que apresentou um belo trabalho sobre mestiços no Brasil. De Congressos assim é que temos necessidade, para que se estabeleça melhor compreensão entre os homens, para que os possamos ajudar em suas legítimas aspirações. Por volta do ano de 1918 Grasset, grande biólogo francês, escreveu um livro: "A Biologia Humana", e no prefácio do mesmo afirmava: "Temos que encontrar um ponto de entendimento no setor religioso". Infelizmente ainda estamos longe do ponto em que haverá um só rebanho, um só pastor. Dentro de nossa política, vimos nesses últimos vinte anos que as dúvidas se desencadearam em virtude das idéias sobre essa ou aquela compreensão dos homens e da vida humana. Afirmava ainda Grasset, em 1918: "Só há um terreno em que os homens podem reunir-se e podem encontrar-se, e êsse terreno é o da ciência, o da cultura". E outra não é a atitude de Mendes Correia nesse livro magnífico, recente, atual "Homo", onde defende a mesma tese de que os homens precisam fazer ciência, para que acabem os desentendimentos. Naquele Congresso de Raças, de 1911, Jan Grey, quando falava sobre povos inferiores, afirmava o seguinte: "Não existe essa inferioridade, o que existe é falta de ambiente onde essa cultura possa desenvolver-se, o que há é falta de meios para que essa cultura possa estabelecer-se". Entre nós, em 1936, o grande antropologista lusitano Mendes Correia, numa conferência que pronunciou, enquadrou muito bem o assunto. O Representante do Rio Grande do Sul afirmou que um menino, criado num ambiente americano iria reagir exatamente como uma criança americana. Mendes Correia dizia: "Se tirarmos o habitante da África e o levarmos para outro meio, quando êle ainda é criança, êsse habitante reagirá como as crianças daquele meio". E é por isto que êste Congresso marca uma nova etapa para a solução do problema do negro brasileiro. Não para nós, que já resolvemos êsse ponto perfeitamente. Todos estamos há muitos anos empenhados nessa campanha de confraternização, campanha que foi de

luta em certa fase mas que agora tomou nôvo rumo. Assim se deve continuar para que possamos realizar aquilo que desejamos, isto é, que o negro brasileiro, dentro da nossa comunidade, seja igual a todos os grupos raciais que fazem parte dela. Só mesmo a ignorância, a má fé, sòmente a ciência politizada como o foi durante o bárbaro domínio dos nazistas, sòmente essa ciência — falsa ciência, é que ainda pode afirmar hoje a pureza racial. Qualquer que seja o setor em que se faça tal afirmação, temos argumentos decisivos para demonstrar a ficção dessa pretendida pureza. Num livro magnífico denominado "O Material de Sans", o autor apresenta argumento matemático que, a meu ver, tira qualquer pretensão de pureza racial. Em "Fetichismo de Batalha" explica o autor o seu método, mostrando dois tipos, os tipos descendentes e os tipos ascendentes, a que êle chama os "espelhos ancestrais". Diz o autor que cada um de nós faça um gráfico de quantos avós tivemos em vinte gerações. A fórmula é simples: quem quiser, ao chegar em casa, ter um bom divertimento, procure saber quantos ascendentes teve em vinte gerações e ficará espantado com o resultado. Cada um de nós, colocando-se no ápice de uma pirâmide invertida, terá mais ou menos, 4.150 avós. Quem quiser fazer um cálculo maior, faça-o em 40 gerações, que é o tempo de Carlos Magno. Diz o autor que encontraremos a unidade seguida de 30 centenas. Se fôssemos aplicar o método a pessoas aqui presentes, veríamos como os nossos antigos ancestrais iriam encontrar-se muito mais perto do que supomos. Enfim, não há mais hoje quem admita a estupidez científica de H., quando fazia aquela distinção racial: "Esta raça só serve para matar". Vimos que em 1934 a pretendida raça superior invadia a Abissínia; sabemos que não foram os negros os invasores, e sim os que estavam sob o domínio fascista. Ninguém mais se lembra do livro de Rosenberg — o mito do século, a sùmula de todos os erros contemporâneos. Livro de uma brutalidade tremenda, onde, em nome dessa pretendida ciência dos alemães, fazia-se com que os judeus sofressem as maiores perseguições. Não é agora ambiente para que estudemos tôdas as conseqüências atrozes do nazismo, como também da doutrina de Gobineau. No fim do século passado os prêtos eram muito perseguidos, (e ainda hoje o são) sofrendo tôdas as críticas. Nessa ocasião a França interpelou os Estados Unidos a respeito e o ministro americano respondeu que não havia razão para aquela interpelação, porque estava provado cientificamente "que o prêto era o produto incestuoso do branco com o macaco". Nós já estamos longe dêsse primitivismo científico. Hoje os negros já adquiriram a consciência de sua igualdade. Êles sabem muito bem, como disse o Representante do Rio Grande do Sul, que a sua inferioridade racial depende de fatores espirituais, de fatores de ordem cultural, de fatores de ordem eco-



nômica. É preciso não se esquecer, principalmente, dos fatores de ordem econômica, não somente na solução do problema do negro brasileiro, como também na solução do problema brasileiro em geral. Na declaração de princípios dêste Congresso vimos magistralmente feita esta afirmação de que as condições de inferioridade em que vive o preto resultam do fato de que muitos problemas gerais, do povo brasileiro, não foram ainda resolvidos. Mas, como resolver êsse problema? — Abrindo escolas, como o Padre Lebrez — criador do movimento de economia humana — fêz em S. Paulo e no Rio. Façamos o que vem sendo feito na França, façamos a subida do povo! E a subida do povo consiste em fazer com que cada individuo dentro da sociedade se convença de sua dignidade, de sua capacidade de ascender às maiores posições; mas isso só é possível quando os governos realizarem programas de enraizamento, porque somos todos homens desenraizados no mundo contemporâneo. Somos todos desenraizados, porque perdemos o sentido humano, porque somos todos sem noção de dignidade da pessoa humana, porque perdemos a noção da riqueza de uma pessoa em face da quantidade da massa. Entretanto, em tôdas as doutrinas vemos o individuo ressurgindo como pessoa humana. Na doutrina cristã tem o valor externo, porque o homem foi criado à imagem e semelhança de Deus; para os que não crêem as pessoas não deixam de ser iguais entre si, porque todos se nivelam perante a morte. Simone Weil, a maior cabeça pensante do mundo contemporâneo, que morreu há mais ou menos um lustro, com 34 anos de idade, deixou-nos uma mensagem espiritual extraordinária. No seu belo livro "A raça humana", mostra ela a necessidade de que sejamos enraizados e de que façamos novamente uma distinção humana, uma distinção digna do conceito do valor de uma pessoa humana. Somente quando partimos dêsse conceito é que podemos elevar o homem, isto é, nutrimo-o, vestimo-o, dando-lhe ambiente adequado, decente — e não casa de cachorros — assistência social, assistência higiênica. Então sim, é que teremos resolvido o problema da educação do negro, porque, embora existam outros aspectos, êsse é o principal. Se o negro no Brasil ainda não tem a posição que devia ter na nossa sociedade, isto resulta do abandono, resulta de fatores sociais, de fatores econômicos que são problemas gerais que nós, representantes do povo e vós outros, professores, sociólogos, jornalistas e artistas, teremos resolvido se trabalharmos unidos. E assim talvez um dia possamos ver o Brasil na sua plenitude — não representando uma raça — mas o étnico brasileiro, o étnico da mestiçagem, pois o que faz a grandeza do povo brasileiro, é ser êle um povo de mestiços.

(Palmas)

Em seguida tem a palavra o Sr. Sebastião Rodrigues Alves.

*O SR SEBASTIÃO RODRIGUES ALVES* — Ilmo Prof. Hamilton Nogueira, senhoras, senhoritas, ilustre assembléa! Peço licença para ler o seguinte:

(Leitura)

Em toda parte aparecem sempre pessoas que, depois de encerrados os trabalhos, pretendem dar opiniões. Quando fiz questão absoluta de frisar que a harmonia deve existir entre os homens de cor — sejam brasileiros, americanos, índios ou africanos — foi justamente vigilante, porque sabia da existência de um movimento subterrâneo dentro do Congresso. Meus senhores! Os remanescentes africanos já estão muito longe. Constituimos seres fundamentalmente à parte, pois somos essencialmente brasileiros. Quem quer voltar à África? Quem quer fazer racismo? Meus amigos! Há qualquer coisa de subterrâneo nisso. Sugiro que essa declaração seja bem explicada pelo seu autor ou autores.

*O SR. PRESIDENTE* — Tem a palavra o Sr. Aguinaldo Camargo.

*O SR. AGUINALDO CAMARGO* — Srs. Congressistas! É profundamente lamentável que na sessão solene de encerramento do I Congresso do Negro Brasileiro, onde todas as teses foram debatidas com a maior liberdade de pensamento, com os gestos mais francos, em que todos trabalhamos na mais ampla democracia, até à declaração final do Congresso, onde todas as ações foram perfeitamente focalizadas e assinadas por todos os membros, apareça agora como apêndice essa declaração. É verdade que em si a moção não tem nada de mais e vem ao encontro de nossos princípios. É verdade que ela agora parece um pouco extemporânea, mas exatamente por ela não conter em si nada de mais e estar perfeitamente de acordo com nossos princípios é que a assinei e o Prof. Hamilton Nogueira assinou, pois não sou racista e aqui ninguém é racista. Sempre condenamos o racismo político que é uma questão morta. De vez que foi levantado o caso de que existe algo de subterrâneo no Congresso, quero fazer uma análise. Quando se fundou o Comitê Democrático Afro-Brasileiro apareceram elementos subterrâneos. Quando fundamos a Convenção Nacional do Negro Brasileiro, em S. Paulo, lá estavam êsses elementos. E agora, quando termina o nosso Congresso de forma tão brilhante, eis que nos surge à última hora essa declaração trazida por pessoa naturalmente menos avisada ou de comum acordo com os responsáveis por essa moção extemporânea. Quero afirmar muito seriamente e quero que conste dos Anais o seguinte: é que no movimento negro sempre apareceram elementos

de última hora com moções do tipo da que acabamos de ver. Em 1945, Raimundo Souza Dantas, antes de se converter ao Cristianismo, entrou no movimento com uma ordem de levar todos os negros para um determinado lugar. Esse escritor, naquela época, era analfabeto. Em S. Paulo apareceu declaração idêntica feita pelo Sr. Luiz Lobato. E agora aqui aparece trazida pelos Srs. Edison, Costa Pinto, etc. Penso que elementos como o Sr. Lobato, Abataiguara, etc., têm um laço comum para destruir o que se pretende fazer. Parecem ter um laço comum político. Nós queremos dizer que somos anti-racistas e contrários a essa corrente político-partidária. Nós precisamos é unir a família negra, unir a família brasileira, para maior felicidade do homem, conforme fiz ver em meu discurso.

*O SR. DARCI RIBEIRO* — Srs. Membros da Mesa! Srs. Congressistas! Tomei a palavra mais uma vez para pedir paz e harmonia a todos os colegas. Muitas vezes, durante as sessões do nosso Congresso, houve discordância de pontos de vistas e, no fim da discussão todos estávamos de acôrdo e votávamos as teses. Acredito que é possível chegarmos mais uma vez a uma conciliação e, com esse espírito, faço um apêlo a todos os senhores. Os oradores que me precederam disseram todos que estão de acôrdo com esta moção. Esta moção foi assinada pelo Sr. Hamilton Nogueira e com ela se solidarizaram os presentes da Assembléia. Creio, pois, que ela representa o pensamento de todos nós.

(Não apoiado, não apoiado)

O que afirmei foi que o pensamento expresso nesta moção é o nosso pensamento e não o meu somente. É o pensamento de todos! Somos contra o racismo! Lutamos aqui unidos em harmonia pelo objetivo de encontrar posição melhor para o negro na sociedade brasileira. Apelo para que se retire da Ata desta sessão final tudo que foi dito com referência a esta moção.

(Não apoiado, não apoiado)

Qualquer Congressista que tenha participado dos trabalhos, qualquer de nossos colegas tem o direito aqui, como em qualquer outro Congresso, tem o direito, quero repetir mais uma vez, de exprimir seu próprio pensamento a respeito de qualquer problema. Peço apenas o seguinte: que esta moção, que é a expressão não só do meu pensamento mas do pensamento de todos, seja transformada em Moção de todo o Congresso. Essa é a minha proposta.

(Não apoiado, não apoiado)



Reafirmando o meu ponto de vista, confirmo a minha assinatura aqui, porque creio, antes de tudo, que êsse documento é a expressão da verdade, que êsse documento é a expressão do meu pensamento, pelo qual peço o respeito dos Srs., do mesmo modo que respeito o pensamento de qualquer dos Srs. Peço registro do meu pensamento nos Anais e asseguro a todos o direito de fazer o mesmo.

*O SR. ABDIAS DO NASCIMENTO* — Vou reler a Declaração de Princípios do nosso Congresso. Ela merece fé da assembléia?

(Aplausos)

(Leitura da declaração)

Acho que sòmente o espírito da divisão, da confusão, é que explica o aparecimento dessa declaração de última hora. É querer confundir a opinião pública e a nossa, a dos organizadores dêste Congresso.

*O SR. PRESIDENTE* — Antes de encerrar a sessão, penso que podemos chegar a um entendimento perfeito.

(Palmas)

De fato não acompanhei os trabalhos.

Peço que não me interrompam, porque é da praxe, nas Assembléias, que o Presidente não seja interrompido nem aparteado. Poderão aceitar ou não a minha sugestão, mas enquanto o Presidente fala, em Assembléia alguma êle pode ser interrompido. Estou falando na qualidade de Presidente de Assembléia, que tem um pouco de autoridade para restabelecer a ordem. Acho que está-se fazendo uma tempestade em copo d'água. Como disse, não acompanhei tôdas as fases do Congresso e, assim, quando foi lida a segunda moção, escrita na mesma máquina, na mesma máquina em que foi escrita a Declaração de Princípios do Congresso, julguei tratar-se de uma moção pacífica, já votada pelo Congresso, porque só se lêem na última sessão as moções que foram apresentadas e votadas. Não há discordância entre a Declaração de Princípios e a moção. Desde que vejo que a maioria dos Congressistas não está de acôrdo com essa segunda moção, que não me arrependo de haver assinado, pois está dentro do discurso que fiz, devo dizer que a Declaração de Princípios é que é a declaração oficial do Congresso.

(Palmas)

A moção é um documento particular, que não será dado a público com o sinête oficial do Congresso, mas ninguém poderá impedir que aquêles que assinaram a moção a publiquem. Fica, pois, sendo essa uma moção particular, daqueles que assumiram a responsabilidade de assi-

ná-la. A meu ver essa é a solução lógica, porque se não aprovada, a referida moção não pode, em hipótese alguma, ser um documento oficial do Congresso. Se houver a publicação da moção o Congresso poderá desmentir qualquer participação a respeito. Sinceramente creio ser essa a solução que deve ser dada pelo plenário. Vou pôr em votação. Os que estão de acôrdo queiram permanecer sentados. (Pausa). Está aprovado. Meus senhores, está encerrada a Sessão.

## DECLARAÇÃO DOS “CIENTISTAS”

“Os congressistas abaixo-assinados consideram do seu dever, em vista das suas responsabilidades como homens de ciência, fazer a seguinte declaração:

I — Não acreditam os signatários desta Declaração na superioridade de raças. Por esta razão, não se consideram ligados, nem comprometidos, de maneira alguma, com qualquer teoria que advogue, ainda que no mais ínfimo particular, qualquer tipo de gradação física, intelectual ou emotiva, entre esses mesmos grupos humanos.

II — Consideram os signatários que os caracteres físicos, intelectuais e morais dos homens são o produto da interação de fatores vários, do que certamente o grupo racial participa, mas que não dependem, nem principal nem exclusivamente, dele. Um menino chinês, que desde a idade do aleitamento viva no seio de uma família americana, como parte da sociedade americana, reagirá diante da sociedade como um americano — e não como um chinês. O negro brasileiro, por exemplo, embora ainda conserve reminiscências africanas em certas atitudes sociais, já constituiu um ser fundamentalmente brasileiro, parte da cultura nacional do Brasil, que provavelmente encontraria sérias dificuldades para se adaptar novamente à vida na África. Assim, os abaixo-assinados não se sentem solidários, nem comprometidos,



com qualquer teoria que faça tábua rasa do ambiente físico, das condições econômicas e sociais, das instituições políticas, das situações históricas e de outras contingências da vida em sociedade, para ressaltar apenas o aspecto racial, cientificamente falho, inseguro e perigoso, na apreciação dos fenômenos de nosso tempo.

III — Esperam, sinceramente, os signatários que os congressos dessa natureza sirvam à ciência, à determinação de uma atitude correta diante dos fatos sociais e humanos, à fraternidade de todos os povos. Jamais os signatários da presente emprestariam seu concurso à criação de atitudes que não tenham justificativa na ciência, nem oportunidade no momento histórico que vivemos, quando, eliminado o racismo hitlerista, os povos, através das Nações Unidas e dos seus organismos mais representativos, exprimem vigorosamente o seu desejo de paz, de legalidade democrática e de fraternidade das nações. Os signatários consideram que trairiam os seus ideais e renegariam todo o cabedal de conhecimentos e objetivos acumulados pela humanidade se, por ação ou por omissão, tivessem a desgraça de contribuir para o acirramento de ódios e rivalidades injustificáveis entre os homens, com o ressurgimento do racismo, sob qualquer das suas formas.

Pedem os signatários que esta Declaração conste das atas deste Congresso, para ressalva da sua atitude diante dos problemas da raça aqui ventilados.

(aa) Édison Carneiro, historiador e etnólogo; Padre Pedro Schoonakker, lingüista; Guerreiro Ramos, sociólogo; Carlos Galvão Krabs, historiador; L. A. Costa Pinto, sociólogo; Darcy Ribeiro, etnólogo; Walfrido Moraes, historiador; Joaquim Ribeiro, historiador e folclorista; Amaury Porto de Oliveira, ensaísta."

## DECLARAÇÃO FINAL DO I CONGRESSO DO NEGRO BRASILEIRO

“Os Negros Brasileiros, reunidos no seu primeiro Congresso de âmbito nacional, promovido pelo Teatro Experimental do Negro, identificados com os destinos de sua Pátria, em tôdas as suas vicissitudes, como elemento integrante e solidário do povo, e no desejo de se confundirem cada vez mais nesse todo de que são parte, declaram:

O abandono a que foi relegada depois da abolição e a estrutura econômica e social do País são as causas principais das atuais dificuldades da camada de côr da nossa população. Os problemas do negro são apenas um aspecto particular do problema geral do povo brasileiro, de que não será possível separá-los sem quebra da verdade histórica e sociológica. Desta maneira, considera êste Congresso necessários, a fim de remediar tal situação, o desenvolvimento do espírito associativo da gente de côr, a ampliação da facilidade de instrução e de educação técnica, profissional e artística, a proteção à saúde do povo, e, em geral, a garantia de oportunidades iguais para todos na base da aptidão e da capacidade de cada qual.

O Congresso recomenda, especialmente,

a) O estímulo ao estudo das reminiscências africanas no País bem como dos meios de remoção das dificuldades dos brasileiros de côr e a formação de Institutos de Pesquisas, públicos e particulares, com êsse objetivo;

b) A defesa vigilante da sadia tradição nacional de igualdade entre os grupos que constituem a nossa população;

c) A utilização de meios indiretos de reeducação e de desrecalcamento em massa e de transformação de atitudes, tais como o teatro, o cinema, a literatura, e outras artes, os concursos de beleza, e técnicas de sociatria;

d) A realização periódica de Congressos Culturais e Científicos de âmbito internacional, nacional e regional;

e) A inclusão de homens de côr nas listas de candidatos das agremiações partidárias, a fim de desenvolver a sua capacidade política e formar líderes esclarecidos, que possam traduzir, em formas ajustadas às tradições nacionais, as reivindicações das massas de côr;

f) A cooperação do governo, através de medidas eficazes, contra os restos de discriminação de côr ainda existentes em algumas repartições oficiais;

g) O estudo, pela UNESCO, das tentativas bem sucedidas de solução efectiva dos problemas de relações de raças, com o objetivo de prestigiá-las e recomendá-las aos países em que tais problemas existem;

h) A realização, pela UNESCO, de um Congresso Internacional de Relações de Raças, em data tão próxima quanto possível.

O Congresso condena, veementemente, considerando ameaças à tranqüilidade da família brasileira:

a) A exploração política da discriminação da côr;

b) As associações de cidadãos brancos ou negros organizadas sob o critério do exclusivismo racial;

c) O messianismo racial e a proclamação da raça como critério de ação ou como fator de superioridade ou inferioridade física, intelectual ou moral entre os homens;

d) Os processos violentos de tratamento dos problemas suscitados pelas relações inter-étnicas.

Para a boa execução destas medidas, torna-se necessária a vigência das liberdades públicas asseguradas pela Constituição. E, para vencer o despreparo com que as massas negras foram introduzidas na vida republicana depois da Abolição e dar-lhes os estilos de comportamento do cidadão numa democracia, recomenda este Congresso o apoio oficial e público a tôdas as iniciativas e entidades que visem adestrar os brasileiros de côr para a maior, mais rica, e mais ativa participação na vida nacional".







Este livro, edição n.º 156, comemorativa do octogésimo aniversário da abolição da escravatura no Brasil, foi composto e impresso nas oficinas da Empresa Gráfica O CRUZEIRO S. A. (DRM 104.823) — Rua do Livramento, 189/203 — Rio de Janeiro — Guanabara, para



em 1968